

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



Dissertação

Vereadores candidatos nas eleições para deputado
no Rio Grande do Sul (2002-2010): ambição política,
resultados e continuidade da carreira

Rafael Nachtigall de Lima

Pelotas, 2013

Rafael Nachtigall de Lima

Vereadores candidatos nas eleições para deputado
no Rio Grande do Sul (2002-2010): ambição política,
resultados e continuidade da carreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2013

Dados de catalogação na fonte:
Kênia Moreira Bernini CRB - 10/920

L732v Lima, Rafael Nachtigall de
Vereadores candidatos nas eleições para deputado no Rio Grande do Sul (2002-2010) : ambição política, resultados e continuidade da carreira / Rafael Nachtigall de Lima ; Orientador : Alvaro Augusto de Borba Barreto. – Pelotas, 2013. 218 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Programa de Pós- Graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas.

1. Vereadores. 2. Deputado. 3. Ambição. 4. Carreira.
I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD 324

Banca examinadora:

.....

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto

.....

Prof. Dr. André Luiz Marengo dos Santos

.....

Prof. Dr. Daniel de Mendonça

.....

Profa. Dra. Naiara Dal Molin

Agradecimento

Os meus agradecimentos vão a todos aqueles que me ajudaram a concluir essa dissertação de forma direta ou indireta. Sou uma pessoa com um círculo de amigos e familiares queridos, e por isso, não vou citar todos os nomes que deveriam ser aqui inclusos. Quem mora no meu coração, sabe que está sendo mencionado aqui.

À minha família, tenho tido somente apoio e encorajamento de meus pais, Marco Antônio e Tânia Maria, e irmãos Juliane e Filipe. A eles devo todos os bons momentos em casa, onde passei a maior parte do tempo pesquisando os dados, estudando a bibliografia e escrevendo esse texto.

Aos meus primos, primas, tios, tias e avó, dedico essas pequenas linhas como agradecimento pelo tempo bem gasto juntos, especialmente em aniversários sempre muito divertidos.

Aos meus amigos de longa data e colegas de mestrado agradeço por todo o companheirismo e camaradagem durante essa difícil fase de transição na minha vida. Sem a ternura desses “brothers” com certeza a conquista desse título e principalmente, a conclusão dessa dissertação teria se tornado muito mais complicada e maçante.

Institucionalmente, gostaria de agradecer primeiramente à CAPES pelo subsídio fornecido a mim durante quase dois anos. Além do apoio financeiro, o apoio acadêmico e anímico que tal bolsa de estudos oferece é impar. Também não posso deixar de agradecer a todos os professores do PPGCPol da UFPel pelo apoio e ensinamentos dedicados à minha educação.

Ao meu professor e orientador de longa data, Alvaro Barreto, não tenho palavras que possam definir o quanto ele foi importante para a conclusão dessa etapa. Com seus ensinamentos, desde a época da graduação, pude aprender muito e completar uma importante etapa da minha vida acadêmica. Com certeza, ele é parte fundamental desse processo e o agradeço muito pela confiança e principalmente pela paciência.

Resumo

LIMA, Rafael Nachtigall. **Vereadores candidatos nas eleições para deputado no Rio Grande do Sul (2002-2010): ambição política, resultados e continuidade da carreira.** 2013. 218f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O trabalho tem por objeto os vereadores que concorreram a deputado (federal ou estadual) do Rio Grande do Sul, nas eleições de 2002, 2006 e 2010. Tem por objetivo identificar: tamanho do município no qual exercem o cargo, partidos aos quais estão vinculados, características de carreira que apresentam (número de mandatos exercidos e posicionamento na lista pela qual concorreram no pleito municipal), bem como resultados obtidos. Pretende, também, analisar como essas variáveis operam isolada ou conjuntamente e predisõem o vereador a manifestar essa ambição progressiva e a obter um determinado resultado. Como a parcela dos vereadores que alcançam esse objetivo é pequena, o estudo também se volta a identificar e a analisar a continuidade da carreira dessas personagens, ou seja, as decisões tomadas e os resultados obtidos no pleito municipal seguinte a aquele em que concorreu a deputado (no caso, 2004, 2008 e 2012).

Palavras-chave: Vereadores; ambição; deputados; carreira

Abstract

LIMA, Rafael Nachtigall. **City councilors candidates in elections for deputy in Rio Grande do Sul (2002-2010): political ambition, results and career continuity.** 2013. 218f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The work's purpose city councilors who ran for Congress (federal or state) of Rio Grande do Sul, in the elections of 2002, 2006 and 2010. Aims to identify: the size of the municipality in which exercise the office, parties to which they are linked, career characteristics that present (number of mandates exercised and positioning in the list for which competed in municipal elections), as well as results. It also intends to analyze how these variables operate individually or together and predispose Councilman to manifest this progressive ambition and get a certain result. As the proportion of councilors who achieve this goal is small, the study also turns to identify and analyze the continuity of the career of these characters, ie, the decisions taken and the results achieved in the next municipal elections in which he ran for Congress (in this case, 2004, 2008 and 2012).

Keywords: City councilors; ambition; representative; career

Lista de Figuras

Quadro 1	Municípios cujos vereadores concorreram a deputado federal e a estadual (RS, 2002-2010)	62
Quadro 2	Média de vereadores candidatos a deputado federal por municípios conforme a quantidade de votantes (RS, 2002-2010)	70
Quadro 3	Municípios por quantidade de votantes cujos vereadores concorreram a deputado federal (RS, 2002-2010)	71
Quadro 4	Média de vereadores candidatos a deputado estadual por municípios conforme a quantidade de votantes (RS, 2002-2010)	73
Quadro 5	Municípios por quantidade de votantes cujos vereadores concorreram a deputado estadual (RS, 2002-2010)	74
Quadro 6	Vereadores que se candidataram a deputado federal por partido diferente daquele pelo qual haviam conquistado o mandato (RS, 2002-2010)	81
Quadro 7	Vereadores que se candidataram a deputado estadual por partido diferente daquele pelo qual haviam conquistado o mandato (RS, 2002-2010)	84
Quadro 8	Faixa percentual de vereadores lançados pelos partidos candidatos a deputado (RS, 2002-2010)	87
Quadro 9	Faixa percentual de vereadores lançados pelos partidos candidatos a deputado federal (RS, 2002-2010)	89
Quadro 10	Faixa percentual de vereadores lançados pelos partidos candidatos a deputado estadual (RS, 2002-2010)	91
Quadro 11	Percentual de vereadores eleitos em relação ao total de vereadores lançados candidato a deputado por partido (RS, 2002-2010)	134
Quadro 12	Vereadores eleitos deputado federal (RS, 2002-2010)	141
Quadro 13	Vereadores eleitos deputados estadual (RS, 2002-2010)	145

Lista de Tabelas

Tabela 1	Vereadores candidatos a deputado em relação ao total de candidatos (RS, 2002-2010)	57
Tabela 2	Vereadores candidatos a deputado em relação ao total de vereadores do estado (RS, 2002-2010)	58
Tabela 3	Vereadores candidatos a deputado federal em relação ao total de candidatos (RS, 2002-2010)	59
Tabela 4	Vereadores candidatos a deputado estadual em relação ao total de candidatos (RS, 2002-2010)	60
Tabela 5	Municípios cujos vereadores se apresentaram como candidatos a deputado federal e estadual (RS, 2002-2010)	61
Tabela 6	Vereadores candidatos a deputado federal e estadual por município (RS, 2002-2010)	64
Tabela 7	Municípios por quantidade de votantes que tiveram vereador candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)	69
Tabela 8	Vereadores candidatos a deputado federal por quantidade de votantes dos municípios (RS, 2002-2010)	69
Tabela 9	Municípios por quantidade de votantes que tiveram vereador candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)	72
Tabela 10	Vereadores candidatos a deputado estadual por quantidade de votantes dos municípios (RS, 2002-2010)	73
Tabela 11	Vereadores candidatos a deputado por quantidade de votantes dos municípios (RS, 2002-2010)	76
Tabela 12	Partidos que apresentaram vereadores como candidatos a deputado e quantidade apresentada (RS, 2002-2010)	77
Tabela 13	Partidos que apresentaram vereadores como candidatos a deputado federal e quantidade apresentada (RS, 2002-2010)	79
Tabela 14	Partidos que apresentaram vereadores como candidatos a deputado estadual e quantidade apresentada (RS, 2002-2010) .	82

Tabela 15	Vereadores candidatos a deputado em relação ao total de candidatos por partido (RS, 2002-2010)	86
Tabela 16	Vereadores candidatos a deputado federal em relação ao total de candidatos por partido (RS, 2002-2010)	88
Tabela 17	Vereadores candidatos a deputado estadual em relação ao total de candidatos por partido (RS, 2002-2010)	91
Tabela 18	Partido e quantidade de votantes dos municípios cujos vereadores foram indicados candidato a deputado (RS, 2002-2010)	93
Tabela 19	Partido e quantidade de votantes dos municípios cujos vereadores foram indicados candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)	94
Tabela 20	Partido e quantidade de votantes dos municípios cujos vereadores foram indicados candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)	95
Tabela 21	Posicionamento na lista do vereador candidato a deputado de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	96
Tabela 22	Posicionamento na lista do vereador candidato a deputado federal de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	97
Tabela 23	Posicionamento na lista do vereador candidato a deputado estadual de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	98
Tabela 24	Quantidade de votantes dos municípios e posição na lista do vereador candidato a deputado de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	99
Tabela 25	Quantidade de votantes dos municípios e posição na lista do vereador candidato a deputado federal de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	100
Tabela 26	Quantidade de votantes dos municípios e posição na lista do vereador candidato a deputado estadual de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	100
Tabela 27	Partido e posição na lista do vereador candidato a deputado de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	101
Tabela 28	Partido e posição na lista do vereador candidato a deputado federal de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	102
Tabela 29	Partido e posição na lista do vereador candidato a deputado estadual de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)	103

Tabela 30	Mandatos como vereador daqueles que foram candidato a deputado (RS, 2002-2010)	103
Tabela 31	Mandatos como vereador daqueles que foram candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)	105
Tabela 32	Mandatos como vereador daqueles que foram candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)	106
Tabela 33	Grandeza eleitoral do município e número de mandatos do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)	107
Tabela 34	Grandeza eleitoral do município e número de mandatos do vereador candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)	107
Tabela 35	Grandeza eleitoral do município e número de mandatos do vereador candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)	108
Tabela 36	Partido e quantidade de mandatos do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)	108
Tabela 37	Partido e quantidade de mandatos do vereador candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)	109
Tabela 38	Partido e quantidade de mandatos do vereador candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)	110
Tabela 39	Posicionamento do vereador candidato a deputado de 2002 a 2010 na lista quando conquistou o cargo na eleição anterior e número mandatos que ele possui (RS, 2000-2008)	111
Tabela 40	Posicionamento do vereador candidato a deputado federal de 2002 a 2010 na lista quando conquistou o cargo na eleição anterior e número de mandatos que ele possui (RS, 2000-2008)	113
Tabela 41	Posicionamento do vereador candidato a deputado estadual de 2002 a 2010 na lista quando conquistou o cargo na eleição anterior e número mandatos que ele possui (RS, 2000-2008)	114
Tabela 42	Vereadores candidatos a deputado com experiência anterior de concorrer ao cargo de deputado (RS, 2002-2010)	115
Tabela 43	Vereadores candidatos a deputado federal com experiência anterior de concorrer ao cargo de deputado (RS, 2002-2010)	115
Tabela 44	Vereadores candidatos a deputado estadual com experiência anterior de concorrer ao cargo de deputado (RS, 2002-2010)	115
Tabela 45	Grandeza eleitoral do município e experiência anterior do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)	117
Tabela 46	Grandeza eleitoral do município e experiência anterior do vereador candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)	117
Tabela 47	Grandeza eleitoral do município e experiência anterior do vereador candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)	118
Tabela 48	Partido que indicou o vereador candidato a deputado e a experiência progressa desse vereador (RS, 2002-2010)	118

Tabela 49	Posição na lista e experiência anterior do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)	119
Tabela 50	Número de mandatos e experiência anterior do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)	120
Tabela 51	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado (RS, 2002-2010)	123
Tabela 52	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado (RS, 2002-2010), considerando as vagas disponíveis	124
Tabela 53	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado federal (RS, 2002-2010)	124
Tabela 54	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual de (RS, 2002-2010)	126
Tabela 55	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual (RS, 2002-2010), considerando as vagas disponíveis	126
Tabela 56	Eleitos deputados federal, conforme a condição (RS, 2002-2010)	128
Tabela 57	Eleitos deputados estadual, conforme a condição (RS, 2002-2010)	128
Tabela 58	Vereadores eleitos deputado por grandeza eleitoral dos municípios em que exerciam o mandato (RS, 2002-2010)	131
Tabela 59	Municípios dos vereadores eleitos deputado (RS, 2002-2010) .	131
Tabela 60	Vereadores candidatos a deputado por grandeza eleitoral dos municípios em que exerciam o mandato (RS, 2002-2010)	132
Tabela 61	Vereadores candidatos a deputado federal por resultado obtido e grandeza eleitoral dos municípios em que exerciam o mandato (RS, 2002-2010)	133
Tabela 62	Vereadores candidatos a deputado estadual por resultado obtido e grandeza eleitoral dos municípios em que exerciam o mandato (RS, 2002-2010)	133
Tabela 63	Partidos dos vereadores eleitos deputado (RS, 2002-2010)	133
Tabela 64	Posicionamento na lista quando escolhidos vereador daqueles que se elegeram deputado de 2002 a 2010 (RS, 2000-2008) ...	135
Tabela 65	Vereadores candidatos a deputado por resultado obtido no período 2002-2010 e posicionamento na lista quando escolhidos vereador (RS, 2000-2008)	136
Tabela 66	Vereadores candidatos a deputado federal por resultado obtido no período 2002-2010 e posicionamento na lista quando escolhidos vereador (RS, 2000-2008)	136
Tabela 67	Vereadores candidatos a deputado estadual por resultado obtido no período 2002-2010 e posicionamento na lista quando escolhidos vereador (RS, 2000-2008)	136

Tabela 68	Número de mandatos exercidos pelos vereadores eleitos deputado (RS, 2002-2010)	136
Tabela 69	Vereadores candidatos a deputado por resultado obtido no período e número de mandatos na Câmara Municipal (RS, 2002-2010)	136
Tabela 70	Vereadores candidatos a deputado federal por resultado obtido no período e número de mandatos exercidos na Câmara Municipal (RS, 2002-2010)	136
Tabela 71	Vereadores candidatos a deputado estadual por resultado obtido no período e número de mandatos na Câmara Municipal (RS, 2002-2010)	138
Tabela 72	Vereadores eleitos deputado e experiência anterior em concorrer ao cargo (RS, 2002-2010)	138
Tabela 73	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado e a experiência anterior de concorrer ao cargo (RS, 2002-2010)	139
Tabela 74	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado federal e a experiência anterior de concorrer ao cargo (RS, 2002-2010)	139
Tabela 75	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual e a experiência anterior de concorrer ao cargo (RS, 2002-2010)	139
Tabela 76	Classificação dos vereadores concorrentes a deputado federal conforme o desempenho eleitoral (RS, 2002-2010)	153
Tabela 77	Classificação dos vereadores concorrentes a deputado estadual conforme o desempenho eleitoral (RS, 2002-2010)	153
Tabela 78	Posicionamento na lista dos vereadores que concorreram a deputado e não se elegeram (RS, 2002-2010)	155
Tabela 79	Posicionamento na lista dos vereadores que concorreram a deputado federal e não se elegeram (RS, 2002-2010)	156
Tabela 80	Posicionamento na lista dos vereadores que concorreram a deputado estadual e não se elegeram (RS, 2002-2010)	156
Tabela 81	Colocação como suplente dos vereadores que concorreram a deputado e não se elegeram (RS, 2002-2010)	157
Tabela 82	Colocação como suplente dos vereadores que concorreram a deputado federal e não se elegeram (RS, 2002-2010)	158
Tabela 83	Colocação como suplente dos vereadores que concorreram a deputado estadual e não se elegeram (RS, 2002-2010)	159
Tabela 84	Cargo disputado na eleição municipal seguinte pelos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso (RS, 2004-2012)	166

Tabela 85	Cargo disputado na eleição municipal seguinte pelos vereadores candidatos a deputado federal de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso (RS, 2004-2012)	170
Tabela 86	Cargo disputado na eleição municipal seguinte pelos vereadores candidatos a deputado estadual de 2002 a 2010 e que não tiveram sucesso (RS, 2004-2012)	171
Tabela 87	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram ao executivo na eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)	172
Tabela 88	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado federal de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram ao executivo na eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)	173
Tabela 89	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram ao executivo na eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)	173
Tabela 90	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram à reeleição (RS, 2004-2012)	174
Tabela 91	Resultado obtido pelos vereadores eleitos em 2008 candidatos a deputado que concorreram à reeleição em 2012, distinguido pela situação do município quanto ao número de vagas disponíveis (RS, 2012)	176
Tabela 92	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado federal de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram à reeleição (RS, 2004-2012)	177
Tabela 93	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram à reeleição (RS, 2004-2012)	177
Tabela 94	Resultado e posicionamento na lista obtido pelos vereadores que não se elegeram deputado de 2002 a 2010 ao concorrerem à reeleição (RS, 2004-2012)	178
Tabela 95	Resultado e posicionamento na lista obtido pelos vereadores que não se elegeram deputado de 2002 a 2010 ao concorrerem à reeleição (RS, 2004-2012)	179
Tabela 96	Resultado e posicionamento na lista obtido pelos vereadores que não se elegeram deputado federal de 2002 a 2010 ao concorrerem à reeleição (RS, 2004-2012)	180
Tabela 97	Resultado e posicionamento na lista obtido pelos vereadores que não se elegeram deputado estadual de 2002 a 2010 ao concorrerem à reeleição (RS, 2004-2012)	180

Tabela 98	Colocação como suplente dos vereadores que não se elegeram ao concorrer a deputado de 2002 a 2010 e não conseguiram renovar o mandato na eleição subsequente (RS, 2004-2012)	180
Tabela 99	Colocação como suplente dos vereadores que não se elegeram ao concorrer a deputado federal de 2002 a 2010 e não conseguiram renovar o mandato na eleição subsequente (RS, 2004-2012)	180
Tabela 100	Colocação como suplente dos vereadores que não se elegeram ao concorrer a deputado estadual de 2002 a 2010 e não conseguiram renovar o mandato na eleição subsequente (RS, 2004-2012)	180
Tabela 101	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado de 2002 a 2008 ao disputarem a reeleição e votação em relação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)	181
Tabela 102	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2008 ao disputarem a reeleição e votação em relação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)	182
Tabela 103	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2008 ao disputarem a reeleição e votação em relação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)	183
Tabela 104	Intensidade do crescimento da votação do vereador quando concorreu a deputado de 2002 a 2010 e não se elegeu e variação da votação ao concorrer à reeleição, ambas em comparação à votação obtida ao conquistar o mandato (RS, 2000-2012)	184
Tabela 105	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e posicionamento na lista em comparação ao pleito municipal anterior (RS, 2000-2012)	186
Tabela 106	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e posicionamento na lista em comparação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)	187
Tabela 107	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e posicionamento na lista em comparação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)	187
Tabela 108	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado entre 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e quantidade de mandatos (RS, 2004-2012)	189

Tabela 109	Número de mandatos e votação dos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 ao tentarem a reeleição em comparação à eleição municipal anterior (RS, 2012)	190
Tabela 110	Número de mandatos e votação dos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 ao tentarem a reeleição em comparação à eleição municipal anterior (RS, 2012)	190
Tabela 111	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e quantidade de mandatos (RS, 2004-2012)	191
Tabela 112	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e quantidade de mandatos (RS, 2004-2012)	191
Tabela 113	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e grandeza eleitoral do município em que exercem o mandato (RS, 2004-2012)	192
Tabela 114	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e grandeza eleitoral do município em que exercem o mandato (RS, 2004-2012)	193
Tabela 115	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição e grandeza eleitoral do município em que exercem o mandato (RS, 2004-2012)	193
Tabela 116	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado de 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição conforme o partido (RS, 2004-2012)	195
Tabela 117	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição conforme o partido (RS, 2004-2012)	196
Tabela 118	Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição conforme o partido (RS, 2004-2012)	197
Tabela 119	Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram na eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)	198
Tabela 120	Situação dos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso após a eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)	199

Lista de Abreviaturas e Siglas

DEM	Democratas
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
Prona	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro

PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSL	Partido Social Liberal
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PSD	Partido Social Democrata
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde
RS	Rio Grande do Sul
TRE-RS	Tribunal Regional Eleitoral - Rio Grande do Sul
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

Sumário

Resumo	5
Abstract	6
Lista de Figuras	7
Lista de Tabelas	8
Lista de Abreviaturas e Siglas	16
Introdução	20
Capítulo 1 Vereador: posicionamento na hierarquia dos cargos eletivos, ambição política e motivações para concorrer a deputado	32
1.1 O Vereador na hierarquia dos cargos políticos	33
1.2 A Ambição política e os vereadores	39
1.3 As Razões pelas quais os partidos poderiam selecionar vereadores como candidatos a deputado	45
1.4 As Motivações para concorrer a deputado	50
Capítulo 2 Os Vereadores que concorreram a deputado (2002 a 2010)	56
2.1 Panorama geral	57
2.2 Municípios pelos quais concorreram	60
2.2.1 Identificação	61
2.2.2 Grandeza eleitoral	68
2.3 Partidos pelos quais concorreram	77
2.3.1 Identificação	77
2.3.2 Intensidade da preferência	86
2.4 As Características políticas do vereador candidato	95
2.4.1 Posicionamento na lista	96
2.4.2 Número de mandatos	103
2.4.3 Experiência anterior	115
Capítulo 3 O Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado (2002 a 2010)	122
3.1 Resultado obtido	123
3.2 Indicadores de desempenho dos eleitos	131
3.3 Os Eleitos em detalhes	141

3.4 Os que não se elegeram	152
Capítulo 4 A trajetória posterior dos vereadores pretendentes a deputado (2004-2012)	162
4.1 As Escolhas na eleição municipal subsequente	166
4.2 Resultados alcançados	172
4.2.1 Cargos executivos	172
4.2.2 Cargo legislativo	174
4.2.3 Indicadores de desempenho dos candidatos à reeleição	178
4.2.3.1 Posicionamento na lista	178
4.2.3.2 Ordem de suplência	180
4.2.3.3 Votação em relação ao pleito anterior	182
4.2.3.4 Posicionamento na lista em relação ao pleito anterior	186
4.2.3.5 Quantidade de mandatos	189
4.2.4 Os Fatores município e partido para os pretendentes à reeleição	192
4.3 O Destino dos vereadores: visão de conjunto	198
Conclusão	201
Referências	208

Introdução

Esta dissertação tem por objeto os vereadores que concorreram a deputado estadual e a deputado federal no Rio Grande do Sul, nas eleições de 2002, 2006 e 2010. A intenção é a de identificar os resultados por eles obtidos e o impacto que tem essa ambição progressiva, essa disposição para crescer na hierarquia política nacional, na continuidade imediata da carreira no caso daqueles que não conquistaram a condição de deputado.

A personagem principal da pesquisa, o vereador, constitui um cargo peculiar na estrutura da hierarquia da carreira política brasileira. Embora inexista um amplo consenso sobre como a carreira se organiza no país, os estudiosos concordam que o vereador constitui a base e, também, o posto eletivo mais disponível. De fato, no período em análise (2000-2012), havia de 51 mil a 58 mil cadeiras em disputa no país.

A ampla disponibilidade faz com que ele seja encarado por alguns analistas como o “ponto de partida” da carreira política (NOLL; LEAL, 2008), a função em que ocorre o treinamento e o aprendizado necessários para o político alcançar postos mais elevados, bem como aquele que consta no currículo da maior parte da classe política que exerce posto mais alto. No entanto, e a partir da mesma lógica, ele é para a maioria o único cargo eletivo a ser exercido, o resumo da carreira política, que, por esse motivo ganha características de ser estática. Essa constatação se dá pelo fato de que muitos ou a quase maioria daqueles que começam nos legislativos municipais não possuem condições para avançar a outros postos, sendo mais comum encontrar vereadores com carreiras inteiras dentro das câmaras municipais (PINTO, 1998; MALUF, 2006).

Deve-se acrescentar que o cargo de vereador tem recebido pouca atenção dos estudiosos, talvez em função do fato de ser tão comum e de estar atrelado à escala local, ao mesmo tempo micro em relação aos níveis estadual e nacional, e muito diversificada entre si, o que transforma quase todas as investigações em estudos de caso. Assim, embora mais recentemente as pesquisas sobre carreiras políticas tenham ganhado impulso e se consolidado no ambiente acadêmico brasileiro (MARENCO DOS SANTOS, 2000; MIGUEL, 2003; LEONI, PEREIRA; RENNÓ, 2003; BOURDOUKAN, 2006), não tão intensa é a quantidade de estudos que versaram sobre carreiras políticas outras que não a de deputado federal.

A dissertação se propõe a analisar, então, como já foi apontado, alguns desses vereadores que se propõe a não serem estáticos e a ascender na carreira. Especificamente, ela tem por objeto o conjunto de vereadores que concorreram a deputado federal ou a deputado estadual no Rio Grande do Sul nas três eleições mais recentes (2002, 2006 e 2010). Ao considerar políticos que se dispuseram a buscar um posto mais alto na hierarquia de cargos do país insere-se na temática da ambição e da carreira política.

Ao agregar as problemáticas de carreiras políticas com a do cargo de vereador podem-se extrair elementos que expliquem além do motivo da presença, o motivo do sucesso ou do fracasso eleitoral desses atores em pleitos para a Câmara de Deputados e para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Isso se dá especialmente porque se, de um lado, para a literatura de carreiras políticas, identificar trajetórias políticas torna-se relevante, pois é uma forma de revelar qual a experiência política adquirida nos cargos anteriores e o grau de treinamento político dos candidatos (MARENCO DOS SANTOS, 2000; SANTANA, 2008); de outro lado, têm como enfoque principal o que o cargo pode trazer de constrangimento ou de vantagem para o avanço na carreira política (PINTO 1998; KERBAUY, 2005; MALUF, 2006; NOLL; LEAL, 2008; CARNEIRO; ALMEIDA, 2008; BARRETO, 2008; ALTMANN, 2010).

Dessa forma, o problema de pesquisa passa a ser: qual o impacto do fato de concorrer aos cargos de deputado estadual ou de deputado federal no Rio Grande do Sul nas eleições de 2002, 2006 e 2010, na carreira política dos vereadores que se dispuseram a tal? A pergunta motivadora tem nítido caráter descritivo, pois exige apresentar os resultados obtidos por esses vereadores, mas em realidade a amplitude do questionamento é maior, pois abrange, ainda, a ambição política

demonstrada por eles e como essa ambição se relaciona com a continuidade da própria carreira política.

De um lado, portanto, o problema está centrado nos resultados obtidos pelos vereadores que concorreram a deputado e na ambição que essa disposição revela. Embora a resposta possa parecer óbvia: eles buscam tornar-se deputado, ela não é tão evidente assim, pois, seguindo os fundamentos da teoria da ambição política, tal como formulada originalmente por Schlesinger (1966) e amplamente utilizada desde então, bem como as máximas da teoria da escolha racional, os vereadores efetivamente podem ter vontade de ascender, mas sabem que a empreitada é bastante difícil, razão pela qual a ampla maioria não se dispõe a tal. Logo, é válido, sim, perguntar sobre quem são e qual a expectativa dos vereadores que, apesar dos desestímulos institucionais, concorrem a deputado, bem como saber o resultado obtido.

De outro, tendo em vista a dificuldade associada à conquista de uma cadeira de deputado e a presumível resposta de que a maioria não tenha conseguido atingir este objetivo, é valioso saber o impacto que tal tentativa teve para a continuidade da carreira política. Em termos bem diretos: o que os não eleitos a deputados fizeram dois anos depois, quando o mandato de vereador estava por se encerrar e eles precisavam decidir sobre a continuidade ou não da carreira? Eles desistiram de concorrer, apresentaram-se para um novo mandato legislativo ou procuraram avançar em direção ao executivo municipal? E no caso de concorrer, obtiveram sucesso? A depender dessas respostas, é possível considerar a disposição de concorrer a deputado em outra perspectiva, não tão centrada em objetivos e racionalidade de curto prazo (tornar-se deputado), e sim em retorno de maior amplitude, voltada especificamente a ganhos em escala local: reforçar a possibilidade de reeleição, ganhar destaque para se credenciar ao cargo executivo etc.

O fato gerador, então, concorrer a deputado, não precisa estar diretamente vinculado à ambição mais evidente, tornar-se deputado, e não obter tal resultado não é sinônimo de fracasso. Além de ter em vista o próximo pleito municipal, o vereador ainda pode objetivar outras intencionalidades não diretamente eleitorais, como obter vantagens no interior do partido dele, tais como: nomeações para outros cargos, influência etc.

No entanto, é importante destacar, como essas intenções são variáveis entre os indivíduos, algumas não são verbalizadas ou sequer articuladas de modo tão explícito, o trabalho não se centra simplesmente em especular quais seriam tais intenções, e sim em deduzi-las a partir das decisões concretas tomadas pelos atores, isto é, identificá-las por aquilo que os atores fizeram.

Assim, o objetivo geral da pesquisa é o de analisar qual impacto teve para a carreira política dos vereadores o fato de eles concorrerem a deputado estadual ou a deputado federal no Rio Grande do Sul nas eleições de 2002, 2006 e 2010. Como parte dessa empreitada, tem-se como objetivos específicos: (a) identificar quem são os vereadores que se dispuseram a concorrer a deputado; (b) identificar os resultados e o desempenho por eles obtidos; (c) relacionar esses resultados e esses desempenhos com as variáveis utilizadas (tamanho eleitoral do município em que era vereador; partidos pelo qual concorreu; posicionamento na lista ao se eleger vereador; quantidade de mandatos já exercidos; experiência política prévia de concorrer a deputado); (d) analisar as decisões políticas tomadas pelos vereadores que não se elegeram deputado no pleito municipal subsequente a aquele em que concorreram à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa; (e) identificar o resultado obtido por aqueles que decidiram concorrer nas eleições municipais subsequentes.

A partir do problema e do objetivo central, o conceito de ambição política ganha destaque. Na literatura sobre carreiras políticas, uma linha de análise, calcada na contribuição de Schlesinger (1966), tende a defender o fato de que é a ambição que molda o comportamento dos atores políticos (SAMUELS, 2000, 2003; SANTANA, 2008). Dessa forma, os vereadores que concorrem a cargos maiores o fazem com a ambição, seja ela produto da vontade de ter recursos maiores a sua disposição, da maior visibilidade que o cargo lhe emprestará ou qualquer outro motivador de avanço na carreira política, seja ela causada pela ambição de permanecer com seu nome em destaque para concorrer à reeleição.

Neste momento, uma ressalva há de ser feita. Apesar de que possa à primeira impressão assim parecer, não é somente a ambição que molda o comportamento dos atores políticos. Os autores dessa linha de análise também acreditam que as regras a que estão sujeitos constroem ou incentivam o comportamento dos atores políticos no período eleitoral. Antes de tudo, a leitura que os atores fazem é, principalmente, da “viabilidade eleitoral dessa escolha” (LEONI;

PEREIRA; RENNÓ, 2003, p.46), ou seja, mais importante do que concorrer para vencer, é concorrer sabendo de suas chances nas eleições e incluir tal disputa no elenco de perspectivas mais amplas da carreira.

A hipótese do trabalho é a de que, baseado no modelo de ambição política, existem dois tipos de vereadores que se tornam candidatos a deputado estadual e a federal. O primeiro tipo é classificado como o político com ambição progressiva e é aquele vereador que concorre com a intenção de avançar na carreira política, ou seja: baseado na leitura que ele faz de sua atuação como vereador, especialmente levando em conta o tamanho do município, sua candidatura é fruto de sua ambição de tornar-se deputado estadual ou deputado federal. O segundo tipo, mais comum, diz respeito àqueles que concorrem a deputado mesmo sabendo que não têm condições de se eleger e que o fazem por duas razões básicas: (a) atendem uma exigência do partido ou da coligação, com vistas a propiciar a formação de “dobradinhas” para os candidatos competitivos e uma base de apoio mais sólida na cidade/região do vereador, e com isso esperam obter vantagens ao “demonstrarem serviço”; (b) garantir a divulgação dos seus nomes com vistas à futura eleição municipal, seja para fortalecer a tentativa de renovar o mandato, seja se projetar como um nome viável para concorrer ao executivo. Desse modo, pode-se dizer que, em termos de carreira política, o vereador que se dispõe a concorrer a deputado o faz impulsionado por uma ambição calcada em fins de curto prazo (eleger-se e tornar-se deputado) ou de médio prazo (não se eleger, mas qualificar o seu nome para a disputa de âmbito municipal). Ou seja, independentemente do resultado obtido no pleito para deputado, ele persegue benefícios que garantam a continuidade da carreira política.

Como justificativas teóricas e práticas, a importância do trabalho é permear o campo de estudo das carreiras políticas. Mais notadamente, estudar o caso dos vereadores, uma vez que os trabalhos que têm como foco o estudo das carreiras políticas no Brasil estão prioritariamente focados naqueles atores que detêm o cargo de deputado federal. Este, além de ser o mais importante cargo legislativo conquistado por meio de pleitos proporcionais, também apresenta uma grande facilidade no que se refere à busca de dados.

Essa linha de estudo está interessada em identificar tanto os aspectos que motivam os agentes políticos quanto os constrangimentos (tanto no âmbito eleitoral, quanto no âmbito partidário) impostos a eles para participar da disputa de cargos

políticos. Ainda que esse objetivo contemple a maior parte dos estudos sobre as carreiras políticas, o principal enfoque é mapear o percurso dessas carreiras, ou seja, identificar os cargos (eletivos ou não) ocupados pelos políticos até alcançarem um determinado posto, principalmente, como acima mencionado, o de deputado federal.

Ainda que existam trabalhos preocupados em analisar as carreiras políticas de vereadores, é notada a ausência de estudos sobre carreira política que tenham como principal enfoque os vereadores que ambicionam avançar na carreira política, concorrendo aos cargos de deputado. Avançando nesse aspecto, existem poucos trabalhos que se preocupam com aquela fatia de candidatos que concorrem com outros objetivos, para além da vitória eleitoral – como mencionado na hipótese, existem aqueles candidatos que, mesmo com a percepção de que suas chances de vitória são inexistentes, apresentam-se à disputa. Outra importante contribuição da presente dissertação é tentar avançar nos estudos que mostram o cargo tentado como o ponto alto do objetivo do político, ou seja, ao verificar os passos posteriores à candidatura aos cargos de deputado dos vereadores que falharam à conquista da vitória, pretende-se avançar no entendimento das ambições de um ator político.

Em termos metodológicos, o primeiro e mais fundamental procedimento foi o de identificar os vereadores que concorreram a deputado estadual ou a federal. Esclarece-se, então, que o critério fundamental para incluir algum político no estudo (ser considerado vereador) é o fato de ele ter sido eleito vereador no pleito imediatamente anterior (em termos concretos: 2000 para os que concorreram em 2002; 2004 para os que se apresentaram em 2006; 2008 para os que pleitearam cargo em 2010), ainda que não estivesse mais no exercício do cargo legislativo municipal. Por outro lado, indivíduos que tivessem ficado como suplente e concorressem a deputado não foram incluídos, ainda que estivessem no exercício da vereança, seja em caráter definitivo, seja de modo provisório.

À primeira vista, tal tarefa era simples: bastava identificar, no conjunto de candidatos a deputados de 2002, 2006 e 2010, quais haviam se eleito vereador em 2000, 2004 e 2008, o que seria obtido a partir da simples conferência nos dados apresentados pelos candidatos à Justiça Eleitoral ao serem registrados, uma vez que eles deveriam declarar sua ocupação. Assim sendo, o primeiro passo deu conta de analisar aqueles candidatos que declararam como sua ocupação principal, de acordo com os registros do sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o cargo de

“vereador”. Mas, o trabalho encontrou alguns desvios nessa lógica. Um exemplo: Miriam Marroni – vereadora eleita em Pelotas, em 2008, e deputada estadual eleita, em 2010 – consta como psicóloga nos registros eleitorais.

Na prática, portanto, foram encontradas muitas dificuldades na realização. Sem ter a certeza de que a ocupação registrada na Justiça Eleitoral fora fiel à ocupação procurada pelo trabalho, foi necessário fazer a confirmação candidato por candidato. No conjunto, foram pesquisados 2.298 concorrentes a deputado federal e a estadual nos três pleitos em análise¹. Lembra-se, ainda, que o Rio Grande do Sul possui quase 500 municípios e, em tese, os vereadores de cada um deles poderiam ter sido candidatos, ou seja, era preciso ter a certeza de que aquele candidato era (ou não era) vereador, o que exigiu percorrer a listagem dos eleitos em todos os municípios do estado em 2000, 2004 e 2008.

Uma facilidade nesse processo é o fato de a maioria dos candidatos ter alguns redutos eleitorais ou inserção regional, o que tornava possível, quando era identificada a qual região cada um pertencia, reduzir a quantidade de municípios a serem pesquisados.

Em contrapartida, uma grande dificuldade foi o nome com o qual o candidato concorreu. Há discrepâncias nos registros eleitorais entre uma eleição e outra. Se nas mais recentes (2008, 2010 e 2012) o problema não existe, nas eleições anteriores o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) cataloga os resultados conforme o nome registrado pelo partido.

Assim, grande parte dos candidatos concorreu utilizando os nomes pelos quais eram reconhecidos numa eleição para mais tarde serem registrados com seus nomes completos. Os exemplos são dos mais variados e vão desde os que concorriam utilizando apenas o primeiro nome (Manuela D’Ávila era somente Manuela em 2004 e em 2006) ou o sobrenome (Jesus Humberto Coffi Rodrigues, fora eleito como Coffi em Canoas nas eleições 2000) até aqueles que se faziam valer de apelidos.

O caso dos apelidos era o de mais difícil identificação. Um exemplo: Carlos Eduardo Colombo foi eleito vereador em Bagé em 2000 e dois anos depois concorreu a deputado estadual como “Dudu”. A simples comparação dos resultados

¹ Esses números dão conta do universo de candidatos que concorreram às eleições nos três pleitos analisados. Em realidade esse número é menor em um único aspecto: aqueles deputados que concorriam à reeleição não faziam parte da análise, uma vez que não poderiam ser vereador.

eleitorais constantes no site do TRE-RS não permite identificar “Dudu” como “Carlos Eduardo Colombo”. Os resultados relativos a 2006 e a 2010 permitem identificar o nome do candidato que concorreu com um apelido ou apenas com parte do nome. Assim, embora conste como “Cururu”, esse candidato a deputado federal em 2006 pode ser identificado como “Carlos Roberto dos Santos Insaurriaga” ao clicar sobre o nome registrado.

Após um longo e exaustivo trabalho de pesquisa foram definidos 348 vereadores que concorreram a deputado, 87 a federal e 261 a estadual em 2002, 2006 e 2010. Este se constituiu o universo de casos a ser efetivamente trabalhado pela dissertação. Como já ficou evidente, nesse processo de identificação dos vereadores e das características a ele associadas que serão discriminadas a seguir, a fonte principal para a coleta dos dados foi o sítio do TRE-RS e subsidiariamente o do TSE.

Vencida essa etapa, era preciso associar a esses vereadores candidatos a deputado as informações que o trabalho previamente selecionara e que formariam a base das análises pretendidas. As primeiras características diziam respeito ao desempenho no pleito em que se apresentaram como pretendentes ao cargo de deputado (2002, 2006 e 2010): qual o resultado obtido (eleitos ou não), partidos pelo qual concorreram, quantidade de votos conquistados, posicionamento na lista a qual faziam parte e, no caso de terem ficado como suplentes, qual o posicionamento.

As seguintes se referiam à condição de vereador e, portanto, foram pesquisadas nas eleições imediatamente anteriores às referidas acima (2000, 2004 e 2008). A informação principal era o município no qual fora eleito, pois saber em qual localidade ele exercia a vereança se reflete na perspectiva da quantidade de votos que ele tende a fornecer como potencial para cada candidato conquistar ou não a cadeira. O tamanho do município foi considerado pelo comparecimento dos eleitores nas urnas nas eleições analisadas.

Após essa identificação, foi feita a coleta dos dados relativos à votação alcançada quando conquistaram a cadeira de vereador, novamente utilizando como medidas o partido político pelo qual concorrera, o percentual de votos válidos e a posição na lista em que havia concorrido a vaga na câmara municipal.

Um terceiro bloco de dados foi agregado: número de mandatos desse vereador e se ele já havia concorrido a deputado anteriormente. O objetivo primordial do trabalho aqui é identificar a experiência política desses vereadores

antes de tentar o posto de deputado. O principal intuito do trabalho foi identificar quantos mandatos o vereador havia conquistado nas eleições anteriores para as câmaras municipais.

Se a obtenção das informações presentes nos dois primeiros blocos exigiu pesquisar os resultados eleitorais do período 2000-2010, o terceiro implicou percorrer estes e também os demais dados que a Justiça Eleitoral disponibilizava, ou seja, os pleitos para deputado a partir de 1990 (1990, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010), mais a relação de vereadores eleitos de pleitos precedentes a 2000: no caso de alguns municípios, as informações chegavam à década de 1950, em outros começam nos anos 1960. Isso porque, nos dois primeiros blocos o dado necessário era obtido basicamente por meio da coleta, enquanto estes tiveram de ser construídos a partir das informações coletadas.

A última missão foi a de verificar a trajetória política posterior à candidatura aos cargos de deputado dos vereadores que não se elegeram. O foco principal do trabalho passou a ser, então, identificar o próximo passo dos que saíram derrotados das eleições para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa. Assim sendo, para os vereadores que foram eleitos em 2000 e se candidataram em 2002, foi pesquisado o rumo nas eleições de 2004. Da mesma forma, para aqueles que se candidataram em 2006, se fez necessário pesquisar as eleições de 2008 e, finalmente, para os vereadores que se aventuraram nas eleições de 2010, depois de terem sido eleitos vereadores em 2008, foi estudado o movimento escolhido nas eleições de 2012.

Este estágio foi menos problemático, pois, em cada município, já se conhecia o vereador cujas informações eram procuradas. Com isso, o intuito do trabalho foi o de identificar se a candidatura ao cargo, tanto de deputado federal quanto ao de deputado estadual, mostrou-se benéfica ou não para a reeleição desse candidato ou para que ele concorresse ao executivo municipal. Dessa forma, para aqueles vereadores que decidiram concorrer à reeleição, primeiramente se fez necessário identificar se houve sucesso ou não (com a obtenção da suplência ou mesmo com a não eleição). Uma vez identificado o fracasso ou o sucesso, o trabalho tratou de verificar o desempenho eleitoral desses candidatos entre as duas eleições: aquela que lhe dera o cargo que lhe conferiu, de certa forma, a oportunidade de concorrer a deputado e aquela após essa candidatura propriamente dita.

Para tal, a mesma espécie de dados pesquisada anteriormente fora aqui contemplada. Isto é, além de dados que indicassem os partidos pelos quais concorreram entre as duas eleições, foram verificados: o percentual de votos válidos e a posição da lista entre a eleição da conquista do cargo e a eleição após concorrer ao cargo de deputado.

Ainda assim, houve situações em que foi preciso agregar outras fontes, especialmente no caso daqueles que não foram encontrados no site da Justiça Eleitoral (não concorreram à reeleição nem a prefeito). Tratam-se, basicamente, dos que não disputaram a eleição ou pleitearam ser vice-prefeito, cujo nome não consta na relação de resultados do TRE-RS. Para solucionar essas dúvidas, algumas fontes alternativas foram utilizadas, especialmente sites de jornais, dos próprios políticos, mas é preciso fazer especial referência ao banco de dados disponibilizado pelo UOL, o qual se revelou muito útil.

Além desse conjunto de dados de base eminentemente quantitativa, a pesquisa procurou agregar informações qualitativas, especialmente no caso dos vereadores eleitos deputado e no dos que, não tendo se eleito, também não se apresentaram à reeleição na disputa municipal. No caso dos primeiros, a intenção era formular um perfil desses eleitos, seguindo especialmente as sugestões de pesquisa indicadas por Bourdieu (1989) em torno do tipo de capital político que eles ostentavam. No caso dos segundo, o objetivo era entender melhor as razões pelas quais eles preferiram ficar sem mandato ou, eventualmente, encerrar a carreira política.

A dissertação se estrutura em quatro capítulos. No primeiro busca-se entender o cargo de vereador, dentro da literatura sobre carreiras políticas no Brasil, tanto em termos de sua hierarquia no arranjo político brasileiro quanto às razões pelas quais seus detentores concorrem a deputado.

Para contemplar esses objetivos, o capítulo foi dividido em quatro seções. Na primeira, discute-se a inserção do cargo de vereador na hierarquia dos postos políticos brasileiros e as consequências decorrentes desse posicionamento. A segunda enfoca a teoria da ambição política e procura adequá-la às peculiaridades da vereança. A terceira seção ingressa na discussão mais específica da dissertação, elenca as razões pelas quais os partidos políticos indicariam vereadores como candidatos a deputado. Na mesma perspectiva, a quarta pondera as prováveis motivações dos próprios vereadores para pretenderem se tornar deputado.

No segundo capítulo se dá o começo da apresentação e análise dos dados. Com o intuito de identificar quais características apresentam os vereadores que ambicionam se tornar deputado federal ou estadual, ele apresenta a proporção de vereadores que se candidataram a esses cargos entre as eleições de 2002 e 2010, discrimina os municípios e partidos desses candidatos e aponta a experiência política em termos de mandatos cumpridos e posicionamento na lista quando da eleição a vereador.

Novamente, o capítulo se organiza em quatro seções: a primeira descreve apenas a presença dos vereadores nos pleitos; a segunda tem como preocupação os municípios desses vereadores; a terceira analisa os partidos e na última as características políticas do vereador candidato.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados obtidos pelos vereadores que concorreram a deputado. Com o intuito de facilitar o entendimento do leitor, quatro seções são expostas no capítulo. Na primeira, apenas há o registro das tentativas desses vereadores em se tornarem deputados, seja com sucesso ou não. A segunda relaciona, entre os que se elegeram, além das variáveis utilizadas pelo trabalho, informações mais pontuais, tendo como foco retratar melhor os motivos desse sucesso. Os que não se elegeram, a grande maioria dos casos estudados, configuram a atenção da última seção, na qual são apresentados seus desempenhos eleitorais. Como o intuito é identificar as razões pelas quais um índice tão expressivo deles não tenha conseguido se eleger, além dos indicadores usados normalmente pelo trabalho, em conjunto com a posição conquistada na lista de suplentes, outro indicador importante pode ser construído a partir das sugestões de Guarnieri (2004).

No último capítulo, voltado às eleições municipais seguintes e organizado em três seções, são trabalhados somente os vereadores que não conseguiram se eleger deputado nas eleições analisadas. A seção um apresenta e analisa as escolhas que os vereadores candidatos a deputado realizaram quando da chegada da eleição municipal. A dois descreve e interpreta os resultados obtidos por aqueles que decidiram concorrer a um novo mandato eletivo. Ela se subdivide em quatro partes: a primeira está centrada naqueles que concorreram a um cargo executivo; a segunda naqueles que pleitearam a reeleição; a terceira procura construir indicadores de desempenho capazes de dimensionar com mais detalhamento os fatores que levaram os vereadores pretendentes à reeleição a obterem os resultados

anteriormente apresentados; e a quarta se centra em duas variáveis anteriormente utilizadas, o tamanho do município (medido em quantidade de votantes) no qual exerce o mandato e o partido pelo qual o vereador concorreu. A seção derradeira sintetiza as informações anteriores e constrói o cenário do que ocorreu com os vereadores que pretenderam ser deputado após a realização da eleição de âmbito municipal imediatamente subsequente àquela em que manifestou tal ambição progressiva.

Capítulo 1 Vereador: posicionamento na hierarquia dos cargos eletivos, ambição política e motivações para concorrer a deputado

Este capítulo tem como foco o cargo de vereador. Dois são os objetivos principais que ele busca realizar: o primeiro é o de identificar as peculiaridades do vereador na hierarquia dos postos políticos brasileiros e, desse modo, verificar como a teoria da “ambição”, hegemônica nessa questão, pode ser aplicada para entendê-lo com mais propriedade. O segundo, mais focado no objeto específico de estudos, os vereadores que concorrem a deputado, especula as razões para que esses indivíduos manifestem tal ambição, assim como para que os partidos os selecionem e apresentem como candidato.

O meio pelo qual se pretende atingir esses objetivos é a revisão de literatura relativa ao tema, especialmente aquela nacional, pois mais atenta às circunstâncias do sistema político nacional, o que não significa ignorar a bibliografia internacional, e sim incluí-la por intermédio dos filtros da aplicação ao país. Foi dada preferência a estudos mais recentes, não só porque essa vertente analítica tem ganhado impulso e produzido mais trabalhos há pouco tempo, mas também porque é na atual hierarquia de cargos e no atual calendário eleitoral que os vereadores objeto desta pesquisa operaram e realizaram suas decisões. Assim, estudos anteriores à atual Constituição versam sobre uma outra estrutura de oportunidades – para utilizar um termo caro a este tipo de literatura – e, assim, a outras condicionantes e perspectivas.

O capítulo se organiza em quatro seções. A primeira aborda a inserção do cargo de vereador na hierarquia dos postos políticos brasileiros e as consequências decorrentes desse posicionamento. A segunda enfoca a teoria da ambição política e procura adequá-la às peculiaridades da vereança. A terceira, que já ingressa na discussão mais específica da dissertação, elenca as razões pelas quais os partidos políticos indicariam vereadores como candidatos a deputado. Na mesma perspectiva, a quarta pondera as prováveis motivações dos próprios vereadores para pretenderem se tornar deputado.

1.1 O Vereador na hierarquia dos cargos políticos

A hierarquia da estrutura da carreira política no Brasil está longe de constituir um consenso entre os cientistas políticos. Devido ao sistema federalista, formado por três níveis (municipal, estadual e federal), há alta oferta de cargos, elevada maleabilidade na carreira, e persistem dúvidas e disputas em torno de quais são os cargos mais valiosos e quais os mais desejados. Logo, é possível traçar caminhos ascendentes ou descendentes, progressivos ou regressivos nessa estrutura, bem como realizar “saltos” de patamar, sem que se afirme um caminho unívoco. Mas também persiste polêmica em torno da equivalência entre os cargos executivos ou legislativos. Conforme anota Altmann (2010, p.74-75),

autores como Santos (2000) e Samuels (2003) indicam o predomínio dos cargos executivos em comparação aos legislativos, mas não há a clareza se tal hierarquia abrange a todos ou se há uma gradação, de forma a que, por exemplo, ser prefeito de um município médio teria menos peso do que ser deputado federal. Conforme Miguel (2003, p. 116) isso ocorre em função da carência de estudos sistemáticos, logo, as afirmações são intuitivas, inclusive a que ele apresenta. Na mesma medida, o autor reconhece que ‘não se trata de uma carreira rígida, já que existem muitos outros fatores em jogo’ (Idem, p. 117), ou seja, a importância e a relevância dos cargos estão relacionadas a elementos como oportunidade e interesse.

Embora haja certeza de que o cargo de senador seja mais valioso do que o de deputado federal e este mais do que o de estadual, pode-se dizer o mesmo em outras situações? Por exemplo: qualquer posto de governador é mais importante do que o de prefeito de qualquer capital, inclusive São Paulo? E ser secretário estadual em qualquer unidade da federação é mais destacado do que ser deputado federal?

E os postos de vice-governador e de vice-prefeito, estão colocados em que ponto da hierarquia?

Apesar da polêmica e da persistência da discussão, no que tange ao cargo de vereador existe um consenso na literatura: ele é apresentado como o “grau zero” da política (NOLL; LEAL, 2008, p.9), a posição eletiva de menor prestígio político (MIGUEL, 2003, p.116), de menor expressão (BARRETO, 2008, p.134) ou o mais baixo na ordem de relevância política dos cargos eleitorais existentes (MALUF, 2006, p.28).

A partir dessa condição de piso da carreira, há autores que o consideram “como uma espécie de porta de entrada para o mundo da política” (NOLL; LEAL, 2008, p.9). A afirmação está correta se pretende indicar que os cidadãos tem no cargo de vereador a mais ampla possibilidade de exercício de um cargo político, contudo, ela não é necessariamente procedente se quiser indicar que a elite política inicia a carreira por meio dele, como se pretende explicar a seguir.

De uma parte, o cargo de vereador é aquele com maior disponibilidade no elenco de postos políticos eletivos do país. Em 2012, 56.810 vagas foram distribuídas nos 5.566 municípios brasileiros (LUPION, 2012). Assim, em comparação a outros cargos, inegavelmente a disponibilidade torna mais fácil se tornar vereador. De outra, essa mesma disponibilidade torna mais difícil aos vereadores a ascensão política para qualquer dos outros cargos eletivos, existentes em menor quantidade, pois em qualquer tentativa de subir ele enfrentará crescente competição política (MIGUEL, 2003).

Pode-se considerar, então, que muitos começam como vereador e fazem do cargo o trampolim para uma carreira política bem sucedida. Na mesma medida, a maioria nunca ascende – seja porque não tem esse objetivo, seja porque, apesar de tentar, não o consegue –, constrói a carreira como vereador e este se torna o único posto eletivo exercido na carreira. Para Maluf (2006, p.16) “o evento mais frequente é encontrar políticos que iniciam suas carreiras e as concluem como vereadores, pois nunca alcançarão um lugar nas Assembleias legislativas e Câmaras dos deputados”.

A consequência é tornar a vereança um cargo marcado pela estaticidade. Tal cenário se apresenta especialmente porque “as perspectivas de um vereador são mais limitadas, pois raramente ele é nomeado para algum cargo de alto valor estratégico na escala federal e praticamente não tem opções de postos políticos

eletivos de menor expressão” (BARRETO, 2008, p.134), ou seja, quem não ascende a outro cargo tem de continuar como vereador ou deixar a carreira política eletiva.

A corroborar as conclusões de Maluf sobre a Câmara de Vereadores de São Paulo, Pinto (1998, p.129) constata que “a candidatura a vereador é muito mais a culminância de um trabalho de acumulação de capital político [...] do que os primeiros passos de uma carreira”. Logo, a mesma autora (1998, p.114) questiona a ideia de que o cargo de vereador “[...] seja uma porta de entrada para a política, como um primeiro estágio que habilita para posteriores disputas nos níveis estadual e federal.” Como afirma Altmann (2010, p.76), “a ponderação da autora abrange dois âmbitos: não é preciso ter sido vereador para atingir patamares mais elevados da carreira e tampouco alguém se torna vereador simplesmente com vistas a habilitar-se a voos mais altos”.

Vários estudos demonstram a correção desse juízo. Miguel (2003, p.126) sistematizou informações sobre os deputados federais, tendo encontrado que 22,8% em 1986, 20,7% em 1990, 20,3% em 1994 e 27,7% em 1998, exerceram o cargo de vereador em algum momento da carreira. No acumulado do período, o índice é de 22,9%. Dados recolhidos por Santana (2008, p.141), referentes a outro recorte temporal (1990-2002), apontam para número menos expressivo (16,6%).

Miguel ainda apresenta informações relativas aos senadores e aos governadores: no período 1986-1998, respectivamente 18,1% e 19,7% tinham passagem pela câmara municipal. Silva (2010, p.58, 64) traz referências sobre os senadores eleitos entre 1990 e 2006 as quais são convergentes com as de Miguel: a média é de 21,2% com passagem pela Câmara Municipal, sendo que 19,3% iniciou a carreira como vereador. Já os dados de Costa (2010, p.70), referentes ao período 1986-2006, registram que 18,8% dos senadores foram em algum momento vereadores.

Marengo dos Santos (2000) apresenta dados relativos aos deputados federais eleitos entre 1946 e 1998 que tiveram a vereança como último cargo. É uma informação construída a partir de um parâmetro mais restrito e exigente do que aqueles utilizados por Miguel, Silva e Costa. E, como seria de se esperar, o resultado aponta para índices mais baixos. Até 1982, o patamar mais elevado foi 7,7%, registrado em 1970 e, embora a partir de 1986 ele tenha se elevado para dois dígitos, a tendência no período é de declínio: 23,3% em 1986, 20,5% em 1990, 11,6% em 1994 e 18,9% em 1998. Nesse mesmo critério, o índice registrado entre

os senadores é ainda menor: no período 1990-2006, apenas 3,1% dos vereadores ascenderam ao cargo, sendo que o ponto mais alto ocorreu em 1990 (6,5%) (SILVA, 2010, p.68).

Enfim, embora uma parte dos deputados ou dos senadores tenha passado pela vereança, a parcela majoritária das vagas tem sido ocupada por quem nunca foi vereador e iniciou a trajetória política em cargos mais altos¹. Todas essas informações corroboram que a experiência como vereador não é condição necessária para alcançar cargos de maior expressão.

Contudo, o fato de alguém ingressar na carreira como vereador é um elemento a ser levado em consideração. Para Marengo e Serna (2007, p.103), “o primeiro cargo público constitui um rito significativo que oferece informação relevante não só sobre as condições e os recursos disponíveis no início da carreira política, mas também sobre o grau de sua dependência em relação às organizações partidárias”. Na mesma medida, Marengo dos Santos (2000, p.86) alega que o modo como “o futuro deputado [cargo que ele analisa] debuta na carreira, oferece uma pista que ajuda a identificar os laços subjetivos e materiais que o ligam à política”. O autor segue nas suas premissas ao afirmar que “um início precoce – e sua continuidade posterior – sugere uma afinidade eletiva, a disposição vocacional para entregar-se à atividade política, fazendo dela seu projeto de vida”. Esse primeiro passo na política “representa o rito de passagem, que além do desejo de consagrar-se à política, exige a posse de requisitos individuais que conferem o reconhecimento necessário ao prosseguimento da carreira” (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.87).

O autor demonstra essa percepção. Ele verificou que os deputados federais que debutaram na carreira como vereador levaram mais tempo a atingir esse posto do que o dos que se iniciaram em outros cargos, registrando-se sempre em mais de 10 anos. Para ele,

¹ Marengo dos Santos (2000) aponta, inclusive, que muitas dessas vagas são ocupadas por aqueles que nem carreira política prévia tem, ou seja, ingressam na política diretamente em cargos elevados, como o de deputado federal. No Senado, segundo Silva (2010, p.68), o índice de *outsiders* é menor, apenas 3,6%.

dois registros podem ser emitidos com base nesta observação: [1] indivíduos que entram na política através do legislativo municipal possuem, provavelmente, recursos (como o alcance de sua notoriedade pessoal, contingente eleitoral potencial, suporte material) mais escassos, correspondentes à escala da competição local e, talvez, insuficientes para uma empreitada mais ousada. Dispondo de um capital inicial mais reduzido, as possibilidades de mobilidade na carreira são, senão mais reduzidas, ao menos mais dependentes quanto ao talento para conquistar novos apoios e obter a boa vontade das lideranças partidárias. Da mesma forma, [2] o tempo gasto na ampliação do capital eleitoral representa uma oportunidade para o treinamento político, favorecendo a assimilação das regras implícitas neste campo, como a deferência às lideranças, habilidade para trocas e compromissos e a incorporação de linguagem e valores do mundo político (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.93-94).

É importante destacar que essa característica não é negativa. Ela tende a ser ponderada como um fator positivo para as carreiras políticas desses atores. A análise de Marengo dos Santos (2000) indica que, em razão das dificuldades para “subir”, aquele vereador que atinge um posto mais alto tem mais vínculos com a instituição partidária, é mais dependente do capital coletivo e passa por um treinamento mais intenso. Dessa forma, o caráter estático do cargo de vereador pode ser um trunfo, exatamente pelo fato de que essa carreira tem de ser mais bem trabalhada, sendo dependente do talento para conquistar novos apoios e conquistar a atenção das lideranças partidárias para avançar na carreira. Ou seja, em tese, aquele vereador que consegue ascender tem um maior treinamento e é mais experiente do que outros políticos que já iniciam em cargos mais elevados ou realizaram uma carreira mais breve.

Analisada sob esses termos, a carreira política dos vereadores que chegam a postos mais altos no Brasil pode ser definida como endógena². Ainda que existam casos de vereadores com curta experiência antes de realizar a passagem para a Câmara dos Deputados, o Senado ou para a Assembleia Legislativa, o que colocaria um pouco em dúvida a tese do treinamento político, o cenário mais comum é o de uma caminhada mais longa.

² O autor identifica duas formas de entrada na política: endógena ou lateral. Um padrão de carreira endógeno significa ingresso em postos mais baixos, com maior treinamento na vida política, muitas vezes implica uma militância prévia no partido, para somente depois concorrer a cargos eletivos. De outra forma, a entrada lateral caracteriza-se pela condição de *outsider* da vida política, ou seja, candidatos com grande reconhecimento fora da política e que, em determinado momento, decidem ingressar nesse mundo. Conforme Marengo dos Santos (2000, p.37), “prestígio, posses e relações firmadas na vida privada são, neste caso, meios mais eficazes para a arregimentação de apoios. Detendo recursos *próprios*, candidatos não dependem do aval da liderança partidária, podendo ignorá-la com menor risco para o ingresso ou continuidade em sua carreira. Inversamente, são os dirigentes partidários que necessitam da notoriedade emprestada por seus nomes à lista de candidatos do partido. Carreiras políticas são, com isto, mais rápidas e descontínuas, recrutando aspirantes com escassa ou pequena experiência política”.

Porém, como indicado anteriormente, a parcela dos vereadores que atinge postos mais altos é diminuta em comparação ao total da categoria. A maioria é formada por aqueles que não constituem propriamente uma carreira ou a realizam totalmente na própria Câmara Municipal. A partir dessa perspectiva, Maluf (2006, p.36) propõe uma “classificação” dos vereadores em quatro tipos: “amador”, “de passagem”, “quase permanente” e “permanente”.

O “amador” correspondente a aquele eleito para apenas um mandato e que não permanece na Câmara após o término deste nem segue para qualquer outro cargo de eleição popular, tampouco para algum cargo público de confiança em primeiro escalão. Ele até busca novos cargos, a renovação do mandato (reeleição imediata) ou a obtenção de um novo mandato após não se reeleger, mas não tem êxito nessas tentativas. É importante insistir que o vereador que fica apenas um mandato na Câmara, pois foi eleito para um cargo mais elevado, não é um “amador”, o que configura o amadorismo é a permanência por apenas um mandato sem conseguir: ascensão para outro cargo, manutenção no legislativo ou retorno a ele.

O segundo é o “de passagem”, dimensionado como aquele que exerce o mandato no máximo por dois períodos e conquista um cargo mais elevado ou obtém um cargo público por designação, o que o obriga a renunciar ao mandato. O terceiro é o vereador “quase permanente”, aquele que conquista três ou no máximo quatro mandatos e depois se elege para outro posto. Por fim, o “permanente” é aquele que foi eleito para pelo menos quatro mandatos e não obteve para qualquer outro cargo público eletivo, embora os tenha pleiteado. A condição de permanente pode incluir a nomeação para cargos de confiança durante o exercício desses mandatos desde tal indicação que não implique a necessidade de renúncia.

A classificação proposta por Maluf se refere aos resultados obtidos pelo vereador ao longo da carreira, antes do que ao modo como ele a pretende construir. Assim, o “amador” pode tentar durante muito tempo não apresentar essa condição, razão pela qual concorre insistentemente a cargos mais altos e à reeleição imediata ou mediada, embora sem obter sucesso. Igualmente, O “permanente” também procura alcançar postos mais altos, os quais, se atingidos, fariam dele um vereador “quase permanente” ou “de passagem”.

Na mesma medida, o modelo apresentado é construído a partir de carreiras contínuas, e não contempla integralmente os casos daqueles que são vereadores por curtos períodos e, em determinado momento da carreira, retornam ao cargo

como forma de encerrá-la com algum prestígio ou de reunir capital político para voltar a ascender a posto de maior destaque³.

Apesar disso, a proposição de Maluf está relacionada a uma discussão muito forte na Ciência Política internacional, aquela contida na teoria da ambição política, um conjunto de pressupostos que podem ajudar a entender como se processam as perspectivas de carreira dos vereadores brasileiros.

1.2 A Ambição política e os vereadores

Na literatura atual sobre o tema, o conceito que conta com maior número de adeptos é o de ambição política, proveniente do estudo de Schlesinger (1966) sobre o Congresso dos Estados Unidos e que teve entrada no Brasil com os estudos de Samuels (2000, 2003). Para Bourdoukan (2006, p.1) “é razoável afirmar que carreiras políticas são expressão da convergência ao longo do tempo das escolhas dos políticos, dos constrangimentos institucionais a que estão submetidos e do resultado das eleições”. Na mesma linha, Morgenstern (apud SANTANA, 2008, p.143) afirma que “ambition, channeled by incentives and institutions, drives politics”.

Schlesinger formula três tipos de ambições: (1) discreta, quando o político pretende ocupar o cargo por pouco tempo e depois retirar-se da vida pública; (2) estática, quando a intenção é permanecer no mesmo cargo por vários mandatos; e (3) progressiva, quando o objetivo é chegar a um posto tido como mais alto na carreira.

Para melhor compreender a estrutura de oportunidades presente no Brasil, alguns autores acrescentaram outros tipos de ambições a este modelo clássico, caso de Leoni, Pereira e Rennó (2003), com a “regressiva”, a qual corresponde à busca de cargos de menor prestígio político do que aquele ocupado, uma decisão normalmente tomada por aqueles atores que fazem a leitura de que não vão conseguir se manter no cargo ocupado ou que não terão sucesso em uma empreitada maior. Santana (2008) fala em “ambição dinâmica”, um termo que se propõe a enquadrar os políticos que têm como objetivo manter-se em instâncias de poder eleitoralmente constituídas, não importando o cargo e que, em razão disso,

³ Ressalva-se que o autor está atento a estas situações, embora não as contemple satisfatoriamente em sua taxionomia.

alternam entre postos legislativos e executivos, ou seja, passam de deputado federal a prefeito e/ou governador, depois retornam à Câmara e/ou ao Senado etc.⁴.

Nessa perspectiva, Borchert considera que em países como o Brasil e sua estrutura federativa (o que ele chama de multinível), as possibilidades de carreira são mais amplas. Nas palavras de Fabiano Santos (2010, p.111-112):

o importante a reter é que a trajetória de um legislador, agente político que é, deve ser entendida no contexto mais amplo da estrutura de oportunidades que um sistema político oferece (e nisto, Borchert segue a obra clássica de Schlesinger (1966)). São três as variáveis destacadas: 1) oferta de cargos; 2) chances de acesso; e, 3) benefícios esperados do controle do cargo. Na medida em que os valores atribuídos para cada uma destes parâmetros variarem, padrões distintos de carreiras políticas são observados, sendo tal variação uma função do modo pelo qual os políticos tipicamente se movimentam ao longo da cadeia de cargos disponíveis no sistema. Os políticos podem se movimentar de maneira intensa ou adotarem postura mais estática, podem se movimentar em direção a um cargo específico ou podem tentar acumular diversas posições. Podem alçar voos mais ambiciosos ou promover idas e vindas pelos diversos níveis de governo existentes no sistema. A cada diferente tipo predominante de movimentação, com as respectivas variações em termos de direção (se unidirecional, integrada ou alternativa) e vinculação (se por sucessão ou acumulação), correspondem distintos 'tipos' de ambição política e, por conseguinte, de carreiras políticas.

Quem explica mais detalhadamente a tipologia desenvolvida por Borchert, é Simone Pinto (2012, p.5):

⁴ Outra denominação adotada para indicar essa ambição é o “padrão ziguezague”. Assim, conforme Santos (2000, p.107), o legislativo é uma rota de passagem procurada pelos políticos tendo em vista cargos mais importantes; eventualmente, os políticos deixam cargos no Executivo e retornam ao legislativo como forma de se manter na carreira política. O importante nesse equilíbrio é que o político busca permanecer na vida política, sem que haja exclusividade no que concerne ao posto de investimento. O estudo de Oliveira (2009) também confirmou o efeito ziguezague no país. E na síntese de Pegurier (2009, p.58): os políticos profissionais se movem sucessivamente entre mandatos legislativos e executivos, nos três níveis – federal, estadual e municipal – mudando de direção ao longo de suas carreiras, conforme as possibilidades que se abrem à sua frente. É comum um político começar com um cargo executivo a nível municipal, para depois passar a um mandato legislativo nesse mesmo nível, evoluindo posteriormente para o nível estadual e federal. É frequente o uso de mandatos de deputado estadual e federal como trampolim para cargos executivos, a nível local ou estadual.

o tipo unidirecional, no qual todos os atores políticos possuem o objetivo de ascender na carreira, a hierarquia dos cargos está bem definida assim como os caminhos para alcançá-los. Há uma sequência de conquistas predefinida, com início nos cargos políticos de nível local, seguido pelos cargos regionais e terminando em postos de âmbito federal. O segundo tipo é o alternativo, o qual não apresenta um padrão prevalecente, mas sim vários padrões com cada um tendo uma hierarquia dos postos políticos em disputa. Será a permeabilidade de cada rota alternativa disponível que definirá qual será seguida para a construção de uma carreira. O último tipo é o integrado e sua principal característica é a inexistência de fronteiras definidas entre os diferentes níveis de governo e os tipos de instituições, somada a ausência de uma hierarquia entre os cargos disponíveis. Há uma oferta de muitos postos, com níveis de atratividade equivalentes e relativa acessibilidade à maioria dos políticos. Esse tipo proporciona uma alta frequência de mudanças de posição, e sua permeabilidade proporciona a todos boas chances de permanecer na carreira política, mesmo que a sua direção seja frequentemente alterada.

Conforme a autora, “esse seria o tipo no qual se encaixaria o atual modelo de carreira política em desenvolvimento no Brasil” (PINTO, 2012, p.5).

Anastasia, Correa e Nunes (2012) ainda agregam os cargos não eletivos, aqueles de nomeação política, como um elemento a ser considerado no elenco de postos ambicionados pelos políticos. Logo, também é “ambição progressiva” não concorrer a nenhum cargo eletivo, mas aceitar a nomeação para alguma pasta ou posição de prestígio, como um ministério, uma secretaria estadual, a presidência de uma empresa pública. No dizer dos autores: “refere-se à busca de cargos públicos de maior prestígio do que o que o legislador ocupa, sejam eles eletivos ou não” (ANASTASIA; CORREA; NUNES, 2012, p.111). Igualmente, a “ambição regressiva” inclui cargos de nomeação desde que esses tenham menor prestígio do que o posto então ocupado pelo político.

Ao ser aplicada ao caso dos vereadores, estas classificações precisam ser dimensionada. Assim, não cabe falar em “ambição regressiva”, “dinâmica” ou nos tipos de Borchert, pois o cargo é o mais básico da carreira política brasileira. Eleitoralmente falando, não é possível dar um passo atrás e nomeações políticas para cargos estaduais ou federais aparecem para o vereador como uma ascensão na carreira⁵. A única prática regressiva de um vereador seria a desistência de

⁵ Se ele deixa o cargo para ser secretário municipal, é possível discutir se tal fato constitui um avanço ou um retrocesso na carreira – especialmente a depender da importância da secretaria para a qual foi nomeado –, mas, em regra geral, as escolhas que têm sido realizadas pelos vereadores apontam que esse tipo de nomeação é vista por eles como vantajosa. Por outro lado, há nomeações para secretarias que constituem “prêmios de consolação” a políticos que sofreram uma derrota eleitoral (não se reelegeram, por exemplo). Nesse caso, o vereador indicou ter “ambição estática”, ao buscar a reeleição. O fracasso nesse intento é que torna a nomeação importante e implica uma “regressão” no status político, não necessariamente na ambição demonstrada.

concorrer (“ambição discreta”), fato que não será contemplado no trabalho. Logo, persistem os padrões originalmente propostos por Schlesinger e ao vereador cabem duas alternativas: ambição estática ou progressiva.

Em relação ao modelo originalmente proposto por Schlesinger, Rodhe (apud LEONI; PEREIRA; RENNO, 2003) afirma que, se o político não tiver constrangimentos, custos ou riscos, ele sempre buscará postos mais altos, ou seja, que a “ambição progressiva” é o padrão da classe política. Se essa assertiva for aplicada ao caso dos vereadores, os cargos mais plausíveis tendem a ser o de prefeito e os de deputado estadual e de deputado federal. Aqui não está dito que ele não pode sair diretamente do cargo para governar o estado ou mesmo fazer parte do Senado Federal, apenas intuitivamente, esses parecem ser passos maiores do que a visibilidade que o cargo confere e, portanto, ascensões como essas são menos comuns de acontecerem e mesmo de serem pretendidas.

Mas a ambição não é algo que se explique por si só. A literatura reconhece que existem outros aspectos que a explicam para além da simples vontade de o candidato de avançar na carreira. Logo, há que considerar os “custo” presentes na afirmação de Rohde e um questionamento se faz latente: o que vai definir o modo como é direcionada a ambição política?

Para Samuels (2003), é a estrutura de oportunidades políticas de um país que define quais os cargos são mais valiosos e, por isso, devem ser almejados pelos atores políticos. O autor constrói seu ponto de vista com base no fato de que o deputado federal brasileiro possui uma “ambição subnacional”, ou seja, seu desejo não é estabelecer carreira política na Câmara dos Deputados, mas sim ocupar uma cadeira de prefeito ou de governador⁶. Três fatores moldam essa estrutura: “the relative benefits of each office, the relative costs of seeking and/or holding each office, and the probability of winning each office given the decision to seek it” (SAMUELS, 2003, p.14). Para Bourdoukan (2006) têm influência: o número de cargos disponíveis, a frequência com que são disputados estes cargos e como as regras eleitorais afetam diretamente na estrutura da competição eleitoral e, portanto, direcionam as ambições dos políticos ao definirem a que cargos eletivos irão se lançar, bem como as chances efetivas de vitória. Schlesinger (apud BOURDOUKAN, 2006, p.3) estava atento a tal situação e propõe a valorização de um cargo em

⁶ Por isso, Bourdoukan a chama de ambição executiva.

função de aspectos como: (a) os poderes concedidos ao seu ocupante; (b) salário e outros benefícios; (c) tamanho da circunscrição; (d) duração do mandato; (e) potencial de detenção do cargo; (f) potencial de avanço na carreira.

Marenco e Serna (2007, p.93) referem-se às duas ambições mais verificadas nos deputados, pois esses agentes “são motivados por ambição estática ou progressiva, adotando estratégias eficazes para a manutenção de sua cadeira ou mobilidade na hierarquia de postos políticos”. A assertiva se faz válida para a análise dos vereadores, uma vez que as opções deles são continuar onde estão ou avançar, como foi destacado antes.

Para Leoni, Pereira e Rennó (2003, p.46), não são os benefícios que cada cargo oferece e nem mesmo os custos relativos à conquista e à segurança de cada cargo que são levados em conta pelos atores no momento eleitoral. Na leitura dos autores o que mais conta é a “viabilidade eleitoral dessa escolha”. Dessa forma, a escolha sobre “qual cargo vão concorrer na próxima eleição é orientada principalmente por uma auto-avaliação do desempenho no cargo e das chances de ter êxito nas eleições”⁷. Nessa perspectiva, um vereador somente concorreria a cargos que, dentro da leitura feita por ele próprio, tivesse chances de vitória. E para todos aqueles que tivessem outra perspectiva, a ação mais racional seria concorrer ao mesmo cargo, ou seja, demonstrar “ambição estática”.

Nesse cenário, Barreto (2008, p.134) pondera que “permanecer como vereador torna-se uma decisão bastante razoável, apesar de ser uma ‘ambição estática’, e que ganha reforço quando é acrescentada a grandeza eleitoral do município ou da região em relação a outras partes do distrito”. Na mesma linha,

se raramente os vereadores de Pelotas – assim como os da maioria dos municípios médios e pequenos, e uma parcela importante dos grandes – conseguem ascender (sem contar os que nem apresentam esta ambição progressiva), torna-se evidente que, ao término da legislatura, eles estão colocados frente à questão da continuidade da própria carreira. Por isso, Barreto (2008a) verificou altos índices de reapresentação (acima de 80%) e de sucesso (acima de 60%), ligeiramente mais elevados do que aqueles calculados no mesmo período para a Câmara de Deputados. Para o autor, mais do que indicarem uma valorização do mandato dos vereadores, estes resultados refletiriam “[...] o menor elenco de opções deles para a continuidade na carreira e, conseqüentemente, a maior dificuldade relativa para que alcancem a ascensão” (Idem, p. 133), apesar de muitos terem tentado tal crescimento (ALTMANN, 2010, p.78).

⁷ O fato de Leoni, Pereira e Rennó centrarem a continuidade na carreira apenas em cargos eletivos é motivo de restrição por parte de Anastasia, Correa e Nunes (2012), pois, como visto, ponderaram a importância não desprezível dos cargos não eletivos no horizonte da ambição dos políticos.

Na continuidade desse raciocínio, pode-se especular mais profundamente sobre os elementos que motivam alguns vereadores a apresentarem “ambição progressiva”, enquanto outros se contentam em permanecer no mesmo lugar. É importante frisar que o que se chama de ambição para crescer implica a disposição para tal mais do que a obtenção do posto mais alto. Isto é, o que se pondera é a intenção de ascender, antes do que a efetiva conquista dessa ascensão.

Todavia, antes de avançar, é vital enfatizar outra questão. A literatura que aborda a ambição política pouco se refere aos partidos políticos como um fator a influenciar as decisões dos políticos, talvez por considerar que no Brasil, assim como nos Estados Unidos, de onde provém essa matriz teórica, os partidos não desempenham papel relevante nesse processo, visto serem organizações fracas e desarticuladas. Ocorre que, ainda que isso seja verdade, formalmente um político necessita do partido para concorrer, inexistem candidaturas avulsas no país, o que abre a perspectiva, ao menos teórica, de que essas instituições atuem como um filtro e, por consequência, selecionem alguns e deixem de lado outros. Uma prova disso foi a manutenção pela própria classe política durante muitos anos da “candidatura nata”, que garantia aos detentores de mandato a inscrição automática à reeleição, ou seja, que obrigava os partidos a aceitá-los como concorrente. A necessidade desse instrumento mostra que, em alguma circunstância, o partido podia negar o acesso à candidatura, caso contrário os políticos não se preocupariam em garantir para eles tal prerrogativa. Igualmente, é valioso destacar que a medida deixou de ser aplicada por uma decisão judicial, não pela vontade dos políticos⁸.

Outro elemento que pode ter levado a literatura a pouco incluir os partidos na análise é o tipo de cargo analisado. Há uma profusão de estudos sobre deputados federais, que são políticos que venceram uma disputa competitiva, ocupam um posto alto na hierarquia da carreira política nacional e que têm várias rotas possíveis de continuidade nessa carreira. Ou seja, que muito raramente – com ou sem “candidatura nata” – serão preteridos pelo partido aos quais estão vinculados se apresentarem “ambição estática”, isto é, pretenderem a reeleição para o mesmo posto. A possibilidade de não conseguir a indicação só parece mais possível se eles desejarem um cargo escolhido pelo sistema majoritário, em que o partido tem uma ou no máximo duas vagas disponíveis (caso do senado a cada oito

⁸ Para mais detalhes sobre a “candidatura nata”, ver: Bento (2012).

anos) e, em razão disso, seja obrigado a escolher um nome e preterir outro(s).

No caso específico dessa dissertação a questão é ainda mais procedente, pois há um número elevado de vereadores filiados a cada partido, claramente não há vagas para todos se eles quisessem concorrer a um cargo de deputado. E como – o que já foi bastante destacado –, eles constituem o piso dos cargos políticos, muitos outros nomes podem apresentar mais credenciais do que eles, alguns talvez mesmo sem ter uma carreira política eletiva prévia, caso de: personalidades, celebridades, detentores de cargos de nomeação.

Por todos esses elementos, não cabe analisar unicamente a disposição do vereador em querer um cargo de mais destaque, também é preciso ponderar as motivações a partir das quais as legendas partidárias se dispõem a apresentar um vereador como candidatos a deputado.

1.3 As Razões pelas quais os partidos poderiam selecionar vereadores como candidatos a deputado

A literatura que versa sobre seleção de candidaturas ganhou impulso nos últimos anos e tem produzido uma série de estudos empíricos que ajudam a entender um pouco melhor o processo a partir do qual os partidos escolhem os nomes que vão apresentar como candidatos. A tendência predominante é afirmar que os partidos são atores relevantes nesse processo e, nesse sentido, discordam de autores como Mainwaring (1991, 2001), que afirmam categoricamente que, por conta da lista aberta e do voto personalizado adotado no Brasil, os partidos são reféns dos pretendentes a candidatos e não conseguem ter controle sobre o processo de seleção de candidaturas. Conforme pondera Altmann (2010, p.55), inspirada em Panebianco, na origem desse controle estaria as motivações dos dirigentes, a quem interessaria manter a estabilidade organizativa, isto é, conservar as linhas de autoridade no interior do partido. Nas palavras de Carneiro (2009, p.12-13),

o sistema eleitoral influenciaria a confecção das listas, mas não deixaria as organizações partidárias reféns dos candidatos individualmente: os partidos importam, conseguem pré-ordenar informalmente as listas, conseguem prever, quase sempre acertadamente, o resultado das urnas e direcionam a campanha eleitoral.

No intuito de compreender como e porquê os vereadores se tornam candidatos a deputado, essa literatura será acompanhada. Coube a Guarnieri (2004) ser um dos primeiros a se contrapor à influente interpretação formulada por Mainwaring. Para ele,

os mecanismos que garantiriam o controle dos líderes estariam relacionados a três aspectos principais. Em primeiro lugar, [...] não seria tão fácil se filiar a um partido, dada a possibilidade de impugnação de filiações pelos líderes, ou seja, este processo pode ser e é controlado pelos dirigentes. Em segundo lugar, se a escolha é feita a partir de um sistema de indicação, e não de votação, via convenções, a importância dos líderes no processo de formação das listas de candidatos é um pressuposto básico. Além disso, as convenções não seriam espaços abertos e democráticos a ponto de que qualquer *outsider* seja capaz de conseguir se impor diante da organização do partido. (GUARNIERI, 2004 apud ALTMANN, 2010, p.53).

Além disso, os partidos brasileiros detêm o monopólio da representação política e, respeitadas as regras formais comuns a todos e que estabelecem as condições de elegibilidade e fixam outras restrições (como a lei de cotas), eles são autônomos para definirem seus procedimentos de seleção de candidatos.

Outro ponto a indicar a interferência das instâncias partidárias diz respeito ao número de candidatos: estudos têm verificado que os partidos apresentam

um número de candidaturas abaixo do limite máximo estipulado pela legislação nacional, mesmo quando estão coligados (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002; GUARNIERI, 2004; NICOLAU, 2006; KLEIN, 2007; MARQUES, 2007; BRAGA, 2009; BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009). Guarnieri (2004, p.69) explica que as direções partidárias fazem esta escolha [...] com o intuito de reduzir as incertezas quanto a seu sucesso eleitoral, o que significa evitar a competição intrapartidária, controlando o número de candidatos competitivos'. Braga, Veiga e Miríade ponderam que uma das razões para isto pode ter a ver com 'as estratégias eleitorais de seus dirigentes partidários que, ao passarem a ter maior domínio do ambiente eleitoral, começaram a repensar seus cálculos políticos para se manterem em vantagem no jogo político (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009, p.133)' (ALTMANN, 2010, p.54).

Mais um argumento apresentado afirma que as listas são previamente hierarquizadas pelas organizações partidárias. Elas são

divididas em três grandes partes: ‘a cabeça’ (onde se encontrariam os candidatos com potencial eleitoral elevado e com grandes chances de serem eleitos), ‘o corpo’ (aqui estariam os candidatos com votação expressiva, mas inferior aos ocupantes do setor anterior, vitais para o desempenho da legenda) e o ‘rabo’ (aqui entrariam os candidatos sem chances de eleição e com poucos votos, mesmo assim com chances de contribuir com o partido, rendendo votos úteis na distribuição das sobras) (CARNEIRO, 2009, p.176-177).

Na visão da autora, tal fato indica não só que os partidos atuam cientes das regras do sistema eleitoral no processo de seleção de candidatos, mas também projetam as possibilidades de sucesso do partido e montam estratégias a partir dessas previsões⁹. Logo, “as lideranças, ao montarem as listas, pensam, em um primeiro momento, no todo, no desempenho da legenda e não em candidaturas isoladas” (CARNEIRO, 2009, p.177). Em reforço a tal argumento, Figueiredo e Limongi (2002, p.308), e Braga, Veiga e Miríade (2009, p.125) agregam que

há dois recursos cada vez mais fundamentais nas campanhas eleitorais dos dias de hoje cujo controle é realizado pela instância partidária, o que fortalece as lideranças e estimula os candidatos ou os aspirantes a colaborarem: o acesso aos recursos financeiros e a distribuição do tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral (HGPE) entre os candidatos. Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999) indicam que a diferenciação no tempo de participação dos candidatos é um indício da ordem de preferência das direções partidárias em relação aos componentes da lista (ALTMANN, 2010, p.54-55).

Para além da órbita das resoluções contidas nos documentos oficiais das legendas, algumas reflexões buscaram delinear outro campo de pesquisa, aquele que pergunta especificamente sobre quais seriam os critérios informais que adotam os selecionadores dos partidos¹⁰. Dois desses critérios informais são os mais importantes para essa dissertação.

O primeiro deles é a distribuição geográfica dos candidatos, logo os partidos procuram ter uma lista equilibrada, na qual consta um nome de cada região do distrito, e evitam, tanto quanto possível, que membros do mesmo partido disputem e dividam o mesmo eleitorado¹¹. Ao comentar sobre o sistema proporcional de lista

⁹ A autora vai mais longe e afirma também que “essa divisão interna não é meramente uma classificação e sim uma espécie de ‘roteiro’ seguido pelos ‘selecionadores’ para construir o que eles denominam de uma ‘boa chapa’” (CARNEIRO, 2009, p.132).

¹⁰ Dentre eles: Marques (2007); Braga (2008); Braga; Veiga; Miríade (2009); Carneiro (2009) e Altmann (2010).

¹¹ Sobre os autores que destacam existir significativa disputa intralista, ver: Mainwaring (1991), Tavares (1994), Nicolau (2006), Heredia (2006) e Desposato (2007), Em contrapartida, minimizam a existência de tal disputa ou a intensidade por ela alcançada: Figueiredo e Limongi (2002), Klein

aberta no Brasil, Nicolau (2006, p.695) sugeriu que os responsáveis pela definição das candidaturas a deputado federal procuram levar em conta critérios geográficos, atraindo nomes de diversas regiões do estado e evitando superposições de candidatos da mesma área. Na mesma linha, Klein (2007, p.63) lembra que é preciso “evitar que candidatos do partido disputem o mesmo eleitorado ou, o que é pior, estão sendo assediados por candidatos de outros partidos”. Carneiro (2009, p.136) aponta que este é um elemento de destaque na formulação das listas:

a distribuição de candidatos por municípios e regiões do Estado no intuito de aumentar a presença do partido como também forma de estratégia eleitoral, um exemplo é o arranjo entre a lista estadual e federal: procura-se lançar um deputado estadual em cada município para que um conjunto de candidatos a deputado estadual possam apoiar, em seus municípios, um determinado candidato a deputado federal em suas campanhas; assim como também é interessante espalhar pelo Estado candidatos a deputado federal para que eles possam divulgar o nome do candidato ao cargo majoritário e estender, assim, o seu apoio eleitoral desta candidatura¹².

Nessa perspectiva, os vereadores se tornam uma alternativa importante para os partidos ao formarem suas listas de candidatos. Eles têm um vínculo local evidente, o que contribui para a equilibrada distribuição geográfica da lista, especialmente em municípios ou regiões em que o partido não conta com candidatos¹³. E justamente por esse vínculo, a presença deles pode facilitar a

(2007), Guarnieri (2004), Braga, Veiga e Miriade (2009). Para mais detalhes sobre a questão, ver: Rotta (2012, p.83-85).

¹² Sobre essa questão, Rotta (2012, p.85) agrega a contribuição de Ortega (2004, p.66-67), que “pondera que em sistemas de voto preferencial a organização dos partidos intervém com a intenção de coordenar e de moderar a competição eleitoral entre os seus candidatos, de influenciar a ordem de classificação deles e de ampliar as chances eleitorais de determinados nomes. Ao resenhar a bibliografia internacional, a autora apresenta exemplos bastante convergentes com as estratégias narradas no parágrafo anterior: nas eleições para a câmara baixa do Japão e da Irlanda era prática habitual que os candidatos dividissem o distrito eleitoral em circunscrições informais nas quais cada um concentrava a sua campanha. A autora (Idem, p.79) também destaca que essa intervenção das direções não é garantia de sucesso e que a capacidade de atingir tais objetivos depende do grau de institucionalização do partido.” No entanto, Ferreira (2012, p.143-145), ao estudar a seleção de candidatos a deputado federal no Rio Grande do Sul, não encontrou indícios de que essa intervenção partidária para evitar que seus candidatos disputassem o mesmo eleitorado pudesse ocorrer, supondo que tal estratégia é muito mais uma ideia do que uma realização frente a situações concretas. Os dirigentes de PMDB e de PT afirmaram que isso poderia ocorrer no plano informal, mas não haveria meio de vetar um nome por conta dessa questão. O autor ainda comenta que, no caso do PT, como os candidatos são indicados pelas correntes internas, de fato, as possibilidades de a direção forçar a retirada de um candidato são restritas. O dirigente do PP entrevistado, aliás, declarou que ocorreu esse erro estratégico e que a direção não evitou essa situação, até porque o custo associado ao veto a um nome pode ser maior do que aquele produzido pela divisão de votos: “afastar alguém da possibilidade de ser candidato pode, simplesmente, provocar a perda de uma liderança importante e, por consequência, fragilizar a legenda” (FERREIRA, 2012, p.145).

¹³ Coradini (2001, p.156) indica que “fica evidente que no caso de prefeitos e mesmo de vereadores, que se apresentam nas eleições em pauta como candidatos a deputado estadual ou federal, há uma

formação de “dobradinha” e ajudar determinado candidato a deputado federal ou a estadual – a depender do cargo ao qual concorre esse vereador – a ganhar penetração nessas regiões e, assim, ampliar a votação pessoal e a possibilidade de obtenção da vaga, seja para eles próprios, seja para o partido.

Nesse sentido, pode-se especular que em determinadas circunstâncias os vereadores sejam instados pelos partidos a concorrer. Nos relatos dos depoimentos colhidos por Noll e Leal (2008, p.17) junto aos vereadores eleitos em 2004 e que se dispuseram a concorrer a deputado aparece como uma das razões alegadas que o fazem apenas para ajudar a legenda.

A segunda credencial que os vereadores podem apresentar é que, apesar de ocuparem um cargo político básico, eles possuem essa “qualidade”. Nas palavras de Coradini (2001, p.162):

a ocupação desse tipo de cargo é o atestado que comprova determinadas ‘qualidades’ que distinguem esses agentes, sendo que a ocupação do cargo é vista como sua realização prática. Portanto, nesse nível mais geral, não é tanto o exercício concreto do cargo, mas o simples fato de que determinado candidato tenha tido condições de ocupá-lo que comprava essa excelência, ou seja, o já mencionado uso dessa ocupação de cargos no sentido de um ‘título’. [...] o simples fato de alguém ter tido condições de acesso a essa esfera basta enquanto legitimação da pretensão à reeleição ou eleição a um outro cargo, de nível hierarquicamente superior¹⁴.

Um dos instrumentos que pode ser utilizado pelos partidos para convencer os vereadores a concorrer está ligado ao que Carneiro (2009, p.100-101) coletou na entrevista com a dirigente do PSDB fluminense:

no momento de convencimento de candidaturas promete-se maior espaço, com destaque para a regionalização das campanhas. [...] Outra estratégia utilizada é o argumento do tamanho da legenda, isto é, o fato de ela ser considerada grande amplia as chances de ocupar uma cadeira, pois vários deputados eleitos podem abdicar do cargo para ocupar ministérios, secretarias e prefeituras, possibilidade menor nos partidos considerados pequenos. Por último, o candidato a governador pode lançar a seguinte estratégia: prometer, se for eleito, ao possível pré-candidato, uma vaga no seu governo. Isso também atua favoravelmente para que esse pré-candidato, interessante ao partido, aceite disputar a eleição na lista do partido.

maior ênfase ou mesmo uma centralização no apelo à territorialidade ou ‘região’ ou ‘comunidade regional’ como recurso de legitimação”.

¹⁴ A referência do autor é especialmente aos que ocuparam ou ocupam o cargo de deputado estadual, federal e de prefeito, mas pode ser aplicada aos vereadores, desde que com a ressalva de que, como se trata de um posto político básico, tem menos valor, pois muitos compartilham tal credencial ou possuem outras, mais elevadas. Contudo, especialmente frente a candidatos que não exerceram nenhum cargo anterior, é uma fonte de legitimação eleitoral importante.

Ainda conforme a mesma autora,

todas as lideranças partidárias ouvidas por esta pesquisa, independente[mente] do partido ao qual pertenciam, destacaram ainda que um dos principais pontos decisivos no momento da escolha dos candidatos são os atributos trazidos por eles, tais como o apelo eleitoral, o recurso financeiro, a experiência eleitoral ou política. Ou seja, um aspirante a candidato que já seja deputado federal, deputado estadual, vereador de votação expressiva, ex-prefeito, já foi candidato a um desses cargos com votação considerável, é ou já foi secretário estadual ou municipal terá vaga na lista de qualquer partido político, sendo este o perfil de um “bom candidato” a deputado federal e de uma chapa forte (CARNEIRO, 2009, p.178).

1.4 As Motivações para concorrer a deputado

Além desses fatores de ordem partidária a tornar atrativa a seleção de vereadores como candidatos, há de se levar em consideração, ainda, os interesses dos próprios vereadores que se sentem estimulados a se lançarem como concorrentes. A principal delas é a ambição de ascender na carreira, como já foi evidenciado.

Um dos fatores especulado pela literatura que pode influenciar decisivamente a probabilidade de o vereador se lançar à disputa de um cargo mais alto, bem como o horizonte da carreira política dele é o município onde exerce o mandato. Segundo essa literatura, vereadores dos municípios mais populosos têm mais chances de conquistar a cadeira, razão pela qual estão mais propensos a se lançarem candidatos. As probabilidades de vitória diminuem consideravelmente para vereadores de cidades com número reduzido de eleitores.

Em estudo sobre os vereadores de São Paulo e Rio de Janeiro, Maluf (2010, p.146) concluiu que “o município, em particular a câmara municipal (ao menos das duas maiores metrópoles brasileiras), pode ser tanto ponto de partida para uma carreira vertical, quanto de permanência, de rearticulação, ou mesmo de chegada (neste último caso residualmente)”.

Em estudo sobre vereadores de São Paulo, Porto Alegre e Fortaleza, Noll e Leal (2008, p.17) indicaram que “parcela importante dos vereadores eleitos em 2004 candidataram-se durante a legislatura ao cargo de deputado (estadual ou federal)”. As autoras encontraram dados que parecem confirmar esta assertiva: em São Paulo, quatro dos nove vereadores que disputaram as eleições de 2004

conseguiram eleger-se deputado; em Porto Alegre, dos 11 que tentaram outro cargo, quatro obtiveram êxito; e em Fortaleza, foram três em 13 que obtiveram sucesso.

Outro autor a mencionar o cargo de vereador é a importância da densidade eleitoral do município é Barreto (2008). No estudo sobre a reeleição em um município de média densidade eleitoral, Pelotas, hoje o terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul, o autor indicou em nota que apenas três vereadores da cidade deixaram o cargo para assumir como deputado. Para Altmann (2010), “[a quantidade de eleitores do município] ajudaria a entender, por exemplo, porque é mais difícil para um vereador de Pelotas (e mais fácil para um vereador de Porto Alegre ou de São Paulo) se tornar deputado estadual ou federal”.

O tamanho do município em que o vereador exerce o cargo explicaria, então, tanto o caso dos que ascendem quanto o dos que constroem a carreira no próprio município e são permanentemente estáticos. Maluf (2006, p.27) argumenta que o funil para os vereadores que desejam ascender é um impedimento real, e orientar a carreira para o plano municipal é tão racional quanto projetá-la para o plano federal ou estadual, especialmente se for ponderado o município no qual a carreira começa. Logo, “para se considerar a racionalidade como parte constitutiva da ambição parlamentar tal hierarquia será variável segundo a realidade de cada região na qual tem início uma carreira política” (MALUF, 2006, p.29). Ferreira (2012, p. 218-219) lembra, então, “que ao se partir de um ‘ponto’ menos ‘privilegiado’ – uma pequena Câmara de Vereadores no ‘interior do interior’ do RS – a possibilidade de se atingir cargos mais próximos do ‘topo da carreira’ é, por essa lógica, menor”.

Este tipo de análise parte do pressuposto que o lançamento da candidatura está diretamente relacionado à perspectiva de vitória, por isso municípios pequenos, que podem fornecer poucos votos, constrangeriam a ambição do vereador dessas localidades, enquanto os grandes, nos quais uma quantidade mais expressiva de votos pode ser obtida, serviriam como um estímulo para concorrer. Não se pretende negar o valor desse raciocínio, mas também se pode incluir a perspectiva de que o vereador seja candidato a deputado, ainda que tenha remotas chances de se eleger. O avanço na carreira, apesar de ser possível, muitas vezes não é o principal motivador da candidatura.

Edwards (2009) se dedicou a estudar as motivações dos candidatos a deputados chilenos que têm improváveis chances de vitória. O autor pergunta retoricamente:

si los tomadores de decisiones en el proceso de nominación y los candidatos en cuestión tienen cierta certeza de que serán perdedores, ¿por qué se postulan?, ¿por qué los postulan?, ¿por qué se gasta tiempo y dinero en una campaña inviable?, ¿de dónde vienen las motivaciones para apostar a perdedor? (EDWARDS, 2009, p.297).

A resposta indica que, excetuando a tendência ao suicídio político, as razões repousam em lógicas ocultas de incentivos para empreender tal empreitada. Ou seja, seguindo os pressupostos analíticos desenvolvidos por Tsebellis (1998), esses atores que concorrem sem se importar com as poucas chances de vitória naquele pleito se comportam estratégica e sofisticadamente, seguindo uma lógica que visa a objetivos mais amplos ou de mais largo prazo.

Por analogia, não há porque o tamanho do município ser o único fator a considerar e outros elementos servem para que ele efetivamente decida concorrer. Edwards (2009) lista e analisa algumas motivações dos candidatos a deputados do Chile, muitas delas extensíveis aos vereadores e já especuladas por autores brasileiros, como será demonstrado a seguir. Dentre essas motivações figuram: incrementar o nível de conhecimento sobre este tipo de pleito e as possibilidades de ser um concorrente competitivo no futuro; utilizar a campanha eleitoral para divulgar o seu nome e se fazer mais conhecido frente ao eleitorado, aumentar a popularidade a nível local; ter a expectativa de receber prêmios de consolação, como indicações a cargos de nomeação política¹⁵.

Nesse sentido, exatamente por estarem no “grau zero” da carreira é que os vereadores poderiam arriscar a tentativa de crescimento, pois, conforme Maluf (2006, 2010), as câmaras municipais produzem menos incentivos para a permanência e são pouco institucionalizadas. Em realidade, Maluf afirma isso sobre as câmaras municipais de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas pode-se supor que a situação nas demais câmaras seja semelhante. Afinal, se isso ocorre nas dos dois

¹⁵ O depoimento de um dirigente do PSDB carioca apresentado por Carneiro (2009) e reproduzido anteriormente indica que a possibilidade de nomeações sejam apresentadas pelos partidos para convencer determinados nomes a concorrer. Assim, as motivações para “perder” não são apenas individuais, os partidos também trabalham com essa perspectiva. No caso específico do Chile, a investigação de Edwards (2009) mostra, seguindo análise de outros analistas do sistema político daquele país, que a Concertación se serve da expectativa (e de efetivas) nomeações políticas como forma de estimular certos nomes a se lançarem candidatos e a se arriscarem em uma muito provável campanha mal sucedida. Tal decisão faz parte da estratégia daquela coalizão para indicar dois nomes fortes e ampliar a possibilidade (muito difícil, diga-se de passagem) de dobrar, ou seja, de conquistar as duas vagas de deputado que cada distrito oferece. Esclarece-se que o sistema binominal chileno exige que um partido some o dobro de votos do concorrente para ficar com as duas vagas em disputa. Se esse patamar não for atingido, independentemente das diferenças de votos entre eles, cada concorrente fica com uma vaga.

municípios mais populosos do país, nos quais as ações desses vereadores reúnem aspectos puramente locais, comuns a todos os demais, com outros propriamente de metrópoles com projeção internacional, o que poderia gerar os incentivos suficientes para lá construir a carreira (MALUF, 2010, p.128-129), o que se pode dizer dos outros, onde, obviamente, eles não existem na mesma ordem?¹⁶

E há circunstâncias institucionais que podem estimular os vereadores a se lançar candidatos: a principal delas é a não coincidência das eleições municipais com as demais, o que diminui drasticamente os riscos políticos assumidos ao concorrer a deputado. No período dessa disputa, o vereador que dela participar está em meio de mandato e não precisa renunciar a este cargo, tampouco se licenciar, o que, lembra Maluf (2006, p.31) “significa a manutenção do gabinete, pessoal e vencimentos”¹⁷. Miguel (2003, p.126) pondera que “o vereador que se candidata a Deputado corre poucos riscos políticos, pois, caso derrotado, preserva seu mandato e pode tentar a reeleição dali a dois anos. Isso favoreceria uma ‘ousadia’ maior dos vereadores, dispostos a tentar saltos na carreira”. Ainda que poucos vereadores tomem essa decisão, frente à quantidade de vereadores existentes, forma-se um contingente não desprezível desses atores políticos no cômputo total de candidatos a deputado. Se eles vão conseguir o objetivo da eleição para o cargo mais alto é outra questão e a probabilidade de ser eleito tem vinculação com o tamanho do município onde a vereança é exercida.

Mesmo que não tenham sucesso, também se pode especular que os vereadores não perdem ao realizarem tal empreitada, o que seria mais um estímulo a aceitarem ou a pretenderem o desafio. Miguel (2003, p. 117) afirma que

¹⁶ O diferencial entre esses dois municípios e os demais ou a grande maioria dos demais – afirmação sem base empírica – estaria provavelmente na menor presença de vereadores “de passagem” ou “quase permanentes”, e na maior participação dos tipos polares “amador” e “permanente” nos legislativos locais. Em outros termos: nesses legislativos municipais, haveria a menor incidência de vereadores que ascendem na carreira e, por isso, deixam a câmara.

¹⁷ Situação igual é vivenciada por deputados estaduais, federais e senadores que desejam concorrer a prefeito ou vice-prefeito. Para mais detalhes, ver: Pinto (2012).

uma derrota eleitoral pode representar avanço na carreira política, desde que a campanha tenha divulgado um nome antes menos conhecido ou firmado uma condição de líder da oposição. Isso significa que, mesmo que seja aceita a percepção simplificadora de que os ocupantes de cargos públicos são ‘progressivamente ambiciosos’ (ROHDE, 1979), é necessário entender que tal ambição não assume a forma de uma escalada desenfreada em direção ao topo, disputando eleições para cargos mais elevados sempre que elas pareçam seguras, mas exige cálculos estratégicos mais complexos e focados em cada situação específica. Aliás, a capacidade de ‘recuar para depois avançar’ é um dos traços definidores do raciocínio estratégico (ELSTER, 1979).

Na mesma linha, Maluf (2006, p.32) pondera que o vereador que concorre no meio do mandato faz um teste para pleitear no futuro um cargo estadual/nacional ou se manter competitivo para a campanha à reeleição. Já Ferreira (2012, p.219-220) argumenta que

a disputa de outros cargos [...] gera ‘visibilidade política’ para o vereador: a eleição para deputado federal, inclusive, podendo contar com espaço, mesmo que seja mínimo, de TV e Rádio. Soma-se a isso, a possibilidade de arregimentar apoiadores, de estabelecimento de ‘contatos políticos’, etc. Fatores que, sem dúvida, contribuem para o acúmulo de capital político individual e, por consequência, até mesmo para a manutenção do cargo no plano municipal numa eleição futura¹⁸. Isto é, ‘arriscar’ um ‘cargo grande’ pode gerar bons dividendos políticos para os vereadores, mesmo com a possibilidade, sempre viva, de não se obter [sucesso] nessa empreitada¹⁹.

Na mesma medida, aceitar concorrer e propiciar dobradinhas a outros candidatos não é somente um gesto de solidariedade interpartidária e ajuda a um correligionário. O vereador pode ampliar as suas bases com essa medida, entendidas também como o estabelecimento de relações com representantes de nível superior (especialmente se o parceiro da dobradinha for um deputado federal ou um estadual em busca de reeleição) e de novas relações verticais, aquelas que “abrangem o conjunto dos agentes ‘eleitoralmente importantes’ que mantêm adesão a determinado candidato ou conjunto de candidatos”²⁰. A condição de cargo político de menor expressão frente aos outros postos amplia ainda mais as vantagens que um vereador pode garantir em termos de continuidade da carreira política ao prestar

¹⁸ Essa questão será explorada no capítulo 4 do trabalho.

¹⁹ Interessante também é a declaração do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, reproduzida por Maluf (2010, p.123): “assim é o eleitorado, que pratica uma espécie de ‘justiça compensatória’: quem perde hoje, se não se desmoralizar, tem boa chance de ganhar amanhã. Não é sem razão que os políticos profissionais são sempre candidatos a alguma coisa. Ganhar é melhor, mas perder não chega a ser uma tragédia”.

²⁰ Nesse trecho se está invertendo o referencial presente em Coradini (2001, p.161), no qual o autor centra o texto no deputado federal ou estadual que concorre.

esse serviço às lideranças partidárias.

Em resumo, pode-se especular que duas ordens de ambição podem motivar os vereadores que se dispõem a concorrer a deputado. A primeira, obviamente, é a disposição de ascender na carreira, ter mais recursos políticos a utilizar, ocupar um cargo de maior visibilidade e consolidar a trajetória política. A segunda não está necessariamente ligada à intenção de vencer o pleito, ela muitas vezes está calcada na remota possibilidade de ter êxito, o vereador sabe que não têm condições de se eleger e mesmo assim concorre²¹. Essa candidatura, então, cumpre outros objetivos. Um deles segue a lógica de interesses do partido, visa a atender a uma solicitação do partido ou da coligação, com vistas a propiciar a formação de “dobradinhas” para os candidatos competitivos e uma base de apoio mais sólida na cidade/região do vereador. Outro objetivo segue a lógica de interesses do próprio candidato, mas não é necessariamente conflitante com o anterior, aliás, muito provavelmente seja complementar: ele visa a garantir a divulgação do nome do vereador e a de mantê-lo em destaque, o que pode ser valioso com vistas a futuras eleições, especialmente a próxima eleição municipal, quando vai tentar renovar o mandato ou pretende concorrer ao executivo. Na síntese de Noll e Leal (2008, p.17), “alguns o fazem apenas para ajudar a legenda, outros para ‘tirar a temperatura’ da aprovação de seu mandato”. O fato de concorrer a deputado não implicar a perda do mandato de vereador se agrega a tal perspectiva, pois minimiza os riscos que ele corre²².

Os próximos capítulos serão construídos com vistas a perseguir a verificação empírica desses pressupostos analíticos acerca das motivações para concorrer. Isto é, a dissertação pretende observar a intensidade do fenômeno dos vereadores que concorreram a deputado no Rio Grande do Sul, nos pleitos de 2002 a 2010, os resultados que eles obtiveram, assim como os eventuais dividendos que acumularam na continuidade da carreira política para aqueles que não se elegeram.

²¹ Nesse caso, também é possível distinguir os candidatos entre quatro tipos: o que sabe que vai perder (e realmente perde ou é surpreendido com uma vitória improvável) e o que espera vencer (e perde ou efetivamente vence). A situação difícil, é claro, está no caso dos que tinham uma expectativa de sucesso e fracassam, pois apenas estes passam pela frustração de deixar de obter algo pretendido.

²² Miguel (2003, p.126) constatou haver mais vereadores do que deputados estaduais que se apresentam como candidatos a deputado federal. Ele explica essa discrepância por causa do calendário eleitoral: os vereadores são mais ousados porque arriscam pouco nesse tipo de pleito, enquanto os deputados estaduais, cuja eleição é concomitante a de federal, estão sujeitos a ficar sem mandato em caso de derrota, o que os faz serem mais prudentes no momento de cogitar um salto dessa ordem.

Capítulo 2 Os Vereadores que concorreram a deputado (2002 a 2010)

Este capítulo versa sobre os vereadores que concorreram a deputado estadual e federal, nas eleições de 2002 a 2010 do Rio Grande do Sul. Ele possui dois objetivos principais, os quais são perseguidos por meio da observação do conjunto dos casos, bem como pela distinção por cargo em disputa.

O inicial é o de descrever o fenômeno: identificar a incidência dos vereadores candidatos, discriminar os municípios de onde eles provêm e os partidos pelos quais concorreram, assim como caracterizar o estágio da carreira em que se encontravam, o que é realizado por meio da experiência prévia em concorrer a deputado, da quantidade de mandatos acumulados e do posicionamento na lista quando se elegeram em âmbito municipal.

O objetivo dois é o de analisar mais detidamente os casos em questão, de modo a identificar qual ou quais características apresentam os vereadores que ambicionam se tornar deputado federal ou estadual, o que é realizado a partir dos elementos utilizados para descrever o fenômeno, ou seja: os municípios, os partidos e o perfil político desses vereadores. Eles são analisados em si mesmo ou no cruzamento entre esses elementos. No que tange ao primeiro desses elementos, o capítulo pretende verificar especialmente a relação entre tamanho eleitoral do município e a possibilidade de um vereador se apresentar como candidato; no segundo, observar se há e quais são as estratégias e os critérios adotados pelos partidos ao escolherem um vereador para concorrer; finalmente, no terceiro, constatar se os indicadores adotados para caracterizar a carreira desses vereadores ajudam a explicar qual perfil os predispõem a se lançar como candidatos e/ou a

serem selecionados pelos partidos, bem como se tamanho do município e partido também influenciam.

Para tal, o capítulo se organiza em quatro seções: a primeira apresenta o quantitativo de casos e é eminentemente descritiva; nas demais se cruzam os aspectos descritivos e analíticos. A seção dois versa sobre os municípios; a três aborda a questão pelo ângulo dos partidos e, por fim, a quatro se centra nas características e nas motivações da carreira dos vereadores.

2.1 Panorama geral

Esta primeira seção apresenta a incidência do fenômeno, ou seja, traz as informações relativas à quantidade de vereadores que se candidataram no período analisado (2002-2010) e relaciona-a ao total de candidatos apresentados nos três pleitos. Como foi destacado anteriormente, o critério para considerar alguém como vereador foi o fato de ter sido eleito titular para o cargo no período imediatamente anterior, ou seja, as eleições de 2000, 2004 e 2008, embora não necessariamente estivesse no exercício do cargo quando se lançou candidato.

Tabela 1 - Vereadores candidatos a deputado em relação ao total de candidatos (RS, 2002-2010)

Situação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Vereador	126	111	111	348	19,1	14,1	13,0	15,1
Não vereador	532	678	740	1.950	80,9	85,9	87,0	84,9
Total	658	789	851	2.298	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

A tab. 1 traz dados de ordem analítica, porém não correspondente à realidade de cada eleição, pois as candidaturas são contabilizadas por cargo (deputado federal e estadual). Contudo, a informação referente ao conjunto de vereadores eleitos titulares na disputa imediatamente anterior a aquela em que eles se apresentaram como candidato a deputado delimita o universo de trabalho dessa dissertação.

Nas três eleições analisadas, portanto, 348 vereadores decidiram concorrer ao cargo de deputado¹, equivalentes a cerca de 15% do conjunto de candidatos. Em números absolutos, houve queda de 2002 a 2010 (de 126 a 111) e ocorreu a coincidência de existirem os mesmos 111 concorrentes em 2006 e em 2010.

Em contrapartida, o total de candidatos (vereadores e não vereadores) em cada pleito subiu ao longo do período (658 no primeiro, 789 no segundo e 851 no terceiro). Como consequência, em termos percentuais, a participação de vereadores caiu progressivamente: de 19,1% em 2002 para 14,1% em 2006 e para 13% em 2010.

Tabela 2 - Vereadores candidatos a deputado em relação ao total de vereadores do estado (RS, 2002-2010)

Vereador	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Candidato	126	111	111	348	2,5	2,4	2,4	2,4
Não candidato	4.997	4.473	4.473	13.943	97,6	97,5	97,5	97,6
Total	5.123	4.584	4.584	14.291	100	100	100	100

Fonte: TSE, TRE-RS

Outra maneira de dimensionar a quantidade de vereadores que se habilitaram a concorrer a deputado é relacionar esse contingente com o total de vagas existentes no estado, o que é realizado por meio da tab. 2. No período 2002-2010, 2,4% dos vereadores do Rio Grande do Sul se dispuseram a buscar um lugar como deputado.

Não há parâmetros disponíveis para avaliar os significados dessa informação, porém é óbvio que uma parcela muito reduzida do conjunto concorreu, bem como que essa parcela se manteve inalterada nos três pleitos analisados (variou de 2,4% a 2,5%). Tal é digno de registro, ainda mais pelo fato de que em 2004 e em 2008 houve a redução da ordem de 10,5% na quantidade total de vereadores, em razão da nova interpretação do cálculo de vagas por município que foi estabelecida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

¹ Como alguns vereadores concorreram em mais de uma oportunidade, essas 348 tentativas foram realizadas por 306 indivíduos.

Tabela 3 - Vereadores candidatos a deputado federal em relação ao total de candidatos (RS, 2002-2010)

Situação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Vereador	29	34	24	87	14,7	11,8	8,5	11,3
Não vereador	168	255	258	681	85,8	88,2	91,5	88,7
Total	197	289	282	768	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

A tab. 3 discrimina a informação constante nas anteriores e trata tão somente dos candidatos a deputado federal. Ela indica que a presença de vereadores nas eleições para a Câmara dos Deputados mostrou-se importante, uma vez que 11,3% dos candidatos que se apresentaram pertenciam a essa classe de atores políticos. Porém, o índice está abaixo da média geral, identificada em 15,1%.

Ao estudar a eleição para deputado federal do Rio Grande do Sul de 2010, Ferreira (2012, p.216) encontrou 30 vereadores candidatos – correspondentes a 14,02% do universo por ele considerado. A diferença entre esse quantitativo e o desta dissertação se explica pelos recortes metodológicos de cada pesquisa: enquanto esta considera vereador somente quem conquistou o mandato no pleito imediatamente anterior, aquela – seguindo o procedimento adotado por Marengo dos Santos (2000), Bourdoukan (2006) e Santos (2010) – classifica os candidatos pelo último cargo ocupado. Logo, é possível que a vereança fosse o último posto político exercido por um concorrente sem que ele tivesse participado ou sido eleito na disputa municipal imediatamente anterior à eleição na qual se apresenta como pretendente a um lugar na Câmara dos Deputados.

Nos três pleitos, 768 candidatos se lançaram para a disputa das 93 cadeiras disponíveis para o Rio Grande do Sul (31 por eleição), dos quais 87 haviam sido eleitos vereador. Em números absolutos, a maior incidência se deu nas eleições de 2006, quando 34 apresentaram-se à disputa. Mas ficou com o pleito de 2002 o maior índice de candidatos, pois 14,7% eram dessa categoria. A de 2010 foi a responsável pelo menor número de candidatos saídos das câmaras municipais tanto em números absolutos quanto em percentuais. Nesse pleito, 24 ou 8,5% dos candidatos eram vereadores. Aliás, em termos percentuais, o contingente de vereadores que disputaram tais eleições sofreu redução progressiva no período, tendo passado de 14,7% para 8,5%. Outro achado interessante da eleição de 2002 foi que ela se mostrou aquela em que menos candidatos se apresentaram dentre as três

analisadas, com 197 concorrentes, enquanto as outras duas dispuseram de mais de 280 cada.

Tabela 4 - Vereadores candidatos a deputado estadual em relação ao total de candidatos (RS, 2002-2010)

Situação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Vereador	97	77	87	261	21,0	15,4	15,3	17,1
Não vereador	364	423	482	1.269	79,0	84,6	84,8	82,9
Total	461	500	569	1.530	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No que tange ao cargo de deputado estadual, tal como se poderia esperar, o índice de vereadores concorrentes nos três pleitos analisados foi mais elevado do que no caso de deputado federal: 17,1% dos candidatos haviam sido eleitos vereadores na disputa imediatamente anterior a aquela em que se apresentava como pretendente a um lugar na Assembleia Legislativa (261 em 1.530 concorrentes).

O pleito de 2002 foi o que assistiu a mais vereadores concorrerem, tanto em números absolutos (97), quanto em percentual (21%), embora tenha sido aquele em que houve menos candidatos dentre os três analisados (461). A eleição de 2006 foi a que apresentou menos vereadores candidatos (77, correspondentes a 15,4%), mas, em termos percentuais, este posto coube a de 2010 (15,2% ou 87), em razão do fato de esta ter sido aquela com mais pretendentes ao cargo de deputado estadual (569). Aliás, o total de candidatos cresceu a cada eleição (de 461 em 2002, passou a 500 em 2006 e chegou a 569 em 2010).

2.2 Municípios pelos quais concorreram

Apresentados os dados quantitativos sobre a incidência de vereadores concorrentes a deputado no período, esta seção começa a analisar mais detidamente a situação, na busca de dimensionar com mais propriedade o fenômeno. O primeiro elemento a observar é a procedência desses vereadores.

2.2.1 Identificação

Nessa divisão serão apresentadas de modo descritivo as informações relativas aos municípios nos quais esses vereadores lançados candidatos haviam sido eleitos (quais eram e quantos vereadores cada um deles lançou).

Tabela 5 - Municípios cujos vereadores se apresentaram como candidatos a deputado federal e estadual (RS, 2002-2010)

Eleição	Deputado Federal	Deputado Estadual
2002	20	46
2006	24	43
2010	18	43
Total	62	132

Fonte: TRE-RS

A tab. 5 traz os dados relativos ao número de municípios que, a cada pleito, tiveram ao menos um vereador como candidato a deputado federal e/ou a deputado estadual. Como seria de se esperar, em razão da quantidade de cadeiras em disputa e dos custos associados a essas vagas, há mais incidência na disputa para deputado estadual. Enquanto vereadores de 132 municípios se lançaram candidato à Assembleia Legislativa, no caso da Câmara dos Deputados eles procederam de 62 municípios, menos da metade. O quadro geral se repete em todas as eleições: 46 a 20, em 2002; 43 a 18, em 2010; e, em intensidade um pouco menor, 43 a 24, em 2006.

No entanto, as informações presentes nessa tabela não permitem identificar quais são os municípios cujos vereadores se apresentaram como candidatos, nem discriminá-los por pleito.

N	Eleiç.	Deputado Federal	Deputado Estadual
Três	2002 2006 2010	Canoas Caxias do Sul Cruz Alta Passo Fundo Porto Alegre Rio Grande Santa Cruz do Sul	Bento Gonçalves Cachoeira do Sul Cachoeirinha Canoas Caxias do Sul Cruz Alta Farroupilha Frederico Westphalen Gravataí Ijuí Itaqui Novo Hamburgo Passo Fundo Pelotas Porto Alegre Rio Grande Santana do Livramento Santa Maria Uruguaiana Vacaria Venâncio Aires Viamão
Duas	2002 e 2006	Bagé Carazinho Farroupilha Pelotas Santa Maria	Campo Bom São Luis Gonzaga
	2002 e 2010	Gravataí Santana do Livramento	Alvorada Parobé São Leopoldo Sapucaia do Sul
	2006 e 2010	Uruguaiana	Alegrete Nova Santa Rita Quaraí Rosário do Sul
Uma	2002	Esteio Novo Hamburgo Parobé São Jerônimo São Luiz Gonzaga Sapucaia do Sul	Bagé Camaquã Canguçu Capão da Canoa Chapada Erechim Garibaldi Montenegro Nova Petrópolis Pantano Grande Piratini Santa Rosa Santiago São Borja Sarandi Taquara Três de Maio Três Passos

Fonte: TRE-RS

Quadro 1 - Municípios cujos vereadores concorreram a deputado federal e a estadual (RS, 2002-2010)

	2006	Alvorada Butiá Cachoeirinha Campo Bom Ijuí Marau Salto do Jacuí Santo Ângelo São Leopoldo Venâncio Aires Viamão	Cristal Dois Irmãos Dom Pedrito Erval Seco Gramado Igrejinha Jaguarão Muçum Palmares do Sul Santo Ângelo São Pedro do Sul Sapiranga Tapes Taquari Torres
	2010	Camaquã Capão Bonito do Sul Eldorado do Sul Presidente Lucena Quaraí São Borja Vacaria Vale do Sol	Carlos Barbosa Charqueadas Cidreira Eldorado do Sul Encruzilhada do Sul Feliz Flores da Cunha Guaíba Nova Prata Ronda Alta Santa Cruz do Sul Santa Vitória do Palmar São Sepé

Fonte: TRE-RS

Quadro 1 - Municípios cujos vereadores concorreram a deputado federal e a estadual (RS, 2002-2010) (cont.)

O quadro 1 cumpre tal tarefa. Ele permite observar que são 87 os municípios do Rio Grande do Sul que tiveram vereador como candidato a deputado federal e/ou a estadual. Assim como ocorreu no número de municípios por pleito, a incidência é maior no caso da disputa para deputado estadual: enquanto nos três pleitos analisados pelo trabalho vereadores de 40 municípios diferentes tentaram uma das 31 vagas que o estado tem direito na Câmara dos Deputados, isso ocorreu em 78 municípios no caso das 55 vagas da Assembleia Legislativa.

Vereadores de seis municípios se apresentaram como candidatos para os dois cargos em todos os pleitos analisados: Porto Alegre, Caxias do Sul e Canoas, respectivamente, primeiro, segundo e quarto maiores colégios eleitorais do estado; mais Rio Grande, Passo Fundo e Cruz Alta. Desse conjunto, excetuando o último, todos apresentaram mais de 100 mil votos ao longo das eleições observadas². Além

² Essas informações estão disponíveis no quadro 3, a ser apresentado na sequência.

desses, um município teve candidato a deputado federal nas três disputas (Santa Cruz do Sul) e 16 no caso de deputado estadual.

Outros oito municípios viram vereadores buscarem vaga na Câmara dos Deputados em dois pleitos: cinco em 2002 e em 2006; dois em 2002 e em 2010; e um em 2006 e em 2010. No âmbito da Assembleia Legislativa, são 10 os municípios cujos vereadores se lançaram à disputa: dois em 2002 e em 2006; quatro em 2002 e em 2010; e quatro em 2006 e em 2010.

Por fim, 25 municípios tiveram vereadores candidatos a deputado federal em um dos pleitos observados: seis em 2002, 11 em 2006 e oito em 2010. No caso dos deputados estaduais, vereadores de 46 municípios se apresentaram como candidatos em uma oportunidade: 18 somente em 2002, 15 em 2006 e 13 em 2010.

Tabela 6 - Vereadores candidatos a deputado federal e estadual por município (RS, 2002-2010)

Município	Deputado Federal				Deputado Estadual			
	2002	2006	2010	Total	2002	2006	2010	Total
Alegrete	-	-	-	-	-	1	2	3
Alvorada	-	1	-	1	2	-	1	3
Bagé	3	1	-	4	3	-	-	3
Bento Gonçalves	-	-	-	-	2	2	1	5
Butiá	-	1	-	1	-	-	-	-
Cachoeira do Sul	-	-	-	-	4	4	1	9
Cachoeirinha	-	2	-	2	1	2	1	4
Camaquã	-	-	1	1	1	-	-	1
Campo Bom	-	1	-	1	1	2	-	3
Canguçu	-	-	-	-	1	-	-	1
Canoas	2	1	1	4	4	3	5	12
Carlos Barbosa	-	-	-	-	-	-	2	2
Capão Bonito do Sul	-	-	1	1	-	-	-	-
Capão da Canoa	-	-	-	-	2	-	-	2
Carazinho	1	1	-	2	-	-	-	-
Caxias do Sul	2	1	2	5	6	3	2	11
Chapada	-	-	-	-	1	-	-	1
Charqueadas	-	-	-	-	-	-	2	2
Cidreira	-	-	-	-	-	-	1	1
Cristal	-	-	-	-	-	1	-	1
Cruz Alta	1	1	1	3	2	1	1	4
Dois Irmãos	-	-	-	-	-	1	-	1
Dom Pedrito	-	-	-	-	-	1	-	1
Erval Seco	-	-	-	-	-	1	-	1
Eldorado do Sul	-	-	1	1	-	-	1	1
Encruzilhada do Sul	-	-	-	-	-	-	1	1
Erechim	-	-	-	-	2	-	-	2
Esteio	1	-	-	1	-	-	-	-
Farroupilha	1	1	-	2	1	1	1	3
Feliz	-	-	-	-	-	-	1	1
Flores da Cunha	-	-	-	-	-	-	1	1
Frederico Westphalen	-	-	-	-	1	1	1	3
Garibaldi	-	-	-	-	1	-	-	1
Gramado	-	-	-	-	-	1	-	1

Tabela 6 - Vereadores candidatos a deputado federal e estadual por município (RS, 2002-2010) (cont.)

Município	Deputado Federal				Deputado Estadual			
	2002	2006	2010	Total	2002	2006	2010	Total
Gravataí	1	-	1	2	1	1	4	6
Guaíba	-	-	-	-	-	-	1	1
Igrejinha	-	-	-	-	-	1	-	1
Ijuí	-	1	-	1	1	2	2	5
Itaqui	-	-	-	-	2	1	1	4
Jaguarão	-	-	-	-	-	1	-	1
Marau	-	1	-	1	-	-	-	-
Montenegro	-	-	-	-	1	-	-	1
Muçum	-	-	-	-	-	1	-	1
Nova Petrópolis	-	-	-	-	1	-	-	1
Nova Prata	-	-	-	-	-	-	1	1
Nova Santa Rita	-	-	-	-	-	1	1	2
Novo Hamburgo	1	-	-	1	2	4	2	7
Palmares do Sul	-	-	-	-	-	1	-	1
Pantano Grande	-	-	-	-	1	-	-	1
Parobé	1	-	-	1	1	-	1	2
Passo Fundo	1	1	2	4	4	1	2	7
Pelotas	1	3	-	4	5	2	3	10
Piratini	-	-	-	-	1	-	-	1
Porto Alegre	2	4	3	9	12	10	13	35
Presidente Lucena	-	-	1	1	-	-	-	-
Quaraí	-	-	1	1	-	2	1	3
Rio Grande	4	2	1	7	2	4	1	7
Ronda Alta	-	-	-	-	-	-	2	2
Rosário do Sul	-	-	-	-	-	1	1	2
Salto do Jacuí	-	1	-	1	-	-	-	-
Santa Cruz do Sul	2	1	1	4	-	-	3	3
Santa Maria	1	2	-	3	2	3	2	7
Santa Rosa	-	-	-	-	1	-	-	1
Santana do Livramento	1	-	3	4	1	2	4	7
Santiago	-	-	-	-	2	-	-	2
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	-	-	1	1
Santo Ângelo	-	1	-	1	-	1	-	1
São Borja	-	-	1	1	1	-	-	1
São Jerônimo	1	-	-	1	-	-	-	-
São Leopoldo	-	2	-	2	2	-	5	7
São Luiz Gonzaga	1	-	-	1	3	1	-	4
São Pedro do Sul	-	-	-	-	-	1	-	1
São Sepé	-	-	-	-	-	-	1	1
Sapiranga	-	-	-	-	-	1	-	1
Sapucaia do Sul	1	-	-	1	2	-	3	5
Sarandi	-	-	-	-	1	-	-	1
Tapes	-	-	-	-	-	1	-	1
Taquara	-	-	-	-	1	-	-	1
Taquari	-	-	-	-	-	1	-	1
Três Passos	-	-	-	-	1	-	-	1
Três de Maio	-	-	-	-	1	-	-	1
Torres	-	-	-	-	-	1	-	1
Uruguaiana	-	1	1	2	2	2	1	5
Vacaria	-	-	1	1	2	1	1	4
Vale do Sol	-	-	1	1	-	-	-	-
Venâncio Aires	-	1	-	1	1	2	2	5
Viamão	-	2	-	2	5	2	3	10
Total	28	34	24	86	96	77	87	260

Fonte: TRE-RS

A tab. 6 permite identificar que Porto Alegre foi o município com mais vereadores lançados candidatos, tanto no caso de deputado federal (nove) quanto no de estadual (35), em um total geral de 44. A capital do estado supera largamente qualquer outro município, pois figuram em segundo lugar: Canoas e Caxias do Sul no total geral (16 candidatos cada), seguidos por Pelotas e Rio Grande (14), Viamão (12), Passo Fundo e Santana do Livramento (11), e Santa Maria (10). Todos os demais tiveram, no conjunto, menos de 10 candidatos. Logo, verifica-se que os quatro maiores colégios eleitorais do estado (Porto Alegre, Caxias do Sul, Pelotas e Canoas), os únicos que superam 200 mil eleitores inscritos, foram aqueles que mais tiveram vereadores como candidatos.

Porém, a distribuição entre os dois cargos não é uniforme, ainda que se considere a maior incidência de candidatos a deputado estadual. Viamão teve cinco vezes mais candidatos a estadual do que a federal (10 a dois), Porto Alegre e Canoas cerca de quatro vezes (35 a nove; 12 a quatro, respectivamente), Caxias do Sul cerca de duas vezes (11 a cinco), Rio Grande exatamente o mesmo número (sete) e Cachoeira do Sul nenhum candidato a federal e nove a estadual, assim como Bento Gonçalves (zero e cinco) e Itaqui (zero e quatro).

Em alguns casos, o número de concorrentes a deputado federal superou o de estaduais, como em: Santa Cruz do Sul e Bagé (quatro a três); Carazinho (dois e zero); Butiá, Capão Bonito do Sul, Esteio, Marau, Presidente Lucena, Salto do Jacuí, São Jerônimo e Vale do Sol (um a zero).

Há que se ressaltar, ainda, que em alguns pleitos, uma parcela muito significativa dos membros das câmaras municipais se lançou candidata, caso de: Porto Alegre (14 em 2002 e em 2006, 16 em 2010); Caxias do Sul (oito em 2002); Bagé, Canoas, Pelotas e Rio Grande (cada um com seis em 2002, o que Rio Grande repetiu em 2006). Isso significa que se dispuseram a competir ao cargo de deputado de 38% a 48% dos vereadores de Porto Alegre no período, 38% dos de Caxias do Sul e 28,6% nos demais municípios em 2002, e 46,2% em Rio Grande em 2006.

No caso dos pretendentes à Câmara dos Deputados, Rio Grande figura em segundo lugar, com sete candidatos, seguido por Caxias do Sul (cinco). Seis municípios apresentaram quatro vereadores candidatos: Pelotas, Canoas, Passo Fundo, Bagé, Santa Cruz do Sul e Santana do Livramento, os quais são seguidos por Santa Maria e Cruz Alta, que tiveram três vereadores como concorrentes. Um grupo de sete municípios apresentou dois vereadores ao longo dos três pleitos

(Gravataí, Viamão, São Leopoldo e Cachoeirinha, todos localizados na região metropolitana; Uruguaiana, Farroupilha e Carazinho). Finalmente, o grupo mais numeroso, composto por 22 municípios, tem apenas um candidato.

No âmbito da disputa para a Assembleia Legislativa, os que seguem o líder Porto Alegre são: Canoas (12), Caxias do Sul (11), Pelotas e Viamão (10) e Cachoeira (nove). Seis municípios lançaram no conjunto dos três pleitos sete candidatos. Com seis ou cinco concorrentes aparecem outros seis. Todos os demais lançaram menos de cinco postulantes.

Nas eleições de 2002, o município que mais viu seus vereadores se ausentarem para competir a deputado federal foi Rio Grande, com quatro casos. Em segundo lugar figura Bagé, que teve três candidatos. Quatro municípios vêm na esteira com dois vereadores: Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas e Santa Cruz do Sul. Todos os demais municípios tiveram apenas um vereador como candidato.

Para os pretendentes à Assembleia Legislativa no mesmo período, o destaque fica para Porto Alegre (12 candidatos), seguida por Caxias do Sul (seis), Pelotas e Viamão (cinco). Seguem-se: Cachoeira, Canoas e Passo Fundo (quatro), e Bagé e São Luis Gonzaga (três). Outros 15 municípios tiveram dois vereadores como candidatos e 23, um.

O pleito de 2006 não apresentou muitos candidatos a deputado federal vindos de uma mesma câmara municipal. A cidade que mais viu seus vereadores concorrer foi Porto Alegre (quatro), seguida por Pelotas, com três casos. Cachoeirinha, Rio Grande, São Leopoldo, Santa Maria e Viamão, cada uma com dois candidatos, foram os outros municípios que mais enviaram candidatos. No caso da Assembleia Legislativa, Porto Alegre liderou, com 10 candidatos em 2006, seguido à distância por: Cachoeira, Novo Hamburgo e Rio Grande (quatro cada), e Caxias do Sul, Canoas e Santa Maria (três cada). Em 10 municípios houve dois candidatos naquele pleito e em outros 26, apenas um.

Em 2010, Porto Alegre foi novamente aquele município que mais enviou representantes à disputa de deputado federal, juntamente com Santana do Livramento. As duas cidades tiveram três representantes saídos das suas câmaras municipais. Seguem-se Caxias do Sul e Passo Fundo, com dois candidatos cada. Os demais apresentaram um único vereador candidato.

O mesmo predomínio da capital se verificou no pleito para deputado estadual de 2010, dessa vez com o recorde de candidatos do período (13). Acompanham-na dois municípios da região metropolitana, Canoas e São Leopoldo (cinco cada), mais Santana do Livramento e Gravataí (quatro cada); Pelotas, Viamão, Sapucaia do Sul e Santa Cruz do Sul (três cada). Em 10 municípios dois vereadores se dispuseram a concorrer e em outros 24, um.

2.2.2 Grandeza eleitoral

Apresentados esses dados, passa-se para uma análise mais qualitativa, a qual visa a testar a relação entre o tamanho do município em que o vereador foi eleito e a apresentação dele como candidato. O pressuposto é de que membros do legislativo de municípios de grande porte têm mais estímulo a concorrer, pois a esfera de atuação deles abrange um contingente eleitoral potencialmente maior do que o dos municípios pequenos, o que atrai o interesse para participar da disputa não só dos próprios vereadores como também dos partidos em selecioná-los.

Nesse caso, se está seguindo a indicação apresentada por Barreto (2008, p.135, nota 14) de que em municípios ou regiões com densidade eleitoral maior, como as capitais ou regiões metropolitanas, os vereadores teriam mais estímulos para buscar cargos de maior prestígio. O autor, porém, destaca que esta é uma especulação que necessita de comprovação empírica. Na mesma perspectiva, Maluf (2006, p.28) lança a hipótese que

municípios de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro – incluindo em menor medida algumas outras capitais e grandes cidades do interior e litoral – são casos singulares na carreira política, pois fornecem condições institucionais e extra-institucionais para [...] aumentar as condições de passagem para os níveis acima, o que não se verifica na quase totalidade dos municípios brasileiros, nos quais seus integrantes são retidos por falta de opções³.

³ A parte não apresentada da citação indica a perspectiva de que tais câmaras municipais também fornecem estímulos para manter parte significativa de seus membros. A supressão se deve ao fato de a perspectiva adotada pelo trabalho não se referir a esse fato. Igualmente, é importante frisar que Maluf comprova essa hipótese no que tange ao caso de São Paulo, mas não estuda e, por isso, não teve como comprovar a parte referente à retenção de vereadores nos municípios menores, a não ser pela comparação com alguns poucos municípios (Rio de Janeiro, Guarulhos e Caieiras).

A informação mais relevante para a relação entre o tamanho eleitoral do município e o lançamento de vereador como candidato é aquela trazida pela tab. 7, apresentada logo a seguir. Ela escalona os municípios em três tipos: os grandes (com mais de 100 mil votantes), os médios (de 50 a 100 mil votantes) e os pequenos (menos até 50 mil votantes). É importante esclarece que o indicador escolhido foi o contingente de eleitores que compareceram às urnas, e não o daqueles inscritos para votar ou a população dos municípios⁴.

Tabela 7 - Municípios por quantidade de votantes que tiveram vereador candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
+ 100	9	10	6	25	45,0	41,7	33,3	40,3
50-100	5	4	3	12	25,0	16,7	16,7	19,4
Até 50	6	10	9	25	30,0	41,7	50,0	40,3
Total	20	24	18	62	100	100,1	100	100

Fonte: TRE-RS

No conjunto dos três pleitos analisados, há um equilíbrio entre os municípios menores e os maiores, ambos com 40,3%, os quais compõem juntos 80,6% do universo e fazem com que os municípios de 50 a 100 mil respondam por apenas 19,4%.

Tabela 8 - Vereadores candidatos a deputado federal por quantidade de votantes dos municípios (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
+ 100	15	19	10	44	51,7	55,9	41,7	50,5
50-100	8	5	5	18	27,6	14,7	20,8	20,7
Até 50	6	10	9	25	20,6	29,4	37,5	28,7
Total	29	34	24	87	99,9	100	100,1	99,9

Fonte: TRE-RS

⁴ A título de informação: segundo o Atlas Econômico do Rio Grande do Sul (SEPLAG, 2013), há 454 municípios com até 50 mil habitantes no estado, 24 com mais de 50 mil e até 100 mil, e 18 com mais de 100 mil habitantes. Lembra-se que a classificação aqui adotada não é essa, e sim a quantidade de votantes.

Quando a análise se centra não na quantidade de municípios que lançaram candidatos conforme o contingente eleitoral deles, mas na quantidade de candidatos lançados por esses municípios, como o faz a tab. 8, pode-se perceber mais claramente como o fenômeno se manifesta.

Aqueles com até 50 mil votantes respondem por 28,7% dos vereadores lançados candidatos, mas eram responsáveis por 40,3% dos municípios que apresentaram candidatos. Situação inversa ocorre no caso daqueles que têm mais de 100 mil votantes: indicaram 50,5% dos candidatos e eram 40,3% do total de municípios com vereadores participantes do pleito. Naqueles que têm entre 50 e 100 mil votos a relação é equitativa: eles respondem por cerca de 19% tanto em um critério quanto no outro.

Votantes (em mil)	2002	2006	2010	Geral
+ 100	1,7	1,9	1,7	1,8
50-100	1,6	1,3	1,7	1,5
Até 50	1,0	1,0	1,0	1,0

Fonte: TRE-RS

Quadro 2 - Média de vereadores candidatos a deputado federal por municípios conforme a quantidade de votantes (RS, 2002-2010)

Os vereadores de municípios menores podem ser apresentados como candidatos, contudo, o padrão é que apenas haja um único nome por município, o que ocorreu no caso dos 25 municípios aqui analisados e que têm até 50 mil votantes (média de 1,0, como mostra o quadro 2). Esse modelo não se manifesta naqueles com contingente eleitoral mais elevado, cuja tendência é de que mais vereadores concorram: os 12 municípios com 50 a 100 mil votantes apresentaram 18 candidatos (média de 1,5), e os 25 com mais de 100 mil eleitores, 44 vereadores (média de 1,8).

Vereadores de municípios com poucos eleitores concorrem, porém uma quantidade maior nos municípios com maior eleitorado se dispõe a disputar os pleitos de deputado federal, provavelmente estimulados pelos cálculos de oportunidade referenciados por Barreto (2008) e por Maluf (2006). Em termos matemáticos, essa tendência se traduz na maior participação dos pequenos no

contingente de municípios cujo vereador concorre (tab. 7) e uma menor participação deles no total de candidatos lançados (tab. 8).

Votantes (em mil)	2002	2006	2010
+ 100	Canoas (2) Caxias do Sul (2) Gravataí (1) Novo Hamburgo (1) Passo Fundo (1) Pelotas (1) Porto Alegre (2) Rio Grande (4) Santa Maria (1)	Alvorada (1) Canoas (1) Caxias do Sul (1) Passo Fundo (1) Pelotas (3) Porto Alegre (4) Rio Grande (2) Santa Maria (2) São Leopoldo (2) Viamão (2)	Canoas (1) Caxias do Sul (2) Gravataí (1) Passo Fundo (2) Porto Alegre (3) Rio Grande (1)
50-100	Bagé (3) Esteio (1) S. Livramento (1) Santa Cruz do Sul (2) Sapucaia do Sul (1)	Bagé (1) Cachoeirinha (2) Santa Cruz do Sul (1) Uruguaiiana (1)	S. Livramento (3) Santa Cruz do Sul (1) Uruguaiiana (1)
Até 50	Carazinho (1) Cruz Alta (1) Farroupilha (1) Parobé (1) São Jerônimo (1) São Luiz Gonzaga (1)	Butiá (1) Campo Bom (1) Carazinho (1) Cruz Alta (1) Farroupilha (1) Ijuí (1) Marau (1) Salto do Jacuí (1) Santo Ângelo (1) Venâncio Aires (1)	Camaquã (1) Capão Bonito Sul (1) Cruz Alta (1) Eldorado do Sul (1) Presidente Lucena (1) Quaraí (1) São Borja (1) Vacaria (1) Vale do Sol (1)

Fonte: TRE-RS

Quadro 3 - Municípios por quantidade de votantes cujos vereadores concorreram a deputado federal (RS, 2002-2010)

As informações do quadro 3 permitem identificar quais os municípios que apresentaram vereadores como candidatos a deputado federal pelo tamanho eleitoral deles. Assim, observa-se que, em 2002, Rio Grande foi aquele que mais apresentou vereadores candidatos, apesar de ter 112 mil votantes, bem menos do que Porto Alegre (com quase 875 mil votantes) ou Caxias do Sul (cerca de 230 mil), que apresentaram dois candidatos. O município com menos eleitores que compareceram às urnas a ter um vereador concorrente a deputado federal foi São Jerônimo, com quase 13 mil votantes.

No pleito seguinte, Porto Alegre, o maior colégio eleitoral do município, foi também quem apresentou mais candidatos (quatro), seguido por Pelotas, o terceiro com mais votantes (aproximadamente 205 mil). O município com menos votantes a enviar representante para a campanha foi Salto do Jacuí, com sete mil.

Em 2010, dois municípios com pouco mais de mil eleitores que compareceram às urnas, Presidente Lucena e Capão Bonito do Sul, enviaram um vereador cada para a disputa ao cargo de deputado federal. Porto Alegre foi novamente aquele que mais enviou representantes (três), juntamente com Santana do Livramento, que apresentou 55 mil votantes.

De qualquer modo, deve-se destacar que vereadores de oito municípios com pequeno contingente eleitoral (até 20 mil votantes) decidiram concorrer a deputado federal, embora, levando em consideração somente o critério da quantidade de votos desses municípios e da capacidade de eles terem inserção regional e, assim, atrair apoios em localidades vizinhas, esta não seria a decisão mais razoável⁵. Obviamente, se eles foram lançados candidatos, outros fatores interferiram nessa escolha, como se pretende discutir na sequência do texto.

Tabela 9 - Municípios por quantidade de votantes que tiveram vereador candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
+ 100	11	10	12	33	23,9	23,3	27,9	25,0
50-100	9	5	9	23	19,6	11,6	20,9	17,4
Até 50	26	28	22	76	56,5	65,1	51,2	57,6
Total	46	43	43	132	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No caso da eleição para deputado estadual, há um predomínio dos municípios menores: 57,6% daqueles que tiveram vereadores como candidatos estão nessa categoria. Municípios que apresentaram de 50 a 100 mil eleitores nas urnas respondem por 17,4%. Por fim, os maiores colégios eleitorais do estado compuseram 25% do total.

⁵ Para que se tenha ideia da expressão eleitoral desses vereadores, o mais votado ao ser eleito para a Câmara Municipal recebeu 463 votos. O menos preferido conquistou somente 76 votos.

Tabela 10 - Vereadores candidatos a deputado estadual por quantidade de votantes dos municípios (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
+ 100	45	33	43	121	46,4	42,9	49,4	46,4
50-100	19	12	17	48	19,6	15,6	19,5	18,4
Até 50	33	32	27	92	34,0	41,6	31,0	35,2
Total	97	77	87	261	100	100,1	99,9	100

Fonte: TRE-RS

Conforme a tab. 10, um cenário semelhante ao dos deputados federais ocorre no caso dos estaduais: os municípios menores apresentam proporcionalmente menos vereadores do que os com mais votantes e, por essa razão, ocupam menos espaço do que quando o critério é o número de municípios com vereadores candidatos. Os com até 50 mil votantes respondem por 35,2% dos pretendentes a um lugar na Assembleia Legislativa, quando eram 57,6% dos municípios com vereadores candidatos. Como seria de se esperar, o inverso ocorre com os maiores colégios eleitorais, que representavam 25% dos municípios e indicaram 46,4% dos candidatos. A categoria dos municípios que têm entre 50 e 100 mil mantém o equilíbrio (responde por 18,4% em indicador e por 17,4% no outro).

Votantes (em mil)	2002	2006	2010	Geral
+ 100	4,1	3,3	3,6	3,7
50-100	2,1	2,4	1,9	2,1
Até 50	1,3	1,1	1,2	1,2

Fonte: TRE-RS

Quadro 4 - Média de vereadores candidatos a deputado estadual por municípios conforme a quantidade de votantes (RS, 2002-2010)

Enfim, na disputa para deputado estadual, em traços gerais prevalece o mesmo cenário da situação anterior: os municípios com mais eleitores têm um maior número de vereadores que se lançam candidatos, embora isso não signifique a exclusão dos vereadores dos pequenos municípios. A média de candidatos por quantidade de votantes nos municípios cresce conforme aumenta a grandeza eleitoral desses municípios (vai de 1,2 na faixa dos que têm até 50 mil a 2,1 na dos que têm de 50 a 100 mil, e atinge 3,7 nos que têm mais de 100 mil).

Votantes (em mil)	2002	2006	2010
+ 100	Canoas (4) Caxias do Sul (6) Gravataí (1) Novo Hamburgo (2) Passo Fundo (4) Pelotas (5) Porto Alegre (12) Rio Grande (2) Santa Maria (2) São Leopoldo (2) Viamão (5)	Canoas (3) Caxias do Sul (3) Gravataí (1) Novo Hamburgo (4) Passo Fundo (1) Pelotas (2) Porto Alegre (10) Rio Grande (4) Santa Maria (3) Viamão (2)	Alvorada (1) Canoas (5) Caxias do Sul (2) Gravataí (4) Novo Hamburgo (2) Passo Fundo (2) Pelotas (3) Porto Alegre (13) Rio Grande (1) Santa Maria (2) São Leopoldo (5) Viamão (3)
50-100	Alvorada (2) Bagé (3) Bento Gonçalves (2) Cachoeira do Sul (4) Cachoeirinha (1) Erechim (2) S Livramento (1) Sapucaia do Sul (2) Uruguaiana (2)	Bento Gonçalves (2) Cachoeira do Sul (4) Cachoeirinha (2) S. Livramento (2) Uruguaiana (2)	Bento Gonçalves (1) Cachoeira do Sul (1) Cachoeirinha (1) Guaíba (1) Ijuí (2) S. Livramento (4) Santa Cruz do Sul (3) Sapucaia do Sul (3) Uruguaiana (1)
Até 50	Camaquã (1) Campo Bom (1) Canguçu (1) Capão da Canoa (2) Chapada (1) Cruz Alta (2) Farroupilha (1) Frederico Westphalen (1) Garibaldi (1) Ijuí (1) Itaqui (2) Montenegro (1) Nova Petrópolis (1) Pantano Grande (1) Parobé (1) Piratini (1) Santa Rosa (1) Santiago (2) São Borja (1) São Luiz Gonzaga (3) Sarandi (1) Taquara (1) Três de Maio (1) Três Passos (1) Vacaria (2) Venâncio Aires (1)	Alegrete (1) Campo Bom (2) Cristal (1) Cruz Alta (1) Dois Irmãos (1) Dom Pedrito (1) Ervail Seco (1) Farroupilha (1) Frederico Westphalen (1) Gramado (1) Igrejinha (1) Ijuí (2) Itaqui (1) Jaguarão (1) Muçum (1) Nova Santa Rita (1) Palmares do Sul (1) Quaraí (2) Rosário do Sul (1) Santo Ângelo (1) São Luiz Gonzaga (1) São Pedro do Sul (1) Sapiranga (1) Tapes (1) Taquari (1) Torres (1) Vacaria (1) Venâncio Aires (2)	Alegrete (2) Carlos Barbosa (2) Charqueadas (2) Cidreira (1) Cruz Alta (1) Eldorado do Sul (1) Encruzilhada do Sul (1) Farroupilha (1) Feliz (1) Flores da Cunha (1) Frederico Westphalen (1) Itaqui (1) Nova Prata (1) Nova Santa Rita (1) Parobé (1) Quaraí (1) Ronda Alta (2) Rosário do Sul (1) Santa Vitória Palmar (1) São Sepé (1) Vacaria (1) Venâncio Aires (2)

Fonte: TRE-RS

Quadro 5 - Municípios por quantidade de votantes cujos vereadores concorreram a deputado estadual (RS, 2002-2010)

No pleito de 2002, o município com maior número de candidatos foi Porto Alegre, que viu 15 vereadores fazerem campanha para a Assembleia Legislativa. O segundo município que mais enviou candidatos foi Caxias do Sul, com seis. Coincidentemente, estes são os dois maiores colégios eleitorais do pleito. Na faixa entre 50 mil e 100 mil eleitores 18 municípios enviaram vereadores à disputa. Os municípios que mais viram seus candidatos concorrer foram: Pelotas (cinco), Passo Fundo e Viamão (quatro cada). Os municípios de Pantano Grande, com 6.972, e Chapada, com 6.966 eleitores presentes, foram aqueles com menos eleitores do estado a ver seus vereadores se lançarem candidatos.

A eleição para a Assembleia Legislativa em 2006 viu os municípios com mais de 200 mil votantes passaram de dois para quatro – Pelotas e Canoas se juntaram a Porto Alegre e Caxias do Sul – e 18 candidatos concorrem nessa categoria, com destaque aos vereadores da capital (10). Dos municípios com menos de 20 mil habitantes saíram 14 candidatos, sendo os municípios com menos eleitores: Palmares do Sul, Erval Seco, Cristal e Muçum, nenhum deles atinge 10 mil votantes.

O município com o caso mais interessante nas eleições para deputado estadual de 2006 foi Cachoeira do Sul. Com 54 mil eleitores e 10 vereadores, ele viu 40% de sua legislatura tentar o cargo de deputado estadual, índice semelhante ao de outros municípios, como Porto Alegre, Caxias do Sul e Rio Grande, comentados anteriormente.

Por fim, em 2010, o município que mais se responsabilizou por enviar candidatos à disputa, pelo menos no que tange a essa classe de atores políticos, foi a capital do estado, com 13. Depois de Porto Alegre, os municípios que mais tiveram seus vereadores que ambicionaram o cargo de deputado estadual foram: Canoas e São Leopoldo (cinco cada), e Gravataí e Santana do Livramento (quatro casos cada). Com três vereadores candidatos figuram: Pelotas, Viamão, Sapucaia do Sul e Santa Cruz do Sul. Quanto às peculiaridades entre esses seis casos, pode-se ressaltar que apenas dois desses municípios, Santana do Livramento e Sapucaia do Sul, contavam com menos de 100 mil eleitores.

Os menores municípios do estado a verem seus representantes tentar o cargo de deputado estadual, foram: Feliz, Ronda Alta e Cidreira. Eles contaram, à época da eleição, com menos de 10 mil votantes, sendo que o menor deles, Ronda

Alta, teve pouco mais de seis mil eleitores e mandou dois candidatos para a disputa⁶.

Tabela 11 - Vereadores candidatos a deputado por quantidade de votantes dos municípios (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
+ 100	60	52	53	165	47,6	46,8	47,7	47,4
50-100	27	17	22	66	21,4	15,3	19,8	19,0
Até 50	39	42	36	117	31,0	37,8	32,4	33,6
Total	126	111	111	348	100,0	99,9	99,9	100

Fonte: TRE-RS

Para manter o mesmo padrão de exposição, a tabela acima traz o quadro geral dos vereadores candidatos a deputado. Como não poderia deixar de ser, o cenário é semelhante a aquele quando a análise é realizada por cargo e que já havia indicado semelhanças entre eles. Na média, 47,1% dos vereadores são dos municípios maiores (mais de 100 mil votantes), cerca de um terço dos municípios menores (até 50 mil votantes) e 19% dos municípios médios (entre 50 e 100 mil votantes).

Em outros termos: o tamanho eleitoral não impede os vereadores daqueles municípios com menos eleitores de pretenderem chegar à Assembleia Legislativa ou à Câmara dos Deputados, mas reduz a quantidade daqueles que se dispõem a tal. Conseqüentemente, nos municípios que possuem mais votantes, um número maior de vereadores aceita concorrer a esses cargos, muito provavelmente porque supõe que esse fator aumenta as chances de sucesso na empreitada.

⁶ O fato de em alguns municípios com tão poucos eleitores – como Capão da Canoa, Quaraí, Carlos Barbosa e Ronda Alta –, mais de um vereador se lançar candidato pode estar relacionado às rivalidades locais. Ou seja, um vereador ligado a um determinado partido ou grupo político concorre porque um colega da Câmara, de outro partido ou de grupo político, também se apresentou. Essencialmente: não há o interesse que um rival tenha a possibilidade de obter um destaque local por conta da campanha para deputado, ainda que o lançamento simultâneo das campanhas reduza ainda mais as já poucas possibilidades de sucesso de um concorrente do município. Reforça tal percepção (cuja comprovação exigiria um tipo de investigação distinto da que está sendo desenvolvida nesta dissertação), o caráter episódico do fato, pois nos demais pleitos do período em análise nenhum vereador de tais municípios concorreu.

2.3 Partidos pelos quais concorreram

Um segundo elemento a ser analisado envolve a identificação dos partidos que apresentaram vereadores como candidatos. A intenção é verificar se há algum ou alguns em particular que dão mais preferência a este cargo político como fonte geradora de candidatos ou se o fenômeno se espalha por diversos partidos, de forma mais ou menos aleatória, o que não permite identificar uma orientação específica.

2.3.1 Identificação

Tabela 12 - Partidos que apresentaram vereadores como candidatos a deputado e quantidade apresentada (RS, 2002-2010)

Partido	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
PT	21	11	24	56	16,7	9,9	21,6	16,1
PDT	15	15	17	47	11,9	13,5	15,3	13,5
PMDB	12	14	15	41	9,5	12,6	13,5	11,8
PTB	12	11	12	35	9,5	9,9	10,8	10,1
PSDB	9	18	6	33	7,1	16,2	5,4	9,5
PSB	11	8	12	31	8,7	7,2	10,8	8,9
PFL/DEM	13	7	5	25	10,3	6,3	4,5	7,2
PPB/PP	10	10	5	25	7,9	9,0	4,5	7,2
PCdoB	5	5	10	20	4,0	4,5	9,0	5,7
PPS	4	6	2	12	3,2	5,4	1,8	3,4
PHS	8	1	-	9	6,3	0,9	-	2,6
PL	5	2	-	7	4,0	1,8	-	2,0
PSOL	-	2	-	2	-	1,8	-	0,6
PV	-	1	1	2	-	0,9	0,9	0,6
PTdoB	1	-	-	1	0,8	-	-	0,3
PR	-	-	1	1	-	-	0,9	0,3
PRB	-	-	1	1	-	-	0,9	0,3
Total	126	111	111	348	99,9	99,9	99,9	100,1

Fonte: TRE-RS

A tab. 12 reúne os vereadores candidatos a deputado federal e a deputado estadual apresentados pelos partidos. É importante destacar que esses dados não se referem aos partidos pelos quais esses vereadores se elegeram para a Câmara Municipal, isso porque há uma série de casos de migração partidária, como será destacado na sequência.

Verifica-se que, no período 2002-2010, 17 legendas incluíram vereadores em suas nominatas. Dessas, 10 o fizeram nos três pleitos: PT, PDT, PMDB, PTB, PSDB, PSB, PFL/DEM, PPB/PP, PCdoB e PPS. Outras três incluíram vereadores em duas eleições: PHS e PL⁷, em 2002 e em 2006; e PV, em 2006 e em 2010. Os quatro restantes o fizeram em apenas uma oportunidade: PTdoB (2002); PSOL⁸ (2006); PR⁹ e PRB¹⁰ (2010).

Observa-se que a quantidade de vereadores apresentados pelos partidos a cada pleito varia, a indicar mudanças de estratégia ou, ao menos, a não repetição da estratégia. O PT é quem mais incluiu vereadores: 56 casos, tendo liderado esse quesito nos pleitos de 2002 e de 2010 (em 2006, a liderança foi do PSDB). Seguem-se: PDT (47) e PMDB (41). Todos são legendas com significativa importância no cenário político rio-grandense, que já elegeram governador, formaram historicamente bancadas robustas na Câmara dos Deputados e na Assembleia Legislativa. Na sequência, aparecem bastante próximos entre si: PTB (35), PSDB (33) e PSB (31). Empatados, figuram: PFL/DEM e PPB/PP, com 25 vereadores indicados candidato. O PCdoB lançou 20, PPS 12, PHS nove, e PL sete. Com menor quantidade de vereadores incluídos nas listas, surgem: PSOL e PV (dois cada); PTdoB, PR e PRB (um cada).

⁷ O PL se fundiu com o Prona em 2006, dando origem ao Partido da República (PR, 2013), que apresentou vereador como candidato em 2010. Se o PR for considerado uma continuidade do PL, pode-se dizer, então, que o partido lançou vereador em todos os pleitos.

⁸ O partido foi fundado em 2004 e obteve registro na Justiça Eleitoral em 2005 (PSOL, 2013), ou seja, só poderia ter apresentado candidato em dois dos três pleitos considerados (2006 e 2010).

⁹ Fundado em outubro de 2006, só poderia ter apresentado vereador candidato em 2010, como o fez (PR, 2013).

¹⁰ Apesar de ter sido fundado em 2003, obteve registro definitivo em agosto de 2005, por isso poderia ter incluído vereador na sua listagem de candidato somente em 2006 e em 2010 (PRB, 2013).

Tabela 13 - Partidos que apresentaram vereadores como candidatos a deputado federal e quantidade apresentada (RS, 2002-2010)

Partido	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
PDT	7	4	1	12	24,1	11,8	4,2	13,8
PSDB	4	5	1	10	13,8	14,7	4,2	11,5
PTB	3	5	2	10	10,3	14,7	8,3	11,5
PT	5	4	-	9	17,2	11,8	-	10,3
PSB	2	3	4	9	6,9	8,8	16,7	10,3
PMDB	1	3	4	8	3,4	8,8	16,7	9,2
PCdoB	1	1	4	6	3,4	2,9	16,7	6,9
PPS	2	1	2	5	6,9	2,9	8,3	5,7
PPB/PP	-	3	2	5	-	8,8	8,3	5,7
PL	4	1	-	5	13,8	2,9	-	5,7
PFL/DEM	-	1	2	3	-	2,9	8,3	3,4
PSOL	-	1	-	1	-	2,9	-	1,1
PV	-	1	-	1	-	2,9	-	1,1
PHS	-	1	-	1	-	2,9	-	1,1
PR	-	-	1	1	-	-	4,2	1,1
PRB	-	-	1	1	-	-	4,2	1,1
Total	29	34	24	87	99,8	99,7	100,1	99,5

Fonte: TRE-RS

No conjunto dos pleitos analisados, 16 partidos lançaram vereadores como candidatos a deputado federal, mas apenas sete o fizeram nas três oportunidades (PDT, PSDB, PTB, PSB, PMDB, PCdoB e PPS). Outros quatro o fizeram em duas eleições: PT e PL, em 2002 e em 2006; PPB/PP e PFL/DEM, em 2006 e em 2010. Por fim, cinco partidos apresentaram vereador como pretendente a deputado federal em um pleito: PSOL, PV e PHS, em 2006; PR e PRB, em 2010. Não foi registrado nenhum caso de partido que tenha inscrito um vereador como candidato em 2002, deixado de fazê-lo em 2006 e novamente inscrever em 2010. Igualmente, não foi encontrado um partido que o tenha feito apenas em 2002.

O PDT foi a legenda que mais lançou vereadores como candidatos: 12 ou 13,8% do total, seguido por PSDB e PTB, com 10 ou 11,5%, e PT e PSB, com nove ou 10,3%. Depois, surgem: PMDB (oito ou 9,2%), PCdoB (seis ou 6,9%), PPS, PPB/PP e PL (cinco ou 5,7%), e PFL/DEM (três ou 3,4%). Outros cinco partidos (PSOL, PV, PHS, PR e PRB), apresentaram um único vereador como candidato.

No entanto, observa-se muita alternância entre os partidos no número de vereadores apresentados, o que pode ser indício de mudança de estratégia na formação dos seus candidatos ou fruto da decisão de concorrer como avulso ou em coligação, o que modifica o número de candidatos que cada um pode lançar. Enfim,

pode ocorrer a mudança deliberada na estratégia de incluir mais ou menos vereadores como candidatos ou essa variação ser decorrência de outros fatores. O PDT, por exemplo, apesar de sempre incluir vereadores na sua lista, reduziu essa contingente a cada pleito (foram sete em 2002, quatro em 2006 e um em 2010). Ao contrário, PSB, PMDB e PCdoB aumentaram continuamente a presença dos vereadores no período. Já PSDB e PTB, que também sempre incluíram vereadores na lista, alternaram (aumentaram em 2006 em relação a 2002 e diminuíram em 2010). O PPS fez a mudança em sentido inverso: reduziu em 2006 em relação a 2002 e aumentou em 2010. Merece registro, ainda, o caso do PT, que após apresentar um contingente importante de vereadores como candidatos em 2002 e em 2006 (cinco e quatro, respectivamente), não incluiu nenhum na listagem de 2010.

A eleição de 2002 foi aquela em que menos partidos se serviram de vereadores em sua relação de candidatos: nove o fizeram, sendo o PDT o líder, com sete nomes. Depois, aparecem: PT, com cinco; PSDB e PL, com quatro; PTB, com três; PSB e PPS, com dois. Por fim, figuram PCdoB e PMDB, com um cada.

O pleito de 2006 apresentou 14 partidos que incluíram vereadores dentre seus concorrentes, recorde no período. Os que mais o fizeram foram PSDB e PTB, com cinco cada um. Na sequência, estão: PDT e PT, com quatro cada; PSB, PMDB e PPB/PP, com três cada. PCdoB, PPS, PL, PFL, PSOL, PV e PHS formam o conjunto das legendas que apresentaram um único vereador como candidato.

Na eleição de 2010, 11 partidos se utilizaram de vereadores em seu rol de candidatos. Os que mais o fizeram foram: PSB, PMDB e PCdoB, com quatro cada. PTB, PPS, DEM e PPB/PP aparecem logo após, com dois cada um. Com um vereador apenas apresentada figuram PDT, PSDB, PR e PRB.

Contudo, como foi destacado anteriormente, esses dados se referem aos partidos pelos quais os vereadores concorreram a deputado, mas não necessariamente a aqueles ao qual estavam filiados quando conquistaram o mandato municipal.

Eleiç.	Candidato	Município	Partido	
			Vereador	Concorreu a DF
2002	Adelar Ivan Bayer	Pelotas	PTB	PL
	Aldimar Pereira Machado	São Luís Gonzaga	PSB	PSDB
	Cezar Paulo Mossini	Canoas	PL	PSB
	Elemar Miguel Schaefer	Parobé	PMDB	PPS
	Enir Garcia dos Reis	Santa Maria	PMDB	PL
	Ivan da Silva Casartelli	Bagé	PMDB	PL
	James Ricachenevsky	Cruz Alta	PMDB	PSDB
	José Alberto Reus Fortunati	Porto Alegre	PT	PDT
	Jurandir Marques Maciel	Canoas	PMDB	PTB
	Mario Mena Abunader Kalil	Bagé	PFL/DEM	PDT
	Paulo Renato Mattos Gomes	Rio Grande	PL	PPS
	Zelinda Brugnera de Tomas	Passo Fundo	PDT	PSDB
2006	Mauro Brum	Uruguaiana	PL	PPS
	Dr. Ovídio	Santa Maria	PPB/PP	PTB
	Geraldinho	Viamão	PT	PSOL
	Dr. Benjamin	São Leopoldo	PPB/PP	PV
	Ademir de Cesaro	São Leopoldo	PMDB	PHS

Fonte: TRE-RS

Quadro 6 - Vereadores que se candidataram a deputado federal por partido diferente daquele pelo qual haviam conquistado o mandato (RS, 2002-2010)

No total, 17 dos 87 vereadores analisados (19,5%) mudaram de legenda entre a eleição municipal e a federal. Dentre os 29 que foram candidatos em 2002, 12 haviam migrado (41,4%), um índice bastante elevado, comparando-se com alguns indicadores presentes na bibliografia, os quais apontam para a incidência de um terço de migrantes em média (MELO, 2004). Em 2006, foram registrados cinco migrantes dentre os 34 candidatos (14,7%). E, finalmente, em 2010, não houve o registro de nenhuma migração, muito provavelmente em razão dos efeitos da decisão do TSE (Resolução 22.610, de 2007) de considerar o partido como titular do mandato e conseqüentemente ameaçar com perda de mandato os detentores de cargo eletivo que trocassem de legenda¹¹.

Em 2002, nove partidos diferentes estiveram envolvidos nessas trocas: sete foram abandonados (PMDB, PL, PTB, PSB, PT, PFL/DEM e PDT) e sete receberam a adesão (PL, PSDB, PSB, PPS, PDT, PTB). O partido que mais perdeu filiados foi o PMDB, que viu cinco saírem para PSDB, PTB, PPS e PL (duas vezes). O PL perdeu dois vereadores, os quais migraram para PSB e PPS. Porém, recebeu a adesão de

¹¹ No entendimento do TSE, a troca não implicaria perda de mandato se envolvesse quatro situações: (1) incorporação ou fusão de partido; (2) criação de novo partido; (3) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário e (4) grave discriminação pessoal sofrida no partido abandonado.

outros três, provenientes de PTB e PMDB (duas vezes). Também deixaram o partido pelo qual se elegeram um vereador de PTB, PSB, PT, PFL/DEM e PDT.

O PSDB, que não perdeu nenhum vereador candidato, foi ao lado do PL, o partido que mais ganhou vereadores que vieram a se candidatar a deputado federal, com três casos, saídos de PMDB, PDT e PSB. A adesão de dois vereadores transformou o PDT no partido que mais teve vereadores em exercício de mandato a concorrer a uma cadeira na Câmara de Deputados, com sete casos. O PPS também recebeu dois migrantes, provenientes de PMDB e PL. Ainda foram beneficiados com a migração de um vereador: PSB e PTB.

Entre as eleições municipais de 2004 e a de deputado federal de 2006, nove legendas estiveram envolvidas nessas trocas: quatro foram abandonadas (PT, PPB/PP, PL e PMDB) e cinco receberam adesão (PPS, PTB, PSOL, PV e PHS). O PPB/PP aparece como o caso mais singular, pois perdeu dois “potenciais” candidatos que migraram para PV e PTB. Outro fato curioso diz respeito ao município de São Leopoldo que assistiu a duas migrações de vereadores que concorreram a deputado federal.

Tabela 14 - Partidos que apresentaram vereadores como candidatos a deputado estadual e quantidade apresentada (RS, 2002-2010)

Partido	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
PDT	8	11	16	35	8,2	14,3	18,4	13,4
PSDB	5	13	5	23	5,2	16,9	5,7	8,8
PTB	9	6	10	25	9,3	7,8	11,5	9,6
PT	16	7	24	47	16,5	9,1	27,6	18,0
PSB	9	5	8	22	9,3	6,5	9,2	8,4
PMDB	11	11	11	33	11,3	14,3	12,6	12,6
PCdoB	4	4	6	14	4,1	5,2	6,9	5,4
PPS	2	5	-	7	2,1	6,5	-	2,7
PPB/PP	10	7	3	20	10,3	9,1	3,4	7,7
PL	1	1	-	2	1,0	1,3	-	0,8
PFL/DEM	13	6	3	22	13,4	7,8	3,4	8,4
PSOL	-	1	-	1	-	1,3	-	0,4
PV	-	-	1	1	-	-	1,1	0,4
PHS	8	-	-	8	8,2	-	-	3,1
PTdoB	1	-	-	1	1,0	-	-	0,4
Total	97	77	87	261	99,9	100,1	99,8	100,1

Fonte: TRE-RS

No caso da eleição para deputado estadual, embora haja um número muito mais expressivo de candidatos do que na escolha dos deputados federais (261 a 87), menos partidos apresentaram vereadores como candidatos. Ao invés de 16, foram 15 as legendas que optaram por esta estratégia no período. A relação de partidos, no entanto, é a mesma do pleito para deputado federal (PDT, PSDB, PTB, PT, PSB, PMDB, PCdoB, PPS, PPB/PP, PL, PFL/DEM, PSOL, PV e PHS), com exceção de PTdoB, que deve ser acrescido, e de PR e PRB, que devem ser excluídos.

A grande maioria dos partidos se serviu de vereadores na totalidade dos pleitos analisados, as exceções são: PPS e PL (em duas oportunidades, em 2002 e em 2006); PHS e PTdoB (apenas em 2002), PSOL (somente em 2006) e PV (unicamente em 2010).

O mesmo não se pode dizer da ordem dos partidos que mais indicaram candidatos. A liderança é do PT, que apresentou 46 vereadores como candidatos. Em seguida, aparecem: PDT (35), PMDB (33), PTB (25), PSDB (23), PSB e PFL/DEM (22 cada), mais PP/PPB (20). O PCdoB figura com 14 vereadores candidatos e os demais com menos de 10: PHS (oito), PPS (sete), PL (dois), PV, PTdoB e PSOL (um).

Na análise por pleito, merecem referências especiais: o fato de o PT claramente ter privilegiado os vereadores na disputa para deputado estadual em 2010, pois ampliou significativamente a participação dessa categoria na lista (de 16 em 2002 ou sete em 2006 para 24), ao mesmo tempo em que os retirou da disputa para deputado federal, como foi indicado anteriormente. Igualmente, a concentração de vereadores na lista do PHS em 2002 – vereadores, aliás, que ingressaram na sigla via migração (o que será comentado a seguir).

Assim como ocorreu no caso da eleição para deputado federal, as estratégias dos partidos se alteraram conforme o pleito no que tange à inclusão ou não de vereadores, de modo a não existir um comportamento uniforme entre eles e, em muitos casos, nem em um mesmo partido. O PMDB, por exemplo, indicou sempre 11 vereadores como candidatos, enquanto o PDT aumentou progressivamente o contingente dessa categoria na sua lista (de oito em 2002 para 11 em 2006 e 16 em 2010), PFL/DEM e PPB/PP fizeram o inverso e passaram de 13 e 10 em 2002 para seis e sete em 2006, e três e três em 2010, respectivamente. PT, PSB e PTB alternaram (reduziram de 2006 para 2002 e aumentaram de 2010

para 2006), comportamento seguido por PSDB, mas em sentido inverso: aumentou de 2006 para 2002 e reduziu de 2010 para 2006.

Eleiç.	Candidato	Município	Partido	
			Vereador	Concorreu DE
2002	Antonio Luiz Braz	Porto Alegre	PTB	PFL/DEM
	Avelino Mazzuchello	Sapucaia do Sul	PFL	PTB
	Bernardino Gularte Fontoura	S. do Livramento	PMDB	PHS
	Carlos Alberto da Silva Oliveira	Vacaria	PSDB	PFL/DEM
	Darci Luiz Barth	Alvorada	PSB	PL
	Evandro Sampaio de Oliveira	Chapada	PDT	PHS
	Gerson Peteffi	Novo Hamburgo	PMDB	PPB/PP
	Gilson Leonardo Thoen	Novo Hamburgo	PPB/PP	PHS
	Haroldo Joaquim de Souza	Porto Alegre	PTB	PHS
	Idair Antonio Moschen	Caxias do Sul	PTB	PHS
	Idalci Renato Lamperti	Taquara	PTB	PHS
	Paulo Brum	Porto Alegre	PTB	PSDB
	Jardel Souza de Oliveira	Piratini	PPB/PP	PPS
	Lenir Fátima Albrecht Kniphoff	Cruz Alta	PPB/PP	PHS
	Paulo da Rosa Bonel	Cachoeira do Sul	PPB/PP	PPS
	Sérgio Luiz Gallina	Bento Gonçalves	PPB/PP	PHS
	Surama Ezedim Machado	Rio Grande	PFL/DEM	PPB/PP
	Valmor Pavam	Frederico Westphalen	PMDB	PTB
Zoraido da Silva	Caxias do Sul	PPB/PP	PTB	
2006	Bernardo Fontoura	S. do Livramento	PTB	PSDB
	Elias Vidal	Porto Alegre	PTB	PPS
	Elói Frizzo	Caxias do Sul	PT	PPS
	Francisco Pinho	Gravataí	PTB	PFL/DEM
	Julio Braga	Rosário do Sul	PPS	PMDB
	Leandro Balardin	Cachoeira do Sul	PPB/PP	PSDB
	Lorena	Novo Hamburgo	PDT	PFL/DEM
	Marcos Daneluz	Caxias do Sul	PT	PSB
	Maristela Maffei	Porto Alegre	PT	PSB
	Mateus Gomes	Quaraí	PL	PTB
	Pedro Parbom	Taquari	PMDB	PDT
	Professor Trombetta	Igrejinha	PT	PSB
	Ralfe	Novo Hamburgo	PT	PSOL
	Valmir Moura da CEEE	Viamão	PMDB	PSDB

Fonte: TRE-RS

Quadro 7 - Vereadores que se candidataram a deputado estadual por partido diferente daquele pelo qual haviam conquistado o mandato (RS, 2002-2010)

Assim como na disputa para deputado federal, os dados apresentados consideram os partidos pelos quais os vereadores concorreram a deputado estadual, e não aqueles pelos quais foram eleitos para a Câmara municipal. Ocorre que a migração partidária se mostrou relevante nos período, embora menor do que a registrada na disputa para a Câmara dos Deputados: 12,7% dos vereadores trocaram de legenda (33 em 260). Em 2002, foram 19 mudanças (19,8%) e em

2006, 14 (18,2%), sendo que em 2010 não foram registradas trocas, muito seguramente pelas razões já alegadas da ameaça de punição com a perda de mandato a quem a praticasse.

Em 2002, dez partidos estiveram envolvidos nas trocas: PTB, PFL/DEM, PSDB e PPB/PP (doadores e recebedores); PMDB, PSB e PDT (apenas doadores); PHS, PL e PPS (apenas recebedores). O partido que mais ganhou candidatos de outras legendas foi o PHS, com oito novos candidatos, os quais abandonaram quatro partidos: PTB (três), PPB/PP (três), PMDB (um) e PDT (um). Aparentemente, o PHS procurou atrair para seus quadros vereadores e o oferecimento de uma candidatura a deputado pode ter sido um dos fatores de atração¹². O PPB/PP, de outra forma, foi o partido que assistiu ao maior número de candidatos saindo de suas fileiras (seis).

Quatro anos depois, 2006, o número de partidos envolvidos em trocas subiu para 11: PTB, PPS, PDT e PMDB (doadores e recebedores); PT, PPB/PP e PL (apenas doadores); PSDB, PFL/DEM, PSB e PSOL (apenas recebedores). O partido que mais perdeu candidato foi o PT, que viu cinco de seus vereadores migrarem para PPS (um), PSOL (um) e PSB (três). Este e o PSDB foram os que mais ganharam novos candidatos com a posição de vereador em seus municípios (três).

Ao se fazer a análise dos municípios, constata-se que Porto Alegre também lidera entre os vereadores “rebeldes”, com três casos, enquanto Caxias do Sul e Novo Hamburgo tiveram dois casos.

¹² Esse fato indicaria uma legenda pouco institucionalizada, pois, conforme Ferreira (2012, p.97), em referência aos aspirantes a deputado federal, “partidos que, na composição de suas listas, recorrem a indivíduos filiados há pouco tempo podem se encontrar em um nível mais baixo de institucionalização. Afinal, a presença de candidatos com carreiras descontínuas na lista – isto é, indivíduos com trajetórias curtas no partido (ou até mesmo no início de carreira) e inexperientes no exercício de cargos públicos – pode evidenciar que o partido, diante da falta de candidatos experientes e com ‘serviços prestados à organização’ precisa pegar carona na popularidade de alguém ou incluir, em sua lista, de forma indiscriminada, indivíduos que possam somar votos para atingir o cociente.” Em reforço ao caráter artificial dessas filiações ao PHS e à frágil institucionalização, verificou-se que, por ocasião da eleição seguinte (as municipais de 2004), apenas dois desses oito vereadores migrantes continuavam vinculados ao PHS. Dentre os seis que migraram, dois retornaram aos partidos de origem (aqueles pelos quais haviam se eleito em 2000).

2.3.2 Intensidade da preferência

Outro aspecto a considerar é que as informações trazidas pelas tab. 12 a 14 registram o número absoluto de vereadores apresentados como candidatos a deputado pelos partidos, mas não ponderam a participação desses vereadores no conjunto de candidatos que cada legenda apresentou, ou seja, não permitem identificar o grau de participação dos vereadores na lista dos partidos.

Tabela 15 - Vereadores candidatos a deputado em relação ao total de candidatos por partido (RS, 2002-2010)

Partido	2002			2006			2010			Geral		
	Ver.	Can	%	Ver.	Can.	%	Ver.	Can.	%	Ver.	Can	%
PCdoB	5	7	71,4	5	9	55,6	10	34	29,4	20	50	40,0
PDT	15	55	27,3	15	73	20,5	17	86	19,8	47	214	22,0
PFL/DEM	13	36	36,1	7	32	21,9	5	48	10,4	25	116	21,6
PT	21	99	21,2	11	70	15,7	24	99	24,2	56	268	20,9
PHS	8	18	44,4	1	24	4,2	0	6	0	9	48	18,8
PSB	11	52	21,2	8	61	13,1	12	57	21,1	31	170	18,2
PMDB	12	66	18,2	14	85	16,5	15	77	19,5	41	228	18,0
PSDB	9	46	19,6	18	94	19,1	6	64	9,4	33	204	16,2
PTB	12	68	17,6	11	68	16,2	12	81	14,8	35	217	16,1
PPB/PP	10	59	16,9	10	66	15,2	5	47	10,6	25	172	14,5
PR	-	-	-	-	-	-	1	7	14,3	1	7	14,3
PPS	4	38	10,5	6	31	19,4	2	18	11,1	12	87	13,8
PL	5	48	10,4	2	22	9,1	-	-	-	7	70	10,0
PRB	-	-	-	-	-	-	1	14	7,1	1	14	7,1
PTdoB	1	2	50,0	0	6	0	0	12	0	1	20	5,0
PSOL	-	-	-	2	34	5,9	0	71	0	2	105	1,9
PV	0	19	0	1	50	2,0	1	64	1,6	2	133	1,5
Outros*	0	45	0	0	64	0	0	66	0	0	175	0
Total	126	658	19,1	111	789	14,1	111	851	13,0	348	2.298	15,1

Fonte: TRE-RS

* 2002 – Prona (12); PCO (3); PTN (2); PSC (7); PSTU (7); PMN (4); PAN (7); PCB (1); PGT (2).

2006 – Prona (2); PCB (4); PCO (6); PSC (10); PSTU (3); PMN (2); PAN (14); PTC (13); PRTB (2); PSDC (6); PSL (2).

2010 – PSC (11); PTN (2); PSTU (4); PMN (14); PTC (17); PSDC (5); PSL (2); PCB (2); PRP (9)

A tab. 15 soma os candidatos a deputado federal e a estadual apresentados pelos partidos e destaca aqueles que eram vereadores. Como ocorreu em situações anteriores, trata-se de uma construção analítica, pois, para efeito legal, as listas não são integradas, bem como os partidos podem defini-las de modo independente¹³.

¹³ Carneiro (2009), porém, indica que os partidos (ou alguns deles) montam as listas de forma integrada e que movem pretendentes de uma para a outra. A ação registrada anteriormente do PT no pleito de 2010 que indicou vereadores apenas como candidatos a deputado estadual aponta para uma decisão da organização partidária na definição desse critério.

Ao analisar os dados, o que se observa é uma significativa variação entre os partidos e dos percentuais de um mesmo partido de pleito a pleito. Por conta disso, o quadro a seguir procura organizar as informações antes de comentá-las.

Faixa	2002	2006	2010	Período
Menos 10%		PV PHS PL PSOL	PV PRB PSDB	PV PRB PTdoB PSOL
10-25%	PTB PT PSB PPS PP/PPB PMDB PSDB PL - - - -	PTB PT PSB PPS PP/PPB PMDB PSDB PDT PFL/DEM - - -	PTB PT PSB PPS PP/PPB PMDB PR PDT PFL/DEM - - -	PTB PT PSB PPS PP/PPB PMDB PR PDT PFL/DEM PL PSDB PHS
+25%	PCdoB PTdoB PFL/DEM PHS PDT	PCdoB - - - -	PCdoB - - - -	PCdoB - - - -
Zero	PV - -	PTdoB - -	PTdoB PHS PSOL	- - -

Fonte: TRE-RS

Quadro 8 - Faixa percentual de vereadores lançados pelos partidos candidatos a deputado (RS, 2002-2010)

A maioria dos partidos está localizada na faixa de 10% a 25% de vereadores como candidatos a deputado. Das 17 legendas, 12 se enquadram nesse patamar no conjunto dos três pleitos do período, sendo que seis (PTB, PT, PSB, PPS, PPB/PP, PMDB) nele estiveram em todas as disputas. PSDB figurou nos pleitos de 2002 e de 2006, e PDT e PFL/DEM nos de 2006 e de 2010. PHS só figura nessa faixa porque ela é uma média, visto que a cada pleito ele alternou (esteve na faixa mais alta em um, na mais baixa em outro e não apresentou vereador no terceiro). O PL está na mesma situação, embora não tenha disputado a eleição de 2010. Por fim, o PR só disputou o pleito de 2010.

Outras quatro legendas utilizaram-se pouco de vereadores (menos de 10% no período), caso de PV, PSOL, PRB e PTdoB, o que decorre de alternância nas decisões tomadas (PV, PSOL e PTdoB não apresentaram vereador como candidato em algum dos pleitos, o que contribui para a média mais baixa; PRB só disputou um pleito). Porém, também se deve considerar ainda a pouca oferta, ou seja, a restrita representação dessas legendas nas câmaras municipais.

Por fim, o partido com um comportamento diferenciado de todos os demais é o PCdoB, pois ele sempre figurou na faixa mais alta, correspondente a partidos cujos vereadores compõem mais de 25% da nominata de candidatos.

Tabela 16 - Vereadores candidatos a deputado federal em relação ao total de candidatos por partido (RS, 2002-2010)

Partido	2002			2006			2010			Geral		
	Ver.	Can.	%	Ver.	Can.	%	Ver.	Can.	%	Ver.	Can.	%
PRB	-	-	-	-	-	-	1	1	100	1	1	100
PCdoB	1	1	100	1	2	50,0	4	12	33,3	6	15	40,0
PR	-	-	-	-	-	-	1	3	33,3	1	3	33,3
PL	4	15	26,7	1	3	33,3	-	-	-	5	18	27,7
PDT	7	20	35,0	4	23	17,4	1	27	3,7	12	70	17,1
PSDB	4	14	28,6	5	27	18,5	1	19	5,3	10	60	16,7
PPS	2	15	13,3	1	11	9,1	2	7	28,6	5	33	15,2
PTB	3	24	12,5	5	28	17,9	2	20	10,0	10	72	13,9
PSB	2	20	10,0	3	29	10,3	4	23	17,4	9	72	12,5
PMDB	1	17	5,9	3	24	12,5	4	24	16,7	8	65	12,3
PFL/DEM	0	6	0	1	7	14,3	2	13	15,4	3	26	11,5
PT	5	30	16,7	4	29	13,8	0	20	0	9	79	11,4
PPB/PP	0	11	0	3	25	12,0	2	18	11,1	5	54	9,3
PHS	0	4	0	1	10	10,0	0	2	0	1	16	6,3
PSOL	-	-	-	1	20	5,0	0	33	0	1	53	1,9
PV	0	9	0	1	24	4,2	0	27	0	1	60	1,7
Outros*	0	11	0	0	27	0	0	33	0	0	71	0
Total	29	197	14,7	34	289	11,8	24	282	8,5	87	768	11,3

Fonte: TRE-RS

* 2002 – Prona (2); PCO (1); PTN (1), PSC (3); PSTU (2); PMN (1); PAN (1).

2006 – Prona (1); PCO (3); PSC (8); PSTU (2); PMN (1); PAN (4); PTdoB (2); PTC (2); PRTB (1); PSDC (2); PSL (1).

2010 – PSC (3); PTN (1); PSTU (3); PMN (12); PTdoB (1); PTC (5); PSDC (3); PSL (1); PCB (1); PRP (3)

Faixa	2002	2006	2010	Período
Menos 10%	PMDB	PPS	PDT	PPB/PP
	-	PV	PSDB	PV
	-	PSOL	-	PSOL
	-	-	-	PHS
10-25%	PSB	PSB	PSB	PSB
	PTB	PTB	PTB	PTB
	PT	PT	PMDB	PT
	PPS	PPB/PP	PPB/PP	PMDB
	-	PFL/DEM	PFL/DEM	PFL/DEM
	-	PMDB	-	PPS
	-	PSDB	-	PSDB
	-	PDT	-	PDT
-	PHS	-	-	
+25%	PCdoB	PCdoB	PCdoB	PCdoB
	PL	PL	PPS	PL
	PSDB	-	PRB	PRB
	PDT	-	PR	PR
Zero	PHS	-	PT	-
	PV	-	PV	-
	PPB/PP	-	PHS	-
	PFL/DEM	-	PSOL	-

Fonte: TRE-RS

Quadro 9 - Faixa percentual de vereadores lançados pelos partidos candidatos a deputado federal (RS, 2002-2010)

No que se refere tão somente ao cargo de deputado federal, pode-se observar em relação ao conjunto dos três pleitos que a maioria dos partidos (oito em 15) preenche de 10% a 25% de seus candidatos a deputado federal com vereadores (PDT, PSDB, PT, PMDB, PFL/DEM, PPS, PTB e PSB). Essa faixa é a predominante em cada um dos pleitos também, mas os partidos transitam entre as faixas, a revelar decisões diferentes tomadas a cada pleito, pois apenas PSB e PTB permaneceram sempre na faixa de 10% a 25%.

No setor dos que apresentaram menos de 10% de vereadores como candidatos figuram legendas que em apenas um pleito incluíram vereadores dentre os candidatos (PV, PSOL e PHS), o que torna tal inserção fruto das circunstâncias. Nessa categoria vale registrar tão somente PPB/PP, mas também nesse caso a inserção se deve ao fato de não ter lançado vereador na eleição de 2002¹⁴. Logo, nenhum partido lançou menos de 10% de vereadores em mais de um pleito.

¹⁴ No caso desse partido, a participação de vereadores na disputa parece coerente com a análise realizada por Ferreira (2012, p.192). Segundo o autor, o PPB/PP busca lideranças com vocação executiva já testada e aprovada nas administrações municipais do partido, ou seja, que tenha ao mesmo tempo uma inserção municipal e que ela ocorra prioritariamente no executivo, configurando

Algo semelhante vale para a faixa dos que mais apresentaram vereadores como candidatos (acima de 25%). PRB e PR ali figuram porque o fizeram em apenas um pleito. O PL o fez nos dois pleitos dos quais participou (2002 e 2006)¹⁵.

Inegavelmente, o partido que mais investiu em vereadores como candidatos foi o PCdoB, o que não é fruto apenas da agregação de informações, pois tal comportamento se repetiu nos três pleitos considerados. No total, 40% dos candidatos eram vereadores – o mais alto índice dentre os partidos que incluíram vereadores em mais de um pleito. O PCdoB ainda liderou em duas disputas (em 2002, com 100%; e em 2006, com 50%).

A ressaltar, ainda, que a queda no percentual de vereadores candidatos registrado no período no PCdoB – tendência igual à apresentada por PDT, PSDB e PT –, não se deve ao progressivo abandono dos vereadores como candidatos, e sim ao aumento do número de candidatos que o partido apresentou, pois essa situação não se verifica em termos absolutos (houve um vereador candidato em 2002 e em 2006, e passou a quatro em 2010). O total de candidatos próprios desse partido passou de um em 2002 e dois em 2006 para 12 em 2010. A explicação está ligada ao sucesso eleitoral de Manuela D'Ávila, a candidata mais votada em 2006, cuja perspectiva de uma nova votação robusta em 2010 estimulou a legenda a ampliar o número de candidatos e de possíveis eleitos.

Ambas as situações se confirmaram: Manuela passou de 271 mil votos obtidos em 2006 para 482 mil em 2010, foi novamente a recordista, e o partido conquistou uma segunda cadeira. Conforme Ferreira (2012, p.110, nota 63), “a própria deputada, em 2010, ciente de seu ‘potencial eleitoral’, admitia, em entrevistas, que, desta vez, tinha, para além de sua eleição, a ‘tarefa partidária’ de trazer o máximo possível de votos para a coligação do PCdoB”¹⁶.

um perfil administrativo. Logo, apesar do vínculo com o município, o vereador não configura o perfil prioritário, este cabe ao prefeito. Nas palavras do dirigente entrevistado: “eu sempre considero que o melhor dividendo eleitoral é o prefeito ser um bom administrador e o deputado ser um bom realmente defensor das causas da sua região”. Informação semelhante havia sido registrada por Coradini (2001, p.158): a marca do partido seria a capacidade administrativa, afirmou dirigente em entrevista.

¹⁵ Se o PR for considerado uma continuidade do PL, o partido se iguala ao PCdoB como um daqueles que mais investe em vereadores como candidatos a deputado estadual.

¹⁶ A situação da candidata e do partido será comentada mais detalhadamente no próximo capítulo.

Tabela 17 - Vereadores candidatos a deputado estadual em relação ao total de candidatos por partido (RS, 2002-2010)

Partido	2002			2006			2010			Geral		
	Ver.	Can.	%	Ver.	Can.	%	Ver.	Can.	%	Ver.	Can.	%
PCdoB	4	6	66,7	4	7	57,1	6	22	27,3	14	35	40,0
PHS	8	14	57,1	0	14	0	0	4	0	8	32	25,0
PT	16	69	23,2	7	41	17,1	24	79	30,4	47	189	24,9
PFL/DEM	13	30	43,3	6	25	24,0	3	35	8,6	22	90	24,4
PDT	8	35	22,9	11	50	22,0	16	59	27,1	35	144	24,3
PSB	9	32	28,1	5	32	15,6	8	34	23,5	22	98	22,4
PMDB	11	49	22,4	11	61	18,0	11	53	20,8	33	163	22,4
PTB	9	44	20,5	6	40	15,0	10	61	16,4	25	145	17,4
PPB/PP	10	48	20,8	7	41	17,1	3	29	10,3	20	118	16,9
PSDB	5	32	15,6	13	67	19,4	5	45	11,1	23	144	16,0
PPS	2	23	8,7	5	20	25,0	0	11	0	7	54	13,0
PTdoB	1	2	50,0	0	4	0	0	11	0	1	17	5,9
PL	1	33	3,0	1	19	5,3	-	-	-	2	52	3,8
PSOL	-	-	-	1	14	7,1	0	38	0	1	52	1,9
PV	0	10	0	0	26	0	1	37	2,7	1	73	1,4
Outros*	0	34	0	0	39	0	0	51	0	0	124	0
Total	97	461	21,0	77	500	15,4	87	569	15,3	261	1.530	17,1

Fonte: TRE-RS

2002 – PSTU (5); PTN (1); PSC (4); PCB (1); PAN (6); PCO (2); PGT (2); PMN (3); Prona (10)

2006 – PMN (1); PSC (2); PTC (11); PAN (10); PRTB (1); PCB (4); PSTU (1); Prona (1); PSDC (4); PCO (3); PSL (1)

2010 – PCB (1); PMN (2); PR (4); PRB (13); PRP (6); PSC (8); PSDC (2); PSL (1); PSTU (1); PTC (12); PTN (1)

Faixa	2002	2006	2010	Período
Menos 10%	PL	PL	PV	PL
	PPS	PSOL	PFL/DEM	PSOL
	-	-	-	PTdoB
	-	-	-	PV
10-25%	PDT	PDT	PSB	PDT
	PSDB	PSDB	PSDB	PSDB
	PTB	PTB	PTB	PTB
	PT	PT	PMDB	PT
	PMDB	PMDB	PPB/PP	PMDB
	PPB/PP	PPB/PP	-	PPB/PP
	-	PSB	-	PSB
	-	PFL/DEM	-	PFL/DEM
-	-	-	PPS	
+25%	PTdoB	PPS	PCdoB	PHS
	PHS	PCdoB	PT	PCdoB
	PFL/DEM	-	PDT	-
	PCdoB	-	-	-
	PSB	-	-	-
Zero	PV	PTdoB	PTdoB	-
	-	PHS	PHS	-
	-	PV	PSOL	-
	-	-	PPS	-

Fonte: TRE-RS

Quadro 10 - Faixa percentual de vereadores lançados pelos partidos candidatos a deputado estadual (RS, 2002-2010)

Assim como no caso dos deputados federais, no dos estaduais o maior número de partidos se concentra na faixa de 10 a 25% de vereadores candidatos, seja no período, seja em qualquer um dos três pleitos. Nove partidos estão nela inclusos no período: PDT, PSDB, PTB, PT, PMDB, PFL/DEM, PPS, PSB e PPB/PP. Em comparação ao cargo anterior, todos os partidos se repetem e a eles se agrega o PPB/PP. Na análise por pleito, verifica-se que as legendas alternam a posição, com exceção de PSDB, PTB, PMDB e PPB/PP, que sempre incluíram de 10% a 25% de vereadores dentre seus candidatos.

Dentre os partidos que incluem menos de 10% de vereadores, mais uma vez figuram aquelas que apareceram em apenas um pleito, o que reverte nessa média, caso de: PSOL, PV e PTdoB. O PL também figura nessa faixa, pois agregou vereadores à lista em dois dos três pleitos, e em ambas as oportunidades em índices baixos (um candidato por vez). Logo, todos os quatro partidos aparecem nessa faixa em razão dessas circunstâncias. Porém, é notável a diferença de estratégia do PL entre os dois cargos: há uma clara preferência por inserir vereadores como candidatos a deputado federal, e menos a estadual.

Na faixa mais elevada – que implica mais de 25% de vereadores candidatos – aparecem PHS e PCdoB. O primeiro, em razão da alta incidência de vereadores na lista na única oportunidade em que os incluiu (2002): foram oito em 14. Novamente, PCdoB é o partido que mais nitidamente deu preferência à inclusão de vereadores: no acumulado do período, 40% (o mesmo percentual apresentado no caso dos deputados federais), sendo que ele se posicionou nessa faixa nos três pleitos (66,7% em 2002; 57,1% em 2006 e 27,3% em 2010). E, assim como ocorreu anteriormente, a queda na participação percentual não implica revisão de estratégia, e sim é uma decorrência do aumento da quantidade de candidatos apresentados. Em termos absolutos, ele passou de quatro vereadores concorrentes em 2002 e em 2006 para seis em 2010¹⁷.

¹⁷ Portanto, provavelmente a estratégia adotada para a Câmara dos Deputados foi repetida para a Assembleia Legislativa, procurando criar dobradinhas e vincular-se ao sucesso esperado da candidatura de Manuela D'Ávila.

Tabela 18 - Partido e quantidade de votantes dos municípios cujos vereadores foram indicados candidato a deputado (RS, 2002-2010)

Partido	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
PT	31	11	14	56	55,4	19,6	25,0	100
PDT	21	6	20	47	44,7	12,8	42,6	100,1
PMDB	20	8	13	41	48,8	19,5	31,7	100
PTB	17	8	10	35	48,6	22,9	28,6	100,1
PSDB	13	6	14	33	39,4	18,2	42,4	100
PSB	10	10	11	31	32,3	32,3	35,5	100,1
PFL/DEM	12	5	8	25	48,0	20,0	32,0	100
PPB/PP	11	2	12	25	44,0	8,0	48,0	100
PCdoB	11	2	7	20	55,0	10,0	35,0	100
PPS	6	2	4	12	50,0	16,7	33,3	100
PHS	4	2	3	9	44,4	22,2	33,3	99,9
PL	3	4	-	7	42,9	57,1	-	100
PSOL	2	-	-	2	100	-	-	100
PV	2	-	-	2	100	-	-	100
PR	-	-	1	1	-	-	100	100
PRB	1	-	-	1	100	-	-	100
PTdoB	1	-	-	1	100	-	-	100

Fonte: TRE-RS

Ao se buscar identificar se há a preferência dos partidos por lançar vereadores candidatos a deputado conforme o tamanho dos municípios, a situação se mostra diversificada.

Os partidos que lançaram de um a dois vereadores são aqueles que mais claramente escolheram vereadores dos municípios maiores, aqueles com mais de 100 mil votantes. Este é o caso de PSOL, PV, PRB e PTdoB (o PR escolheu um vereador de município pequeno, com menos de 50 mil votantes). No entanto, como se trata de um ou dois casos, não há como estabelecer qualquer relação, apenas registrar o fato, embora ele possa ter relação direta com as localidades em que tais partidos tinham representação.

Seis legendas preferiram municípios com mais de 100 mil votantes em percentuais acima da média geral, que é 47,4%: PT (55,6%), PCdoB (50%), PPS (50%), PFL/DEM (48%), PTB (48,6%), PMDB (48,8%). Outros cinco estão abaixo da média: PL (42,9%), PHS (44,4%), PPB/PP (44%), PDT (44,7%) e PSB (32,3%). No entanto, verifica-se que uma parcela significativa deles, estando acima ou abaixo, não se afasta muito da média. Pode-se destacar, então, a maior preferência do PT por indicar vereadores de municípios maiores e o caso do PSB, cuja distribuição é equilibrada entre as três categorias de municípios aqui consideradas.

Referências, ainda, ao PL, que deu mais espaço aos vereadores de municípios médios (57,1%), sendo o único dentre todos a apresentar essa tendência; assim como a PPB/PP e ao PSDB, cuja preferência recaiu mais sobre vereadores de municípios pequenos (48% e 42,4%, respectivamente).

Tabela 19 - Partido e quantidade de votantes dos municípios cujos vereadores foram indicados candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)

Partido	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
PDT	5	2	5	12	41,7	16,7	41,7	100,1
PSDB	6	-	4	10	60,0	-	40,0	100
PTB	7	2	1	10	70,0	20,0	10,0	100
PSB	1	4	4	9	11,1	44,4	44,4	99,9
PT	2	4	3	9	22,2	44,4	33,3	99,9
PMDB	5	1	2	8	62,5	12,5	25,0	100
PCdoB	5	-	1	6	83,3	-	16,7	100
PL	3	2	-	5	60,0	40,0	-	100
PPB/PP	2	1	2	5	40,0	20,0	40,0	100
PPS	2	1	2	5	40,0	20,0	40,0	100
PFL/DEM	2	1	-	3	66,7	33,3	-	100
PHS	1	-	-	1	100	-	-	100
PRB	1	-	-	1	100	-	-	100
PSOL	1	-	-	1	100	-	-	100
PV	1	-	-	1	100	-	-	100
PR	-	-	1	1	-	-	100	100

Fonte: TRE-RS

Quando a análise passa a distinguir a relação entre os partidos que lançaram vereadores candidatos e o tamanho dos municípios por cargo, no caso, o de deputado federal, o cenário se mostra mais claramente. Sem contar os partidos que lançaram apenas um vereador (PHS, PRB, PSOL, PV e PR), há seis com clara preferência por vereadores de municípios com mais de 100 mil votantes, a qual está bem acima da média do cargo, que é 50,5%: PCdoB (83,3%), PTB (70%), PFL/DEM (66,7%), PMDB (62,5%), PSDB (60%) e PL (60%). Três legendas mostram equilíbrio entre os municípios maiores e os menores, caso de: PDT, PPS e PPB/PP. O PSB também apresenta equilíbrio, mas é entre os médios e os pequenos, o que o distingue dos demais. Porém, o mais distanciado de todos é o PT, cuja maior preferência (44,4%) recaiu sobre os vereadores oriundos de municípios médios (50 a 100 mil votantes).

Tabela 20 - Partido e quantidade de votantes dos municípios cujos vereadores foram indicados candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)

Partido	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
PT	29	7	11	47	61,7	14,9	23,4	100
PDT	16	4	15	35	45,7	11,4	42,9	100
PMDB	15	7	11	33	45,5	21,2	33,3	100
PTB	10	6	9	25	40,0	24,0	36,0	100
PSDB	7	6	10	23	30,4	26,1	43,5	100
PFL/DEM	10	4	8	22	45,5	18,2	36,4	100,1
PSB	9	6	7	22	40,9	27,3	31,8	100
PPB/PP	9	1	10	20	45,0	5,0	50,0	100
PCdoB	6	2	6	14	42,9	14,3	42,9	100,1
PHS	3	2	3	8	37,5	25,0	37,5	100
PPS	4	1	2	7	57,1	14,3	28,6	100
PL	-	2	-	2	-	100	-	100
PTdoB	1	-	-	1	100	-	-	100
PV	1	-	-	1	100	-	-	100
PSOL	1	-	-	1	100	-	-	100

Fonte: TRE-RS

No caso dos vereadores candidatos a deputado estadual, apenas dois partidos apresentaram preferência mais nítida por indicar nomes dos municípios com mais eleitores: PT (61,7%) e PPS (57,1%), ambos bem acima da média geral (46,4%). Os demais – com a exceção daqueles que têm apenas um ou dois candidatos (PL, PTdoB, PV e PSOL) – giram em torno dessa média, caso de: PCdoB (42,9%), PDT (45,7%), PFL/DEM e PMDB (45,5%), PPB/PP (45%), PSB (40,9%) e PTB (40%). Ficam abaixo da média: PSDB (30,4%) e PHS (37,5%). O primeiro deu maior preferência a vereadores oriundos dos municípios com até 50 mil votantes (43,5%), o que o aproxima do PPB/PP (50%); o segundo registrou índice idêntico entre grandes e pequenos, situação, aliás, semelhante a do PCdoB.

2.4 As Características políticas do vereador candidato

Até então a análise procurou relacionar o tamanho do município e o partido com a maior ou menor probabilidade de o vereador se lançar candidato a deputado. A partir de agora, o foco se modifica e passa a ser o vereador que se candidatou. Não serão analisadas as características sociais desses postulantes e que tradicionalmente são utilizadas em estudos baseados no *background social*, como:

faixa etária, escolaridade, sexo e atividade profissional; e sim características eminentemente políticas, vinculadas à carreira. Mais especificamente, será dada atenção a três aspectos: (1) o desempenho eleitoral do vereador ao conquistar o mandato na eleição imediatamente anterior àquela em que se apresenta como postulante ao cargo de deputado; (2) o número de mandatos que apresentava (considerando aquele que ele estava em exercício ao concorrer) e (3) a experiência anterior de concorrer a deputado. Basicamente, busca-se saber se o fato de ter uma carreira mais curta ou mais longa e o desempenho eleitoral na disputa municipal são fatores que afetam a probabilidade de um vereador se lançar candidato.

2.4.1 Posicionamento na lista

Tabela 21 - Posicionamento na lista do vereador candidato a deputado de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Posição	N				%			
	2000	2004	2008	Geral	2000	2004	2008	Geral
1º	55	54	58	167	43,7	48,6	52,3	48,0
2º	37	33	24	94	29,4	29,7	21,6	27,0
3º ou +	34	24	29	87	27,0	21,6	26,1	25,0
Total	126	111	111	348	100,1	99,9	100	100

Fonte: TRE-RS

A tab. 21 mostra que praticamente a metade dos vereadores que concorreram a deputado havia sido o mais votado de sua lista ao conquistar o mandato municipal (48%). O dado é expressivo por si só: ao selecionar vereadores, os partidos preferiram prioritariamente aqueles que se consagraram eleitoralmente dois anos antes e/ou são esses os vereadores que mais se sentem estimulados a concorrer a postos mais altos. A situação fica ainda mais destacada se for agregado os 27% deles que haviam ficado em segundo lugar. Assim, 75% dos vereadores que concorreram a deputado obtiveram destaque eleitoral na disputa municipal¹⁸.

¹⁸ Com isso não se quer dizer que quem ficou a partir do terceiro lugar não tenha tido destaque eleitoral, especialmente nos distritos com mais vagas disponíveis ou em listas que conquistaram muitas vagas. Assim, o candidato posicionado em terceiro lugar em uma lista pode ter obtido mais votos do que quem ficou em primeiro em outra. Na mesma medida, como as listas normalmente envolvem coligações, um candidato eleito pode ter ficado em posição menos destacada na lista, sem que isso implique desprestígio no partido ao qual está vinculado, especialmente quando ele é o mais votado do próprio partido. No entanto, sem desconhecer essas peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro, toma-se o posicionamento na lista como indicador do destaque do vereador.

Aqueles que se posicionaram a partir do terceiro lugar na lista pela qual concorreram no pleito municipal – embora isso tenha significado a conquista do cargo – respondem por 25% do total de vereadores candidatos.

A confiar-se nos diversos estudos que versam sobre a seleção de candidatos, o potencial de votos de um pretendente é um dos principais critérios seguidos pelos partidos ao lançar um concorrente, especialmente no sistema de voto preferencial adotado pelo país (GUARNIERI, 2004; ÁLVARES, 2008; BRAGA; PRAÇA, 2007; BRAGA; VEIGA, 2009; ALTMANN, 2010). Carneiro (2009) afirma que todos os partidos por ela pesquisados elencaram cinco critérios influentes no momento de decisão, sendo o primeiro a perspectiva de trazer votos, geralmente avaliado pelos resultados de eleições anteriores. Nesse caso, o posicionamento na lista quando concorreu a vereador no pleito precedente é o indicador ao qual os partidos podem recorrer e os resultados aqui apresentados apontam para a consonância entre esses elementos: de fato, os vereadores selecionados foram bem votados em seus municípios. A confirmar o que se pondera aqui, o fato de o segundo critério citado por Carneiro ser “já ser detentor de mandato eletivo” ou “ocupar cargos importantes no governo ou na prefeitura”.

Tabela 22 - Posicionamento na lista do vereador candidato a deputado federal de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Posição	N				%			
	2000	2004	2008	Geral	2000	2004	2008	Geral
1º	13	15	14	42	44,8	44,1	58,3	48,3
2º	11	12	6	29	37,9	35,3	25,0	33,3
3º ou +	5	7	4	16	17,2	20,6	16,7	18,4
Total	29	34	24	87	99,9	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No que tange à análise por cargo pretendido, o cenário não se altera. Como mostra a tab. 22, dos 87 vereadores candidatos a deputado federal, aproximadamente metade deles havia sido o mais votado da lista pela qual concorrera ao conquistar o mandato na eleição de dois anos antes. Outros 33,3% chegaram em segundo lugar. Desse modo, 81,6% desses vereadores obtiveram destaque eleitoral em seu partido e/ou coligação em âmbito local, tendo se posicionado nas duas primeiras posições da lista.

A situação é praticamente a mesma se a análise for realizada por pleito. Em 2002, 44,8% dos vereadores que se lançaram a deputado federal haviam obtido o primeiro lugar em sua lista dois anos antes; índice que passou a 44,1% em 2006 e atingiu 58,3% em 2010. Candidatos que haviam se colocado como os segundos mais votados eram 37,9% em 2002, 35,3% em 2006 e 25% em 2010. Essa redução progressiva está diretamente relacionada à ascensão do percentual dos mais votados que se candidataram, pois o daqueles que ficaram a partir de terceiro lugar em suas listas permanece sempre abaixo de 21% (17,2%, em 2002; 20,6%, em 2006; e 16,7%, em 2010).

A posição na lista reflete a confiança do partido e do candidato em se lançar a essa campanha. Em 2002, houve cinco casos de vereadores indicados candidatos a deputado federal que não conquistaram as duas primeiras posições das suas chapas, quando se elegeram vereadores¹⁹. No pleito de 2006, sete vereadores não se ficaram entre os dois melhores de suas listas nas eleições de 2004. Mais revelador ainda é o fato de que, desses, cinco se posicionaram em terceiro lugar e apenas dois ficaram além dessa posição. Na eleição de 2010, foram quatro os vereadores candidatos a deputado federal que ficaram acima do segundo lugar ao conquistar esse mandato. Novamente, predominam aqueles que ficaram, então, no terceiro lugar e apenas um ficou em quarto lugar.

Tabela 23 - Posicionamento na lista do vereador candidato a deputado estadual de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Posição	N				%			
	2000	2004	2008	Geral	2000	2004	2008	Geral
1º	42	39	44	125	43,3	50,6	50,6	47,9
2º	26	21	18	65	26,8	27,3	20,7	24,9
3º ou +	29	17	25	71	29,9	22,1	28,7	27,2
Total	97	77	87	261	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No que tange aos vereadores candidatos a deputado estadual, o cenário é praticamente o mesmo do cargo de deputado federal e, por consequência, do panorama geral, inclusive com notável similaridade entre os percentuais. A tab. 23

¹⁹ Desses cinco, apenas um ficou na terceira posição de sua lista, pois os quatro casos restantes ficaram em quarto lugar nas suas chapas.

indica que 47,9% dos que concorreram haviam sido os mais votados de seu partido e/ou coligação no pleito municipal de dois anos antes e que outros 24,9% haviam se posicionado em segundo lugar. Ou seja, a ampla maioria, correspondente a quase três quartos, ficara em primeiro ou segundo lugar (72,8%).

E, como foi constatado no caso dos que concorrem a deputado federal, o quadro se mantém sem alterações importantes ao longo do período. Em 2002, os líderes de votos atingiram 43,3%, índice que subiu nos dois pleitos seguintes para 50,6%; os que ficaram em segundo lugar foram da ordem de 27% nas duas primeiras eleições e caíram para 20,7%. O movimento dos que ficaram de terceiro para pior colocado na lista passou de cerca de 30% em 2002 (recorde do período) para 22,1% em 2006 e retornou ao patamar anterior em 2010 (28,7%).

Tabela 24 - Quantidade de votantes dos municípios e posição na lista do vereador candidato a deputado de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Votantes (em mil)	Posicionamento na lista							
	N				%			
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
+ 100	74	41	50	165	44,3	43,6	57,5	47,4
50-100	29	24	13	66	17,4	25,5	14,9	19,0
Até 50	64	29	24	117	38,3	30,9	27,6	33,6
Total	167	94	87	348	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Ao serem cruzados o posicionamento na lista dos vereadores candidatos a deputado com o tamanho eleitoral dos municípios, verifica-se a maior incidência daqueles que ficaram em primeiro lugar dentre os municípios menores (até 50 mil votantes), daqueles que ficaram em segundo lugar dentre os médios (entre 50 e 100 mil votante) e daqueles que ficaram a partir do terceiro lugar dentre os maiores (mais de 100 mil votantes). Essas frequências ficam acima da média do quesito posicionamento na lista: a primeira registrou 57,5% e a média é 47,4%; o segundo, de 25,5% e a média é 19%; o terceiro, 38,3% e a média é 33,6%.

As diferenças não indicam tendências robustas, mas apontam para um cenário que está dentro do esperado: os municípios maiores, com magnitudes também maiores e que abrem mais espaço potencial a listas que conquistam mais cadeiras, permitem que candidatos colocados de terceiro lugar para cima consigam

se eleger. Ao inverso, os municípios menores, com menos cadeiras disponíveis, tornam mais difícil que candidatos posicionados a partir do terceiro lugar conquistem uma vaga. Assim, há maior probabilidade de colocados em terceiro lugar se elegerem vereadores nos municípios maiores e, por consequência, virem a ser indicados candidatos dois anos depois.

Tabela 25 - Quantidade de votantes dos municípios e posição na lista do vereador candidato a deputado federal de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Votantes (em mil)	Posicionamento na lista							
	N				%			
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
+ 100	20	12	12	44	47,6	41,4	75,0	50,6
50-100	9	7	2	18	21,4	24,1	12,5	20,7
Até 50	13	10	2	25	31,0	34,5	12,5	28,7
Total	42	29	16	87	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Quando a análise se centra especificamente nos candidatos a deputado federal, a tendência anterior se confirma ainda mais fortemente no caso dos vereadores que se posicionaram a partir do terceiro lugar na lista: 75% deles pertenciam a municípios com mais de 100 mil votantes. A média de candidatos desses municípios é 50,6%. Porém, o mesmo não se confirma na relação entre os primeiros colocados e os municípios menores (até 50 mil votantes). No caso dos deputados federais, a participação é mais intensa dos vereadores posicionados em segundo lugar (34,5%), e não dos líderes da lista (31%), embora esses líderes respondam por mais de 50% dos candidatos de municípios até 50 mil votantes.

Tabela 26 - Quantidade de votantes dos municípios e posição na lista do vereador candidato a deputado estadual de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Votantes (em mil)	Posicionamento na lista							
	N				%			
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
+ 100	54	29	38	121	43,2	44,6	53,5	46,4
50-100	20	17	11	48	16,0	26,2	15,5	18,4
Até 50	51	19	22	92	40,8	29,2	31,0	35,2
Total	125	65	71	261	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

A análise dos vereadores candidatos a deputado estadual segue a tendência geral: aqueles que se colocaram em primeiro lugar têm maior participação nos municípios menores (40,8%), os que se posicionaram a partir do terceiro lugar se destacam mais nos maiores (53,5%) e os colocados em segundo lugar prevalecem mais nos médios (26,2%), em todos os casos acima da média dos respectivos tipos de município.

Tabela 27 - Partido e posição na lista do vereador candidato a deputado de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Partido	Posicionamento na lista				%			
	N			Geral	%			Geral
1º	2º	3º ou +	1º		2º	3º ou +		
PT	25	14	17	56	44,6	25,0	30,4	100
PMDB	18	13	10	41	43,9	31,7	24,4	100
PDT	25	10	12	37	67,6	27,0	32,4	100
PTB	13	13	9	35	37,1	37,1	25,7	99,9
PSDB	17	11	5	33	51,5	33,3	15,2	100
PSB	14	10	7	31	45,2	32,3	22,6	100,1
PPB/PP	12	6	7	25	48,0	24,0	28,0	100
PFL/DEM	18	5	2	25	72,0	20,0	8,0	100
PCdoB	9	3	8	20	45,0	15,0	40,0	100
PPS	6	2	4	12	50,0	16,7	33,3	100
PHS	3	3	3	9	33,3	33,3	33,3	99,9
PL	4	2	1	7	57,1	28,6	14,3	100
PV	1	1	-	2	50,0	50,0	-	100
PSOL	-	1	1	2	-	50,0	50,0	100
PTdoB	1	-	-	1	100	-	-	100
PRB	-	-	1	1	-	-	100	100
PR	1	-	-	1	-	-	100	100

Fonte: TRE-RS

Ao se verificar se determinados partidos dão preferência para vereadores líderes em suas listas para serem indicados como candidatos a deputado ou não, observa-se que PFL/DEM (72%), PDT (67,6%), PL (57%), PSDB (51,5%) e PPS (50%) priorizaram os primeiros colocados na lista, o que também fizeram PPB/PP (48%), PSB (45,2%), PCdoB (45%), PT (44,6%), PMDB (43,9%), embora estes tenham igualado ou ficado abaixo da média geral (48%). PTB selecionou na mesma intensidade vereadores que haviam se colocado em primeiro e em segundo lugar

(37.1% cada). Já PHS, ele distribuiu equitativamente os vereadores candidatos entre as três categorias utilizadas pela pesquisa²⁰.

Tabela 28 - Partido e posição na lista do vereador candidato a deputado federal de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Partido	Posicionamento na lista				%			
	N							
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
PDT	7	4	1	12	58,3	33,3	8,3	99,9
PSDB	5	4	1	10	50,0	40,0	10,0	100
PTB	3	5	2	10	30,0	50,0	20,0	100
PSB	5	4	-	9	55,6	44,4	-	100
PT	5	2	2	9	55,6	22,2	22,2	100
PMDB	4	3	1	8	50,0	37,5	12,5	100
PCdoB	2	-	4	6	33,3	-	66,7	100
PL	3	1	1	5	60,0	20,0	20,0	100
PP/PPB	3	1	1	5	60,0	20,0	20,0	100
PPS	2	2	1	5	40,0	40,0	20,0	100
PFL/DEM	2	1	-	3	66,7	33,3	-	100
PR	1	-	-	1	100	-	-	100
PHS	-	1	-	1	-	100	-	100
PV	-	1	-	1	-	100	-	100
PRB	-	-	1	1	-	-	100	100
PSOL	-	-	1	1	-	-	100	100

Fonte: TRE-RS

No caso dos vereadores candidatos a deputado federal, é nítida a preferência da maioria dos partidos por aqueles que ficaram em primeiro lugar na lista. Essa decisão foi tomada por: PFL/DEM (66,7%), PPB/PP e PL (60%), PDT (58,3%), PT e PSB (55,6%), PSDB e PMDB (50%). As exceções são: PTB, que deu mais preferência aos segundos colocados (50%); PCdoB, que escolheu mais os que ficaram a partir do terceiro lugar (66,7%); e PPS, que selecionou na mesma intensidade primeiros e segundo colocados (40%)²¹.

²⁰ Os partidos com até dois vereadores candidatos não foram incluídos, caso de: PV, PSOL, PRB, PTdoB e PR.

²¹ Não inclusos na análise: PL, PTdoB, PV e PSOL, em razão da restrita quantidade de casos.

Tabela 29 - Partido e posição na lista do vereador candidato a deputado estadual de 2002 a 2010 quando conquistou o cargo municipal (RS, 2000-2008)

Partido	N				Posicionamento na lista			
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
PT	20	12	15	47	42,6	25,5	31,9	100
PMDB	14	10	9	33	42,4	30,3	27,3	100
PDT	18	6	11	25	72,0	24,0	44,0	100
PTB	10	8	7	25	40,0	32,0	28,0	100
PSDB	12	7	4	23	52,2	30,4	17,4	100
PFL/DEM	16	4	2	22	72,7	18,2	9,1	100
PSB	9	6	7	22	40,9	27,3	31,8	100
PPB/PP	9	5	6	20	45,0	25,0	30,0	100
PCdoB	7	3	4	14	50,0	21,4	28,6	100
PHS	3	2	3	8	37,5	25,0	37,5	100
PPS	4	-	3	7	57,1	-	42,9	100
PL	1	1	-	2	50,0	50,0	-	100
PTdoB	1	-	-	1	100	-	-	100
PV	1	-	-	1	100	-	-	100
PSOL	-	1	-	1	-	100	-	100

Fonte: TRE-RS

O cenário sofre alguma modificação no caso dos vereadores candidatos a deputado estadual. Prevaleceram aqueles que haviam ficado em primeiro lugar na lista para: PFL/DEM (72,7%), PDT (72%), PPS (57,1%) e PSDB (52,2%) e PCdoB (50%). Também valorizaram mais os líderes da lista, porém em percentuais abaixo da média geral (46,4%): PT (42,6%), PMDB (46,4%), PPB/PP (45%), PSB (40,9%), PTB (40%). A exceção é o PHS, que escolheu tanto primeiros quanto aqueles que haviam ficado a partir do terceiro lugar (37,5%)²².

2.4.2 Número de mandatos

Tabela 30 - Mandatos como vereador daqueles que foram candidato a deputado (RS, 2002-2010)

Mandatos	N				%			
	2002	2006	2010	Total	2002	2006	2010	Total
1	60	41	43	144	47,6	36,9	38,7	41,4
2	39	37	38	114	31,0	33,3	34,2	32,8
3 ou +	27	33	30	90	21,4	29,7	27,0	25,9
Total	126	111	111	348	100	99,9	99,9	100,1

Fonte: TRE-RS

²² Não foram comentados pela reduzida incidência de casos: PTdoB, PV e PSOL.

Os vereadores que concorreram a deputado no Rio Grande do Sul de 2002 a 2010 têm pouca experiência no legislativo municipal: 41,4% estão no primeiro mandato e outros 32,8% cumprem o segundo mandato. Na prática, portanto, cerca de 75% deles são políticos que venceram duas eleições municipais e estão na Câmara Municipal há menos de seis anos – no caso dos que estão em primeiro mandato, a experiência é de menos de dois anos²³. Aqueles com mais experiência acumulada – a partir de três mandatos –, respondem por 25,9% dos casos.

É interessante comparar essas informações com aquelas trazidas por Leal (2010, p.80), relativas aos vereadores gaúchos da legislatura 2005-2008²⁴. A pesquisa da autora mostrou o predomínio de vereadores em primeiro mandato, mas a intensidade é ainda maior do que a aqui diagnosticada (49,6%). Em compensação, há um percentual menor dos que estão em segundo mandato (23,5%). Contudo, o produto da soma das duas categorias (73,1%) é muito semelhante aos 74,2% observados nesta dissertação, a indicar um perfil próximo.

Embora as fontes para a realização dessa comparação sejam restritas e delimitadas a apenas uma legislatura, e, portanto, a plena validade das tendências que elas indicam possa ser questionada, é importante destacar que os dois levantamentos apontam para o mesmo cenário. No que tange ao tema dessa dissertação, e tomando os dados de Leal (2010) como referência, pode-se dizer que o perfil dos vereadores que concorrem a deputado, ao menos no quesito quantidade de mandatos, é semelhante ao da categoria como um todo. Isto é, que não opera

²³ Isso não significa necessariamente dois mandatos consecutivos, nem tampouco uma carreira político-eleitoral de apenas seis anos, embora provavelmente essa seja a situação mais comum. Os vereadores poderiam estar em um segundo mandato intercalado e, no intervalo entre eles, terem ocupado outros cargos políticos eletivos, como por exemplo: de prefeito, de vice-prefeito e/ou de deputado. Este é o caso de Ibsen Pinheiro, então apenas em segundo período como vereador, mas com larga experiência política, ao qual serão feitos outros comentários no capítulo 3. Entre o primeiro mandato, iniciado em 1977, e o segundo, conquistado em 2004, ele foi deputado estadual (um período) e deputado federal (três mandatos). O mesmo vale para aqueles em primeiro mandato, pois este fato não significa, por si só, inexperiência política, embora seja um indicador importante. Citam-se dois exemplos, os quais seguramente constituem exceção, mas alertam para a complexidade das situações: (1) Paulo Odone estava em primeiro mandato na Câmara Municipal após ter sido duas vezes deputado estadual e não ter conseguido se eleger deputado federal; (2) José Fortunati, da mesma forma, estreava no legislativo municipal após acumular a experiência de deputado federal, deputado estadual e vice-prefeito de Porto Alegre. Nesses casos, prevalece o que Maluf (2006, p.116) destacou: “a câmara caracteriza-se como um espaço de reaglutinação de formas a fim de que tenham condições de buscar nova ascensão na carreira”.

²⁴ Os dados são fruto de uma pesquisa aplicada aos vereadores do estado em 2005, intitulada “Sondagem dos vereadores”, realizada pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Responderam à pesquisa 2.771 vereadores de 338 municípios, correspondentes respectivamente a 60,4% e a 68,1% de cada universo (LEAL, 2010, p.14-15).

um filtro que faz com que aqueles que se lançam candidatos a deputado sejam diferentes do perfil da categoria.

No entanto, cabe a reflexão: as circunstâncias em que alguém se torna vereador são diferentes daquelas a partir das quais um vereador se torna candidato a deputado, logo, o fato de a maioria deles estarem no máximo no segundo mandato não é igual ao fato de aqueles que são candidatos também estarem na mesma situação. Tornar-se vereador é decorrência de um processo eleitoral, com todas as peculiaridades e complexidades inerentes a este processo, ainda mais no Brasil; mas tornar-se candidato é uma escolha na qual contam essencialmente dois elementos: o vereador (no caso) querer ser candidato e o partido o selecionar e indicar como tal. Portanto, são fenômenos distintos.

Tabela 31 - Mandatos como vereador daqueles que foram candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)

Mandatos	N				%			
	2002	2006	2010	Total	2002	2006	2010	Total
1	15	16	6	37	51,7	47,1	25,0	42,5
2	10	10	12	32	37,9	29,4	50,0	36,8
3 ou +	4	8	6	18	10,3	23,5	25,0	20,7
Total	29	34	24	87	100	99,9	100	100

Fonte: TRE-RS

Não há alterações drásticas, quando a análise é realizada por cargo pretendido. A tab. 31, por exemplo, traz os dados referentes aos pretendentes a deputado federal e indica um perfil de concorrentes ainda menos experientes: 42,5% estão em primeiro mandato, 36,8% em segundo mandato e somente 20,7% têm mais de dois mandatos. Em síntese, quase 80% estavam, na melhor das hipóteses, no segundo mandato.

No critério número de mandatos, então, há o predomínio de candidatos a deputado federal entre aqueles vereadores com pouca experiência legislativa, ou seja, a experiência política não se mostrou preponderante para a escolha dos partidos, ao contrário, parece prevalecer a preferência pelos “novatos”, aqueles que estão no início da carreira política.

No entanto, a análise desagregada mostra a redução progressiva da participação percentual de vereadores em primeiro mandato (varia de 51,7% em 2002 a 47% em 2006 e chega a 25% em 2010), assim como um aumento na candidatura de vereadores com três mandatos ou mais (10,3% em 2002; 23,5% em 2006 e 25% em 2010). Em 2002, apenas três vereadores tinham três ou mais mandatos nas câmaras municipais. Esse número cresceu para oito em 2006. No pleito de 2010, a quantidade de vereadores com mais de dois mandatos caiu para seis.

Tabela 32 - Mandatos como vereador daqueles que foram candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)

Mandatos	N				%			
	2002	2006	2010	Total	2002	2006	2010	Total
1	45	25	37	107	46,4	32,5	42,5	41,0
2	29	27	26	82	29,9	35,1	29,9	31,4
3 ou +	23	25	24	72	23,7	32,5	27,6	27,6
Total	97	77	87	261	100	100,1	100	100

Fonte: TRE-RS

Em termos gerais, o caso dos vereadores concorrentes a deputado estadual repete as tendências anteriormente verificadas. Há destaque a aqueles em primeiro mandato, com índices muito semelhantes aos registrados no âmbito dos pretendentes a deputado federal (41%). Porém, a participação de vereadores com mais de dois mandatos é mais intensa (27,6%) do que a anteriormente verificada (20,7%). Como a condição dos que estavam em primeiro mandato não foi afetada, essa situação “cobra o seu preço” daqueles em segundo mandato, que respondem por 31,4% (no caso dos deputados federais, respondiam por 36,8%).

Desse modo, o que esses dados revelam é que uma parcela maior de vereadores com mais de dois mandatos concorreu a deputado estadual, sem que isso tenha modificado a tendência geral de serem os candidatos em primeiro mandato sejam aqueles que mais se dispõem a concorrer e são os mais selecionados pelos partidos.

Tabela 33 - Grandeza eleitoral do município e número de mandatos do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N				Mandatos			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3 ou +	% Geral
+ 100	58	54	53	165	40,3	47,8	58,2	47,4
50-100	35	14	17	66	24,3	12,4	18,7	19,0
Até 50	51	45	21	117	35,4	39,8	23,1	33,6
Total	144	113	91	348	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Os dados da tab. 33, que relaciona o tamanho eleitoral do município com o número de mandatos dos vereadores indicados candidatos a deputado, mostram: quanto maior o município, maior a presença de vereadores mais experientes. Nos municípios com mais de 100 mil votantes, os em primeiro mandato respondem por 40,3%, os em segundo por 47,8% e os em terceiro ou mais por 58,2%. Tal fato pode ser um indício da chamada retenção, ou seja, do tipo que Maluf (2006, p.36) chamou de “vereador permanente”, aquele que se elege para no mínimo quatro mandatos, não tendo sido eleito para qualquer outro cargo eletivo, ainda que o tenha disputado.

Tabela 34 - Grandeza eleitoral do município e número de mandatos do vereador candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N				Mandatos			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3 ou +	% Geral
+ 100	22	14	8	44	59,5	45,2	42,1	50,6
50-100	8	4	6	18	21,6	12,9	31,6	20,7
Até 50	7	13	5	25	18,9	41,9	26,3	28,7
Total	37	31	19	87	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No caso dos vereadores candidatos a deputado federal não se repete a tendência geral, quando são relacionados a quantidade de mandatos dos indicados e o tamanho dos municípios. Isso porque prevalecem naqueles com mais de 100 mil votantes os vereadores estreantes (primeiro mandato), enquanto nos com até 50 mil votantes preponderaram os em segundo mandato.

Tabela 35 - Grandeza eleitoral do município e número de mandatos do vereador candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N				Mandatos			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3 ou +	% Geral
+ 100	36	40	45	121	33,6	48,8	62,5	46,4
50-100	27	10	11	48	25,2	12,2	15,3	18,4
Até 50	44	32	16	92	41,1	39,0	22,2	35,2
Total	107	82	72	261	99,9	100	100	100

Fonte: TRE-RS

É no âmbito dos vereadores candidatos a deputado estadual que a tendência geral se apresenta de forma mais nítida: nos municípios com mais de 100 mil votantes prevalecem os vereadores com três mandatos ou mais (62,5%) e nos com até 50 mil votantes, os estreantes (41,1%).

Tabela 36 - Partido e quantidade de mandatos do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)

Partido	N				Mandatos			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3 ou +	% Geral
PT	18	24	14	56	32,1	42,9	25,0	100
PMDB	18	12	11	41	43,9	29,3	26,8	100
PDT	13	21	13	47	27,7	44,7	27,7	100,1
PTB	16	6	14	36	44,4	16,7	38,9	100
PSDB	18	8	7	33	54,5	24,2	21,2	99,9
PSB	17	13	1	31	54,8	41,9	3,2	99,9
PPB/PP	6	7	12	25	24,0	28,0	48,0	100
PFL/DEM	12	6	7	25	48,0	24,0	28,0	100
PCdoB	10	5	5	20	50,0	25,0	25,0	100
PPS	4	5	3	12	33,3	41,7	25,0	100
PHS	6	2	1	9	66,7	22,2	11,1	100
PL	4	2	1	7	57,1	28,6	14,3	100
PV	1	1	-	2	50,0	50,0	-	100
PSOL	1	1	-	2	50,0	50,0	-	100
PTdoB	-	-	1	1	-	-	100	100
PRB	-	-	1	1	-	-	100	100
PR	-	1	-	1	-	100	-	100

Fonte: TRE-RS

Ao relacionar o partido e o número de mandatos do vereador candidato a deputado, verifica-se que as legendas podem ser distinguidas em três grupos. O primeiro deles, majoritário, é formado por aqueles que indicaram mais vereadores de

primeiro mandato: PHS (66,7%), PL (57,1%), PSB (54,8%), PSDB (54,5%) e PCdoB (50%), PFL/DEM (48%), PTB (44,4%) e PMDB (43,9%). O segundo é composto por três legendas que deram preferência majoritária a vereadores em segundo mandato, caso de: PT (42,9%), PDT (44,7%) e PPS (41,7%). O terceiro, formado unicamente por PPB/PP (48%), priorizou os vereadores mais experientes, que estavam pelo menos no terceiro mandato²⁵.

Essas informações podem ser comparadas com aquelas trazidas por Leal (2010, p.80), a qual identifica o número de mandatos dos vereadores por partido (PT, PDT, PMDB, PTB e PPB/PP) na legislatura 2005-2008. Em todas as legendas, o percentual de vereadores em primeiro mandato é maior do que o percentual de vereadores em primeiro mandato dentre os candidatos a vereador, o que é indício de que os partidos escolhem significativamente os estreados para serem candidatos (e em alguns casos majoritariamente), porém, opera algum filtro em favor dos mais experientes. O PT é um exemplo: nos dados de Leal, 57,9% dos vereadores do partido estão em primeiro mandato, mas entre os vereadores candidatos a deputado o índice é 32,1% e a preferência mais intensa é por aqueles que estão no segundo mandato (42,9%), os quais correspondem a 24,4% do total de vereadores petistas.

Tabela 37 - Partido e quantidade de mandatos do vereador candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)

Partido	N			Mandatos				
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3 ou +	Geral
PDT	3	6	3	12	25,0	50,0	25,0	100
PSDB	7	3	-	10	70,0	30,0	-	100
PTB	4	1	5	10	40,0	10,0	50,0	100
PSB	5	4	-	9	55,6	44,4	-	100
PT	3	4	2	9	33,3	44,4	22,2	99,9
PMDB	3	4	1	8	37,5	50,0	12,5	100
PCdoB	4	-	2	6	66,7	-	33,3	100
PL	3	1	1	5	60,0	20,0	20,0	100
PPB/PP	1	1	3	5	20,0	20,0	60,0	100
PPS	-	5	-	5	-	100	-	100
PFL/DEM	2	1	-	3	66,7	33,3	-	100
PHS	1	-	-	1	100	-	-	100
PSOL	1	-	-	1	100	-	-	100
PR	-	1	-	1	-	100	-	100
PV	-	1	-	1	-	100	-	100
PRB	-	-	1	1	-	-	100	100

Fonte: TRE-RS

²⁵ Cinco legendas não foram analisadas: PV, PSOL, PTdoB, PRB e PR.

Na análise restrita aos vereadores postulantes ao cargo de deputado federal, dão preferência majoritária aos estreantes: PSDB (70%), PCdoB e PFL/DEM (66,7%), PL (60%), PSB (55,6%)²⁶. No grupo dos partidos que indicaram majoritariamente vereadores em segundo mandato, aparecem: PPS (100%), PDT e PMDB (50%) e PT (44,4%). Já PPB/PP (60%) e PTB (50%) decidiram lançar prioritariamente os vereadores com mais experiência (três ou mais mandatos).

Tabela 38 - Partido e quantidade de mandatos do vereador candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)

Partido	N			Mandatos				
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3 ou +	Geral
PT	15	20	12	47	31,9	42,6	25,5	100
PMDB	15	8	10	33	45,5	24,2	30,3	100
PDT	10	15	10	35	28,6	42,9	28,6	100,1
PTB	12	5	9	25	48,0	20,0	36,0	100
PSDB	11	5	7	23	47,8	21,7	30,4	99,9
PFL/DEM	10	5	7	22	45,5	22,7	31,8	100
PSB	12	9	1	22	54,5	40,9	4,5	99,9
PPB/PP	5	6	9	20	25,0	30,0	45,0	100
PCdoB	6	5	3	14	42,9	35,7	21,4	100
PHS	5	2	1	8	62,5	25,0	12,5	100
PPS	4	-	3	7	57,1	-	42,9	100
PL	1	1	-	2	50,0	50,0	-	100
PV	1	-	-	1	100	-	-	100
PSOL	-	1	-	1	-	100	-	100
PTdoB	-	-	1	1	-	-	100	100

Fonte: TRE-RS

No caso dos candidatos a deputado estadual, os partidos também podem ser distinguidos em três grupos quanto à preferência em termos de quantidade de mandatos. O primeiro, no qual está a maioria dos partidos, dá mais destaque aos vereadores estreantes: PHS (62,5%), PPS (57,1%), PSB (54,5%), PTB (48%), PSDB (47,8%), PFL/DEM (45,5%), PMDB (45,5%) e PCdoB (4,29%). O segundo é composto por PDT (42,9%) e PT (42,6%), os quais preferem mais intensamente vereadores em segundo mandato. Por fim, PPB/PP (45%) valoriza mais os vereadores que estão pelo menos no terceiro mandato.

²⁶ Não foram incluídos comentários sobre: PHS, PSOL, PR, PV e PRB.

Tabela 39 - Posicionamento do vereador candidato a deputado de 2002 a 2010 na lista quando conquistou o cargo na eleição anterior e número mandatos que ele possui (RS, 2000-2008)

Posição	N				Mandatos			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3 ou +	Geral
1º	61	58	48	167	17,5	16,7	13,8	48,0
2º	40	32	22	94	11,5	9,2	6,3	27,0
3º ou +	43	24	20	87	12,4	6,9	5,7	25,0
Total	144	114	90	348	41,4	32,8	25,9	100

Fonte: TRE-RS

A tab. 39 cruza os dois critérios de carreira até então utilizados (posicionamento na lista e número de mandatos). Observa-se que, dos 348 vereadores que concorreram a deputado, 17,5% tinham obtido o primeiro mandato e se consagrado nas urnas como o mais votado da lista em que estavam inscritos na eleição municipal imediatamente anterior. Um percentual semelhante (16,7%) conquistara o segundo mandato sendo o líder de votação na lista. Em resumo, um terço (34,2%, na verdade) estava no máximo na metade do segundo mandato e havia sido consagrado nas eleições municipais de dois antes.

Se a essas duas categorias forem acrescentados: (1) os que estavam em primeiro mandato e haviam sido o segundo mais votado da lista (11,5%); (2) os que estavam em meio ao segundo mandato e tinham se posicionado em segundo lugar na lista (9,2%) tem-se que 54,9% dos vereadores lançados candidatos a deputado tinham uma experiência de no máximo dois mandatos e haviam obtido o primeiro ou o segundo lugar da lista pela qual concorreram na disputa local. Ou seja, um perfil de sucesso e uma carreira política ainda iniciante.

Na mesma medida, aqueles que possuíam uma carreira mais longa na Câmara Municipal (dimensionada pelo exercício do terceiro mandato) e/ou haviam ficado em posicionamento não tão destacado na lista, não foram tão preferidos pelos partidos.

Parece não ser possível fazer uma analogia direta entre esses vereadores candidatos e aqueles aspirantes que são eleitos deputado federal após um longo período de dedicação ao partido, sintoma do recrutamento endógeno e dos vínculos mais fortes com os partidos, principais fornecedores do capital político necessário. Esta análise foi realizada por Marengo dos Santos (2000) e apresentada no capítulo anterior. Embora não se tenha o dado referente ao tempo de filiação ao partido

antes de eles se tornarem vereador – o que seria essencial para consolidar o que se especula –, as informações coletadas apontam para uma experiência política curta, pouco tempo de treinamento como detentor de mandato eletivo e, eventualmente, também pouco tempo de filiação. Todavia, isso não quer dizer que eles sejam exemplo de recrutamento do tipo lateral, o contraponto ao recrutamento endógeno. E sim, e tão somente, que não foi identificado um padrão que aponte para o recrutamento endógeno.

A questão é que, ainda que esses vereadores candidatos a deputado tenham vínculos anteriores com os partidos, as legendas dão preferência aos mais votados e aos com poucos mandatos já exercidos, o que indica fortemente um investimento em “nomes novos” e com consagração eleitoral. Não se encontrou, assim, a ideia de que o vereador acumule experiência como político e ao mesmo tempo demonstre lealdade ao partido – cumpra, enfim, uma espécie de estágio probatório –, antes de pensar em se tornar deputado.

Ao contrário, o fato de aqueles que tiveram bom desempenho na disputa local dois anos antes e exibem pouca experiência tão precocemente concorrerem indica uma rápida tentativa de ascensão de parte do vereador e um investimento do partido em políticos com esse perfil. Para seguir o modelo proposto por Maluf (2006), pode-se fazer que esses vereadores sinalizam a intenção de estarem “de passagem” na Câmara Municipal²⁷.

Há um diferencial importante entre o raciocínio aqui desenvolvido e a afirmação de Marengo dos Santos (2000): este se refere aos que se elegeram deputado federal, e a dissertação tão somente a vereadores que concorrem a deputado. Assim, também é válido pensar que os partidos indiquem vereadores com esse perfil (consagração eleitoral e carreira iniciante) com vistas a que ganhem experiência nesse tipo de disputa, embora não necessariamente se elejam, pois vislumbram perspectivas futuras para esse quadro e o considerem um nome em quem podem investir e/ou que possa render frutos a quadros mais “orgânicos” com os quais podem fazer “dobradinha” naquele pleito. Igualmente, seguindo as indicações presentes no capítulo 1, não há porque supor que os próprios vereadores com esse perfil pensem de modo diferente.

²⁷ Lembra-se que a classificação de Maluf implica a obtenção do resultado, ou seja, o “vereador de passagem” é aquele que fica no máximo dois mandatos e deixa a Câmara porque obteve um cargo mais alto, seja pela via eleitoral, seja pela nomeação política.

Algumas dessas especulações são de difícil comprovação empírica, mas um perfil tão característico dos vereadores que concorrem a deputado é digno de registro e aponta para indivíduos “ambiciosos”, no sentido formulado por Schlesinger (1966), ou seja, que buscam voos mais altos, ainda mais porque, com uma carreira ainda tão breve, já conseguiram consagração eleitoral (ao menos no âmbito da disputa municipal). Como se pretende explorar nos capítulos seguintes, esse voo mais alto pode ser um lugar na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos Deputados (imediatamente ou em próximos pleitos), assim como um cargo executivo municipal. Mas, se as circunstâncias políticas não forem propícias, pode ser a simples renovação do mandato de vereador.

Tabela 40 - Posicionamento do vereador candidato a deputado federal de 2002 a 2010 na lista quando conquistou o cargo na eleição anterior e número de mandatos que ele possui (RS, 2000-2008)

Posição	N				Mandato			
	1	2	3 ou +	Total	1	2	3 ou +	Total
1º	17	16	9	42	19,5	18,4	10,3	48,3
2º	11	12	6	29	12,6	13,8	6,9	33,3
3º ou +	9	4	3	16	10,3	4,6	3,4	18,4
Total	37	32	18	87	42,5	36,8	20,7	100

Fonte: TRE-RS

A tab. 40 mostra que, dentre os 87 vereadores que se candidataram ao cargo de deputado federal nas três eleições analisadas, 19,5% deles estavam em primeiro mandato e haviam sido os mais votados de sua lista ao conquistarem tal cargo. Outros 12,6% também estavam em primeiro mandato, mas haviam sido o segundo mais votado da lista quando se elegeram vereador. Enfim, assim como ocorrera no quadro geral, aproximadamente um terço estava em primeiro mandato e conseguira ser o primeiro ou o segundo mais votado do partido ou da coligação ao obter tal mandato.

Se a este contingente forem acrescentados aqueles que estavam em segundo mandato e que haviam sido os mais votados de suas listas ao se elegerem dois anos antes (16 ou 18,4%) ou os segundos colocados (12 ou 13,8%), tem-se o cenário de que 64,3% dos candidatos a deputado federal estavam no máximo no

segundo mandato e haviam sido primeiro ou segundo mais votados da lista na eleição municipal realizada dois anos antes.

A outra face dessa mesma moeda é que os dados indicam que vereadores mais experientes (com mais de dois mandatos) e que na eleição municipal imediatamente anterior haviam ficado abaixo do segundo lugar na sua lista têm menor probabilidade de se candidatar a deputado federal. Houve três casos que incidem nos dois critérios (3,4%).

Tabela 41 - Posicionamento do vereador candidato a deputado estadual de 2002 a 2010 na lista quando conquistou o cargo na eleição anterior e número mandatos que ele possui (RS, 2000-2008)

Posição	N				Mandatos			
	1	2	3 ou +	Total	1	2	3 ou +	Total
1º	44	42	39	125	16,9	16,1	14,9	47,9
2º	29	20	16	65	11,1	7,7	6,1	24,9
3º ou +	34	20	17	71	13,0	7,7	6,5	27,2
Total	107	82	72	261	41,0	31,4	27,6	100

Fonte: TRE-RS

A importância da experiência política (ou da falta dela) na candidatura a deputado estadual se mostrou praticamente a mesma daquela identificada para deputado federal, pois quase metade do total de concorrentes (47,9%) conquistou a indicação quando exercia no máximo o segundo mandato e, na pior das hipóteses, havia ficado na disputa municipal em segundo lugar na votação do partido ou da coligação.

Outro dado interessante a ressaltar é a similaridade de números entre aqueles que estavam concorrendo em seu terceiro mandato ou mais e aqueles que estavam concorrendo depois de conquistarem suas cadeiras na terceira posição pra baixo em suas listas. Isso porque o número de candidatos com mais de três mandatos como vereador foi de 72 e o número de candidatos que conquistaram suas cadeiras de vereadores em uma posição inferior na lista foi 71. Dessa forma, 26,9% do total de candidatos eram experientes politicamente falando e o mesmo percentual de candidatos vinha de um desempenho não tão satisfatório nas urnas, no que tange à posição na lista, apesar da conquista da vaga.

2.4.3 Experiência anterior

Outro critério que pode ser utilizado para dimensionar o perfil político desses vereadores é a experiência pregressa de concorrer a deputado, tomado como indicador de duas situações: quem demonstrou a disposição de construir uma carreira política e quem tem esse *background* para apresentar ao partido na hora de ser escolhido para concorrer.

Tabela 42 - Vereadores candidatos a deputado com experiência anterior de concorrer ao cargo de deputado (RS, 2002-2010)

Experiência	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Sim	29	34	29	92	23,0	30,6	26,1	26,4
Não	97	77	82	256	77,0	69,4	73,9	73,6
Total	126	111	111	348	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Os dados mostram que, no período, cerca de um quarto dos vereadores concorrentes a deputado já tinha postulado anteriormente o cargo, seja ao posto federal, seja ao estadual. A observação por pleito mostra pouca variação (23% foi o patamar mínimo, registrado em 2002; e 30,6% o máximo, ocorrido em 2006).

Tabela 43 - Vereadores candidatos a deputado federal com experiência anterior de concorrer ao cargo de deputado (RS, 2002-2010)

Experiência	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Sim	11	9	7	27	37,9	26,5	29,2	31,0
Não	18	25	17	60	62,1	73,5	70,8	69,0
Total	29	34	24	87	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 44 - Vereadores candidatos a deputado estadual com experiência anterior de concorrer ao cargo de deputado (RS, 2002-2010)

Experiência	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Sim	18	25	22	65	18,6	32,5	25,3	24,9
Não	79	52	65	196	81,4	67,5	74,7	75,1
Total	97	77	87	261	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Quando a análise distingue por cargo disputado (tab. 43 e 44), verifica-se uma maior incidência de vereadores com experiência anterior entre os que postulam ser deputado federal em relação aos que ambicionam ser deputado estadual (31% a 24,9%). O cenário parece razoável, considerando que o primeiro é um cargo mais alto na hierarquia política brasileira e, em razão disso, deve apresentar mais exigências para que alguém concorra. Contudo, as diferenças entre os dois postos não são robustas.

Essa situação se repete com intensidade no pleito de 2002 (37,9% a 18,6%), quando um atingiu o ponto mais alto e o outro o mais baixo, o que resultou em percentualmente o dobro de candidatos com participação anterior em disputa dentre os federais em relação aos estaduais. Voltou a se repetir em 2010, contudo sem registrar diferenças tão expressivas quanto aquela (29,2% a 25,2%) e não ocorreu em 2006, quando os pretendentes à Assembleia Legislativa apresentaram maior experiência do que os que concorreram à Câmara dos Deputados, embora a diferença entre os percentuais seja pequena (32,5% a 26,5%).

A ressaltar, ainda, que no caso dos vereadores candidatos a deputado estadual a experiência de concorrer em pleitos anteriores se concentra na postulação do mesmo cargo: 13 dos 18 concorrentes em 2002, 21 em 25 em 2006 e 17 em 22 em 2010. No caso dos que concorrem a deputado federal, a situação não é a mesma: prevalecem os que já haviam concorrido a este cargo em 2002 (sete em 11) e em 2006 (cinco em nove), mas não em 2010 (todos haviam concorrido apenas a deputado estadual)²⁸.

É possível comparar essas informações com aquela levantada por Ferreira (2012). O autor identificou que 20,59% dos candidatos a deputado federal do Rio Grande do Sul na eleição de 2010 já havia concorrido ao cargo anteriormente. No conjunto dos pleitos analisados, o índice de vereadores com tal experiência é inferior a esse patamar (13,8%)²⁹.

²⁸ Há muitos casos de vereadores com experiência pregressa de concorrer tanto a deputado federal quanto a estadual. Assim, dentre os que pleitearam o posto federal em 2002 (11 casos), sete já haviam postulado esse cargo e seis o de deputado estadual; dentre os concorrentes em 2006 (nove casos), cinco tinham experiência anterior de se apresentar para este cargo e cinco tinham concorrido a estadual.

²⁹ Para equiparar os parâmetros, consideram-se apenas os candidatos a deputado federal que já haviam concorrido a esse cargo (12 em 87, no conjunto dos três pleitos)

Tabela 45 - Grandeza eleitoral do município e experiência anterior do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)

Experiên.	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
Sim	61	14	17	92	37,0	21,2	14,5	26,4
Não	104	52	100	256	63,0	78,8	85,5	73,6
Total	165	66	117	348	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

A tab. 45 cruza as variáveis “tamanho eleitoral do município cujo vereador concorreu a deputado” e “experiência prévia do candidato nesse tipo de pleito”. Como seria de se esperar, a experiência é maior nos vereadores provenientes de municípios maiores (mais de 100 mil votantes): nesses, o índice é de 37% frente a 21,2% nos médios e 14,5% nos pequenos. Dito de outro modo: quanto menor o município, menor a experiência prévia do vereador que concorre a deputado.

Tabela 46 - Grandeza eleitoral do município e experiência anterior do vereador candidato a deputado federal (RS, 2002-2010)

Experiên.	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
Sim	15	5	7	27	34,1	27,8	28,0	31,0
Não	29	13	18	60	65,9	72,2	72,0	69,0
Total	44	18	25	87	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Quando esse mesmo cruzamento é realizado para o cargo de deputado federal a tendência se repete, porém não com a mesma nitidez, o que decorre especialmente por causa do aumento da experiência anterior dos vereadores dos municípios médios e pequenos. Enquanto naqueles que têm mais de 100 mil votantes ela é de 34,1%, atinge 27,8% nos que apresentaram de 50 a 100 mil votantes e 28% nos que tiveram até 50 mil eleitores comparecendo às urnas.

Tabela 47 - Grandeza eleitoral do município e experiência anterior do vereador candidato a deputado estadual (RS, 2002-2010)

Experiên.	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
Sim	46	9	10	65	38,0	18,8	10,9	24,9
Não	75	39	82	196	62,0	81,2	89,1	75,1
Total	121	48	92	261	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

A análise circunscrita aos deputados estaduais coincide com o cenário geral: predomínio da maior experiência dentre os municípios com mais de 100 mil votantes. No entanto, nesse caso, a diferença entre o percentual de experiência é mais significativo em comparação aos demais: os 38% de vereadores com participação anterior em disputas para o cargo de deputado é mais do que o dobro do registrado nos municípios médios (18,8%) e pequenos (10,9%).

Tabela 48 - Partido que indicou o vereador candidato a deputado e a experiência pregressa desse vereador (RS, 2002-2010)*

Partido	N			% sobre o total de candidatos apresentado pelo partido		
	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.
PTB	8	3	5	22,9	30,0	20,0
PT	19	5	14	33,9	55,6	29,8
PSDB	12	4	8	36,4	40,0	34,8
PSB	8	3	5	25,8	33,3	22,7
PL	2	2	-	28,6	40,0	-
PDT	13	4	9	27,7	33,3	25,7
PPB/PP	5	1	4	20,0	20,0	20,0
PMDB	10	2	8	24,4	25,0	24,2
PCdoB	6	2	4	30,0	33,3	28,6
PPS	4	1	3	33,3	20,0	42,9
PHS	1	-	1	11,1	-	12,5
PFL/DEM	4	-	4	16,0	-	18,2

Fonte: TRE-RS

* apresentaram vereador como candidato a deputado, mas nenhum havia concorrido ao cargo: PV, PTdoB, PSOL, PRB, PR

O percentual da relação entre experiência pregressa nas disputas para deputado dos vereadores e os partidos que os indicaram foi ponderado a partir da quantidade de vereadores que cada legenda apresentou. Verifica-se, como já constatado anteriormente, variação importante entre as legendas. PHS e PFL/DEM

foram as que menos utilizaram vereadores com experiência anterior (abaixo de 16%), sendo que nenhum foi preferido dentre os candidatos a deputado federal.

Na faixa de 20% a 29,9% aparece a maior quantidade de legendas no cômputo geral, caso de: PPB/PP (20%), PTB (22,9%), PMDB (24,4%), PSB (25,8%), PDT (27,7%) e PL (28,6%). Por fim, os partidos que deram maior ênfase aos vereadores com participação anterior como candidato ao cargo de deputado, foram: PCdoB (30%), PPS (33,3%), PT (33,9%) e PSDB (36,4%).

Esse cenário também se altera quando se trata do cargo de deputado federal ou estadual. O PT, por exemplo, valorizou majoritariamente a experiência dentre os vereadores candidatos a deputado federal (55,6% deles já haviam participado da disputa para deputado), o que não foi tão exigido no caso de estadual (29,8%). Isso também ocorreu no caso de PTB (30% a 20%), PSB (33,3% a 22,7%), PDT (33,3% a 25,7%) e PL (40% a zero). PPB/PP utilizou exatamente o mesmo percentual de vereadores experientes nos dois casos (20%) e o PSDB foi mais equilibrado entre os cargos (40% a federal e 34,8% a estadual), mas sempre o fixou em um patamar alto, considerando as decisões do conjunto dos partidos. PCdoB também mostrou esse equilíbrio (33,3% a federal, 28,6% a estadual), assim como PMDB (25% e 24,2%, respectivamente).

No entanto, a regra geral é a de exigir mais vereadores que já haviam disputado o cargo no caso daqueles que pretendem ser deputado federal. As únicas exceções são: o já referido PPB/PP, em que houve igualdade, e PPS, que privilegiou os experientes dentre os candidatos a deputado estadual (42,9% a 20%).

Tabela 49 - Posição na lista e experiência anterior do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)

Posição	N			%		
	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.
1º	48	15	33	28,7	35,7	26,4
2º	25	7	18	26,6	24,1	27,7
3º ou +	19	5	14	21,8	31,3	19,7
Total	92	27	65	26,4	31,0	24,9

Fonte: TRE-RS

A tab. 49 relaciona o posicionamento na lista com a experiência prévia dos vereadores, calculada sobre o contingente total de cada categoria. O que se observa é a experiência maior dos candidatos a deputado federal que haviam ficado em primeiro lugar na lista (35,7%) e menor dentre pretendentes a estadual que haviam ficado a partir do terceiro lugar (19,7%). Enfim, experiência prévia e colocação na lista contam mais para indicar candidatos a deputado federal e menos a estadual.

Tabela 50 - Número de mandatos e experiência anterior do vereador candidato a deputado (RS, 2002-2010)

Mandatos	N			%		
	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.
1	17	5	12	11,8	13,5	11,2
2	35	11	24	30,7	34,4	29,3
3 ou +	40	11	29	44,4	61,1	40,3
Total	92	27	65	26,4	31,0	24,9

Fonte: TRE-RS

A relação entre experiência anterior dos vereadores na disputa do cargo de deputado e número de mandatos deles é forte no seguinte sentido (o esperado, diga-se de passagem): quanto mais mandatos o vereador tem maior a experiência pregressa em disputas estaduais ou nacionais, independentemente do cargo, embora isso seja ainda mais pronunciado no caso de deputado federal. Os vereadores em primeiro mandato com experiência anterior são 11,8% no geral, 13,5% dentre os candidatos a deputado federal, 11,2% dentre os pretendentes a estadual. No caso dos com três mandatos ou mais os índices sobem a 44,4%, 61,1% e 40,3%, respectivamente.

* * *

Este capítulo apresentou o quadro geral do contingente de vereadores eleitos no pleito municipal imediatamente anterior à disputa para deputado e que se dispuseram a concorrer à Câmara dos Deputados ou à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período 2002-2010. Foram identificados 348 vereadores nessa situação, correspondentes a cerca de 15% do conjunto de candidatos, havendo maior oferta de pretendentes a deputado estadual (17,1%) do que a federal

(11,3%), os quais são provenientes de 87 municípios diferentes. Como o esperado, o tamanho do município – medido pela quantidade de votantes – é um fator que influencia na quantidade de vereadores lançados candidatos, mas vereadores dos municípios pequenos também concorrem, ou seja, a quantidade de votos de uma localidade não os impede de pretenderem chegar à Assembleia Legislativa ou à Câmara dos Deputados, mas reduz a quantidade daqueles que se dispõem a tal.

Igualmente, foi identificado que os vereadores candidatos foram indicados por 17 partidos distintos (16, no caso de concorrentes a deputado federal e 15 a estadual), mas a análise por cargo e por pleito identificou a ausência de uma estratégia única das legendas, ocorrendo alternâncias no número de vereadores apresentados. Quando a pesquisa ponderou a quantidade de vereadores indicados em relação ao total de candidatos de cada partido, pode-se constatar que para a maioria das legendas eles compõem de 10% a 25% da lista e que o PCdoB foi aquela que mais fortemente (40%) deu preferência pelos vereadores.

As informações relativas ao perfil político dos vereadores que se lançaram candidatos apontam de modo robusto (aproximadamente 75%) para uma carreira breve (máximo de dois mandatos) e um desempenho eleitoral de destaque em âmbito municipal, dimensionado pelo posicionamento nas duas primeiras posições da lista pela qual concorreram. Há uma relação no que tange ao tamanho eleitoral do município e posicionamento na lista: conforme cresce o município aumenta a participação daqueles vereadores colocado mais atrás na lista. Igualmente, quanto maior o município maior a presença de vereadores com mais mandatos. Por fim, foi verificado que um quarto dos vereadores concorrentes a deputado já tinha postulado anteriormente o cargo, sendo que essa incidência é maior, como se podia imaginar, dentre aqueles com maior quantidade de mandatos acumulados.

Embora todos esses elementos considerados contribuam para o atendimento dos objetivos do capítulo, que foram o de descrever o fenômeno e de tentar identificar qual ou quais características apresentam os vereadores que ambicionam se tornar deputado federal ou estadual, elas estão longe de esgotar a questão, pois, um aspecto importante nesse processo não foi abordado: qual o resultado por eles obtidos? esses vereadores tiveram sucesso ou não? E quais variáveis contribuem para que esse resultado ocorra? Tais questões motivam a realização do próximo capítulo.

Capítulo 3 O Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado (2002 a 2010)

As eleições para a Câmara dos Deputados são as mais disputadas dentre aquelas que ocorrem sob a regra de distribuição de cadeiras pelo sistema proporcional. Isso se dá especialmente pela quantidade de vagas oferecidas em cada distrito (8 a 70, com magnitude média 19 e moda 8), e pela importância do cargo na hierarquia política, a qual pode ser avaliada tanto em termos de montante gasto para a conquista da cadeira, quanto na forma de proeminência política advinda da exposição que o cargo confere.

A disputa para as assembleias legislativas se apresentam, em tese, como menos difíceis para os candidatos, afinal, a quantidade de vagas disponíveis é bem maior – são 31 para deputado federal do Rio Grande do Sul e 55 para deputado estadual. Conseqüentemente, a expectativa é que com menos votos se torne possível conquistar a cadeira, seja para os partidos, seja para os próprios candidatos.

Este capítulo está centrado no registro e na análise dos resultados obtidos pelos vereadores que concorreram a deputado federal e a deputado estadual nas eleições de 2002 a 2010 do Rio Grande do Sul. A expectativa é que haja mais casos de sucesso na disputa para a Assembleia Legislativa do que para a Câmara dos Deputados.

O capítulo também relaciona aqueles que foram bem sucedidos com as variáveis utilizadas até o momento: tamanho eleitoral do município no qual o vereador exerce o mandato, partido pelo qual ele concorreu, posicionamento obtido na lista quando conquistou o mandato municipal, quantidade de mandatos exercidos e experiência anterior em disputar o cargo de deputado. Na mesma medida, houve a

intenção de trazer informações mais específicas sobre a trajetória e a carreira do conjunto de vereadores que foram bem sucedidos nessa candidatura. No que tange aos não eleitos, buscou-se dimensionar o desempenho eleitoral deles, com vistas a identificar as razões para que não tenham conseguido se eleger.

A exposição se realiza em quatro seções. A primeira informa e discute o resultado das tentativas de esses vereadores se tornarem deputado. A segunda está voltada especificamente aos eleitos e dimensiona tal resultado com as variáveis de que a pesquisa tem se servido. A terceira, ainda centrada nos eleitos, constrói o perfil político e de carreira dessas personagens. A seção derradeira tem os vereadores não eleitos como foco.

3.1 Resultado obtido

Esta seção traz os resultados que os vereadores obtiveram ao disputar o cargo de deputado federal ou estadual. Inicialmente, apresenta os resultados e, na sequência, procura elementos capazes de, mais do que realizar um simples registro da incidência do sucesso ou do fracasso, ponderar tais índices e compreendê-los de forma mais ampla.

Tabela 51 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado (RS, 2002-2010)

Situação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Eleito	5	6	8	19	4,0	5,4	7,2	5,5
Não eleito	121	105	103	329	9,60	94,6	92,8	94,5
Total	126	111	111	348	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Os dados da tab. 51 mostram que, dos 348 vereadores candidatos, 19 conquistaram o mandato, o que corresponde a 5,5%. O número absoluto e o índice de sucesso cresceram ao longo do período: foi de cinco em casos (4%) em 2002, passou a seis (5,4%) em 2006 e chegou a oito (7,2%) em 2010.

Tabela 52 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado (RS, 2002-2010), considerando as vagas disponíveis

Situação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Eleito	5	6	8	19	5,8	7,0	9,3	7,4
Não eleito	81	80	78	239	94,2	93,0	90,7	92,6
Total	86	86	86	258	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Como há 86 vagas em disputa a cada eleição (31 de deputado federal e 55 de estadual) e havia mais de 86 candidatos por pleito, o que implicaria necessariamente a permanência de uma quantidade de insucessos, pode ser mais prudente adequar o índice de sucesso ao patamar máximo que ele poderia efetivamente atingir, isto é, o total de vagas disponíveis. Assim, como mostra a tab. 52, o percentual de sucesso sobe para 7,4%, mantendo-se a tendência de crescimento no período (de 5,8% em 2002 a 7% em 2006 e a 9,3% em 2010).

Tabela 53 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado federal (RS, 2002-2010)

Situação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Eleito	-	3	1	4	-	8,8	4,1	4,6
Não eleito	29	31	23	83	100	91,1	95,9	95,4
Total	29	34	24	87	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

A tab. 53 mostra que, como era de se supor, a passagem do cargo de vereador para o de deputado federal mostrou-se mais restrita. Nas três eleições observadas apenas quatro vereadores, correspondentes a 4,6%, lograram êxito em tal tarefa. Nenhum caso foi registrado nas eleições de 2002, houve três em 2006 e um em 2010.

Em 2006 houve mais candidatos do que vagas disponíveis (34 a 31), o que tornava impossível que todos efetivamente pudessem conquistar uma cadeira, logo o aproveitamento relativo a esse pleito pode ser recalculado. Considerando sempre as 31 vagas disponíveis, correspondentes ao aproveitamento máximo possível, o índice subiria para 9,7% em 2006 (três em 31) e o acumulado do período para 4,8%

(quatro êxitos em 84 tentativas viáveis). Como se percebe, esse ajuste em nada altera o quadro geral: são raros os que conseguem passar diretamente da câmara municipal para a federal.

Aos quatro eleitos podem ser acrescentados mais seis casos, correspondentes a aqueles que assumiram o cargo (como titular ou suplente em exercício) quando exerciam a vereança: um relativo a concorrentes no pleito de 2002¹, três no de 2006² e dois no de 2010³.

Pode-se discutir o quanto tomar posse como suplente deva ser considerado um sucesso. Por um lado, o vereador consegue atingir o cargo almejado, ao menos temporariamente; por outro, o tempo de permanência pode ser muito reduzido, é sempre em caráter precário e exige renunciar ao posto de vereador⁴. Porém, se tais discussões forem deixadas de lado e esses casos agregados ao índice de sucesso possível, ele alcança 11,9% (10 em 84 possibilidades)⁵.

¹ Claudio Diaz (Rio Grande) foi efetivado no final da legislatura 2003-2007. Ele tomou posse em 20 de dezembro de 2006, em razão da renúncia da então governadora eleita Yeda Crusius, e ficou no cargo por pouco mais de um mês (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013a).

² Dr. Basegio (Passo Fundo), que ficou três meses no cargo (de 5 de fevereiro a 17 de abril de 2007); Antonio Geraldo (Viamão), que o exerceu por quatro meses (de 4 de agosto a 3 de dezembro de 2009) e Claudio Diaz (Rio Grande), que assumiu em fevereiro de 2007 como suplente em exercício e, depois, em razão da morte de Julio Redecker, foi efetivado no cargo (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013a, 2013b, 2013c).

³ Maurício Dziedricki (Porto Alegre), que atuou uma semana, em fevereiro de 2011, e depois se licenciou para ser Secretário Estadual de Economia Solidária e apoio à Pequena e Microempresa do Rio Grande do Sul; e Luiz Noé (Cruz Alta), que exerceu o cargo por quase dois anos (entre 4 de fevereiro de 2011 e 22 de novembro de 2012) (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013d, 2013e).

⁴ Dentre esses seis casos, apenas Diaz foi efetivado no cargo (duas vezes, nas legislaturas 2003-2007 e, depois, 2007-2011). Além disso, ele tomou posse na legislatura 2003-2007 para um cargo conquistado em 2002, ocasião em que era vereador eleito em 2000. Porém, a oportunidade surgiu após a eleição municipal de 2004, quando foi reeleito vereador em Rio Grande. Logo, para ser deputado federal, ele teve de renunciar ao mandato conquistado em 2004, pois o anterior ele cumprira integralmente. Nesse caso, quando tomou posse na legislatura 2007-2011, tecnicamente ele não era mais vereador. Por outro lado, Dr. Basegio é o único que renunciou ao cargo de vereador (conquistado em 2004) para ser deputado federal (direito adquirido no pleito de 2006) e que concorreu e se elegeu vereador no pleito seguinte (2008). Assim como Diaz, tecnicamente ele não era mais vereador quando foi eleito para este cargo em 2008.

⁵ O índice pode se elevar, pois a legislatura 2011-2015 está em andamento e mais vereadores que obtiveram a condição de suplente no pleito de 2010 podem vir a tomar posse na Câmara dos Deputados.

Tabela 54 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual de (RS, 2002-2010)

Situação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Eleito	5	3	7	15	5,2	4,0	8,0	5,7
Não eleito	92	74	80	246	94,8	96,0	92,0	94,3
Total	97	77	87	261	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Nas três eleições analisadas, 261 vereadores se ausentaram de seus cargos para fazer campanha para deputado estadual. Destes, 15 ou 5,7% garantiram uma cadeira na Assembleia Legislativa, enquanto a grande maioria (94,3%) não teve sucesso. O pleito em que mais vereadores se elegeram foi o último analisado, no qual sete dos 87 que concorreram conquistaram a cadeira.

No entanto, como o limite de vagas de deputado estadual por pleito é 55, pode-se calcular o índice de sucesso sobre este total, e não tendo em vista o conjunto de candidatos.

Tabela 55 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual (RS, 2002-2010), considerando as vagas disponíveis

Situação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Eleito	5	3	7	15	9,1	5,5	12,7	9,1
Não eleito	50	52	48	150	90,9	94,5	87,3	90,9
Total	55	55	55	165	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

O cenário não se modifica drasticamente, tendo em vista o reduzido contingente de vereadores que conseguiu o cargo. Ainda assim, pode-se dizer que, considerando o máximo desempenho possível dos vereadores candidatos, 9,1% deles se elegeram (15 em 165), sendo o melhor resultado aquele obtido em 2010, quando 12,7% tiveram sucesso (sete), seguido pelo pleito de 2002 (8,1% ou cinco) e o pior em 2006, quando 5,5% (três) se elegeram.

Assim como no caso dos deputados federais, podem ser acrescentados a esse contingente aqueles que em algum momento da legislatura vieram a exercer o cargo de deputado estadual. Dos que concorreram em 2002, há dois vereadores

nessa situação⁶; cinco no caso dos que disputaram o pleito de 2006⁷; cinco no dos candidatos à eleição de 2010⁸. Com tais acréscimos, o índice de sucesso chegaria a 16,4% daquele máximo possível (23 em 165 possibilidades)⁹.

Embora tanto os vereadores candidatos a deputado estadual quanto os pretendentes a deputado federal apresentem índices de eleição reduzidos e contundentes – quadro que não se altera se forem agregados os suplentes que chegam a exercer o cargo definitiva ou provisoriamente –, o fato é que apenas esses valores não fornecem parâmetros seguros para dimensionar o efetivo significado dessas situações. Sabe-se, por exemplo, que os índices de eleição dos candidatos vereadores são menores do que os dos não vereadores nos três quesitos. Estes apresentaram 12,3% de sucesso no geral (de 1.950 candidatos não vereadores, 239 se elegeram), 13,1% dentre os deputados federais (89 eleitos em 681 candidatos) e 11,8% dentre os deputados estaduais (150 em 1.269 concorrentes).

⁶ Miriam Marroni (Pelotas) tomou posse como vereadora em primeiro de janeiro de 2005 (legislatura 2005-2008) e imediatamente renunciou ao cargo para se apresentar na Assembleia Legislativa e substituir em definitivo Sérgio Stazinsky (PT), eleito prefeito de Gravataí em 2004. O segundo caso é Reginaldo Pujol (Porto Alegre), que fez o mesmo para substituir Bernardo de Souza (PPS), eleito prefeito de Pelotas (POYASTRO, 2004).

⁷ São eles: (1) Sandro Boka (Rio Grande), que exerceu o cargo por vários períodos intercalados como suplente em exercício; (2) Coffy Rodrigues (Canoas), que atuou de fevereiro a maio de 2007 como suplente, foi Secretário Estadual de Obras Públicas, retornou à Assembleia em 2009 e teve o mandato cassado em 20 de janeiro de 2010, por ter trocado de partido nesse período (PDT para PSDB); (3) Nedy Marques (Canoas), que assumiu como deputado efetivo em razão da renúncia de Iradir Pietroski (PTB) para ser conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e atuou de junho a outubro de 2010, quando renunciou; (4) Reginaldo Pujol (Porto Alegre), que tomou posse em 2009, em função da cassação de José Sperotto pela Justiça Eleitoral (migração partidária do DEM para o PTB); (5) Francisco de Souza Pinho (Gravataí), que foi empossado em dezembro de 2009. É importante frisar – como relatado anteriormente – que Pujol havia sido eleito vereador em 2004, renunciara ao mandato para ser efetivado como deputado estadual em 2005 (ficara como suplente no pleito de 2002, que disputara na condição de vereador eleito em 2000) e que obtivera a suplência de deputado estadual em 2006. Quando ele foi novamente efetivado nesse cargo, era suplente de vereador no exercício do mandato, pois não havia se eleito em 2008. No caso de Pinho, ele fora eleito vereador em 2004 e se tornara suplente de deputado em 2006; só foi chamado a ocupar o cargo em 2009, quando já havia se reeleito vereador (2008) (ALERGS, 2013a).

⁸ (1) Aldacir Oliboni (Porto Alegre), que tomou posse em fevereiro de 2012; (2) Vinicius Ribeiro (Caxias do Sul), que tomou posse em janeiro de 2013, em substituição ao prefeito eleito de Caxias do Sul, Alceu Barbosa Velho (PDT); (3) Décio Franzen (Feliz), que assumiu provisoriamente em janeiro de 2013 no lugar de Paulo Azeredo (PDT), eleito prefeito de Montenegro; (4) Marcos Daneluz, que assumiu em janeiro de 2013, em razão da eleição de Alexandre Lindenmeyer como prefeito de Rio Grande; (5) Zilmar Rocha (Viamão), que foi empossado em março de 2013, em razão da posse de Luis Lauermann como prefeito de Novo Hamburgo (ALERGS, 2013b). Importante frisar que os casos 2 a 5 tomaram posse após a eleição de 2012, mas todos obtiveram a suplência de deputado quando eram vereadores eleitos em 2008, embora dois deles tenham renovado o mandato municipal (Vinicius Ribeiro e Zilmar Rocha) e renunciado à vereança logo após a posse na legislatura 2013-2016.

⁹ A legislatura 2011-2015 ainda está em andamento e outros vereadores que conquistaram a suplência em 2010 podem vir a assumir uma cadeira, o que ampliará esse percentual.

Contudo, caberia perguntar mais detalhadamente: como se compõem essas bancadas? Ou melhor, quem se elege deputado? Obviamente, o trabalho não pretende esgotar essa questão, a qual envolve muitas outras peculiaridades e possui uma complexidade própria que exigiria um estudo específico para ser suficientemente respondida. Porém, pretende identificar, ao menos genericamente, o conjunto de candidatos que se elegeram nesses pleitos.

Para isso, eles foram divididos em três tipos básicos: “reeleito”, “vereador” e “outro”. Essa divisão indica, de um lado, com o “reeleito”, o índice de permanência ou de continuidade, a quantidade daqueles que haviam sido eleitos como titulares para o mesmo cargo no pleito imediatamente anterior e, agora, reelegeram-se. De outro, seguindo a sugestão de Fleischer (1980), ela informa o grau de renovação, pois todos os demais são “novos”, aqueles que não estavam na legislatura anterior¹⁰. Concretamente, a categoria “outro” é composta por atores políticos de diferentes ordens, com exceção de vereadores, cuja especificidade não é relevante para o presente trabalho, pois não se distingue entre um suplente que foi efetivado no cargo ou estava no exercício da função há algum tempo e ex-deputado que retornava depois de um interstício¹¹. Tais peculiaridades são importantes e mereceriam especial atenção, se esse fosse o foco da pesquisa.

Tabela 56 - Eleitos deputados federal, conforme a condição (RS, 2002-2010)

Categoria	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Reeleito	16	17	20	53	51,6	54,8	64,5	57,0
Outro	15	11	10	36	48,4	35,5	32,3	38,7
Vereador	-	3	1	4	-	9,7	3,2	4,3
Total	31	31	31	93	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

¹⁰ Essa é a chamada “renovação bruta” (correspondente aos representantes novos em uma legislatura), mas é possível distinguir outros tipos, como: compulsória (formada apenas pelos que substituem os membros da legislatura anterior que não concorreram), líquida (formada somente pelos oriundos apenas de derrotadas de candidatos à reeleição) e vegetativa (decorrente do aumento do número de cadeiras em uma legislatura) (SANTOS, 2002).

¹¹ Fleischer (1980) tem essa percepção e distingue os “novos” entre aqueles que já estiveram na Câmara em mandatos anteriores ou como suplentes (“novatos”, mas não tão novos assim) e os que nunca ocuparam o cargo nem como suplentes (“calouros”, os totalmente novos). Marengo dos Santos (2000, p.64), que não utiliza a terminologia de Fleischer, considera os deputados em primeiro mandato como aqueles que nunca ocuparam uma cadeira antes (sequer como suplentes), ou seja, equivalente aos “calouros” ou aos totalmente novos.

Tabela 57 - Eleitos deputados estadual, conforme a condição (RS, 2002-2010)

Categoria	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Reeleito	33	27	33	93	60,0	49,1	60,0	56,4
Outro	17	25	15	57	30,9	45,5	27,3	34,5
Vereador	5	3	7	15	9,1	5,4	12,7	9,1
Total	55	55	55	165	100	100,1	100	100

Fonte: TRE-RS

As tabelas mostram que, no conjunto dos processos analisados, o índice de permanência gira em torno de 57% para cada cargo – variando do mínimo de 49,1% (deputado estadual em 2006) ao máximo de 64,5% (federal em 2010). A maioria daqueles que foram eleitos deputado havia sido escolhida no pleito imediatamente anterior, ou seja, eram casos de reeleição. Perissinotto e Miríade (2009, p.308) já haviam diagnosticado essa situação: “ser político profissional e, em especial, ser deputado aumenta muito as chances de sucesso eleitoral. Ser deputado aumenta em quase vinte vezes a possibilidade de um candidato vir a ser eleito”¹².

Por consequência, no período, a parcela de “novos” foi de 40% no caso dos deputados federais e de 43,6%, no dos estaduais. Conforme as tab. 56 e 57 verifica-se que a participação dos vereadores é minoritária: eles respondem por 9,1% na categoria dos deputados estaduais e a 4,3% na dos deputados federais, tendo variado de zero (2002) a 9,7% (2006) de participação na bancada da Câmara dos Deputados e de 5,4% (2006) a 12,76% (2010) no âmbito dos eleitos para a Assembleia Legislativa.

É interessante comparar esses dados com aqueles apresentados por Marengo dos Santos (2000), relativos ao último cargo ocupado pelos eleitos deputado federal no período 1946-1998, e de Bourdoukan (2006), referente ao pleito de 2002. A série histórica indica que, de 1946 a 1982, sempre menos de 8% dos deputados tinham a vereança como cargo público anterior (7,7% foi o pico, em 1970; e 2,3% o piso, em 1958), índice que atinge novo patamar desde então: 23,3% em 1986 (recorde histórico), 20,5% em 1990, 11,6% em 1994 e 18,9% em 1998. A informação de Bourdoukan, relativa a 2002, indica o retorno ao patamar anterior, com 4,9%.

¹² Apenas para medida de comparação: no tratamento estatístico realizado pelos autores, ser deputado (não há distinção entre federal ou estadual) implica 19,873 possibilidades de se eleger deputado federal; ser vereador, 1,931.

Os dados apresentados pelos autores se referem ao último cargo ocupado, sem especificar se o candidato havia sido eleito no pleito imediatamente anterior. Logo, há a possibilidade de, por exemplo, o candidato ter sido eleito vereador em 1996, não conseguir renovar o mandato na eleição de 2000¹³ e se tornar deputado federal em 2002. Ou seja, este é um critério mais abrangente do que o utilizado nesta dissertação, o qual restringe a condição de vereador a quem foi eleito no pleito imediatamente anterior. Na prática, a diferença significa que os dados obtidos por esta dissertação indicam resultados iguais ou menores do que esses. Apesar dessa diferença potencial, é digno de registro que a média do período identificada neste estudo (4,3%) é muito semelhante ao índice registrado por Bourdoukan (4,9%)¹⁴ e a aquele apontado por Marengo dos Santos no período 1946-1982¹⁵.

Fabiano Santos (2010, p.120) traz dados relativos à eleição de 2010, os quais foram concebidos de modo idêntico a essa dissertação, isto é, considera o cargo em exercício ou aquele para o qual ele havia sido eleito no pleito imediatamente anterior. Segundo essa fonte, 12 vereadores conseguiram sair diretamente da Câmara Municipal para ser deputado federal, contingente correspondente a 2,3% do total de cadeiras da Câmara de Deputados e a 5,4% daqueles que não tinham mandato na legislatura imediatamente anterior (“novos”)¹⁶. Novamente, os dados são convergentes com os que foram aqui encontrados, os quais apontam para restrito sucesso dos vereadores quando tentam se tornar deputado federal¹⁷.

¹³ Desistiu de concorrer ou, tendo concorrido, ficou como suplente, preferiu tentar ser prefeito ou vice.

¹⁴ Contudo, em 2002, ano considerado por Bourdoukan, não houve nenhum vereador eleito deputado federal no Rio Grande do Sul.

¹⁵ Ferreira (2012, p.216) adotou o mesmo procedimento de Marengo dos Santos e Bourdoukan para os que foram eleitos deputado federal do Rio Grande do Sul em 2010. O índice encontrado (3,2%) é o mesmo presente neste estudo, pois o único vereador eleito havia conquistado o mandato no pleito imediatamente anterior, ou seja, a realidade empírica produziu a coincidência de resultados.

¹⁶ Apenas a título de comparação: 54 dos 221 “novos” exerciam o cargo de deputado estadual.

¹⁷ Não é o foco da dissertação, mas cabe informar mais uma vez que Silva (2010, p.68) identificou que, dentre os eleitos ao Senado, a vereança era o cargo prévio de 6,5% em 1990, 3,7% em 1994 e em 1998, 1,9% em 2002, sem encontrar caso em 2006. A média do período 1990-2006 foi de 3,1%.

3.2 Indicadores de desempenho dos eleitos

Esta seção está concentrada nos 19 que conquistaram o mandato de deputado no período 2002-2010. A intenção é relacionar as variáveis que foram utilizadas no capítulo anterior (município, partido, posicionamento na lista, número de mandato e experiência de concorrer a deputado) a esse contingente de vereadores bem sucedidos para ver o perfil que eles apresentam, assim como compará-lo ao conjunto dos vereadores candidatos.

Tabela 58 - Vereadores eleitos deputado por grandeza eleitoral dos municípios em que exerciam o mandato (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N			%		
	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral
+ 100	4	13	17	100	86,7	76,5
50 a 100	-	2	2	-	13,3	23,5
Até 50	-	-	-	-	-	-
Total	4	15	19	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 59 - Municípios dos vereadores eleitos deputado (RS, 2002-2010)

Município	N			%		
	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral
Porto Alegre	2	7	9	50,0	46,7	47,4
Canoas	1	1	2	25,0	6,7	10,5
Caxias do Sul	1	-	1	25,0	-	5,3
Cachoeira do Sul	-	1	1	-	6,7	5,3
Santa Maria	-	1	1	-	6,7	5,3
Passo Fundo	-	1	1	-	6,7	5,3
Santa Cruz do Sul	-	1	1	-	6,7	5,3
Rio Grande	-	1	1	-	6,7	5,3
Pelotas	-	1	1	-	6,7	5,3
São Leopoldo	-	1	1	-	6,7	5,3
Total	4	15	19	26,7	78,9	100

Fonte: TRE-RS

Os dados das tab. 58 e 59 confirmam a expectativa da pesquisa e não chegam a surpreender: o tamanho eleitoral do município em que o vereador exerce o mandato é um fator decisivo para aqueles que foram eleitos. Dos 19 que tiveram sucesso, 17 ou 76,5% eram de municípios com mais de 100 mil votantes. O

destaque é para Porto Alegre, maior colégio eleitoral do estado, de onde procedem nove (dois deputados federais e sete estaduais), quase 50% dos eleitos. Canoas, com um deputado federal e um estadual; e Caxias do Sul e Pelotas, com um deputado estadual eleito cada, contribuem com esse contingente, além de quatro deputados estaduais provenientes de: Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo e Passo Fundo. Dos municípios que apresentaram de 50 a 100 mil votantes – Santa Cruz do Sul e Cachoeira do Sul – vieram os outros dois vereadores eleitos¹⁸.

A registrar que os municípios com menos de 50 mil eleitores não elegeram nenhum vereador deputado; assim como, que todos os que foram eleitos deputado federal provinham de municípios com mais de 100 mil eleitores (Porto Alegre, Caxias do Sul e Canoas, respectivamente primeiro, segundo e quarto maior colégio eleitoral do estado), a indicar, mais uma vez, a maior restrição do cargo de deputado federal.

A contundência dos dados dispensaria qualquer outra análise, mas com vistas a esgotar as possibilidades de comparação, as tabelas a seguir relacionam o perfil dos eleitos e dos não eleitos, a partir da variável “tamanho eleitoral do município”.

Tabela 60 - Vereadores candidatos a deputado por grandeza eleitoral dos municípios em que exerciam o mandato (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
+ 100	17	148	165	89,5	45,0	47,4
50 a 100	2	64	66	10,5	19,5	19,0
Até 50	-	117	117	-	35,6	33,6
Total	19	329	348	100	100,1	100

Fonte: TRE-RS

¹⁸ Se forem incorporados aqueles suplentes que vieram a exercer os cargos, o cenário não se modifica drasticamente: os deputados estaduais eram vereadores de Canoas (2), Caxias do Sul (2), Feliz (1), Gravataí (1), Pelotas (1), Porto Alegre (3), Rio Grande (1) e Viamão (1); os deputados federais, de Cruz Alta (1), Passo Fundo (1), Porto Alegre (1), Rio Grande (2) e Viamão (1). Apenas Cruz Alta e Feliz fogem ao padrão (tem entre 20 e 50 mil votantes).

Tabela 61 - Vereadores candidatos a deputado federal por resultado obtido e grandeza eleitoral dos municípios em que exerciam o mandato (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
+ 100	4	40	44	100	48,2	50,5
50 a 100	-	18	18	-	13,3	20,7
Até 50	-	25	25	-	-	28,7
Total	4	83	87	100	100	99,9

Fonte: TRE-RS

Tabela 62 - Vereadores candidatos a deputado estadual por resultado obtido e grandeza eleitoral dos municípios em que exerciam o mandato (RS, 2002-2010)

Votantes (em mil)	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
+ 100	13	108	121	86,7	43,9	46,4
50 a 100	2	46	48	13,3	18,7	18,4
Até 50	-	92	92	-	37,3	35,2
Total	15	246	261	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Como mostram as tab. 60 a 62, o índice de participação dos municípios maiores (mais de 100 mil votantes) entre os eleitos é pelo menos o dobro do que o registrado entre os não eleitos. Tal diferença produz efeitos nos municípios médios, cujos índices entre eleitos e não eleitos se aproximam um pouco apenas no caso dos deputados estaduais (13,3% nos primeiros e 18,7% nos segundos). No caso dos municípios pequenos, que não elegeram nenhum deputado, obviamente, a diferença é total.

Tabela 63 - Partidos dos vereadores eleitos deputado (RS, 2002-2010)

Partido	N			%		
	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral
PT	-	6	6	-	100	100
PCdoB	2	1	3	66,7	33,3	100
PTB	1	2	3	33,3	66,7	100
PMDB	1	1	2	50,0	50,0	100
PDT	-	2	2	-	100	100
PFL/DEM	-	1	1	100	-	100
PSDB	-	1	1	100	-	100
PPS	-	1	1	100	-	100
Total	4	15	19	21,1	78,9	100

Fonte: TRE-RS

Os 19 vereadores que conquistaram o mandato de deputado pertenciam a oito partidos diferentes, com destaque ao PT, responsável por quase um terço dessas vitórias (seis), seguido por: PCdoB e PTB (três); PMDB e PDT (dois); PFL/DEM, PSDB e PPS (um). No caso dos deputados federais, alcançaram eleição apenas vereadores de: PCdoB (dois); PTB e PMDB (um). No dos deputados estaduais, houve mais partidos que conseguiram eleger vereadores: PT, PCdoB, PTB, PMDB, PDT, PSDB, PPS. Registre-se, ainda, que todas as legendas que conseguiram eleger um vereador deputado federal também o fizeram para estadual.

Dentre os 17 partidos que apresentaram vereadores candidatos, a maioria (nove) não conseguiu eleger nenhum deles, caso de: PPB/PP, PSB, PHS, PL, PSOL, PV, PTdoB, PR e PRB.

Partido	% aproveitamento		
	Dep. Federal	Dep. Estadual	Geral
PCdoB	33,3	7,1	15,0
PT	-	12,8	10,7
PTB	10,0	8,0	8,6
PMDB	12,5	3,0	4,9
PDT	-	5,7	4,3
PFL/DEM	-	4,5	4,0
PSDB	-	4,3	3,2
PPS	-	14,3	8,3

Fonte: TRE-RS

Quadro 11 - Percentual de vereadores eleitos em relação ao total de vereadores lançados candidato a deputado por partido (RS, 2002-2010)

Em termos de aproveitamento, ou seja, do cálculo do percentual de vereadores eleitos em relação ao total de vereadores lançados candidatos em cada partido, observa-se que o PCdoB foi quem obteve mais alto rendimento: no cômputo geral, 15% dos vereadores foram eleitos; no caso dos deputados federais esse índice chega a 33,3% e é de 7,1% no dos estaduais. Lembra-se que este foi o partido que mais investiu em vereadores dentre os seus candidatos (40%). O PT é a outra legenda que ultrapassa a marca de 10%: no conjunto dos vereadores candidatos a deputados, o índice de sucesso chegou a 10,7%, sendo de 12,8% no caso do dos estaduais, sem registrar vereador eleito nos pretendentes à Câmara dos Deputados. Na sequência aparecem: PTB (8,6% de aproveitamento, com 10%

dentre os candidatos a deputado federal e 8% no dos estaduais) e PPS (8,3%, com 14,3% dentre os pretendentes a deputado estadual, sem sucesso dentre os a federal). Com desempenhos mais modestos, figuram: PMDB (4,9%), PDT (4,3%), PFL/DEM (4%) e PSDB (3,2%), sendo que todos elegeram somente deputados estaduais.

Tabela 64 - Posicionamento na lista quando escolhidos vereador daqueles que se elegeram deputado de 2002 a 2010 (RS, 2000-2008)

Posição	N			%		
	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral
1º	2	8	10	50,0	53,3	52,6
2º	-	4	4	-	26,7	21,1
3º ou +	2	3	5	50,0	20,0	26,3
Total	4	15	19	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Da mesma forma, dentre os eleitos há um predomínio dos vereadores que ficaram em primeiro lugar na lista pela qual concorreram na disputa municipal (52,6% na geral, sem variação importante entre os cargos, pois dentre os deputados federais o índice é de 50% e de 53,3% dentre os deputados estaduais). Aqueles que ficaram em segundo lugar totalizam 21,1%, sendo que apenas vereadores candidatos a deputado estadual o conseguiram. Os vereadores colocados em terceiro ou mais foram eleitos em 26,3% dos casos, sendo mais comum no caso dos deputados federais (50%) do que nos deputados estaduais (20%).

Recorda-se, no entanto, que esses índices não divergem muito daqueles registrados no conjunto dos vereadores candidatos, que eram: 48% para os que haviam ficado em primeiro lugar na lista, 27% para os segundo e 25% para os terceiro. A comparação entre os percentuais dos eleitos e dos não eleitos ajuda a explicitar essa situação.

Tabela 65 - Vereadores candidatos a deputado por resultado obtido no período 2002-2010 e posicionamento na lista quando escolhidos vereador (RS, 2000-2008)

Posição	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
1º	10	157	167	52,6	47,7	48,0
2º	4	90	94	21,1	27,4	27,0
3º ou +	5	82	87	26,3	24,9	25,0
Total	19	329	348	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 66 - Vereadores candidatos a deputado federal por resultado obtido no período 2002-2010 e posicionamento na lista quando escolhidos vereador (RS, 2000-2008)

Posição	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
1º	2	40	42	50,0	48,2	48,3
2º	-	29	29	-	35,0	33,3
3º ou +	2	14	16	50,0	16,9	18,4
Total	4	83	87	100	100,1	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 67 - Vereadores candidatos a deputado estadual por resultado obtido no período 2002-2010 e posicionamento na lista quando escolhidos vereador (RS, 2000-2008)

Posição	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
1º	8	117	125	53,3	47,6	47,9
2º	4	61	65	26,7	24,8	24,9
3º ou +	3	68	71	20,0	27,6	27,2
Total	15	246	261	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Em relação às comparações propiciadas pelas tab. 65 a 67, pode-se verificar que, ainda que o desempenho dos candidatos eleitos e que haviam ficado em primeiro na lista nas eleições municipais seja melhor do que o dos não eleitos, essa diferença não é robusta: 52,6% a 47,7% na geral, 50% a 48,2% entre os candidatos a deputado federal e 53,3% entre os pretendentes a deputado estadual. O mesmo se repete no caso das demais categorias de posicionamento na lista, com exceção dos deputados federais. Porém, nesse caso, como se tratam de somente dois eleitos a situação pode ser considerada contingencial e não passível de generalização.

Tabela 68 - Número de mandatos exercidos pelos vereadores eleitos deputado (RS, 2002-2010)

Mandatos	N			%		
	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral
1	3	7	10	75,0	46,7	52,6
2	1	6	7	25,0	40,0	36,8
3 ou +	-	2	2	-	13,3	10,5
Total	4	15	19	100	100	99,9

Fonte: TRE-RS

Quando o critério é o número de mandatos, o cenário é o mesmo: a maioria dos vereadores eleitos deputados estava em primeiro mandato (52,6%), o que é mais intenso dentre os que chegaram a deputado federal (75%) do que estadual (46,7%). Aqueles que estavam no segundo mandato respondem por 36,8% (25% no caso dos deputados federais e 40% no dos estaduais). Logo, é residual o percentual de vereadores em terceiro mandato ou mais que conseguiram se eleger deputados: 10,5% no geral, nenhum no caso dos federais e 13,3% no dos estaduais.

Tabela 69 - Vereadores candidatos a deputado por resultado obtido no período e número de mandatos na Câmara Municipal (RS, 2002-2010)

Mandatos	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
1	10	134	144	52,6	40,7	41,4
2	7	107	114	36,8	32,5	32,8
3 ou +	2	88	90	10,5	26,7	25,9
Total	19	329	348	99,9	99,9	100,1

Fonte: TRE-RS

Tabela 70 - Vereadores candidatos a deputado federal por resultado obtido no período e número de mandatos na Câmara Municipal (RS, 2002-2010)

Mandatos	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
1	3	34	37	75,0	41,0	42,5
2	1	31	32	25,0	37,3	36,8
3 ou +	-	18	18	-	21,7	20,7
Total	4	83	87	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 71 - Vereadores candidatos a deputado estadual por resultado obtido no período e número de mandatos na Câmara Municipal (RS, 2002-2010)

Mandatos	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
1	7	100	107	46,7	40,7	41,0
2	6	76	82	40,0	30,9	31,4
3 ou +	2	70	72	13,3	28,5	27,6
Total	15	246	261	100	100,1	100

Fonte: TRE-RS

Como mostram as tab.69 a 71, há uma participação mais significativa dos eleitos que estão em primeiro mandato em relação aos não eleitos, a indicar a importância de ser estreado na Câmara Municipal (52,6% a 40,7% na geral; 75% a 41% dentre os deputado federal; 46,7% a 40,7% dentre os deputado estadual). Ao contrário, os que têm três ou mais mandatos apresentam uma participação menor entre os eleitos do que os não eleitos (52,6% a 40,7% na geral; zero a 21,7% dentre os deputado federal; 13,3% a 28,5% dentre os deputado estadual).

Esses percentuais divergem do cenário dos vereadores candidatos, tanto no cômputo geral, quando na divisão por cargo. Há o crescimento daqueles em primeiro mandato, bem como dos em segundo mandato (com exceção do caso dos deputados federais) e a queda daqueles mais experientes. Parece se confirmar, ao menos para esses casos, a classificação de Maluf (2006): a existência de “vereador permanente”, quem se elege para no mínimo quatro mandatos, não tendo sido eleito para qualquer outro cargo eletivo, ainda que o tenha disputado, ou seja, cuja carreira política se circunscreve totalmente ou quase totalmente à própria Câmara Municipal.

Tabela 72 - Vereadores eleitos deputado e experiência anterior em concorrer ao cargo (RS, 2002-2010)

Experiência	N			%		
	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral	Dep. Fed.	Dep. Est.	Geral
Sim	1	7	8	25,0	46,7	42,1
Não	3	8	11	75,0	53,3	57,9
Total	4	15	19	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No que tange à experiência pregressa como candidato a deputado dos vereadores que conseguiram se eleger, deve-se destacar que, dentre os estaduais, quase metade (46,7%) já havia concorrido anteriormente, índice bem acima da experiência dos vereadores pretendentes a esse cargo (24,9%). O mesmo não se pode afirmar dos eleitos deputado federal, pois há quase coincidência entre os índices (25% e 31%)¹⁹. Em razão da diferença entre os deputados estaduais, o cenário se repete no cômputo geral.

Tabela 73 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado e a experiência anterior de concorrer ao cargo (RS, 2002-2010)

Experiência	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
Sim	8	84	92	42,1	25,5	26,4
Não	11	245	256	57,9	74,5	73,6
Total	19	329	348	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 74 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado federal e a experiência anterior de concorrer ao cargo (RS, 2002-2010)

Experiência	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
Sim	1	26	27	25,0	31,3	31,0
Não	3	57	60	75,0	68,7	69,0
Total	4	83	87	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 75 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual e a experiência anterior de concorrer ao cargo (RS, 2002-2010)

Experiência	N			%		
	Eleito	Não eleito	Geral	Eleito	Não eleito	Geral
Sim	7	58	65	46,7	23,6	24,9
Não	8	188	196	53,3	76,4	75,1
Total	15	246	261	100	100	100

Fonte: TRE-RS

¹⁹ Como se tratam só de quatro casos, as possibilidades de resultados eram: zero, 25%, 50%, 75% e 100%.

As tab. 73 a 75 confirmam a percepção descrita acima: a experiência acabou sendo mais relevante para a eleição dentre os vereadores candidatos a deputado estadual do que dentre os federais e, por consequência, no cômputo geral. Enquanto 46,7% dos eleitos à Assembleia Legislativa já haviam concorrido ao cargo, dentre os não eleitos o índice é de 23,6%; dentre os pretendentes a deputado federal, ao contrário, os eleitos com experiência prévia eram 25% e os não eleitos, 31,3%.

No que tange ao cruzamento das variáveis, cabe destacar que, como há apenas 19 casos de vereadores eleitos deputado, qualquer relação a ser estabelecida tem limitada validade. No caso de testar a vinculação entre partidos e grandeza dos municípios, isto é desnecessário, seja porque a maior parte das legendas elegeu apenas um vereador, seja porque em apenas dois casos eles não eram de um município com mais de 100 mil votantes. Logo, todos os partidos elegeram vereadores de municípios grandes, inclusive o PT e seus seis casos. A exceção é o PFL/DEM, cujo vereador era de um município médio e o PTB, que um dos três eleitos também era de um município médio.

O mesmo pode ser dito da vinculação entre tamanho do município e número de mandatos dos eleitos: os dois únicos que exerciam o cargo em municípios médios estavam em primeiro mandato, logo todos os demais estão vinculados a municípios grandes, os quais se distribuem de modo muito semelhante à média geral: 47% dos vereadores eleitos em municípios grandes estão no primeiro mandato, 41,2% no segundo e 11,8% no terceiro.

Da mesma forma, em termos de posicionamento na lista, os dois que eram vereadores de municípios médios haviam ficado ou em primeiro lugar ou em terceiro ou mais da lista; os dos municípios grandes, 52,9% eram os líderes; 23,5% eram segundo ou estavam a partir do terceiro lugar. Novamente, esses índices são muito semelhantes à média geral. E todos os vereadores eleitos estavam vinculados a municípios com mais de 100 mil votantes.

No que se refere aos partidos, o que se pode dizer sobre aqueles que elegeram mais de um vereador é que não se apresenta um padrão único. Assim, PTB teve um que havia ficado em segundo lugar na lista e dois em terceiro; dois em primeiro mandato e um em segundo. PCdoB, um em primeiro lugar na lista, um em segundo e um em terceiro; dois em primeiro mandato e um em segundo. Já o PT, que elegeu seis vereadores, quatro haviam liderado a lista, um havia sido o segundo

e um o terceiro; três estavam em primeiro mandato, dois em segundo e um em terceiro ou mais. Em termos de experiência anterior, apenas um vereador de cada partido já havia disputado um pleito desse tipo antes, ou seja, um em três para PTB e PCdoB, e um em seis para PT.

Ao cruzarem-se os requisitos políticos dos eleitos, verifica-se que metade dos primeiros da lista estava em primeiro mandato (cinco em 10 situações), mas que os terceiros colocados também têm a predominância de iniciantes (60% ou três em cinco). A situação só se altera no caso dos segundos colocados nas listas, nos quais predominam os vereadores em segundo mandato (75%). Porém, estamos falando de quatro casos.

Dos oito vereadores eleitos que já haviam participado de pleitos do gênero antes, quatro haviam ficado em primeiro lugar na lista, três em segundo e um em terceiro ou mais; um estava em primeiro mandato, cinco em segundo e dois em terceiro, situações que condizem com a expectativa de que vereadores com mais mandato tivessem a possibilidade de ter concorrido anteriormente²⁰.

3.3 Os Eleitos em detalhes

Esta seção procura promover uma análise calcada na identificação de quem foram os vereadores eleitos e na apreciação de algumas das características apresentadas por eles. Inicialmente, será dada atenção aos quatro que conseguiram se eleger deputado federal e, posteriormente, aos 15 que conquistaram um lugar na Assembleia Legislativa.

El.	Candidato	Município	Partido	Vereador		Dep. Fed.		
				Man dato	% Votos	Lista	% Votos	Lista
2006	Ibsen Pinheiro	Porto Alegre	PMDB	2	2,89	1	1,14	5
2006	Manuela D'Ávila	Porto Alegre	PCdoB	1	1,19	5	4,04	1
2006	Luis Carlos Busato	Canoas	PTB	1	1,66	3	0,67	3
2010	Assis Silva Melo	Caxias do Sul	PCdoB	1	3,18	1	0,68	3

Fonte: TRE-RS

Quadro 12 - Vereadores eleitos deputado federal (RS, 2002-2010)

²⁰ E o caso do vereador em primeiro mandato não se trata de um iniciante, e sim de alguém que estreava como vereador após ter sido deputado estadual (Paulo Odone).

Destes, três foram eleitos em 2006, e o outro em 2010. Nas eleições de 2006, o maior número de casos deu-se em Porto Alegre, pois Ibsen Pinheiro (PMDB) e Manuela D'Ávila (PCdoB) saíram da Câmara Municipal da capital gaúcha para a Câmara dos Deputados. Também foi eleito nessa oportunidade o vereador de Canoas, Luis Carlos Busato (PTB). No pleito de 2010, teve sucesso Assis Melo (PCdoB), de Caxias do Sul.

A destacar-se que esses quatro vereadores tinham como base os maiores colégios eleitorais do estado: Porto Alegre (primeiro), Caxias do Sul (segundo) e Canoas (quarto). Apenas os vereadores de Pelotas (terceiro) que concorreram não obtiveram sucesso.

Na mesma medida, eles não migraram de partido entre a conquista do mandato como vereadores e a apresentação como candidato a deputado federal. E, com exceção de Ibsen Pinheiro, então em segundo mandato, todos estreavam no legislativo municipal.

No entanto, por uma série de fatores, o caso do vereador peemedebista deve ser relativizado. Apesar de exercer somente o segundo mandato, Ibsen Pinheiro estava longe de ser um “novato” na política. Em realidade, tratava-se da retomada da carreira de parte de um quadro destacado no cenário nacional²¹, que chegara a ocupar a presidência da Câmara dos Deputados e, nessa condição, fora figura chave no processo que redundou no impeachment do presidente Fernando Collor de Melo.

Ibsen iniciou sua carreira política como vereador de Porto Alegre pelo MDB, tendo sido eleito em 1976. No pleito imediatamente posterior (1978) se elegeu deputado estadual, ainda pelo MDB, cargo que exerceu por um mandato, entre 1979 e 1983. Na eleição seguinte, em 1982, elegeu-se deputado federal pelo PMDB, posto para o qual foi eleito sucessivamente em mais duas oportunidades e que ocupou até 1994, quando teve seu mandato cassado pela acusação de participar de escândalo de corrupção²². Afastado da carreira política desde então, para ele concorrer e obter o mandato de vereador em 2004 foi muito mais um passo para voltar ao Congresso Nacional – tentado sem sucesso em 2002, quando recuperou

²¹ A situação dele é semelhante a de Jair Soares, referenciada por Marengo dos Santos (2000, p.99), que deixou a Câmara de Vereadores de Porto Alegre em 1994 para ser deputado federal, mas antes exercera cargos como o de governador do Rio Grande do Sul, secretário estadual e ministro.

²² Sobre a cassação, ver: Teixeira (1998). O processo contra o ex-deputado foi arquivado pelo Supremo Tribunal Federal em 2000 (CONGRESSO EM FOCO, 08 set. 2010).

os direitos políticos – do que uma intenção genuína de ser vereador da capital²³ (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013f; CONGRESSO EM FOCO, 2010).

Em destaque, também, o fato de que metade dos vereadores eleitos deputados federais pertenciam ao PCdoB. Este é um indício do sucesso da estratégia adotada por esse partido de coligar com siglas competitivas para “pegar carona” em uma lista forte, associada ao fato de lançar poucos candidatos e de investir naqueles que estavam em exercício de mandato como vereador, que tinham trajetória política recente e atuavam em municípios populosos.

O caso de Manuela D’Ávila em 2006 é impar, nesse sentido. Formada em jornalismo, ligada ao movimento estudantil, ela foi a mais jovem vereadora da história de Porto Alegre e conquistou este posto ao ficar em quinto lugar na sua lista²⁴. Ainda em primeiro mandato, lançou-se candidata à Câmara dos Deputados e foi a mais votada do Rio Grande do Sul (271.939 votos ou 4,07% dos válidos). O parceiro líder da coligação formada para esse pleito foi o PT, o partido que mais votos conquistou (16,87% ou 1.126.732 milhões). A coligação entre esses partidos se mostrou vantajosa para ambos, pois elegeu oito deputados, formando a maior bancada entre os gaúchos, com sete petistas e a candidata do PCdoB. A que se ressaltar, no entanto, que a votação individual da candidata seria suficiente para que o partido obtivesse a vaga, ainda que concorresse de modo avulso.

O outro vereador a se eleger sob a sigla comunista foi o caxiense Assis Silva Melo, vinculado ao movimento sindical dos metalúrgicos. Também cumprindo primeiro mandato, ele se elegera na primeira posição de sua lista em 2008 (bem como foi o candidato mais votado do município) (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013g). Com desempenho eleitoral modesto ao concorrer a deputado federal (0,68% dos votos válidos ou 47.141 votos), a estratégia do partido ajuda a explicar o sucesso desse vereador na conquista da cadeira. Contando com Manuela D’Ávila no seu plantel (mais uma vez a recordista no Rio Grande do Sul, com 482.950 votos) mais 11 candidatos, o partido acabou se coligando a PR e PSB. Essa coligação elegeu cinco deputados: três do PSB e dois do PCdoB. A estratégia

²³ Ibsen cumpriu o mandato de deputado federal na legislatura 2006-2011, mas desistiu de concorrer à reeleição em 2012. Na ocasião, afirmou: “desisti porque não tolero mais este sistema eleitoral. Especialmente o financiamento privado das campanhas, que nos obriga a pedir contribuições sem saber a ficha policial do doador. Já caí numa esparrela uma vez, e não quero cair em outra” (PODER ONLINE, 28 out. 2010).

²⁴ Em 2004, Manuela concorreu pela Frente Popular, coligação formada por sete partidos (PT, PSL, PTN, PCB, PL, PMN e PCdoB) que conquistou 12 cadeiras para a Câmara Municipal de Porto Alegre. Essas vagas foram ocupadas por: PT (oito), PCdoB (duas), PL (uma) e PSL (uma).

do partido mostrou-se satisfatória, pois o PSB tinha em suas fileiras dois nomes bastante importantes na política gaúcha e nacional que acabaram se elegendo: Beto Albuquerque, eleito deputado estadual em 1990 e em 1994, deputado federal em 1998 e em 2002; e José Luiz Stédille, duas vezes prefeito de Cachoeirinha e irmão de João Pedro, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Embalado pela votação expressiva de Manuela D'Ávila em 2006 e pela perspectiva de ampliar a bancada a partir do desempenho dessa candidata – o que se confirmou em 2010, ressalva-se, pois foram eleitos dois deputados federais –, o PCdoB aumentou o número de candidatos próprios nas eleições de 2010. Em 2006 haviam sido apenas dois (Manuela e mais um) e, em 2010, passaram a ser 12. Como reflexo dessa estratégia, o PCdoB também aumentou o número de vereadores candidatos: de um em 2006 (a própria Manuela) passou para quatro em 2010 (Juliano Roso, de Passo Fundo; Julio Cezar Jorge Martins, de Rio Grande; Andre Cassio da Silva Oliveira, de Capão Bonito do Sul).

Se os dois vereadores eleitos pelo PCdoB têm a trajetória ligada ao que Bourdieu (1989) chama de “capital coletivo”, no caso os movimentos estudantil e sindical, o vereador do PTB, Luis Carlos Busato, com atuação em Canoas, é arquiteto e professor universitário, e tinha uma carreira política razoavelmente curta. Ele teve atuação prévia como líder estudantil, mas se projetou para se eleger vereador e, ainda no exercício do primeiro mandato, deputado federal, ao exercer o cargo de secretário municipal de Obras, em Canoas. Conquistou o mandato ao ser o terceiro colocado em uma coligação (PTB-PMN), tendo se beneficiado da votação da lista, pois os 44.472 votos somados eram quase a metade da quantidade acumulada pelo segundo colocado (Paulo Roberto Gouveia, 84.123). Na prática, aliás, a coligação era sustentada pelo PTB, pois o PMN lançou apenas um candidato, o qual ficou em 26º lugar de uma lista composta por 29 nomes (BUSATO, 2013; WIKIPEDIA, 2013)²⁵.

²⁵ Busato se reelegeu em 2010, tendo mantido o terceiro lugar na lista, apesar de praticamente ter dobrado a votação (85.832) (TRE-RS, 2013). Licenciou-se do cargo em 2011 para ser Secretário Estadual de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, no governo Tarso Genro (PT) (BUSATO, 2013).

El.	Candidato	Município	Partido	Vereador			Dep. Est.	
				Mand.	% Voto	Lista	% Voto	Lista
2002	Marlon Santos da Rosa	Cachoeira Sul	PFL	1	3,57	1	0,55	1
	Luiz Fernando Záchia	Porto Alegre	PMDB	3	1,31	1	0,80	2
	Paulo Cesar Brum	Porto Alegre	PSDB	2	0,83	3	0,48	3
	Estilac Xavier	Porto Alegre	PT	1	1,23	3	0,56	12
	Fabiano Pereira	Santa Maria	PT	1	1,45	2	0,41	14
2006	Jorge Cassiá Carpes	Porto Alegre	PTB	2	0,99	2	0,35	5
	Paulo Odone	Porto Alegre	PPS	1	1,02	1	1,25	1
	Raul Carrion	Porto Alegre	PCdoB	2	1,46	2	0,62	7
2010	Dr. Basegio	Passo Fundo	PDT	2	2,37	2	0,58	6
	Juliana Brizola	Porto Alegre	PDT	1	1,06	1	0,99	1
	Marcelo Moraes	Santa Cruz	PTB	1	2,02	3	0,52	4
	Alexandre Lindenmeyer	Rio Grande	PT	1	5,78	1	0,62	12
	Ana Affonso	São Leopoldo	PT	2	3,09	1	0,62	13
	Miriam Marroni	Pelotas	PT	3	2,79	1	0,73	9
	Nelsinho Metalúgico	Canoas	PT	2	1,94	1	0,60	14

Fonte: TRE-RS

Quadro 13 - Vereadores eleitos deputado estadual (RS, 2002-2010)

Na primeira eleição analisada pelo trabalho, a de 2002, os vereadores que conseguiram se eleger deputado estadual mostram a importância do município para o prosseguimento da carreira política desses atores. A capital do estado e maior colégio eleitoral do estado, Porto Alegre, foi a responsável por três dos cinco casos (Estilac Xavier, PT; Luiz Fernando Záchia, PMDB; e Paulo César Brum, PSDB). Os outros dois eleitos vieram de Santa Maria (Fabiano Pereira) e de Cachoeira do Sul (Marlon Rosa), o 15º maior colégio eleitoral do estado nesse pleito.

Os cinco candidatos ficaram entre os três melhores da lista pela qual concorriam a vereador, sendo que Záchia e Marlon Santos encabeçaram suas listas, e o segundo foi também o vereador com maior percentual de votos conquistados no município entre aqueles analisados, com 3,57%.

Outra variável revela que três vereadores estavam em primeiro mandato (Marlon Santos, Estilac Xavier e Fabiano Pereira), enquanto apenas Paulo Brum (segundo mandato) e Luiz Fernando Záchia (terceiro mandato) vinham de uma trajetória mais longa. Este exercia mandato desde 1993 em Porto Alegre. Por fim, é importante destacar, também, que nenhum dos eleitos mudou de partido, com exceção de Paulo Brum, que deixou o PTB e passou para o PSDB.

Ao abordar os vereadores gaúchos que conseguiram se eleger deputados, Noll e Leal (2008) registraram que eles agregam outros “capitais”, além de serem simplesmente vereadores. Ao se fazer esse exercício para o conjunto dos vereadores eleitos deputado estadual, pode-se recorrer ao suporte analítico

propiciado por Bourdieu e utilizado por autores como Miguel (2003) e Marengo dos Santos (2000).

Um primeiro grupo desses vereadores é formado por aqueles que convertem em capital político a notoriedade obtida fora desse campo, o que os leva a terem carreiras mais curtas, laços menos efetivos com partidos e a estarem vinculados menos às legendas de esquerda. Pelo menos oito dos 15 aqui considerados podem ser inseridos nesse conjunto.

Marlon Santos atuava desde os 22 anos como médium, tendo se destacado por realizar curas e cirurgias astrais. Ao ingressar na política, aos 24 anos, deu início a uma carreira ascendente: em 2000 se elegeu vereador, dois anos depois se tornou deputado estadual²⁶ (ALERGS, 2013b).

Cassia Carpes soma capital de notoriedade pessoal em outros campos, no caso, o futebol (foi jogador profissional de grandes equipes nacionais, como Grêmio, Santos, Bahia e Curitiba; também atuou como treinador de, entre várias equipes, Grêmio, Internacional e Juventude) O primeiro cargo eletivo que exerceu foi o de vereador de Porto Alegre em 2000. Reelegeu-se em 2004. À trajetória no futebol, agregou o cargo de Secretário Municipal de Viação e Obras, exercido no primeiro governo de José Fogaça como prefeito da capital (2005-2008), o que o fez se licenciar da Câmara. Porém, essa nova atividade agregou capital político para se tornar, em 2006, deputado estadual (CASSIA CARPES, 2013).

O caso de Paulo Odone é ainda mais significativo: com larga trajetória como dirigente do Grêmio Futebol Porto-alegrense, o que rende notoriedade e reconhecimento, ele já tinha uma trajetória política anterior – havia sido deputado estadual eleito em 1994 e 1998²⁷ – e, após um tempo sem mandato (tentara sem sucesso ser deputado federal em 2002), fez do cargo de vereador, obtido em 2004, um trampolim para a retomada da carreira (PAULO ODONE, 2013). Sobre políticos nessa situação, Maluf (2006, p.116) anota que “a câmara caracteriza-se como um

²⁶ Na continuidade da carreira, e para além do recorte desse trabalho, tornou-se prefeito de Cachoeira do Sul, em 2004, ou seja, em quatro anos venceu três eleições e passou por três cargos (vereador, 2000; deputado estadual, 2002; prefeito, 2004). Em 2008 tentou sem sucesso a reeleição como prefeito e, depois de dois anos sem mandato e de ter trocado o DEM pelo PDT, ficou como primeiro suplente do partido na Assembleia Legislativa. Tomou posse desde o início da legislatura 2011-2015 e atualmente exerce o cargo de deputado estadual, em razão da licença de Ciro Simoni, indicado Secretário Estadual de Saúde no governo Tarso Genro (PT) (ALERGS, 2013b).

²⁷ Suplente em 1990, assumira o cargo em 1992.

espaço de re-aglutinação de formas a fim de que tenham condições de buscar nova ascensão na carreira, ou mesmo para encerrá-la com algum retorno político”²⁸.

Mais um dos vereadores eleitos deputado estadual que apresenta as características de “capital pessoal convertido” é Diógenes Basegio, o Dr. Basegio, médico e professor universitário, com forte ativismo na área da saúde – foi diretor de hospital, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, da Associação Médica regional e membro do Conselho Municipal de Saúde de seu município. Como escreveu em seu blog de candidato a deputado federal, em 2006, “bem antes de ser vereador em Passo Fundo, ele já conscientizava as pessoas sobre a prevenção do câncer de mama. Hoje seu trabalho é reconhecido nas ruas por onde passa, ele ajudou a mudar a vida de centenas senão milhares de pessoas” (DR. DIÓGENES BASEGIO, 2013).

Já reconhecido na profissão e em plena maturidade, obteve seu primeiro mandato em 2004 como vereador pelo PDT. Dois anos depois ficou como primeiro suplente de deputado federal pelo mesmo partido. Chegou a tomar posse em caráter provisório em 2007 no lugar de Enio Bacci, nomeado secretário estadual do governo Yeda Crusius. Porém, com o desentendimento de Bacci com o governo Yeda e o consequente retorno dele à Câmara dos Deputados, permaneceu pouco tempo em Brasília e, em razão da legislação, ficou também sem o cargo de vereador, ao qual havia renunciado para tomar posse como deputado federal. Assim, em 2008, voltou a se apresentar como candidato à Câmara Municipal, sendo novamente eleito. Em 2010, tornou-se deputado estadual, cargo que atualmente ocupa (ALERGS, 2013b).

No caso de Paulo Brum, há uma peculiaridade que o distingue dos demais: aos 18 anos, sofreu um acidente automobilístico e ficou paraplégico. Engajado na causa dos portadores de necessidades especiais, ele iniciou sua vinculação com a política ao coordenar, em 1986, a campanha a deputado federal de Ivo Lech (PTB), também cadeirante. A partir de 1987, trabalhou como assessor parlamentar de Sérgio Zambiasi. Concorreu pela primeira vez em 1992, pelo PTB, tendo ficado na suplência de vereador em Porto Alegre. Assumiu ainda naquela legislatura (1995) e, em 1996, conquistou o primeiro mandato. Foi reeleito em 2000 e, em 2002, chegou à Assembleia Legislativa, já pelo PSDB. Há uma interessante declaração dele, segundo a qual “legisla em causa própria”, em referência à ausência de normas que

²⁸ Reelegido em 2010, continua a exercer o cargo de deputado estadual, o qual até o final de 2012 acumulou com o de presidente do Grêmio.

protejam e auxiliem os portadores de necessidades especiais e à proposta de defender esses direitos (LAUX, 2012; MARCHAND, 2007)²⁹.

Há ainda nesse grupo aqueles que têm na família o seu principal patrimônio. Como pondera Grill (2004, p.160): “o vínculo de parentesco atua tanto como uma fonte de crédito de notoriedade pessoal quanto como um processo de investidura da instituição familiar”. O mesmo autor explica, também, que

o parentesco na política adquire eficácia e legitimidade para estes agentes e para as suas ‘famílias’ por três associações que são acionadas entre seus itinerários e os trunfos derivados dos laços familiares. Em primeiro lugar a possibilidade de maximizar o reconhecimento desfrutado pela família e sua inscrição na memória política local por meio da valorização do ‘nome da família’, da ‘imagem da família’ e dos ‘feitos da família’. Em segundo lugar, a diferenciação entre os pares, viabilizadas pela familiaridade com o meio, pela sociabilidade com a política e com os políticos na esfera doméstica e pela precocidade do contato com rituais e linguagens que marcam o funcionamento da esfera. E, finalmente, em decorrência destas duas modalidades de trunfos (derivados do reconhecimento e da familiaridade), observa-se acessos (a postos, nominatas, cargos, órgãos, imprensa, etc.) possibilitados pelos vínculos de parentesco que incidem sobre o potencial de trânsito destes agentes no espaço social e político (GRILL, 2004, p.167).

Um desses casos é Juliana Brizola. Ao tomar posse na Assembleia Legislativa, afirmou “sou extremamente grata a todos os brizolistas deste estado que acreditam que posso dar continuidade às ideias de Leonel Brizola”, seu avô (MAIA, 2011). Advogada por formação, sempre esteve vinculada ao PDT, onde presidiu a Juventude Socialista. Seguindo os passos do avô, apresentou a educação como sua principal bandeira de luta. Iniciou a carreira política como Secretária Municipal de Juventude da capital, no primeiro governo José Fogaça (2005-2008), de onde partiu para ser vereadora em Porto Alegre, sua cidade de nascimento, em 2008. Dois anos depois se tornou deputada estadual, cargo que atualmente exerce (MAIA, 2011).

Na mesma linha, apesar de não ter familiares com carreira tão proeminente quanto Juliana, está Marcelo Moraes, filho do ex-prefeito e atual deputado federal Sérgio Moraes (PTB). A madrasta, Kelly Moraes, já atuou como deputada federal, deputada estadual e foi prefeita de Santa Cruz do Sul entre 2009-2012. Chegou à Assembleia Legislativa com 31 anos, após um mandato como vereador em sua

²⁹ Após o período em análise, foi reeleito deputado estadual em 2006, no entanto, sofreu um revés eleitoral em 2010, ao tentar o terceiro mandato como deputado estadual. Foi nomeado, em 2011, Secretário Municipal de Acessibilidade e Inclusão Social do governo José Fortunati. Elegeu-se vereador de Porto Alegre em 2012. Nesse período, deixou o PSDB e voltou ao PTB (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 2013).

cidade natal, obtido em 2008, onde também atuou como Secretário Municipal de transportes e serviços públicos (CÁCERES, 2011).

Algo semelhante é o caso de Luiz Fernando Záchia. Para o ingresso na carreira, iniciada em 1992, quando se elegeu vereador de Porto Alegre, contaram duas características. A primeira é a lembrança do pai, José Alexandre Záchia, ex-vereador de Porto Alegre e ex-deputado estadual. Como declarou em seu site pessoal, “recebo muito voto em função das relações do meu pai. Até hoje, mas principalmente em 1992 [seu primeiro pleito], recebi muito voto de confiança que foi homenagem ao meu pai” (ZACHIA, 2013).

A outra fonte de notoriedade de Záchia é o fato de ser muito identificado com o Sport Clube Internacional, do qual foi vice-presidente de futebol e 1º vice-presidente. Como declara em seu site pessoal, é um “aguerrido colorado”, embora exalte que “depois que comecei na política tive passagens curtas e ocasionais pela direção, em 1995 e 1999, mas já não mais no dia-a-dia do clube” (ZACHIA, 2013). Reelegeu-se em 1996 e em 2000. Durante o terceiro mandato, em 2002, elegeu-se deputado estadual³⁰.

O segundo grupo de vereadores que ascenderam a deputado estadual é formado pelos detentores de “capital político”, isto é, que se vinculam à instituição partidária e fazem desse vínculo a principal credencial para iniciar e sustentar a carreira política. O mais comum é que eles sejam encontrados em partidos de esquerda, como é o caso aqui, pois os seis vereadores do PT estão nessa situação.

Um exemplo é Estilac Xavier, que se tornou vereador e depois deputado após anos de trabalho no PT. Filiado ao PT desde 1984, começou no movimento estudantil da UFSM, sua cidade natal. Posteriormente, coordenou as campanhas vitoriosas do PT à Prefeitura de Porto Alegre de 1988, 1992 e 1996. Exerceu cargos de nomeação política na capital, como o de Secretário Municipal de Obras e Viação, até se tornar vereador (2000) e, em seguida, deputado estadual (2002), onde foi líder da bancada do partido (JORNAL DO COMÉRCIO, 12 dez. 2011). Ele corresponde à alocação endógena:

³⁰ Na continuidade da carreira política, foi líder da bancada do governo e da bancada do PMDB, presidiu a Assembleia Legislativa (2006), foi reeleito em 2006, licenciou-se em 2007 para exercer a chefia da Casa Civil do governo Yeda Crusius, tornou-se titular da Secretaria Estadual do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai), em 2008, mesmo ano em que retornou à Assembleia. Em 2010 não conseguiu se eleger deputado federal e, desde 2011, é Secretário Municipal do Meio Ambiente no governo de José Fortunati (ZACHIA, 2013).

a estrutura partidária fornece os meios necessários para a arregimentação eleitoral. Significa que para obtê-los, o aspirante à carreira deve adaptar-se às regras e diretrizes da organização. Neste caso, a indicação para uma candidatura segue um padrão *centrípeto*, premiando lealdades confirmadas após anos de dedicação ao partido. Carreiras adquirem a forma de um *cursus honorum*, em que ingressando nos níveis mais inferiores da hierarquia partidária, o tempo necessário para o aspirante percorrer, dos primeiros postos até uma cadeira parlamentar é, em regra, longo (MARENCO DOS SANTOS, 2000, p.38-39).

Seria o que, inspirado em Bourdieu (1989), Miguel (2003, p.121) chama de trajetória política ideal-típica de quem possui “capital delegado” pela instituição: “a carreira política faz-se paulatinamente, começando com os cargos eletivos mais baixos (Vereador); ou então, após longas estadas em cargos públicos ou partidários”³¹.

Fabiano Pereira também realizou a carreira no PT, tendo iniciado a militância no movimento estudantil, e nas pastorais e comunidades eclesiais de base da Igreja Católica. Elegeu-se vereador aos 26 anos e, dois anos depois, chegou à Assembleia Legislativa³² (FABIANO PEREIRA, 2013). Apesar da juventude, a trajetória anterior aponta para a vivência política e o treinamento específico para o exercício da função pública, de modo semelhante ao do correligionário Estilac Xavier³³.

Alexandre Lindenmeyer é advogado por formação, sempre esteve vinculado ao PT e iniciou a carreira política como candidato a vice-prefeito de Rio Grande em 1996 e a prefeito em 2000, ambas sem sucesso. Em 2007 tornou-se presidente do

³¹ Após esses dois sucessos eleitorais, ele ficou como quarto suplente em 2006 e, a partir de 2011, exerceu o cargo de Secretário do Governo de Tarso Genro até ser indicado pelo governador, no final de 2011, para o Tribunal de Contas do Estado, cargo que exerce atualmente (JORNAL DO COMÉRCIO. 12 dez. 2011). É importante destacar que este tipo de indicação trata-se claramente de uma “premiação” ou “recompensa” para os políticos que pensam na aposentadoria da carreira eleitoral, seja próprio interesse, seja pela perda de respaldo nas urnas (OLIVEIRA, 2009, p.92). Ao referir-se sobre o cargo equivalente a este, existente no município de São Paulo (Tribunal de Contas Municipal), Maluf (2006, p.62-63) anota que “em vários círculos da vida política paulistana, costuma-se dizer que o indivíduo designado para o cargo [...] recebia a indicação como prêmio de consolação por não conseguir se firmar eleitoralmente. Chamava-se de prêmio porque o designado tem vencimentos assegurados até o final de sua vida econômica ativa sem ter de se submeter à incerteza das eleições e, supostamente, nem ser muito exigido quanto ao conhecimento especializado apesar do que a lei orgânica determina, recebendo aposentadoria a partir dos 70 anos quando deixa o cargo compulsoriamente, além das garantias e as regalias durante o exercício do cargo. Por outro lado, o acréscimo da palavra consolação ao termo principal se deve à derrota nas urnas e a uma vida aparentemente menos ligada às grandes decisões (ou talvez menos romântica), como se o escolhido fosse algum coitado por se ater a funções estritamente burocráticas”.

³² Após o sucesso de 2002, reelegeu-se deputado estadual em 2006 e presidiu a casa em 2007. Contudo, não teve sucesso ao concorrer a deputado federal em 2010 e ficou como segundo suplente. Desde 2011 é Secretário Estadual de Justiça e Direitos Humanos do governo Tarso Genro (FABIANO PEREIRA, 2013).

³³ Antes de prosseguir, é valioso registrar que os quatro deputados estaduais que passaram por revés eleitoral (Fabiano Pereira, Estilac Xavier, Záchia e Paulo Brum) receberam uma secretaria (municipal ou estadual) como compensação e não ficaram, portanto, sem exercer atividade política remunerada.

Sport Club Riogrande, equipe de futebol local. Ocupou o primeiro cargo público eletivo em 2008, ao eleger-se vereador e, dois depois, deputado estadual (ALEXANDRE LINDENMEYER, 2012)³⁴.

Outra vereadora eleita pelo PT é Ana Afonso, professora da rede municipal de São Leopoldo, atuou como diretora de escola e no movimento sindical do magistério. Elegeu-se vereadora em 2004 e foi reeleita em 2008, tendo presidido o legislativo municipal (ANA AFONSO, 2013). Em 2010, tornou-se deputada, no que foi classificado de “uma trajetória impressionante, em oito anos [...] passou de diretora escolar à deputada estadual” (RITTER, 2011).

Miriam Marroni é psicóloga, servidora pública federal, tendo militado durante muito tempo no movimento sindical. Esposa do ex-prefeito de Pelotas e atual deputado federal Fernando Marroni, ela iniciou, todavia, a carreira em paralelo a do marido. Em 1996 se tornou vereadora suplente, assumindo o mandato em 1999. Elegeu-se vereadora em 2000 e, em 2002, concorreu à deputada estadual, tendo ficado na suplência. Reelegeu-se para a Câmara Municipal em 2004, no entanto, renunciou ao cargo logo após a posse, com vistas a assumir como deputada estadual em 2005. Em razão de acordos internos do PT, não concorreu à reeleição para a Assembleia Legislativa em 2006. Assim, em 2008, disputou a vereança em Pelotas, conquistando o terceiro mandato. Em 2010, voltou a renunciar à Câmara Municipal, pois tornou a se eleger deputada estadual (MIRIAM MARRONI, 2013).

Nelsinho Metalúrgico, denominação política de Nelson Luiz da Silva, é economista de formação, mas trabalhou desde a juventude como metalúrgico, tendo presidido o Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas e Nova Santa Rita. Fundador do PT em Esteio, iniciou a vida político-eleitoral em 1982, quando concorreu a vereador. Chegou ao primeiro cargo eletivo em 2004 ao se tornar vereador em Canoas, tendo sido reeleito em 2008. Presidiu a Câmara Municipal em 2009 e, no ano seguinte, conquistou o mandato de deputado estadual, cargo que hoje desempenha (NELSINHO METALÚRGICO, 2013).

Por fim, Raul Carrion tem larga trajetória política prévia. Historiador por formação, ele atuou no movimento estudantil durante o período da ditadura militar, mesma época em que se filiou ao PCdoB (declara ser dirigente do partido desde 1970) (RAUL CARRION, 2013). Preso e torturado em 1971, passou pelo exílio e

³⁴ Em 2012, renunciou ao cargo, pois foi eleito prefeito de Rio Grande.

pela vida na clandestinidade. Segundo o perfil apresentado por Figueiredo (2009, p.143), com a anistia volta a Porto Alegre e faz parte das lutas sindicais dos anos 80. No final dessa década se fixou em Canoas, com a intenção de dirigir o partido no município. Retornou à capital nos anos 90 e, em 2000, se elegeu vereador pela primeira vez. Em 2004 conseguiu a reeleição. Finalmente, em 2006, obteve o mandato de deputado estadual. Para Noll e Leal (2008, p.20), a dobradinha com Manuela D'Ávila, recordista de votos daquele pleito, auxiliou nessa conquista³⁵.

3.4 Os que não se elegeram

Esta seção pretende apresentar informações sobre o desempenho eleitoral dos vereadores que não se elegeram – e que são a ampla maioria –, com vistas a identificar as razões para que um índice tão expressivo deles não tenha conseguido se eleger: o partido pelo qual concorreram colaborou decisivamente para tal ou foram as peculiaridades do sistema eleitoral brasileiro que inviabilizaram que mais vereadores conquistassem o mandato? Alternativamente, foi o próprio desempenho dos candidatos que contribuiu para o insucesso?

Um indicador importante pode ser construído a partir das sugestões de Guarnieri (2004). O autor distinguiu os candidatos em quatro categorias: (1) “supercandidato”, correspondentes a aquele que atinge sozinho pelo menos 90% do quociente eleitoral; (2) “bom de voto”, aquele que soma de 50% a 90% do quociente eleitoral; (3) “viável”, quem obtém pelo menos 70% dos votos obtidos pelo último candidato eleito pelo partido no pleito anterior; (4) “inviável”, quem fica abaixo do patamar anterior.

No que tange à operacionalização dessas categorias, esta pesquisa promoveu duas modificações em relação aos procedimentos adotados por Guarnieri. A primeira foi a de classificar os candidatos a partir dos resultados obtidos no próprio pleito. O autor calculou esses índices em relação à eleição anterior, pois o objetivo dele era o de identificar critérios utilizados pelos partidos para selecionar candidatos à próxima eleição. No caso presente foram utilizados os dados da própria eleição, pois o objetivo é dimensionar o desempenho eleitoral. A segunda foi a de modificar a

³⁵ Em 2010, reelegeu-se deputado estadual.

concepção de candidato “viável”, pois ela não seria plenamente aplicável às eleições observadas, já que houve o caso de partidos que não conquistaram cadeira na anterior. Assim, a condição de “viável” passou a corresponder a, pelo menos, 70% da votação do eleito com menos votos em cada pleito.

Tabela 76 - Classificação dos vereadores concorrentes a deputado federal conforme o desempenho eleitoral (RS, 2002-2010)

Classificação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Supercandidato ¹	-	1	-	1	-	2,9	-	1,1
Bom de voto ²	-	-	-	-	-	-	-	-
Viável ³	5	6	5	16	17,2	17,6	20,8	18,4
Inviável ⁴	24	27	19	70	82,8	79,4	79,2	80,5
Total	29	34	24	87	100	99,9	100	100

Fonte: TRE-RS

1- Supercandidato – 170.782 votos em 2002; 172.939 em 2006; 178.992 em 2010;

2- Bom de voto – ao menos 94.879 em 2002; 96.077 em 2006; 99.440 em 2010;

3- Viável – ao menos 30.601 em 2002; 31.130 em 2006; 19.765 em 2010;

4- Inviável – abaixo das votações anteriores

Tabela 77 - Classificação dos vereadores concorrentes a deputado estadual conforme o desempenho eleitoral (RS, 2002-2010)

Classificação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
Supercandidato ¹	-	-	-	-	-	-	-	-
Bom de voto ²	-	1	1	2	-	1,3	1,1	0,8
Viável ³	15	21	17	53	15,5	27,3	19,5	20,3
Inviável ⁴	82	55	69	206	84,5	71,4	79,3	78,9
Total	97	77	87	261	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

1- Supercandidato – 97.341 votos em 2002; 98.133 em 2006; 102.051 em 2010;

2- Bom de voto – pelo menos 54.078 em 2002; 54.518 em 2006; 56.695 em 2010;

3- Viável – pelo menos 18.399 em 2002; 15.276 em 2006; 21.571 em 2010;

4- Inviável – abaixo das votações anteriores

São muitos os fatores que interferem na eleição de um candidato, como: a magnitude do distrito e a consequente cláusula de exclusão, o desempenho da lista pela qual ele concorre comparado ao das demais listas, e a votação dele comparada a dos demais membros da mesma lista, o que vai repercutir o posicionamento dele dentro da lista (BARRETO, 2011). Apesar disso, os dados trazidos pelas tabelas acima são contundentes: os vereadores não tiveram desempenhos eleitorais destacados, o que tornou praticamente impossível que eles conseguissem se eleger – como de fato não conseguiram.

Na soma dos postulantes aos dois cargos, a ampla maioria deles (79,3%) aparece como “inviável” (a variação por cargo não é significativa: 80,5% no caso dos deputados federais; 78,9% no dos estaduais). Cerca de 20% figuram como “viável” – 20,3% dos vereadores candidatos a deputado estadual; 18,4% dos candidatos a deputado federal – e apenas um dentre todos foi classificado como “supercandidato” (postulante a deputado federal)³⁶ e dois como “bom de voto” (ambos concorreram a deputado estadual).

“Supercandidatos” têm a eleição praticamente garantida: se superam o quociente eleitoral ela é certa; se ficam próximo a este patamar, a lista quase sempre fornece os votos necessários, apenas em casos de candidatos únicos da lista ou de uma relação de parceiros sem inserção eleitoral é que eles deixarão de obter a vaga. Os “bons de voto” dependem da votação da lista em alguma medida, mas se concorrem por partidos ou por coligações competitivas têm alta probabilidade de serem eleitos. Os candidatos “viáveis” são aqueles mais expostos às contingências dos diferentes fatores que interagem no sistema eleitoral brasileiro, logo, podem ou não se eleger, conforme as peculiaridades específicas de cada disputa. Já os “inviáveis” só conseguirão se eleger em circunstâncias muito especiais, como aquelas produzidas por fenômenos eleitorais³⁷.

Essa perspectiva se confirmou no caso dos candidatos analisados: o “supercandidato” e os dois “bom de voto” foram eleitos, e todos os demais a conseguirem o mandato (13 a deputado estadual e três a federal) haviam sido classificados como “viável”. Nenhum “inviável” teve sucesso imediato.

Os outros dados a serem apresentados a seguir visam a dimensionar ainda mais detalhadamente o desempenho eleitoral dos vereadores que não se elegeram.

³⁶ Trata-se de Manuela D’Ávila, já destacada anteriormente. Aliás, fez muito mais do que ser uma “supercandidata”, ocupou o posto de mais votada em 2006. E, como visto, repetiu o feito na eleição seguinte (2010).

³⁷ Um exemplo, talvez o mais inusitado da história eleitoral brasileira pelo resultado produzido é Enéas Carneiro (Prona). Com a votação recorde que obteve na eleição de 2002, ele garantiu a eleição de deputados federais por São Paulo, o maior colégio eleitoral do país, com menos de mil votos (TERRA, 7 out. 2002).

Tabela 78 - Posicionamento na lista dos vereadores que concorreram a deputado e não se elegeram (RS, 2002-2010)

Posição	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
1º	-	-	-	-	-	-	-	-
2º	2	4	1	7	1,7	3,8	1,0	2,1
3º a 8º	14	17	7	38	11,6	16,2	6,8	11,6
9º ou +	105	84	95	284	86,8	80,0	92,2	86,3
Total	121	105	103	329	100,1	100	100	100

Fonte: TRE-RS

O primeiro deles refere-se ao posicionamento na lista desses vereadores candidatos. A ampla maioria – 86,3% no geral, com patamar mínimo de 80% em 2006 e máximo de 92,2% em 2010 – ficou de nono lugar para pior na lista pela qual concorreu. Como a quantidade máxima de vagas obtidas por uma lista nos pleitos analisados foi oito para deputado federal e 14 para estadual, considerando somente esse critério e independentemente da quantidade de votos somada, é elevada a possibilidade de esses concorrentes ficarem sem cadeira, especialmente se a análise incluir o partido ao qual pertencem³⁸.

Se a eles fossem agregados os que ficaram de terceiro a oitavo nas listas (11,6% no período, com variação de 6,8% em 2010 a 16,2% em 2006), chega-se à conclusão de que, na melhor das hipóteses (eleição de 2002), houve 3,8% de vereadores não eleitos que se posicionaram como segundo colocado na lista pela qual disputaram o pleito. Como nenhum deles ficou com uma vaga, apesar de ter chegado nessa posição, sabe-se que concorreram por listas que não obtiveram cadeira ou conquistaram apenas um assento. A registrar, ainda, que nenhum deles conseguiu ser o mais votado do partido – hipótese que só seria possível no caso de lista que não atingiu o quociente eleitoral³⁹. Enfim, além do desempenho eleitoral fraco, a maioria dos vereadores não ficou com a vaga, também, pelo posicionamento ruim ocupado na lista pela qual concorreu.

³⁸ Ressalva-se, todavia, que seis eleitos os eleitos deputado estadual ficaram acima da 9ª colocação na lista. Todos concorriam pelo PT.

³⁹ Dentre os eleitos, porém, o cenário é semelhante: apenas uma vereadora candidata (Manuela D'Ávila) conseguiu ser líder de sua lista – aliás, mais do que isso, ela foi recordista de votos na eleição de 2006. Como já foi destacado, Manuela repetiu o feito em 2010, mas já na condição de candidata à reeleição, logo não estava contabilizada como vereadora.

Tabela 79 - Posicionamento na lista dos vereadores que concorreram a deputado federal e não se elegeram (RS, 2002-2010)

Posição	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
1º	-	-	-	-	-	-	-	-
2º	2	3	-	5	6,9	9,7	-	6,0
3º a 8º	11	9	5	25	37,9	29,0	21,7	30,1
9º ou +	16	19	18	53	55,2	61,3	78,3	63,9
Total	29	31	23	83	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

O cenário descrito acima se repete no caso dos candidatos a deputado federal, porém com alguma variação. A quantidade de vereadores que ficaram de nono lugar para pior na lista é menor (63,9% no geral, com piso de 55,2% em 2002 e teto de 78,3% em 2010). E como nenhuma lista obteve mais do que oito cadeiras no período em análise, isso significa dizer que todo esse contingente estava excluído de qualquer perspectiva de obtenção da vaga no próprio pleito. Em compensação, a quantidade dos que se posicionaram de terceiro a oitavo lugar é maior (30,1%, com o menor índice em 2010, 21,7%, e o maior em 2002, 37,9%). Desse modo, assim como no cômputo geral dos vereadores candidatos, o percentual dos que ficaram em segundo lugar é reduzido (6% no geral, zero em 2010, 9,7% em 2007 e 6,9% em 2002) e não houve caso de alguém que tivesse sido o líder na lista.

Tabela 80 - Posicionamento na lista dos vereadores que concorreram a deputado estadual e não se elegeram (RS, 2002-2010)

Posição	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
1º	-	-	-	-	-	-	-	-
2º	-	1	1	2	-	1,4	1,3	0,8
3º a 8º	3	8	2	13	3,3	10,8	2,5	5,3
9º ou +	89	65	77	231	96,7	87,8	96,2	93,9
Total	92	74	80	246	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No caso dos vereadores postulantes ao cargo de deputado estadual o cenário é ainda mais negativo do que aquele registrado para os deputados federais. A quase totalidade dos candidatos ficou de nono lugar para cima na lista em que concorreu (93,9%, com variação de 87,8% em 2006 a 96,7% em 2002), o que

praticamente os deixa de fora do rateio de vagas independentemente do partido ao qual pertencem, embora, como ponderado anteriormente, tenham sido registradas listas que conquistaram até 14 cadeiras na Assembleia Legislativa⁴⁰. Apenas 13 candidatos (5,3% no geral, com pico de 10,8% em 2006 e piso de 2,5% em 2010) ficaram entre terceiro e oitavo lugar e somente dois se posicionaram como os segundos melhores de sua lista (0,8% do total, com zero em 2002 e 1,4% em 2006)⁴¹.

Tabela 81 - Colocação como suplente dos vereadores que concorreram a deputado e não se elegeram (RS, 2002-2010)

Colocação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
1º a 2º	7	8	4	19	5,8	7,6	3,9	5,8
3º a 5º	14	15	14	43	11,6	14,3	13,6	13,1
6º ou +	99	78	84	261	81,8	74,3	81,6	79,3
Não suplente	1	4	1	6	0,8	3,8	1,0	1,8
Total	121	105	103	329	100	100	100,1	100

Fonte: TRE-RS

Uma terceira opção de análise é considerar a ordem desses candidatos como suplentes em suas listas, o que indica não só o quão perto estiveram da conquista da vaga, como também as chances de virem a ser chamados a ocupar o cargo. Ampla maioria dos vereadores candidatos a deputado (79,3%, com piso de 74,3% em 2006 e teto de 81,8% em 2002) estava posicionada como de sexto suplente para cima, o que praticamente inviabilizava as possibilidades de virem a ocupar o cargo. A esse contingente ainda podem ser acrescentados os 1,8% (com variação de 0,8% em 2002 a 3,8% em 2010 ou um e quatro casos, respectivamente) que não conseguiram a condição de suplente, pois a lista pela qual concorreram não atingiu o quociente eleitoral. Logo, efetivamente (ou muito seguramente) 81% não tinham chances de serem chamados a ocupar o cargo pretendido.

⁴⁰ A coligação PT-PCB-PMN-PCdoB, em 2002, e o PT, em 2010.

⁴¹ Dentre os eleitos, três lideraram suas listas: Marlon Rosa (PSB), em 2002; Paulo Odone (PL-PFL-PPS-PSDB), em 2006; Juliana Brizola (PDT-PTN), em 2010.

Ainda poderia haver esperanças para cerca de 19%, embora se saiba que, até o momento, apenas seis vereadores suplentes tenham tomado posse como deputado federal⁴² e 12 como estadual⁴³, sendo que todos estavam posicionados na primeira ou segundo suplência, com exceção de seis, que eram de terceiro a quinto suplentes⁴⁴.

As chances aumentam se o partido deles compõe o governo em escala nacional e/ou estadual, pois é provável que deputados sejam chamados para ocupar ministérios e/ou secretarias estaduais – o que tem se verificado na legislatura 2011-2015, com parlamentares vinculados ao PT ou a seus aliados. A eleição municipal também é uma oportunidade, especialmente se deputados se elegem prefeitos. Porém, nesse caso, tais vereadores até poderão ganhar essa vaga após a eleição, mas terão de decidir o próximo passo de suas próprias carreiras, pois o mandato de vereador estará chegando ao fim⁴⁵.

Tabela 82 - Colocação como suplente dos vereadores que concorreram a deputado federal e não se elegeram (RS, 2002-2010)

Colocação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
1º a 2º	5	3	3	11	17,2	9,7	13,0	13,3
3º a 5º	7	9	5	21	24,1	29,0	21,7	25,3
6º ou +	17	17	15	49	58,6	54,8	65,2	59,0
Não suplente	-	2	-	2	-	6,5	-	2,4
Total	29	31	23	83	99,9	100	99,9	100

Fonte: TRE-RS

No caso dos vereadores candidatos a deputado federal, a maioria também se posicionou a partir da sexta suplência, porém, em índices menos robustos do que os anteriormente apontados: 59% no geral, com piso de 54,8% em 2002 e teto de 65,2% em 2010. Houve, ainda, 2,4% que foram excluídos de qualquer possibilidade de serem efetivados, pois a lista não alcançou o quociente eleitoral (em realidade,

⁴² Os já citados: Cláudio Diaz (duas vezes), Dr. Basegio, Maurício Dziedricki, Antonio Geraldo e Luiz Noé Soares.

⁴³ Os também já referidos: Miriam Marroni, Reginal Pujol (duas vezes), Sandro Boka, Coffy Rodrigues, Nedy Marques, Aldacir Oliboni, Francisco Pinho, Decio Franzen, Vinicius Ribeiro, Marcos Daneluz e Zilmar Rocha.

⁴⁴ Francisco Pinho, Aldacir Oliboni, Decio Franzen, Vinicius Ribeiro, Marcos Daneluz e Zilmar Rocha.

⁴⁵ Foi o que ocorreu com Cláudio Diaz, Reginaldo Pujol e Miriam Marroni em 2004; Dr. Basegio e Reginaldo Pujol em 2008.

dois casos, ambos ocorridos em 2006). Assim, 61,4% estariam total ou praticamente excluídos de qualquer perspectiva de irem para o parlamento nacional. Restando a expectativa para 38,8%, dos quais 13,3% (11 candidatos) tinham mais possibilidades, pois estavam na primeira ou segunda suplência – e, como já indicado, seis acabaram sendo chamados à Câmara dos Deputados.

Tabela 83 - Colocação como suplente dos vereadores que concorreram a deputado estadual e não se elegeram (RS, 2002-2010)

Colocação	N				%			
	2002	2006	2010	Geral	2002	2006	2010	Geral
1º a 2º	2	5	1	8	2,2	6,8	1,3	3,3
3º a 5º	7	6	9	22	7,6	8,1	11,2	8,9
6º ou +	82	61	69	212	89,1	82,4	86,2	86,2
Não suplente	1	2	1	4	1,1	2,7	1,3	1,6
Total	92	74	80	246	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No caso dos deputados estaduais, assim como havia ocorrido no critério anterior, a situação dos vereadores candidatos é ainda pior. No conjunto dos três pleitos, 86,2% ficou como sexto suplente ou em posição mais elevada (variação de 82,4% em 2006 a 89,1% em 2002). Outros 1,6% (quatro casos) não conseguiram sequer essa posição, pois a lista não atingiu o quociente eleitoral. Logo, 87,7% não tinham chances ou tinham restritas chances de chegar à Assembleia Legislativa.

Aqueles que ficaram de terceiro a quinto lugar na suplência para deputado federal (25,3% no período, com piso de 21,7% em 2010 e teto de 29% em 2006) e para deputado estadual (8,9% no período, com variação de 7,6% em 2002 a 11,2% em 2010) podem cultivar alguma possibilidade a depender da lista pela qual concorreram.

Enfim, o cenário evidencia que a ampla maioria dos vereadores não se elegeu porque teve um desempenho eleitoral ruim. Diante desse quadro, é valioso resgatar a afirmação de Carneiro (2009, p.140-141). A autora destaca que os partidos organizam as listas baseados em um profundo estudo de previsões sobre o resultado da eleição (por exemplo, quantas cadeiras devem conquistar e quem tem chances de ser eleito) e as confeccionam com uma espécie de ordenamento interior, a partir do qual elas possuem: cabeça (puxadores de voto, candidatos prioritários),

corpo (podem se eleger) e rabo (apenas preenchem a nominata, agregam votos à lista, mas têm pouquíssimas possibilidades de se elegerem). A confiar nessa perspectiva, é inegável que a grande maioria dos vereadores lançados candidatos compõe o chamado “rabo” da lista, o que não quer dizer desprestígio, e sim que eles foram incluídos dentre os candidatos para cumprir um determinado papel, previamente definido pelos cálculos da organização partidária. Em complemento, informa:

os partidos, com base na sua simulação do resultado eleitoral não buscam ‘inchar’ suas listagens de candidatos com nomes que possam trazer votos mínimos à legenda, os partidos buscam candidatos com alguma densidade eleitoral mesmo para ocupar o chamado ‘rabo’ da lista, pois mesmo não possuindo quaisquer chances de eleição, podem contribuir com um somatório de vagas que renda, mais adiante, uma vaga na distribuição das sobras, por exemplo (CARNEIRO, 2009, p.135).

* * *

O capítulo esteve centrado no resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado. Verificou-se que apenas 19 deles conseguiram se eleger, correspondentes a 5,5% e que, como se seria de se esperar, houve mais casos de sucesso dentre os pretendentes a deputado estadual (15) do que a federal (quatro).

Procurou-se, então, identificar com mais propriedade as características dos eleitos e dos não eleitos. No caso dos bem sucedidos, a ênfase foi dada às variáveis que o trabalho já vinha utilizando, mas foram agregadas informações sobre o perfil de carreira e a trajetória política de cada um, seguindo principalmente a inspiração de Bourdieu e aqueles que deram continuidade à obra do sociólogo francês. Verificou-se uma associação robusta entre tamanho do município e eleição do vereador, assim como a impossibilidade de estabelecer vinculação do partido com tal êxito. No que tange a: posicionamento na lista quando se elegeu vereador, quantidade de mandatos e o fato de já ter concorrido ao cargo de deputado, destacam-se o fato de ter melhor posicionamento, estar no início de carreira e ter experiência anterior, mas não de modo tão robusto e sem diferenças intensas em relação aos não eleitos.

No caso dos não eleitos, a atenção principal foi a de dimensionar o que produziu esse resultado e os indícios apontaram fortemente para um desempenho pessoal pouco destacado nas urnas, o que foi medido por diversos indicadores

(condição pela votação; posicionamento na lista; posicionamento na suplência). Logo, a não eleição não dependeu do partido pelo qual cada um concorreu ou das peculiaridades do sistema eleitoral, até porque, diante das votações obtidas, essas variáveis não tiveram força para alçá-los à titularidade ou a prejudicá-los nessa tentativa.

Estabelecido isso, em que a intenção de concorrer a deputado se mostrou um fracasso para a ampla maioria dos vereadores, resta perguntar sobre as razões pelas quais esses que fracassaram de modo tão contundente empreenderam tal tentativa. Como essa não é uma questão de fácil e pronta resposta, o próximo capítulo vai se dedicar a ela.

Capítulo 4 A Trajetória posterior dos vereadores pretendentes a deputado (2004-2012)

Tal como foi indicado pelos resultados apresentados no capítulo anterior, a maior parte dos vereadores que concorreu aos cargos de deputado acabou derrotada. Mais do que isso, os indicadores de desempenho mostram que esses concorrentes provavelmente eram conhecedores que suas condições de vitória eleitoral eram mínimas. Então, excetuando a hipótese de serem atores político que acreditam em eventos excepcionais que vão garantir a eles tais cargos ou que têm uma vocação preferencial pelas derrotas, a ambição de concorrer passa a operar em outra perspectiva, a de ganhos a médio ou a longo prazo. Como foi discutido no capítulo 1, várias são as possibilidades presentes nesses ganhos esperados: manter o nome aceso na memória do eleitor e dos líderes partidários para maximizar ganhos no futuro; divulgar o nome com vistas a concorrer novamente ao cargo de vereador ou ao executivo de suas cidades, seja como prefeito, seja como vice-prefeito; garantir cargos administrativos nas esferas estaduais ou federais etc.

A dificuldade, todavia, é que não se tem como saber de modo preciso as motivações que levaram esses vereadores a concorrer, o que torna demasiadamente especulativas tais ponderações. A alternativa é partir da suposição de quais teriam sido essas motivações a partir dos resultados produzidos por suas escolhas, ou seja, tomar os passos seguintes da carreira política desses vereadores como um indício das intenções que os levaram a pleitear o cargo de deputado. Desse modo, se um número expressivo deles alçou voo em direção ao executivo local no pleito seguinte, pode-se considerar que concorrer a deputado, mesmo com a derrota certa, tenha sido um estágio em direção ao crescimento da carreira em âmbito local. Se a maioria pleiteou a renovação do mandato municipal – “ambição

estática” –, tem-se, então, de medir qual foi esse desempenho, especialmente em comparação àquele obtido quando conquistou o cargo (a eleição municipal anterior).

Dessa forma, é aspiração do trabalho identificar o que aconteceu com esse universo de candidatos após serem derrotados na tentativa de se tornarem deputado. É importante destacar que serão estudadas as decisões tomadas pelos vereadores que concorreram a deputado e não se elegeram (a amplíssima maioria) em relação ao pleito municipal seguinte, ou seja, como projetaram (se o fizeram) a continuidade da carreira política no momento em que se encerrava o mandato para o qual foram eleitos há quatro anos. O indicador adotado, portanto, é a eleição municipal subsequente: para os vereadores eleitos em 2000 e que em 2002 pretenderam ser deputado, analisam-se os caminhos percorridos por eles e os resultados obtidos no pleito de 2004; para os eleitos em 2004 e que em 2006 concorreram a deputado, é observada a eleição de 2008; no caso dos escolhidos em 2008 e que tentaram ser deputado em 2010, o foco se centra no pleito de 2012.

Pode-se ponderar que esta é uma escala de análise restrita e que o mais desejável seria acompanhar a trajetória posterior desses vereadores por um período mais longo e que envolvesse mais disputas eleitorais, de modo a ter uma visão mais ampla das possibilidades, das realizações e das derrotas que eles amealharam. De fato, reconhece-se que isto seria o mais recomendado, mas este é o preço que a dissertação paga por escolher pleitos mais recentes. A rigor, seria possível verificar o caso dos vereadores eleitos em 2000 por mais duas disputas além daquela que será observada (2008 e 2012) e os de 2004 por apenas mais uma (2012), sem contar as de âmbito estadual e nacional (2006 e 2010). Contudo, se nas eleições em questão os vereadores não se reelegessem ou se elegessem para outro cargo, eles também deixariam de apresentar a condição básica a partir da qual foram selecionados para este estudo: não seriam mais vereadores, e sim ex-vereadores¹.

Por todos esses elementos, também é pretendido apresentar e analisar os resultados obtidos pelos vereadores que decidiram se reapresentar para a disputa local, aqueles que pretenderam prosseguir imediatamente a carreira. Em especial, o foco recai sobre aqueles que buscaram renovar o mandato de vereador, ou seja, que pleitearam a reeleição.

¹ A mesma situação ocorre com aqueles que se elegeram deputado: a trajetória posterior deles deixa de compor o horizonte da dissertação, pois eles não mais são vereadores.

Pondera-se que não há como garantir que esses vereadores obtiveram tal resultado – seja ele qual for – porque concorreram a deputado. Primeiro, porque é impossível comparar o que ocorreu com o que não existiu: o universo da pesquisa é formado pelos que concorreram e eles só estão no estudo em razão de terem feito tal escolha. Segundo, porque a comparação do desempenho deles com aqueles vereadores que não concorreram a deputado, embora possível de ser realizada, implicaria um amplo esforço de pesquisa, o qual geraria resultados limitados. Explica-se: com tal informação seria possível verificar se os que pleitearam um lugar como deputado se reapresentaram, buscaram mais cargos de prefeito ou de vice, e se reelegeram mais ou menos do que os que não concorreram a deputado. Embora esse seja um indicador relevante, ele não permitiria dimensionar o peso que o fato de ter concorrido a deputado teve nesse desempenho.

Antes de apresentar qualquer resultado, esclarece-se que, dos 348 vereadores que concorreram a deputado entre 2002 e 2010, 19 tiveram sucesso e, por isso, não estão incluídos na análise realizada neste capítulo. Afinal, quando da realização das eleições municipais subsequentes a aquela em que se apresentaram como pretendente a deputado, eles não se encontravam em final de mandato². A esse rol de excluídos deve-se acrescentar, também, um suplente que havia sido efetivado como deputado por ocasião da disputa local³. Logo, constituiu-se de 328 casos o universo daqueles que haviam sido eleitos vereador, tentaram ser deputado dois anos depois e que, passados outros dois anos, ao final da legislatura municipal, defrontaram-se com a decisão sobre qual rumo tomar em relação à carreira política. Este contingente corresponde a 94,3% do conjunto de situações originalmente analisadas.

Por outro lado, informa-se que foram incluídos na análise os 17 vereadores que chegaram a ocupar o cargo de deputado, embora inicialmente não tivessem sido eleitos titulares. 10 deles porque só tomaram posse na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos Deputados (em caráter definitivo ou provisório) após o término do mandato municipal para o qual haviam sido eleitos em 2000, 2004 ou 2008. Portanto, quando da eleição municipal subsequente, sem a certeza de terem a oportunidade de se tornarem deputado, eles precisariam tomar uma decisão: pleitear

² Embora não seja impossível que alguém eleito deputado pretenda concorrer a vereador, essa situação não é a esperada e não foi encontrada nesse estudo.

³ Trata-se de Claudio Diaz, vereador em Rio Grande, efetivado deputado federal logo no primeiro ano da legislatura 2007-2011.

um novo mandato municipal ou ficar momentaneamente fora da vida política e, caso eleitos, para assumirem como deputado tiveram de renunciar a esse cargo⁴. Outros sete porque, ainda que fossem suplentes em exercício do cargo de deputado⁵ ou que tivessem ocupado esse posto e retornado à condição de suplente⁶, havia a possibilidade de que preferissem reconquistar o mandato de vereador ou pleitear uma posição no executivo municipal, frente à indefinição de saber se continuariam ou retornariam à Assembleia Legislativa ou à Câmara de Deputados. Os sete referenciados acima são considerados pela pesquisa como “vereadores” em razão de terem conquistado o cargo na eleição precedente; porém, no pleito municipal seguinte eles efetivamente não tinham mais essa condição, pois, ao tomarem posse como deputado, tiveram de renunciar ao cargo⁷.

O capítulo se organiza em três seções. A seção um apresenta e analisa as escolhas que os vereadores candidatos a deputado realizaram quando da chegada da eleição municipal. A dois descreve e interpreta os resultados obtidos por aqueles que decidiram concorrer a um novo mandato eletivo. Ela se subdivide em quatro partes: a primeira está centrada naqueles que concorreram a um cargo executivo; a segunda naqueles que pleitearam a reeleição; a três procura construir indicadores de desempenho capazes de dimensionar com mais detalhamento os fatores que levaram os vereadores pretendentes à reeleição a obterem os resultados anteriormente apresentados; e a quatro se centra em duas variáveis anteriormente utilizadas, o tamanho do município (medido em quantidade de votantes) no qual exerce o mandato e o partido pelo qual o vereador concorreu. A seção derradeira sintetiza as informações anteriores e constrói o cenário do que ocorreu com os vereadores que pretenderam ser deputado após a realização da eleição de âmbito municipal imediatamente subsequente àquela em que manifestou tal ambição progressiva.

⁴ Miriam Marroni (Pelotas); Cláudio Diaz (Rio Grande) e Reginaldo Pujol (Porto Alegre), todos em 2004; Nedy Marques (Canoas); Francisco Pinho (Gravataí) e novamente Pujol (Porto Alegre), todos em 2008; Marcos Daneluz e Vinicius Ribeiro (ambos de Caxias do Sul); Décio Franzen (Feliz); e Zilmar Rocha (Viamão), todos em 2012.

⁵ Sandro Boka (Rio Grande), em 2008; mais Luiz Noé (Cruz Alta) e Aldacir Oliboni (Porto Alegre), ambos em 2012.

⁶ Antônio Geraldo (Viamão); Dr. Basegio (Passo Fundo) e Coffy Rodrigues (Canoas), todos em 2008; além de Maurício Dziedricki (Porto Alegre), em 2012.

⁷ A essa condição deve ser acrescentado mais um caso: o de Ana Corso (Caxias do Sul), que foi eleita em 2000, mas renunciou para atuar como deputada federal (suplente no exercício), condição conquistada no pleito de 1998 – uma disputa realizada em período não abarcado pela dissertação. Ela foi deputada federal de três de janeiro de 2001 a cinco de abril de 2002 (BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013h).

4.1 As Escolhas na eleição municipal subsequente

Esta seção descreve os caminhos tomados pelos vereadores que concorreram e não se elegeram deputado (e tampouco vieram a ser posteriormente efetivados como tal), quando do término do mandato deles. Trabalhou-se com quatro possibilidades: três implicam continuidade imediata na carreira política (concorrer à reeleição, a prefeito ou a vice-prefeito) e uma a retirada definitiva ou provisória da cena política, demarcada pela decisão de não concorrer.

Tabela 84 - Cargo disputado na eleição municipal seguinte pelos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso (RS, 2004-2012)

Cargo	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
Prefeito	10	7	11	28	8,3	6,7	10,7	8,5
Vice-prefeito	10	8	12	30	8,3	7,7	11,7	9,1
Vereador	92	74	69	235	76,0	71,2	67,0	71,6
Não concorreu	9	15	11	35	7,4	14,4	10,7	10,7
Total	121	104	103	328	100	100	100,1	99,9

Fonte: TRE-RS

Os dados indicam ser correta a afirmação de que uma parcela muito significativa dos vereadores sempre exercerá esse cargo e também que a maior aspiração deles é manter-se no cargo. Na eleição municipal seguinte à tentativa de se tornar deputado, a ampla maioria deles tentou a reeleição (71,6%)⁸, ou seja, apresentou “ambição estática”. Apenas 17,6% mostrou “ambição progressiva” e pretendeu o cargo de prefeito (8,5%) ou de vice-prefeito (9,1%)⁹. Logo, 89,3% procurou dar continuidade imediatamente à carreira política e concorrer a algum cargo, e que pouco mais de 10% não se apresentou no pleito seguinte (35 casos).

⁸ Dentre esses 235 casos, quatro correspondem a aqueles que não eram mais vereadores quando da disputa em questão, pois tiveram de renunciar ao mandato com vistas a tomar posse como deputado. São os casos de: Ana Corso (Caxias do Sul), em 2004; Miriam Marroni (Pelotas), Reginaldo Pujol (Porto Alegre) e Dr. Basegio (Passo Fundo), em 2008. Pelo critério adotado pela pesquisa, porém, continuam sendo considerado vereador.

⁹ Há espaço para discussão se concorrer a vice-prefeito é uma ascensão na carreira. Maluf (2006), por exemplo, não concorda com essa ideia. Independentemente da polêmica, registre-se que houve mais vereadores que concorreram a vice (30) do que a prefeito (28), ou seja, daqueles que decidiram deixar a Câmara uma parcela maior preferiu e/ou conseguiu ser indicada para ser vice-prefeito.

Esse índice de desistentes é bastante semelhante ao encontrado por Florentino (2009) ao estudar os deputados federais e os senadores no período 1990-2006, que atingiu 10,1% (169 em 1.667 casos)¹⁰. Pondera-se que a autora considerou a decisão tomada por esses políticos ao término do mandato; nesta dissertação, o critério é outro: a escolha realizada por aqueles que foram eleitos há quatro anos¹¹.

Dentre os 35 vereadores que não concorreram, podem ser destacados três que exerciam o cargo de deputado¹². Apesar de serem suplentes efetivados provisoriamente e que a qualquer momento poderiam deixar o cargo e, assim, ficar sem mandato, nenhum deles pretendeu voltar a ser vereador. Há, ainda, dois que renunciaram à Câmara local para assumirem provisoriamente o posto e que, na época da eleição municipal, não mais atuavam como deputado. No entanto, eles eram secretário estadual e também não ambicionaram retornar à vereança¹³.

Desse modo, houve um conjunto de 30 vereadores que, ao não se apresentarem ao pleito permaneceram sem mandato e interromperam a carreira, ao menos temporariamente¹⁴. Fala-se em interrupção temporária, pois a ampla maioria desses vereadores (22 ou 73,3%) continuou vinculada à atividade política, seja ao conquistar ou ao simplesmente pleitear posteriormente outros cargos eletivos de âmbito local ou estadual, seja ao ocupar cargos de nomeação política nos diversos níveis da administração pública¹⁵. Não foram obtidas informações sobre a efetiva ou

¹⁰ A autora trabalhou com duas situações consideradas “desistência”: a) os que não participam de nenhum pleito (169 casos); b) os que concorrem a cargo de menor prestígio, como o de deputado estadual (81 casos). Assim, ela encontrou 15% de desistentes (250 casos). A dissertação fez um recorte e recalculou os percentuais, pois a interessa apenas os casos contidos na situação “a”.

¹¹ Se fosse seguido o critério de Florentino, o índice de vereadores desistentes seria menor do que o dos membros do Congresso Nacional (9,5% ou 30 em 315 casos). Dentre os desistentes seria preciso descontar os cinco que eram então ex-vereadores e no conjunto de casos analisados, além desses, os 12 que se tornaram deputados ao concorrerem entre 2002-2010 e o caso de Ana Corso, que também renunciou em razão da suplência conquistada em 1998.

¹² Aqueles referenciados à nota 5 deste capítulo.

¹³ Cofy Rodrigues (Canoas), em 2008; Maurício Dziedricki (Porto Alegre), em 2012 (ALERGS, 2013a; BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013d).

¹⁴ Também nessa categoria há casos de quem tecnicamente não era mais vereador, pois havia renunciado ao cargo (Nicanor Sobrosa, de Alegrete) ou teve o mandato extinto (Claudiomiro Menna Barreto, de Quaraí) (ZERO HORA, 18 ago. 2008; FOLHA DE QUARAÍ, 3 jul. 2012).

¹⁵ Nesse elenco, aparecem aqueles que posteriormente foram eleitos ou chamados a exercer o cargo de deputado (Miki Breier, de Gravataí; Décio Franzen, de Feliz; Jorge Pozzobom, de Santa Maria; Ronaldo Nogueira da Silva, de Carazinho); elegeram-se vice-prefeito (Antonio Facchinelli, de Garibaldi; João Mella Neto, de Três de Maio) e/ou prefeito (José Fortunati, de Porto Alegre), bem como vereador (Eduardo Kappel Trindade, de Venâncio Aires). Há os que pleitearam sem sucesso ser prefeito (Brustolin, de Muçum; Nicanor Sobrosa, de Alegrete), vice-prefeito (Gilmar Fiebig, de Erechim), deputado estadual (Mateus Gomes, de Quaraí; Marcel von Hatten, de Dois Irmãos) ou vereador (Paulo Toledo da Luz, de Sapucaia do Sul; Jair Poletto Lopes, de Marau). Figuram também

a tentativa de ter continuidade na carreira de oito desses vereadores (26,7%). Porém, desses oito: quatro não participaram do último pleito, o que torna muito precoce considerar como uma desistência da vida pública¹⁶; um teve os direitos políticos cassados quando já era pré-candidato a prefeito, ou seja, manifestava intenção de manter a carreira¹⁷. Portanto, em razão da falta de informações em contrário e do tempo decorrido desde a desistência, no máximo três poderiam ser considerados como retirados da vida pública¹⁸.

Florentino (2009) lista algumas hipóteses para explicar a desistência. De um lado estão aqueles que já esgotaram de alguma forma a participação e a influência no jogo político, o que se desdobra em três possibilidades: a) apresentam idade avançada e decidem se aposentar; b) estiveram envolvidos em escândalos políticos; c) fizeram uma avaliação prévia que seriam derrotados, seja porque perderam pessoalmente os votos, seja porque estão vinculados a um partido que enfrenta retração eleitoral. De outro, aparecem aqueles que ainda não conseguiram penetrar no campo político com a mesma desenvoltura de seus pares, o que também se desdobra em: a) enfrentam desgaste com o processo político, especialmente ao terem posição minoritária no partido (por exemplo: não concordam com o apoio ao executivo ou com a política de alianças); b) são novatos que não se adaptaram ao ambiente político; c) apresentam um perfil inadequado à atividade legislativa e preferem cargos executivos ou de nomeação política.

Poderia ser acrescentada mais uma hipótese: tornar-se inelegível, a qual também se desdobra em diferentes situações: consciente (oriunda, por exemplo, da troca de partido após o prazo legal de filiação partidária ou de abrir mão de uma

os que ocupam ou ocuparam o cargo de secretário municipal (Idair Moschen, de Caxias do Sul; Zé Orth, de Campo Bom; Paula Paroli, de Guaíba; Tubias Calil, de Santa Maria), estadual (Jorge Drumm, de Gramado) ou postos no governo federal (Ronaldo Teixeira da Silva). Por fim, um figurou como pré-candidato a prefeito, embora não tenha concorrido (Luis Fernando Alves de Godoi, de Cachoeira do Sul) (ALERGS, 2013a, 2013b; BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2013; PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI, 2013; PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS DE MAIO, 2013; TRE-RS, 2013; UOL, 2013; REDE SUL DE RÁDIO, 2012; MUNICÍPIO DE CAMPO BOM, 2013; PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA, 2013; DIÁRIO DE SANTA MARIA, 24 dez. 2012; PREFEITURA DE GRAMADO, 2010; BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013).

¹⁶ Beto Moesch (Porto Alegre), Elias Nunes Vidal (Porto Alegre), Levi Lorenzo Melo (Gravataí) e Ana Paula Fachini (Ronda Alta), todos deputado estadual.

¹⁷ Claudiomiro Menna Barreto, de Quaraí (FOLHA DE QUARAÍ, 3 jul. 2012).

¹⁸ Cleomir Bassani (Novo Hamburgo) e Nelson Moraes (Campo Bom), que desistiram de renovar o mandato de vereador em 2008; mais Elemar Schaefer (Parobé), que não concorreu em 2004 e foi assassinado em 2010 sem que houvesse retomado até aquele momento a atividade política (NH, 1 abr. 2010). A rigor, então, só este por ser considerado definitivamente retirado da vida política.

possível candidatura para assumir um cargo político de mais prestígio) ou inesperada (como, mais recentemente, a inclusão na lei da ficha limpa).

Apesar desse aporte analítico, identificar as razões pelas quais os vereadores decidiram ficar sem mandato é algo de difícil realização e que exige outro aporte metodológico para eventualmente ser atingido. Apesar disso, em pelo menos quatro casos foi possível realizar tal intento, pois são situações muito claras e que confirmam a procedência das hipóteses listadas acima.

Os dois primeiros são de vereadores que preferiram assumir o cargo de prefeito municipal seis meses antes das eleições. Este é o caso de Nicanor Sobrosa (Alegrete), que, desde maio de 2008 como interino e desde agosto de modo definitivo, assumiu o cargo de prefeito municipal, vago em razão do falecimento do titular e da renúncia a esse direito de parte da vice-prefeita (ZERO HORA, 18 ago. 2008)¹⁹. Na prática, ele trocou o mandato de vereador (e a expectativa de garantir o próximo) pelo de prefeito, ainda que durante um período razoavelmente curto (oito meses), afinal, era sabedor que, em razão dessa escolha, não teria condições de concorrer na eleição de 2008 (não poderiam pleitear um novo mandato de vereador e não era candidato a prefeito).

O segundo é o de Elias Nunes Vidal (Porto Alegre), que deixou o PPS e se filiou ao PV no ano eleitoral (2012, no caso), o que o tornou inelegível. Em conflito com a legenda de origem, dizendo-se vítima de perseguição política, pois não aceitou a orientação partidária e assinou o pedido de instauração de duas CPIs, ele rompeu com o PPS, ainda que isso tenha lhe custado a impossibilidade de tentar renovar o mandato (ZERO HORA, 23 abr. 2012).

O terceiro envolve Nelson Santos de Moraes (Campo Bom), que, como presidente da Câmara Municipal, esteve envolvido em um escândalo de uso indevido de diárias junto com outros sete vereadores, investigado pelo Ministério Público (em uma operação chamada “farra”) e que teve ampla repercussão na mídia estadual em 2007 (MINISTÉRIO PÚBLICO, 27 set. 2009). Em razão desse fato, não se apresentou como candidato a nenhum cargo eletivo em 2008.

¹⁹ De modo semelhante, a vereadora de Guaíba, Paula Parolli, que havia decidido não concorrer à reeleição, exerceu por um mês a prefeitura nas férias do titular, entre setembro e outubro de 2012. Ela era a primeira secretária da Câmara, mas todos que a antecediam na ordem de substituição pretendiam concorrer naquele pleito (PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA, 10 set. 2012).

O quarto é o caso de Ronaldo Teixeira da Silva, vereador do PT em São Leopoldo, que preferiu deixar de concorrer a postos eletivos e passar a atuar em cargos de alto escalão da burocracia federal, todos oriundos de nomeação política, tendo iniciado essa trajetória como Chefe de Gabinete do Ministro da Educação Tarso Genro (BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013). Nessa situação, em que houve a troca do cargo de vereador em um município de porte médio pela nomeação para cargos de alto escalão, parece prevalecer a argumentação de Anastasia, Correa e Nunes (2012, p.111), segundo a qual também é uma forma de “ambição progressiva”, pois “dependendo do cargo não eletivo, do seu prestígio, de sua visibilidade e dos recursos a ela atrelados, a decisão de ocupá-lo pode ser tomada levando em conta o impacto que tal estratégia pode provocar sobre a carreira futura do ator como político eleito”²⁰.

Tabela 85 - Cargo disputado na eleição municipal seguinte pelos vereadores candidatos a deputado federal de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso (RS, 2004-2012)

Cargo	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
Prefeito	-	1	3	4	-	3,3	13,0	4,9
Vice-prefeito	4	2	3	9	13,8	6,7	13,0	11,0
Vereador	21	22	12	55	72,4	73,3	52,3	67,0
Não concorreu	4	5	5	14	13,8	16,7	21,7	17,1
Total	29	30	23	82	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Em sua grande maioria, os vereadores derrotados nas eleições para deputado federal tentaram renovar o mandato no pleito municipal subsequente (67%), como mostra a tabela acima. O patamar é um pouco menor do que o identificado no panorama geral, que atingiu 71,6%. O mesmo ocorre no caso dos que pretenderam um posto no executivo local, que foi registrado em 15,9%, enquanto o conjunto dos casos apontou 17,6%. Essas diferenças implicam um percentual mais expressivo dos que não se candidataram: 17,1%. Ainda assim,

²⁰ A ressalvar que até hoje Ronaldo Teixeira da Silva não voltou a disputar cargo eletivo. Tecnicamente, portanto, ele se retirou da carreira político-eleitoral, e a trocou pela de cargos de nomeação política. Porém, ele poderá retornar às disputas a qualquer momento e, se isso ocorrer, certamente a experiência no governo federal será utilizada como um trunfo eleitoral, o que torna precoce qualquer classificação definitiva para a situação dele.

82,9% dos vereadores que concorreram a deputado federal mostraram a intenção de dar continuidade imediatamente à carreira, razão pela qual se apresentaram no primeiro pleito realizado. No geral, o índice foi de 89,3%, como foi recentemente indicado.

Nos dois primeiros pleitos considerados, a variação foi mínima dentre os que buscaram a reeleição. Se em 2004, 72,4% dos vereadores que podiam, tentaram manter o cargo, em 2008 esse número foi de 73,3%. A grande diferença se deu em 2012, quando atingiu 52,3%. Dentre os que concorreram ao executivo municipal, a variação também não foi intensa (13,8% em 2004, 10% em 2008), contudo 2012 apresentou outro quadro (26%). A registrar, porém, diferenças entre candidatos a posto no executivo: nenhum caso foi identificado a pretendente a prefeito em 2004, ou seja, 100% pretenderam ser vice; em 2008, a relação ficou de um terço a prefeito e dois terços a vice; e, por fim, em 2012, houve igualdade entre os cargos.

Tabela 86 - Cargo disputado na eleição municipal seguinte pelos vereadores candidatos a deputado estadual de 2002 a 2010 e que não tiveram sucesso (RS, 2004-2012)

Cargo	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
Prefeito	10	6	8	24	10,9	8,1	10,0	9,8
Vice-prefeito	6	6	9	21	6,5	8,1	11,3	8,5
Vereador	71	52	57	180	77,2	70,3	71,3	73,2
Não concorreu	5	10	6	21	5,4	13,5	7,5	8,5
Total	92	74	80	246	100	99,9	100,1	100

Fonte: TRE-RS

Como era de se presumir, a partir das informações apresentadas anteriormente, a grande maioria dos vereadores tentou a reeleição após voltar derrotada da eleição para a Assembleia Legislativa (73,2%), sendo que o fizeram em maior intensidade do que os que concorreram a deputado federal. Nas três eleições, os percentuais foram parecidos: 77,2% em 2004, 70,3% em 2008 e 71,3% em 2012.

O contingente dos que concorreram ao executivo local é maior (18,3%) e o dos que não concorreram, menor (8,5%). Houve um crescente percentual de candidatos a vice-prefeito ao longo do período (6,5% em 2004, 8,1% em 2008 e 11,3% em 2012) e variação, embora não intensa, entre os pretendentes a prefeito (10,9% em 2004, 8,1% em 2008 e 10% em 2012). Dentre os não concorrentes, a

distinção foi maior em 2008, quando 13,5% dos vereadores não participaram do pleito municipal. Em 2004 e em 2012, os índices ficaram próximos (5,4% e 7,5%, respectivamente).

4.2 Resultados alcançados

Identificado o cenário das escolhas realizadas pelos vereadores que não se elegeram deputado e nem exerciam provisoriamente tal cargo, quando do término da legislatura e a chegada de nova eleição municipal, esta seção se propõe a apresentar e a analisar o resultado que eles colheram. Inicialmente, será dada atenção aos que pleitearam cargo no executivo e, na sequência, aos que buscaram a reeleição para o legislativo.

4.2.1 Cargos executivos

Tabela 87 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram ao executivo na eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)

Resultado	N			%		
	Prefeito	Vice	Geral	Prefeito	Vice	Geral
Eleito	5	13	18	17,9	43,3	31,0
Derrotado	23	17	40	82,1	56,7	69,0
Total	28	30	58	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Os dados mostram um cenário de pouco sucesso para os que pretenderam um cargo executivo. Menos de um terço conseguiu se eleger (18 em 58 casos). Ainda pior: o percentual de êxito se reduz conforme a importância do posto cresce: 43,3% se elegeram vice-prefeito, mas apenas 17,9% obtiveram o cargo de prefeito. Enfim, esses índices reforçam as afirmações que ressaltam a estaticidade do cargo de vereador e como é difícil aos membros dessa categoria ascender.

Tabela 88 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado federal de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram ao executivo na eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)

Resultado	N			%		
	Prefeito	Vice	Geral	Prefeito	Vice	Geral
Eleito	-	5	5	-	55,6	38,5
Derrotado	4	4	8	100	44,4	61,5
Total	4	9	13	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Os que concorreram a deputados federais valem apenas como registro, devido à reduzida quantidade de casos: nenhum dos quatro que pretenderam ser prefeito conseguiu se eleger; e dentre os nove que concorreram a vice-prefeito, houve mais situações de sucesso (55,6%) do que de derrota (44,4%).

Tabela 89 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram ao executivo na eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)

Resultado	N			%		
	Prefeito	Vice	Geral	Prefeito	Vice	Geral
Eleito	5	8	13	20,8	38,1	28,9
Derrotado	19	13	32	79,2	61,9	71,1
Total	24	21	45	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Entre os 24 vereadores que não se elegeram deputado estadual e tentaram a sorte como candidatos a prefeito, apenas cinco (20,8%) tiveram sucesso. Em comum, o fato de quatro deles serem filiados ao PT: Alex Sander Alves Boscaini (Viamão), em 2004; Cláudio Martins (Jaguarão), em 2008; Cláudio Roberto Ramos da Silva (Parobé) e Glauber Duarte (Santana do Livramento), ambos em 2012. Apenas Eduardo Leite (Pelotas), em 2012, fugiu ao padrão, ao se eleger pelo PSDB. Entre aqueles que concorreram ao cargo de vice-prefeito, o aproveitamento foi maior, uma vez que 38,1% saíram vencedores.

Em termos relativos, os que pretenderam um lugar na Assembleia Legislativa tiveram menos sucesso do que os que concorreram à Câmara dos Deputados (71,1% a 61,5%).

4.2.2 Cargo legislativo

A exemplo do que foi feito com os vereadores que se candidataram aos cargos de prefeito e de vice-prefeito, o trabalho passa a analisar a seguir agregadamente os vereadores que fracassaram nas eleições para deputado federal e estadual.

Tabela 90 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram à reeleição (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
Eleito	51	40	43	134	55,4	54,1	62,3	57,0
Suplente	34	29	23	86	37,0	39,2	33,3	36,6
Não eleito	7	5	3	15	7,6	6,8	4,3	6,4
Total	92	74	69	235	100	100,1	99,9	100

Fonte: TRE-RS

Do total de 235 vereadores que se candidataram à reeleição ao longo dos três pleitos analisados pelo trabalho, 57% tiveram sucesso. O percentual foi muito parecido ao longo do período: 55,4% em 2004, 54,1% em 2008 e 62,3% em 2012. O mesmo vale para os 36,6% que ficaram como suplente: o índice mais baixo ocorreu em 2012 (33,3%) e o mais alto em 2008 (39,2%). Conseqüentemente, as variações também não são intensas dentre os 6,4% que concorreram por listas que não atingiram o quociente eleitoral e foram excluídas da disputa²¹.

No entanto, essa taxa de sucesso de 57% não é um desempenho espetacular. Ela é inferior à média apresentada pelos deputados federais brasileiros na série histórica 1950-2002 (67%) e consegue superar a apresentada por apenas dois pleitos entre os 14 realizados para a Câmara dos Deputados ao longo desse período (1950, que registrou 50% e 1990, com 54,5%) (SAMUELS, 2003; PEREIRA; RENNÓ, 2007). Como a taxa de reeleição de 2006²² e de 2010²³ também foi

²¹ Em realidade, um dos não eleitos concorreu por uma lista que atingiu o quociente eleitoral, porém, a candidatura dele foi impugnada pela Justiça Eleitoral (Valmir Moura da CEEE, de Viamão, que pleiteava renovar o mandato em 2008 pelo PSDB).

²² 65,9%, 61,6% ou 60,27%, conforme a fonte (BARRETO, 2011; PEGURIER, 2009; DIAP; CONGRESSO EM FOCO, 2007).

²³ O DIAP a calculou em 70,5% (DIAP, 4 out. 2010). Santos (2010) apresenta um índice mais elevado: 72,7%.

superior a 57%, pode-se dizer que a situação continua a mesma de 1950 até a eleição mais recente.

Um elemento que deve ser ponderado na questão dos resultados obtidos pelos vereadores é a alteração na quantidade de vagas disponíveis nos legislativos ocorridas no período: redução em 2004 em comparação a 2000; aumento em 2012 em relação a 2008²⁴.

Ao considerar apenas os municípios cujos vereadores concorreram a deputados, de 744 vagas existentes em 2000 nas câmaras locais, houve uma queda para 482 em 2004 (redução de cerca de 35%). De 42 municípios cujos vereadores concorreram a deputado em 2002, 39 tiveram redução no número de vagas, apenas um manteve a mesma quantidade (Chapada, com nove) e dois tiveram aumento (Porto Alegre, de 33 para 36, e Campo Bom, de nove para 10). Em sentido inverso, de 433 vagas disponíveis em 2008 passou-se a 573 em 2012 (aumento de cerca de 32%). Dentre os 37 municípios cujos vereadores concorreram a deputado em 2010 e se apresentaram à renovação do mandato em 2012, 27 ampliaram o número de vagas e 10 a mantiveram, seja porque não poderiam aumentar essa quantidade, seja porque a Câmara local decidiu por não fazê-lo.

Para medir o impacto dessa mudança, uma alternativa é comparar os três pleitos. A expectativa é de que em 2004 o índice de reeleição seja menor, pois diminuiu a quantidade de vagas disponíveis, em 2012 seja maior, pois a oferta aumentou, e que 2008 esteja no meio, pois foi o único dos pleitos em questão em que o número se manteve idêntico ao da eleição anterior na ampla maioria dos municípios.

No entanto, não é isso o que se observa: o pleito de 2012 de fato é o que apresenta a mais alta taxa de reeleição (62,3%), mas aquelas apresentadas por 2008 e por 2004 são praticamente idênticas. Aliás, ao contrário do esperado, a de 2008 é menor do que a de 2004 (55,4% e 54,1%). Ao analisar a situação por outro ângulo e se considerar que esses dois pleitos foram realizados com o mesmo número de cadeiras disponíveis, pode-se ver que há coerência entre os resultados e que, com tal contingente em disputa por município, o índice de sucesso gira em torno dos 55%.

²⁴ As taxas de reeleição na Câmara dos Deputados apresentadas anteriormente não ponderam a redução no número de cadeiras ocorrida no período da ditadura militar, tampouco o aumento de cadeiras registrado desde então.

Outra alternativa de análise é separar, em cada pleito, aqueles municípios que mantiveram o número de vagas e os que o alteraram em relação à disputa anterior, e comparar os índices de reeleição. A expectativa, então, é de que haja mais sucesso entre os que mantiveram ou aumentaram o número de cadeiras em relação aos que o diminuíram. Porém, no pleito de 2004 não há margem razoável de comparação, pois houve poucos municípios que mantiveram e/ou aumentaram o número de vagas (três) frente a 39 que reduziram. Em compensação, em 2012 essa comparação é mais possível, pois houve 10 municípios que mantiveram o mesmo número de vagas (entre eles Porto Alegre, que possui muitas cadeiras), frente a 27 que aumentaram.

Tabela 91 - Resultado obtido pelos vereadores eleitos em 2008 candidatos a deputado que concorreram à reeleição em 2012, distinguido pela situação do município quanto ao número de vagas disponíveis (RS, 2012)

Resultado	N		%	
	Aumentou	Não aumentou	Aumentou	Não aumento
Eleito	31	12	67,4	52,2
Suplente	14	9	30,4	39,1
Não eleito	1	2	2,2	8,7
Total	46	23	100	100

Fonte: TRE-RS

Embora em termos absolutos haja o dobro de tentativas de reeleição nos municípios que aumentaram o número de vagas em relação aos que não ampliaram esse contingente (46 a 23), os resultados encontrados estão coerentes com a expectativa inicial. Ou seja, naqueles em que houve aumento, o índice de sucesso é maior do que naqueles em que ele não ocorreu (67,4% a 52,2%). Aliás, o índice de reeleição de 67,4% é o mais alto dentre todos – e bastante convergente com a média histórica apresentada pelos deputados federais –, enquanto o de 52,2% é equivalente ao observado em 2004 e em 2008. Desse modo, pode-se supor que efetivamente a redução da oferta de vagas ocorrida em 2004 (e mantida em 2008) tenha produzido um efeito redutor no índice de reeleição dos vereadores.

Tabela 92 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado federal de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram à reeleição (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
Eleito	13	9	9	31	61,9	40,9	75,0	56,4
Suplente	6	9	3	18	28,6	40,9	25,0	32,7
Não eleito	2	4	-	6	9,5	18,2	-	10,9
Total	21	22	12	55	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Os vereadores que se candidataram a deputado federal tiveram quase o mesmo índice sucesso registrado no cômputo geral: 56,4%. A diferença primordial foi que, percentualmente, menos vereadores ficaram como suplente (32,7% a 36,6%) e não se elegeram por concorrerem por agremiações que não conquistaram o quociente eleitoral (10,9% a 6,4%).

Analisadas separadamente, cada eleição apresenta um quadro distinto. Nas eleições de 2004, houve o maior número de vereadores reeleitos (13), mas que correspondem a 61,9%. No pleito seguinte, o maior número, tanto de suplentes (nove) quanto de não eleitos (quatro), correspondentes respectivamente a 40,9% e a 18,2%. Além disso, o percentual de suplentes e de eleitos foi o mesmo (40,9%). As últimas eleições apresentaram o menor percentual de sucesso (75%), bem como nenhum vereador que tenha sido excluído de qualquer perspectiva de vir a ocupar o cargo.

Tabela 93 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado estadual de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram à reeleição (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
Eleito	38	31	34	103	53,5	59,6	59,6	57,2
Suplente	28	20	20	68	39,4	38,5	35,1	37,8
Não eleito	5	1	3	9	7,0	1,9	5,3	5,0
Total	71	52	57	180	99,9	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No que tange a aqueles que não conseguiram se eleger deputados estaduais, o índice de reeleição de 57,2% é mais alto do que o dos que concorreram a deputado federal, mas a diferença não é gritante. Em contrapartida, o dos que ficaram como suplentes também é mais alto (37,8%). A consequência é um percentual inferior daqueles que concorreram por listas que não atingiram o quociente eleitoral (5%).

Se a eleição de 2002 foi a responsável pelo maior número de reeleitos (38), em percentual foi o de menor sucesso (53,5%). De outra forma, as eleições de 2006 e de 2010 apresentam coincidência de percentual (59,6% de sucesso) A registrar, por fim, a distinção entre os não eleitos: de 7% em 2004 e 5,3% em 2012, o índice foi de 1,9% (ou um caso) em 2008.

4.2.3 Indicadores de desempenho dos candidatos à reeleição

Diagnosticado o panorama dos resultados obtidos pelos vereadores que pretenderam ser deputado e, terminado o mandato, concorreram à reeleição, é chegado o momento de dimensionar mais detalhadamente o desempenho por eles obtido, bem como as perspectivas de vir a ocupar o posto de vereador para o caso daqueles que ficaram na suplência.

4.2.3.1 Posicionamento na lista

Tabela 94 - Resultado e posicionamento na lista obtido pelos vereadores que não se elegeram deputado de 2002 a 2010 ao concorrerem à reeleição (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
Eleito	62	38	34	134	84,9	80,9	29,8	57,3
Suplente	-	8	78	86	-	17,0	68,4	36,8
Não eleito ²⁵	11	1	2	14	15,1	2,1	1,8	6,0
Total	73	47	114	234	100	100	100	100,1

Fonte: TRE-RS

²⁵ Como informado anteriormente, um dos não eleitos teve a candidatura impugnada e os votos obtidos desconsiderados pela Justiça Eleitoral.

Ao ser analisado o posicionamento na lista desses vereadores, conforme o resultado obtido, verifica-se a situação esperada, ou seja, um desempenho melhor daqueles que ficaram em primeiro lugar em comparação aos demais. Assim, 84,9% deles se elegeram, 15,1% não se elegeram e nenhum ficou como suplente²⁶. Dentre os posicionados em segundo lugar na lista, o índice de sucesso ainda é alto (80,9%), mas 17% deles ficaram na suplência. Dos que se posicionaram a partir do terceiro lugar na lista, quase 30% se elegeram, contudo a maioria obteve a suplência (68,4%). Deve-se destacar, ainda, que uma parcela significativa dos não eleitos ficou em primeiro lugar, o que pode ser apreciado com mais clareza na tabela a seguir.

Tabela 95 - Resultado e posicionamento na lista obtido pelos vereadores que não se elegeram deputado de 2002 a 2010 ao concorrerem à reeleição (RS, 2004-2012)

Posição	N				%			
	Eleito	Suplente	Não eleito ²⁷	Geral	Eleito	Suplente	Não eleito	Geral
1º	62	-	11	73	46,3	-	78,6	31,2
2º	38	8	1	47	28,4	9,3	7,1	20,1
3º ou +	34	78	2	114	25,4	90,7	14,3	48,7
Total	134	86	14	234	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

A tab. 95 mostra que, dentre os eleitos, 46,3% ficaram em primeiro lugar na lista e outros 28,4% em segundo. Somados, tem-se que 74,7% se posicionaram em primeiro ou segundo lugar. Dentre os suplentes, a grande maioria ficou a partir do terceiro lugar (90,7%). A ponderar, ainda, que dentre os não eleitos, 78,6% foram o primeiro colocado da lista, índice superior ao dos eleitos. Isso indica que a razão primordial para que eles não tenham obtido a vaga foi a baixa competitividade da própria lista²⁸. Essa situação é contrária a que ocorre com os que ficaram como suplentes.

²⁶ Esta é uma situação lógica: sendo líder da lista o candidato não pode ser suplente, pois ou consegue a vaga ou a lista não atinge o quociente eleitoral e ele fica como não eleito.

²⁷ Um dos não eleitos teve a candidatura impugnada e os votos obtidos desconsiderados pela Justiça Eleitoral.

²⁸ Não se exclui, contudo, a possibilidade de o candidato ter sido o primeiro colocado ao obter poucos votos, pois a lista como um todo reunia candidatos pouco competitivos. Assim, dentre os primeiros colocados das listas, podem-se distinguir dois tipos: os que fazem muitos votos em listas pouco competitivas, nas quais eles são praticamente os únicos candidatos de destaque; os que fazem poucos votos em listas pouco competitivas, nas quais não há qualquer concorrente de destaque. No

O cenário se repete, quando a análise é realizada pelo cargo de deputado que os vereadores disputaram, como pode ser verificado nas tabelas a seguir.

Tabela 96 - Resultado e posicionamento na lista obtido pelos vereadores que não se elegeram deputado federal de 2002 a 2010 ao concorrerem à reeleição (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
Eleito	14	10	7	31	77,8	76,9	29,2	56,4
Suplente	-	2	16	18	-	15,4	66,7	32,7
Não eleito	4	1	1	6	22,2	7,7	4,2	10,9
Total	18	13	24	55	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 97 - Resultado e posicionamento na lista obtido pelos vereadores que não se elegeram deputado estadual de 2002 a 2010 ao concorrerem à reeleição (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
Eleito	48	28	27	103	87,3	82,4	30,0	57,5
Suplente	-	6	62	68	-	17,6	68,9	38,0
Não eleito ²⁹	7	-	1	8	12,7	-	1,1	4,5
Total	55	34	90	179	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

4.2.3.2 Ordem de suplência

Nessa perspectiva, vale identificar a ordem como suplente dos 86 vereadores que não conseguiram renovar o mandato, pois, conforme essa colocação, as chances de vir a ocupar o cargo se tornam maiores ou menores.

caso específico, dentre os 11 líderes, oito tiveram votação superior a de candidatos eleitos, dos quais quatro ficaram entre os 10 mais votados do município.

²⁹ Um dos não eleitos teve a candidatura impugnada e os votos obtidos desconsiderados pela Justiça Eleitoral.

Tabela 98 - Colocação como suplente dos vereadores que não se elegeram ao concorrer a deputado de 2002 a 2010 e não conseguiram renovar o mandato na eleição subsequente (RS, 2004-2012)

Colocação	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
1º a 2º	16	17	16	49	47,1	58,6	69,6	57,0
3º a 5º	12	12	6	30	35,3	41,4	26,1	34,9
6º ou +	6	-	1	7	17,6	-	4,3	8,1
Total	34	29	23	86	100	100	100,1	100

Fonte: TRE-RS

Os dados indicam que a maioria dos vereadores ficou na primeira ou na segunda suplência (49 ou 57%), dos quais 32 (37,2%) se posicionaram como o primeiro suplente. Outros 43% tinham poucas expectativas de virem a ocupar um cargo, pois ficaram a partir da terceira suplência. Como ponderado no capítulo anterior, as chances dos suplentes tomarem posse (em caráter definitivo ou provisório) depende do partido ao qual estão vinculados, se estes compõem a coalizão de governo no plano federal, estadual ou municipal.

Tabela 99 - Colocação como suplente dos vereadores que não se elegeram ao concorrer a deputado federal de 2002 a 2010 e não conseguiram renovar o mandato na eleição subsequente (RS, 2004-2012)

Colocação	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
1º a 2º	3	6	2	11	50,0	66,7	66,7	61,1
3º a 5º	1	3	1	5	16,7	33,3	33,3	27,8
6º ou +	2	-	-	2	33,3	-	-	11,1
Total	6	9	3	18	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 100 - Colocação como suplente dos vereadores que não se elegeram ao concorrer a deputado estadual de 2002 a 2010 e não conseguiram renovar o mandato na eleição subsequente (RS, 2004-2012)

Colocação	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
1º a 2º	13	11	14	38	46,4	55,0	70,0	55,9
3º a 5º	11	9	5	25	39,3	45,0	25,0	36,8
6º ou +	4	-	1	5	14,3	-	5,0	7,4
Total	28	20	20	68	100	100	100	100,1

Fonte: TRE-RS

Na análise por cargo em disputa, verifica-se um desempenho melhor (ou menos pior, por se tratar de candidatos que não conseguiram se eleger) dos que pleitearam ser deputado federal do que estadual (61,1% e 55,9%, respectivamente, ficaram na primeira ou na segunda suplência). Se o quesito for apenas os que ficaram como primeiro suplente, as diferenças se reduzem, mas continuam a prevalecer os pretendentes a deputado federal (38,9% a 36,8%). A destacar, ainda, o fato de que nos dois cargos o percentual daqueles que ficaram na primeira ou na segunda suplência cresceu ao longo do período: de 46,4% em 2004 para 70% no caso dos que concorreram a deputado estadual e de 50% a 66,7% no dos que buscaram ser deputado federal.

4.2.3.3 Votação em relação ao pleito anterior

Tabela 101 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado de 2002 a 2008 ao disputarem a reeleição e votação em relação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)

Votação	N				%			
	Eleito	Suplen te	Não eleito ³⁰	Geral	Eleitos	Suplen te	Não eleito	Geral
Positiva	80	25	3	108	59,7	29,1	21,4	46,2
Negativa	54	61	11	126	40,3	70,9	78,6	53,8
Total	134	86	14	234	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Esta tabela foi construída relacionando duas variáveis: o resultado obtido pelo candidato à reeleição e a comparação entre a quantidade de votos (número absoluto) conquistada no pleito anterior e no atual.

Verifica-se que a maioria somou menos votos do que há quatro anos (53,8%). Apesar disso, os dados apontam para o sentido esperado: os eleitos ampliaram a votação mais do que os que ficaram como suplentes ou os que não se elegeram (59,7% a 29,1% e 21,4%, respectivamente); e o inverso ocorre no caso dos que perderam votos: 40,3% se elegeram, 70,9% ficaram como suplentes e 78,6% não se elegeram.

³⁰ Um dos não eleitos teve a candidatura impugnada e os votos obtidos desconsiderados pela Justiça Eleitoral.

Mais do que isso, dos 108 candidatos que ampliaram a votação em comparação ao pleito anterior, 80 ou 74% conseguiram se eleger e um quarto não o conseguiu (ficou na suplência ou simplesmente não se elegeu). Logo, ampliar a votação é um elemento importante para viabilizar a reeleição. No entanto, reduzir a votação não tem o mesmo significado: dos 126 que tiveram esse desempenho, 42,9% ou 54 conseguiram se reeleger, enquanto para 57,1% ou 72 casos isso significou ficar na suplência ou não se eleger.

Tabela 102 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2008 ao disputarem a reeleição e votação em relação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)

Votação	N				%			
	Eleito	Suplen te	Não eleito	Geral	Eleito	Suplen te	Não eleito	Geral
Positiva	22	6	2	30	71,0	33,3	33,3	54,5
Negativa	9	12	4	25	29,0	66,7	66,7	45,5
Total	31	18	6	55	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Como se pode observar, no caso dos vereadores candidatos a deputado federal, a maioria conseguiu ampliar a votação em relação ao pleito anterior (54,5%), o que contraria o cenário identificado no quadro geral. Reflexo disso, houve ainda mais eleitos com votação positiva (71%), mas em termos de sucesso dos que ampliaram a quantidade de votos o sucesso é praticamente o mesmo do quadro geral (73,3% e 74%, respectivamente). Por consequência, os efeitos se deram mais fortemente junto aos que tiveram a votação reduzida: um percentual menor deles conseguiu a reeleição (36% ou 9 em 25), correspondente a 29% da categoria dos eleitos. Logo, pode-se dizer que reduzir a votação foi mais decisivo para o resultado negativo nos pretendentes a deputado federal.

Tabela 103 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2008 ao disputarem a reeleição e votação em relação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)

Votação	N				%			
	Eleito	Suplen Te	Não eleito ³¹	Geral	Eleito	Suplen te	Não eleito	Geral
Positiva	58	19	1	78	56,3	27,9	12,5	43,6
Negativa	45	49	7	101	43,7	72,1	87,5	56,4
Total	103	68	8	179	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Se os quadros geral e dos concorrentes a deputado federal são aqueles apresentados anteriormente, é de supor-se que dentre os pretendentes a deputado estadual prevalecesse o desempenho negativo em termos de votação. De fato, 56,4% deles obtiveram menos votos do que há quatro anos. Desse modo, a relação entre os eleitos é mais equilibrada: 56,3% se elegeram ao melhorar a votação, mas 43,7% chegaram ao mesmo resultado tendo piorado.

Em termos de aproveitamento dos que melhoraram, o cenário é igual aos anteriores, a indicar estabilidade no peso desse quesito na manutenção do mandato: 74,4% se reelegeram ao melhorar a votação. E de modo aproximado ao quadro geral, mais de 70% dos que ficaram como suplentes e quase 90% dos não eleitos pioraram a votação. Contudo, 44,6% se reelegeram, apesar de terem votação menor do que há quatro anos, a indicar, mais uma vez, que se esse quesito é importante para garantir a reeleição, ele não se mostrou da mesma forma para os que não a conseguem.

Outra relação que pode ser desenvolvida é verificar se a votação quando candidato a deputado pode ser um preditor da votação que ele vai obter ao buscar a reeleição. Para isso, tomou-se a quantidade de votos somada no município em que exercia o mandato ao concorrer a deputado e a comparou com aquelas obtidas ao conquistar o cargo e ao tentar renová-lo.

O fato é que praticamente todos os 234 concorrentes à reeleição que tiveram os votos computados pela Justiça Eleitoral fizeram mais votos ao serem candidatos a deputado em relação aos pleitos municipais anterior e posterior a tal

³¹ Um dos não eleitos teve a candidatura impugnada e os votos obtidos desconsiderados pela Justiça Eleitoral.

postulação.³² Logo, os vereadores foram distinguidos em dois grupos, tendo em vista a grandeza do crescimento alcançado: (1) discreto, correspondente aos raros casos de desempenho negativo e a aquele que atingiram até 300%, ou seja, quem ao concorrer a deputado ampliou em até três vezes a votação obtida ao se eleger vereador; e (2) robusto, correspondente a mais de 300%. O primeiro grupo reúne 146 casos (62,4%) e o segundo 88 (37,6%).

O resultado que esses vereadores obtiveram ao tentar a reeleição também foi comparado com aquele obtido ao conquistar o mandato. Como já foi visto, 108 vereadores tiveram desempenho positivo (46,2%) e 126, negativo (53,8%).

Ao cruzarem-se esses dois critérios, há quatro combinações possíveis: (1) crescimento discreto e redução na votação (aa); (2) crescimento discreto e ampliação na votação (ab); (3) crescimento robusto e redução na votação (ba); (4) crescimento robusto e ampliação na votação (bb).

A combinação 1 é a pior possível e a 4 a melhor. As combinações 2 e 3 são medianas, mas obviamente a 2 é mais desejável que a 3, pois como o vereador não se elegeu deputado, o que interessa a ele é ter um desempenho melhor ao pleitear uma nova disputa, no caso, a reeleição.

Tabela 104 - Intensidade do crescimento da votação do vereador quando concorreu a deputado de 2002 a 2010 e não se elegeu e variação da votação ao concorrer à reeleição, ambas em comparação à votação obtida ao conquistar o mandato (RS, 2000-2012)

Crescimento	N			%		
	Até 300 (a)	+ 300 (b)	Geral	Até 300 (a)	+ 300 (b)	Geral
Negativo (a)	87	39	126	37,2	16,7	53,9
Positivo (b)	59	49	108	25,2	20,9	46,1
Total	146	88	234	62,4	37,6	100

Fonte: TRE-RS

Os resultados mostram que a combinação com maior incidência é a 1 (aa), justamente o pior cenário para os vereadores, com 37,2%. Dentre as possibilidades de cruzamento, considerando as diferentes grandezas dos grupos, esta é a

³² Houve oito casos de candidato a deputado que fez menos votos do que quando se elegeu vereador e dois de quem conquistou votação menor do que quando concorreu à reeleição, equivalentes, então, a 3,4% e a 0,9%, respectivamente. Ressalva-se de seis desses casos ocorrerem com vereadores de Porto Alegre.

alternativa que atinge o percentual mais alto dentre todas (69% do máximo possível, 126 casos)³³. Desse modo, pode-se dizer que a intensidade da ampliação de votos do vereador no município dele quando concorre a deputado em relação a quando se elegeu para o legislativo local é um indicador valioso para estimar a votação que ele fará ao tentar a reeleição em comparação à obtida no pleito local anterior. Se o desempenho for discreto (calculado em até 300% maior) ele provavelmente fará menos votos ao tentar a reeleição do que há quatro anos.

No entanto, isso não significa necessariamente que o vereador não conseguirá se reeleger, pois outros fatores interferem nesse quesito³⁴. Um deles, por exemplo, é o posicionamento na lista, como será visto a seguir.

4.2.3.4 Posicionamento na lista em relação ao pleito anterior

Outra comparação possível de se fazer é entre os posicionamentos na lista obtidos por esses vereadores na eleição em que conquistaram o mandato e a subsequente, quando procuraram renovar o mandato. Afinal, Barreto (2011, p.184) já ponderou, “quando se trata de reeleição, performance individual e colocação na lista são variáveis relacionadas, porém distintas, e a melhoria em uma não torna automática, nem necessária a ocorrência do avanço na outra. O máximo que se pode afirmar é haver a tendência de que isso se verifique, mas a confirmação depende do estudo dos casos específicos”.

Para viabilizar tal comparação foi adotado o seguinte critério: se ele igualou ou melhorou de posicionamento, considerou-se “positivo”; se ficou em posição abaixo foi classificado como “negativo”.

³³ As demais combinações ficam entre 44,3% a 55,7% do máximo de casos possíveis, que são: 108 na 2, e 88 na 3 e na 4.

³⁴ De fato, 39 se reelegeram tendo crescimento robusto e ampliação da votação (situação 4), mas quase a mesma quantidade, 36, reelegeu-se tendo crescimento discreto e redução da votação (situação 1). Porém, entre os suplentes, 45 estiveram inclusos na situação 1, a pior possível, e 10 na situação 4, a mais desejável. Logo, a inclusão na pior combinação possível teve mais força para explicar o insucesso do que o sucesso.

Tabela 105 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e posicionamento na lista em comparação ao pleito municipal anterior (RS, 2000-2012)

Posição	N				%			
	Eleito	Suplen te	Não eleito ³⁵	Geral	Eleito	Suplen te	Não eleito	Geral
Positiva	87	9	12	108	64,9	10,5	85,7	46,2
Negativa	47	77	2	126	35,1	89,5	14,3	53,8
Total	134	86	14	234	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

O dado mais importante é que, a exemplo do quesito votação, a maioria (53,8%) perdeu espaço em comparação ao pleito precedente. Mas quando a análise é realizada pelo resultado obtido, como seria de se esperar, dentre os eleitos o cenário é inverso: 64,9% conseguiu um desempenho positivo, enquanto dentre os suplentes o desempenho negativo prepondera largamente (89,5%). Logo, 80,6% dos que tiveram posicionamento na lista positivo em relação ao pleito anterior se reelegeram (87 em 108), enquanto 62,7% dos que pioraram não tiveram o mesmo sucesso. Esses índices são mais contundentes dos que avançaram na votação e expõem tendências mais claras, ou seja: posicionamento na lista é mais determinante para o resultado do que a votação obtida.

Esses mesmos dados relacionados permitem afirmar que os concorrentes ficaram na suplência porque pioraram o desempenho pessoal (fizeram menos votos) ou, alternativamente, ainda que não tenham perdido votos (eventualmente até tenham ampliado a votação), concorreram em uma lista mais competitiva do que a de quatro anos antes, razão pela qual se posicionaram mais atrás.

A ponderar, ainda, que o desempenho mais amplamente positivo desses candidatos ocorreu dentre os não eleitos, pois 85,7% igualaram ou melhoraram de posição na lista. Contudo, as razões para esse dado, que não é surpreendente, remetem-se à lista pela qual eles concorreram, a qual tinha apenas eles como puxadores de voto e/ou era pouco competitiva em seu conjunto.

³⁵ Um dos não eleitos teve a candidatura impugnada e os votos obtidos desconsiderados pela Justiça Eleitoral.

Tabela 106 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e posicionamento na lista em comparação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)

Posição	N				%			
	Eleito	Suplen te	Não eleito	Geral	Eleito	Suplen te	Não eleito	Geral
Positiva	19	4	5	28	61,3	22,2	83,3	50,9
Negativa	12	14	1	27	38,7	77,8	16,7	49,1
Total	31	18	6	55	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 107 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e posicionamento na lista em comparação ao pleito municipal anterior (RS, 2004-2012)

Posição	N				%			
	Eleito	Suplen te	Não eleito ³⁶	Geral	Eleito	Suplen te	Não eleito	Geral
Positiva	68	5	7	80	66,0	7,4	87,5	44,7
Negativa	35	63	1	99	34,0	92,6	12,5	55,3
Total	103	68	8	179	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Quando a análise distingue os pretendentes à reeleição pelo cargo de deputado ao qual concorreram, verificam-se distinções: os que pleitearam ser deputado federal tiveram aproveitamento positivo maior do que os que quiseram ser deputado estadual (50,9% a 44,7%), mas esse fato foi menos determinante para o sucesso deles (61,3% dentre os candidatos a deputado federal eleito havia permanecido ou avançado na lista contra 66% dos candidatos a estadual). Desse modo, 67,8% dos federais que tiveram desempenho positivo se reelegeram (19 em 28), índice que sobe a 85% dentre os estaduais (68 em 80). Ao contrário, ter recuado na lista foi menos determinante para a não reeleição entre os vereadores candidatos a deputado federal do que entre os a estadual, pois 44,4% dos que recuaram se reelegeram no primeiro eleitos no primeiro e 35,4% no segundo.

³⁶ Um dos não eleitos teve a candidatura impugnada e os votos obtidos desconsiderados pela Justiça Eleitoral.

4.2.3.5 Quantidade de mandatos

O próximo quesito a ser observado é a experiência política acumulada do vereador, o que vem sendo dimensionado pela quantidade de mandatos no legislativo municipal que ele já exerceu ou exerce.

Tabela 108 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado entre 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição e quantidade de mandatos (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3	Geral
Eleito	50	43	41	134	51,0	59,7	63,1	57,0
Suplente	41	24	21	86	41,8	33,3	32,3	36,6
Não eleito	7	5	3	15	7,1	6,9	4,6	6,4
Total	98	72	65	235	99,9	100	100	100

Fonte: TRE-RS

O sucesso dos candidatos à reeleição é maior conforme cresce a experiência. Logo, 51% dos vereadores em primeiro mandato se reelegeram, índice que sobe para 59,7% se ele está no segundo mandato e chega a 63,1% se tem três ou mais mandatos. Ao inverso, a condição de suplente cai conforme a maior experiência: é de 41,8% entre os de primeiro mandato, de 33,3% entre os que finalizam o segundo mandato e de 32,3% entre os que têm três ou mais mandatos. Os não eleitos se distribuem mais ou menos equitativamente conforme a quantidade de mandatos cumpridos.

Esta é uma informação importante e parece apontar para a progressiva consolidação da carreira dos vereadores. Assim, quem acumula três mandatos ou mais tem o reconhecimento do eleitorado, já foi testados, aprovados e, por isso, cultiva um contingente significativo de eleitores que garantem a ele a reeleição. Os que estão em segundo mandato caminham para esse ponto, razão pela qual um percentual menor – mas ainda significativo – obtém a reeleição. Por fim, aqueles que estão em primeiro mandato estão mais sujeitos do que os demais a sofrerem revezes, apesar de mais da metade deles se reelegerem.

Por efeito circular, pode-se especular que muitos desses vereadores em primeiro mandato acabem substituídos por novatos, os quais chegam à Câmara dotados das mesmas expectativas positivas que os levaram ao cargo há quatro anos. Enfim, a mesma disposição do eleitorado que guindou aqueles novatos ao legislativo, atinge uma parcela razoável deles quando tentam se reeleger e já deixaram de ser novatos. Não admira, portanto, que este estudo e o de Leal (2010) citado no capítulo 2 identifiquem uma parcela tão significativa de vereadores em primeiro mandato (acima de 50%), o que só é possível quando há uma razoável circulação. O que o estudo diagnostica que essa circulação é mais forte entre os vereadores de primeiro mandato do que entre os com mais experiência acumulado.

Tabela 109 - Número de mandatos e votação dos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 ao tentarem a reeleição em comparação à eleição municipal anterior (RS, 2012)

Votação	N				%			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3 ou +	Geral
Positiva	51	31	26	108	52,0	43,7	40,0	46,2
Negativa	47	40	39	126	48,0	56,3	60,0	53,8
Total	98	71	65	234	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

No entanto, a menor taxa de sucesso entre os vereadores em primeiro mandato aqui analisados não significa que eles tenham padecido de insucesso eleitoral, medido pelo decréscimo na votação. Ao contrário, o percentual de crescimento da votação em relação à disputa anterior diminui conforme se amplia a quantidade de mandatos – tendência inversa à registrada em termos de resultado eleitoral –, como demonstra a tabela anterior.

Tabela 110 - Número de mandatos e posição na lista dos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 ao tentarem a reeleição em comparação à eleição municipal anterior (RS, 2012)

Posição	N				%			
	1º	2º	3º ou +	Geral	1º	2º	3º ou +	Geral
Positiva	44	35	29	108	44,9	49,3	44,6	46,2
Negativa	54	36	36	126	55,1	50,7	55,4	53,8
Total	98	71	65	234	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

A menor taxa de sucesso dos vereadores em primeiro mandato em relação aos mais experientes também não se explica claramente se o quesito for a comparação entre os posicionamentos na lista, como mostra a tabela acima. Apesar de ter desempenho inferior aos em segundo mandato (44,9% e 49,3%, respectivamente), o índice de posicionamento na lista positivo é praticamente idêntico ao dos que têm três mandatos ou mais (44,9% e 44,6%, respectivamente).

No entanto, dois são os elementos a mais a considerar e que ajudam a explicar o índice de reeleição inferior dos vereadores em primeiro mandato: o primeiro deles é a maior quantidade dos que não atingiram sequer a suplência (sete contra cinco e três); a outra é o que destacou Barreto (2011, p.187)

um candidato pode piorar a sua performance e ascender na lista, desde que os outros componentes da lista tenham desempenho ainda pior; na mesma medida, ele pode melhorar e recuar, se os demais forem mais eficientes. A última situação mostra o quanto se intensificou a disputa interna, bem como que a performance do candidato foi melhor em comparação tão somente aquela que ele havia apresentado na eleição anterior, todavia não em relação à competitividade existente na disputa mais recente. Conquistar o mandato nessas condições também faz parte da racionalidade do sistema eleitoral, visto que, além da disputa interna às listas, torna-se necessário considerar o desempenho do partido ou da aliança pela qual a eleição é disputada.

Tabela 111 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e quantidade de mandatos (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3	Geral
Eleito	8	12	11	31	34,8	66,7	78,6	56,4
Suplente	11	5	2	18	47,8	27,8	14,3	32,7
Não eleito	4	1	1	6	17,4	5,6	7,1	10,9
Total	23	18	14	55	100	100,1	100	100

Fonte: TRE-RS

Tabela 112 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e quantidade de mandatos (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	1	2	3 ou +	Geral	1	2	3	Geral
Eleito	42	31	30	103	56,0	57,4	58,8	57,2
Suplente	30	19	19	68	40,0	35,2	37,3	37,8
Não eleito	3	4	2	9	4,0	7,4	3,9	5,0
Total	75	54	51	180	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Quando os dados são desagregados por cargo disputado pelos vereadores, mantém-se o mesmo cenário geral, embora os detentores os que se elegeram que estavam em primeiro mandato e os demais vencedores haja diferenças restritas entre os pretendentes a deputado estadual (56%-58,8%) e intensas entre os concorrentes a deputado federal (34,8%, 66,7% e 78,6%). De tal modo que, entre os últimos, houve mais casos de vereadores de primeiro mandato que não conseguiram a reeleição do que daqueles que conseguiram. Portanto, a diferença na taxa de sucesso dos vereadores menos experientes em relação aos que têm mais de um mandato reside na categoria dos vereadores que concorreram a deputado federal.

4.2.4 Os Fatores município e partido para os pretendentes à reeleição

Nesse momento, podem ser trazidas à tona novamente duas variáveis até então não utilizadas nesta análise: a grandeza eleitoral do município do vereador e o partido pelo qual ele concorreu ao tentar a reeleição.

Tabela 113 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e grandeza eleitoral do município em que exercem o mandato (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
Eleito	72	30	32	134	65,5	61,2	42,1	57,0
Suplente	30	16	40	86	27,3	32,7	52,6	36,6
Não eleito	8	3	4	15	7,3	6,1	5,3	6,4
Total	110	49	76	235	100,1	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Ao cruzar as variáveis “tamanho do município” e “resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado que concorreram à reeleição” verifica-se que não há diferenças importantes entre os municípios grandes (mais de 100 mil votantes) e médios (de 50 a 100 mil votantes), pois se elegeram de 65,5% a 61,2% dos pretendentes e ficaram como suplente de 27,3% a 32,7%. O cenário é diverso, no entanto, nos municípios menores (até 50 mil votantes), nos quais somente 42,1% se elegeram e 52,6% dos candidatos ficaram como suplente.

Tabela 114 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2010 quando disputaram a reeleição e grandeza eleitoral do município em que exercem o mandato (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
Eleito	14	9	8	31	53,8	69,2	50,0	56,4
Suplente	8	3	7	18	30,8	23,1	43,8	32,7
Não eleito	4	1	1	6	15,4	7,7	6,3	10,9
Total	26	13	16	55	100	100	100,1	100

Fonte: TRE-RS

A mesma situação não se repete no caso dos que concorreram a deputado federal: o cenário é de equilíbrio entre os vereadores eleitos de municípios grandes e pequenos (50% a 53,8%) e de percentual de sucesso mais elevado entre os médios (69,2%). As diferenças também são notáveis entre os suplentes (23,1% entre os médios; 30,8% entre os grandes e 43,8% entre os pequenos), assim como entre os não eleitos, pois houve o dobro entre os vereadores dos municípios grandes em comparação aos demais.

Tabela 115 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição e grandeza eleitoral do município em que exercem o mandato (RS, 2004-2012)

Resultado	N				%			
	+ 100	50-100	Até 50	Geral	+ 100	50-100	Até 50	Geral
Eleito	58	21	24	103	69,0	58,3	40,0	57,2
Suplente	22	13	33	68	26,2	36,1	55,0	37,8
Não eleito	4	2	3	9	4,8	5,6	5,0	5,0
Total	84	36	60	180	100	100	100	100

Fonte: TRE-RS

Já entre os vereadores candidatos a deputado estadual há maior proximidade com o cenário geral: quanto maior o município maior o contingente de eleitos (69% entre os grandes, 58,3% entre os médios e 40% entre os pequenos) e equilíbrio no caso dos não eleitos (de 4,8% a 5,6%).

A próxima observação trata dos resultados obtidos conforme o partido político pelo qual concorreram os vereadores pretendentes à reeleição. Antes, porém, é preciso registrar que entre a conquista do mandato e a tentativa de renová-lo houve 35 migrantes entre os 180 vereadores que concorreram a deputado

estadual (19,4%) e 13 entre os 55 pretendentes a federal (23,6%)³⁷. Como o parâmetro é o partido pelo qual ele concorreu nas duas disputas municipais em questão, há trocas de legenda ocorridas antes de pleitear ser deputado, outras depois desse fato, mas também há casos de quem trocou antes e depois (realizou pelo menos duas migrações). E dentre esses, alguns passaram por três partidos no período, bem como outros que retornaram à legenda pela qual conquistaram o cargo de vereador, ou seja, que concorreram nos dois pleitos municipais pelo mesmo partido, embora tenham migrado duas vezes ao longo da legislatura (foram e voltaram à legenda de origem).

Destaca-se que essas trocas fizeram com que o PSD ingressasse na relação de partidos (dentre os candidatos a deputado estadual) e que, pela mesma razão mais o fato de o vereador não concorrer ou pleitear um cargo executivo, não figuram em relação à análise anterior: PR (geral), PSOL e PHS (deputado federal).

Por fim, pondera-se que, ao contrário das informações constantes no capítulo 2, que se referiam à escolha que cada partido fez ao montar suas listas de candidatos a deputado, a situação a ser observada agora abarca a realidade de cada partido em cada município, o que envolve uma diversidade de escolhas e de cenários. Portanto, as razões que explicam os dados estão sujeitas às peculiaridades apresentada pelos partidos em determinados municípios.

³⁷ Entre os deputados estaduais 17 migraram entre 2000 e 2004, 16 entre 2004 e 2008 e dois entre 2008 e 2012. Entre os federais foram oito que migraram entre 2000 e 2004, cinco entre 2004 e 2008 e nenhum entre 2008 e 2012.

Tabela 116 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado de 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição conforme o partido (RS, 2004-2012)

Partido	N				%			
	Eleito	Sup.	Não el.	Geral	Eleito	Sup.	Não el.	Geral
PMDB	28	9	-	37	75,7	24,3	-	100
PT	21	11	3	35	60,0	31,4	8,6	100
PDT	23	7	2	32	71,9	21,9	6,3	100,1
PTB	13	14	-	27	48,1	51,9	-	100
PSDB	13	8	-	21	61,9	38,1	-	100
PPB/PP	10	8	1	19	52,6	42,1	5,3	100
PSB	6	8	4	18	33,3	44,4	22,2	99,9
PFL/DEM	6	10	1	17	35,3	58,8	5,9	100
PCdoB	5	6	-	11	45,5	54,5	-	100
PPS	4	1	-	5	80,0	20,0	-	100
PL	2	2	-	4	50,0	50,0	-	100
PV	-	2	1	3	-	66,7	33,3	100
PSOL	1	-	-	1	100	-	-	100
PRB	1	-	-	1	100	-	-	100
PSD	1	-	-	1	100	-	-	100
PHS	-	-	1	1	-	-	100	100
PTdoB	-	-	1	1	-	-	100	100

Fonte: TRE-RS

Em um primeiro momento, os partidos políticos podem ser distinguidos em dois grandes grupos: os que elegeram metade ou mais dos vereadores que pleiteavam a reeleição e os que elegeram menos da metade. Com exceção de PSOL, PRB, PSD, PHS e PTdoB, descartados por terem apenas um caso para analisar, o grupo dos de maior sucesso é formado por sete legendas (PMDB, PT, PDT, PSDB, PPB/PP, PPS e PL), o dos com mais fracassos por cinco (PTB, PSB, PFL/DEM, PCdoB e PV).

Os piores desempenhos são do PV, que não elegeu nenhum vereador e teve dois como suplentes (66,7%); e do PSB, que elegeu um terço dos candidatos, teve 44,4% de suplentes e 22,2% (quatro) de não eleitos, os quais correspondem a 28,6% do total de candidatos que concorreram a listas que não atingiram o quociente eleitoral (apenas ele, PT e PDT tiveram mais de um insucesso do gênero). PFL/DEM vem logo após, pois elegeu 35,2% dos seus candidatos, outros 58,8% ficaram como suplente e 5,9% não se elegeram (um caso).

Os desempenhos mais destacados são os de: PPS, que elegeu quatro dos cinco candidatos (80%) e não teve nenhum não eleito; PMDB, com 28 eleitos dentre 39 candidatos (75,7%), sendo que nenhum ficou como não eleito, o que significa que o partido conseguiu ultrapassar o quociente eleitoral em todos os municípios

analisados; e PDT, com 23 eleitos do total de 32 concorrentes (71,9%), mas que teve 6,3% (dois casos) de não eleitos.

Tabela 117 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado federal de 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição conforme o partido (RS, 2004-2012)

Partido	N				%			
	Eleito	Sup.	Não el.	Geral	Eleito	Sup.	Não el.	Geral
PDT	6	1	-	7	85,7	14,3	-	100
PSB	1	3	3	7	14,3	42,9	42,9	100,1
PT	4	1	1	6	66,7	16,7	16,7	100,1
PMDB	6	-	-	6	100	-	-	100
PTB	3	3	-	6	50,0	50,0	-	100
PSDB	2	3	-	5	40,0	60,0	-	100
PPB/PP	3	2	1	6	50,0	33,3	16,7	100
PCdoB	1	2	-	3	33,3	66,7	-	100
PL	1	2	-	3	33,3	66,7	-	100
PPS	2	-	-	2	100	-	-	100
PV	-	1	1	2	-	50,0	50,0	100
PFL/DEM	1	-	-	1	100	-	-	100
PRB	1	-	-	1	100	-	-	100

Fonte: TRE-RS

Quando a análise se circunscreve aos vereadores candidatos a deputado federal, os grupos de partidos são os seguintes: no dos que apresentam sucesso igual ou superior a 50% figuram seis partidos (PMDB, PPS, PDT, PT, PTB e PPB/PP) e no dos que possuem sucesso abaixo de 50% outros cinco (PV, PSB, PCdoB, PL e PSDB)³⁸.

As legendas com pior e melhor desempenho são as mesmas do quadro geral: de um lado, PV, que não elegeu nenhum vereador, e PSB, que elegeu apenas 14,3% e teve 42,9% não eleitos; e de outro, PMDB e PPS, que atingiram 100% de sucesso, mais PDT, com 85,7% de aproveitamento.

³⁸ Não foram incluídos por envolver apenas um caso: PFL/DEM e PRB.

Tabela 118 - Resultado obtido pelos vereadores que concorreram a deputado estadual de 2002 a 2008 quando disputaram a reeleição conforme o partido (RS, 2004-2012)

Partido	N				%			
	Eleito	Sup.	Não el.	Geral	Eleito	Sup.	Não el.	Geral
PMDB	22	9	-	31	71,0	29,0	-	100
PT	17	10	2	29	58,6	34,5	6,9	100
PDT	17	6	2	25	68,0	24,0	8,0	100
PTB	10	11	-	21	47,6	52,4	-	100
PSDB	11	5	-	16	68,8	31,3	-	100,1
PFL/DEM	5	10	1	16	31,3	62,5	6,3	100,1
PPB/PP	7	6	-	13	53,8	46,2	-	100
PSB	5	5	1	11	45,5	45,5	9,1	100,1
PCdoB	4	4	-	8	50,0	50,0	-	100
PPS	2	1	-	3	66,7	33,3	-	100
PL	1	-	-	1	100	-	-	100
PSOL	1	-	-	1	100	-	-	100
PSD	1	-	-	1	100	-	-	100
PV	-	1	-	1	-	100	-	100
PHS	-	-	1	1	-	-	100	100
PTdoB	-	-	1	1	-	-	100	100

Fonte: TRE-RS

No caso dos vereadores que pleitearam o cargo de deputado estadual, o grupo dos partidos que elegeram metade ou mais dos candidatos à reeleição é composto por sete legendas (PMDB, PT, PDT, PSDB, PPB/PP, PCdoB e PPS) e o dos que tiveram desempenho abaixo de 50% por três (PTB, PFL/DEM, PSB)³⁹.

A destacar que o patamar mínimo de desempenho é mais alto do que os anteriormente vistos (o pior desempenho é o de PFL/DEM, com 31,3%) e o máximo, mais baixo (o melhor foi registrado por PMDB, com 71%), o que reduz as diferenças entre os partidos. Em traços gerais, o PMDB repete a liderança como o de mais sucesso (além de 71% de reeleição, não houve candidato não eleito), acompanhado novamente por PPS (66,7%) e PDT (68%), mas ingressa o PSDB, que apresentou 68% de eleitos. Dentre os de mais fracasso, PSB e PTB ficam em patamar próximo aos 50% (45,5% e 47,6%).

³⁹ Não estão incluídos na análise: PL, PSOL, PSD, PV, PHS e PTdoB.

4.3 O Destino dos vereadores: visão de conjunto

A tarefa seguinte dessa seção é a de agregar o desempenho geral das personagens em análise que concorreram na eleição municipal subsequente, com vistas a identificar quem não sofreu interrupção imediata na carreira e quais se somam, ainda que de forma não pretendida, aos 35 que não participaram do pleito e antecipadamente ficaram sem mandato eletivo em escala local.

Tabela 119 - Resultado obtido pelos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso e que concorreram na eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)

Situação	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
Eleito	56	44	52	152	50,0	49,4	56,5	51,9
Suplente	34	29	23	86	30,4	32,6	25,0	29,4
Não eleito	22	16	17	55	19,6	18,0	18,5	18,8
Total	112	89	92	293	100	100	100	100,1

Fonte: TRE-RS

Os números são bastante indicativos, uma vez que um pouco mais da metade dos vereadores que se candidataram a algum cargo depois de saírem derrotados das eleições para deputado tem sucesso na empreitada (51,9%). Novamente o pleito de 2012 é o que apresenta o maior grau de sucesso, uma vez que 56,5% dos vereadores se elegeram.

Os vereadores que ficaram sem nenhum cargo eleitoral formam 18,8% daqueles que se candidatam, seja porque perderam a disputa majoritária, seja porque a lista não atingiu o quociente eleitoral. Aqueles que, pelo menos conquistaram a suplência perfazem 29,4% (o que, obviamente, é válido somente para o caso dos vereadores que concorreram à reeleição).

Tabela 120 - Situação dos vereadores candidatos a deputado de 2002 a 2010 que não tiveram sucesso após a eleição municipal seguinte (RS, 2004-2012)

Situação	N				%			
	2004	2008	2012	Geral	2004	2008	2012	Geral
Eleito	56	44	52	152	46,3	42,3	50,5	46,3
Suplente	34	29	23	86	28,1	27,9	22,3	26,2
Sem cargo eletivo	31	31	28	90	25,6	29,8	27,2	27,4
Total	121	104	103	328	100	100	100	99,9

Fonte: TRE-RS

Por fim, os dados da tabela apresentada acima sintetizam a situação dos vereadores que concorreram a deputados após a realização do pleito municipal subsequente. Assim, reúne os que se elegeram (vereador, prefeito ou vice), os que ficaram sem mandato (foram derrotados na disputa majoritária, a lista pela qual pleitearam a vereança não superou o quociente eleitoral, não concorreram), bem como aqueles que, não tendo conquistado imediatamente a vaga de vereador, ainda mantinham a expectativa de ocupar o cargo, pois ficaram como suplentes.

O cenário indica que quase metade dos vereadores analisados prosseguiu na carreira política, sem que esta sofresse interrupções⁴⁰. Os dados apenas dessa tabela não permitem a afirmação que se segue, mas os das tabelas anteriores sim: nesse caso, prevaleceu especialmente a chamada “ambição estática”. A tal contingente poderia ser somado os suplentes, pois, se eles conseguissem um mandato (ou conseguirem, para o caso dos concorrentes de 2012), este necessariamente seria ou será o de vereador.

Contudo, uma parcela não desprezível das personagens dessa dissertação, correspondente a pouco mais de um quarto do total (27,4%), passados dois anos da tentativa de ascender na carreira, estavam sem mandato: não conseguiram se eleger deputado, interromperam a carreira, e tentaram chegar ao executivo local ou simplesmente renovar o mandato legislativo, mas não obtiveram sucesso⁴¹. Outra

⁴⁰ O índice ultrapassa os 50% se forem acrescentados à análise os 19 que conseguiram se eleger deputado, o suplente efetivado e os três suplentes que estavam no exercício do cargo quando da realização da eleição municipal. Assim, de 348 casos, 175 teriam mandato (50,3%).

⁴¹ Esse percentual pode ser reduzido a 25,6% (84 casos), se forem excluídos os três que exerciam o cargo de deputado, os dois que eram secretário estadual, bem como o que não concorreu à reeleição (ficou sem mandato), mas veio a tomar posse como deputado no início de 2013. Essas situações são discutíveis, pois os deputados exerciam interinamente o cargo e poderiam perdê-lo a qualquer momento, enquanto os secretários ocupavam postos de nomeação política. De qualquer forma, ambos têm mais peso do que a condição de vereador e a escala de preferência ao menos dos cinco políticos que escolheram não ser vereador foi bem clara, razão pela qual nenhum deles pretendeu abrir mão dos postos já ocupados para tentar retornar àquela condição.

parcela, correspondente a 26,2% também estava sem mandato, embora alguns deles pudessem vir a tomar posse no cargo.

Desse modo, ao menos para o recorte temporal aqui adotado (a eleição municipal subsequente), deve-se flexibilizar a especulação anterior, centrada na expectativa de que os vereadores tivessem concorrido a deputado porque vislumbassem ganhos futuros na carreira política mais do que a ascensão imediata ao posto na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos Deputados, ou seja, que tivessem uma perspectiva racional mais ampla do que aquele pleito em específico. Isso porque, para a maioria deles, concorrer a deputado não trouxe vantagens e a maioria estava sem mandato dois anos depois.

Pode-se contra-argumentar que a perspectiva mais ampla desses vereadores não se restringe à próxima eleição municipal. Portanto, que o recorte analítico adotado é insuficiente para dimensionar a escala de vantagens que os vereadores vislumbavam ao concorrer a deputado, a qual pode se apresentar em futuras eleições ou até mesmo se deslocar para outros postos políticos não abarcados pela análise e para os quais eles se credenciaram em razão de terem participado do pleito para deputado.

Tal ponderação parece procedente e, ao ser assim, clama por análises de maior amplitude temporal e espacial (novos cargos). Porém, ela não invalida o registro aqui desenvolvido, o qual mostra que os ganhos, se existiram, não foram obtidos no pleito municipal subsequente.

Por outro lado, também é possível contra-argumentar que os dados utilizados são agregados e que para a maioria dos vereadores (especialmente os que não se elegeram deputado) não houve ganho nem na eleição para deputado e tampouco na municipal subsequente. Contudo, para uma parcela deles esses ganhos existiram, seja porque vieram a se tornar deputado, tiveram a possibilidade de concorrer e até se eleger ao executivo local, seja porque conseguiram se reeleger vereador.

Enfim, que o trabalho levanta um cenário em que no pleito municipal subsequente houve ganhos limitados para o conjunto dos vereadores, mas que a perspectiva de vantagens que os impulsionou a pleitear o cargo de vereador não se restringe à eleição analisada (a municipal subsequente) e que aos que obtiveram esses ganhos aquela “ambição progressiva” muito seguramente rendeu frutos.

Conclusão

A Ciência Política brasileira muito recentemente começou a discutir questões de carreira política. Foi somente na última década que esses trabalhos começaram a ganhar fôlego na academia. Muito por conta dessa característica, existem ainda algumas lacunas. Com o intuito de preencher uma delas, a presente dissertação teve como foco os vereadores do Rio Grande do Sul que se candidataram a deputado estadual e a deputado federal nas eleições de 2002 a 2010.

A primeira preocupação foi a de entender o cargo de vereador na hierarquia da estrutura da carreira política brasileira. Ainda que a definição de uma hierarquia seja objeto de debate, o cargo de vereador se apresenta como a opção mais viável para a ampla maioria dos ingressantes na carreira por duas razões principais: além de ser o cargo eletivo mais básico da carreira política brasileira é aquele que conta com a maior disponibilidade.

Assim, a disponibilidade do cargo é dotada de certa ambiguidade. Se de um lado é fácil tornar-se vereador, uma vez que se tomar como parâmetro 2012, 56.810 vagas foram distribuídas nos 5.566 municípios brasileiros (LUPION, 2012); de outro, é difícil subir na carreira política começando por esse cargo.

Como a maior parte dos atores que começam a carreira política nesse cargo, tendem a terminá-la no mesmo lugar, passa a ser importante questionar o que leva os vereadores a concorrer a outros cargos, especialmente o estudado pelo trabalho. Em resumo, pode-se especular que duas ordens de ambição podem motivar os vereadores que se dispõem a concorrer a deputado. A primeira, e mais óbvia, é a disposição de ascender na carreira, ter mais recursos políticos a sua disposição, ocupar um cargo de maior visibilidade e consolidar a trajetória política. A segunda está ligada à remota possibilidade de ter êxito, o vereador sabe que não têm condições de se eleger e mesmo assim concorre. A candidatura, então, se

estabelece com outros propósitos. Um deles segue a lógica de interesses do partido, visa a atender a uma solicitação do partido ou da coligação, com vistas a propiciar a formação de “dobradinhas” para os candidatos competitivos e uma base de apoio mais sólida na cidade/região do vereador. Outro objetivo segue a lógica de interesses do próprio candidato, que além de não ser necessariamente conflitante com o anterior, muito provavelmente seja complementar: ele visa manter o nome do vereador em destaque, o que tende ser valioso com vistas a futuras eleições, especialmente a próxima eleição municipal, quando vai tentar renovar o mandato ou pretende concorrer ao executivo.

Os três capítulos restantes foram construídos com vistas a perseguir a verificação empírica desses pressupostos analíticos acerca das motivações para concorrer. Ao observar a intensidade do fenômeno dos vereadores que concorreram a deputado no Rio Grande do Sul, nos pleitos de 2002 a 2010, os resultados que eles obtiveram, assim como os eventuais dividendos que acumularam na continuidade da carreira política para aqueles que não se elegeram.

O capítulo 2 apresentou o quadro geral do contingente de vereadores eleitos no pleito municipal imediatamente anterior à disputa para deputado e que se dispuseram a concorrer à Câmara dos Deputados ou à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no período 2002-2010. Foram identificados 348 vereadores nessa situação, correspondentes a cerca de 15% do conjunto de candidatos, havendo maior oferta de pretendentes a deputado estadual (17,1%) do que a federal (11,3%), os quais são provenientes de 87 municípios diferentes. Como identificado por trabalhos anteriores, o tamanho do município é um fator que influencia na quantidade de vereadores lançados candidatos (MALUF, 2006; 2010; BARRETO 2008; NOLL; LEAL, 2008). Para deputado federal, 50% dos vereadores que concorreram eram de municípios com mais de 100 mil votantes, enquanto para deputado estadual, o índice foi de 46,4%. Dessa forma a quantidade de votos de uma localidade não os impede de pretenderem chegar à Assembleia Legislativa ou à Câmara dos Deputados, mas reduz a quantidade daqueles que se dispõem a tal. Além disso, os vereadores de municípios menores podem ser apresentados como candidatos, contudo, o padrão é que apenas haja um único nome por município, o que ocorreu no caso dos 25 municípios aqui analisados e que têm até 50 mil votantes.

Após a identificação dos municípios, os partidos passaram a ter destaque na análise. Os vereadores candidatos foram indicados por 17 partidos distintos (16, no caso de concorrentes a deputado federal e 15 a estadual), mas a análise por cargo e por pleito identificou a ausência de uma estratégia única das legendas, ocorrendo alternâncias no número de vereadores apresentados. Algo a ser destacado aqui é que 10 legendas apresentaram candidatos para os cargos de deputado estadual e federal nos três pleitos analisados: PT, PDT, PMDB, PTB, PSDB, PSB, PFL/DEM, PPB/PP, PCdoB e PPS. Quando a pesquisa ponderou a quantidade de vereadores indicados em relação ao total de candidatos de cada partido, pode-se constatar que para a maioria das legendas eles compõem de 10% a 25% da lista e que o PCdoB foi aquela que mais fortemente (40%) deu preferência pelos vereadores.

As informações relativas ao perfil político dos vereadores que se lançaram candidatos apontam o mesmo percentual (aproximadamente 75%) para aqueles que têm um bom desempenho eleitoral (duas primeiras posições da lista pela qual concorreram) e uma breve carreira (máximo de dois mandatos). Há uma relação no que tange ao tamanho eleitoral do município e posicionamento na lista: conforme cresce o município aumenta a participação daqueles vereadores colocados mais atrás na lista. Igualmente, quanto maior o município, maior a presença de vereadores com mais mandatos. Por fim, foi verificado que um quarto dos vereadores concorrentes a deputado já tinha postulado anteriormente o cargo, sendo que essa incidência é maior, como se podia imaginar, dentre aqueles com maior quantidade de mandatos acumulados.

No capítulo 3 foram identificados os resultados obtidos pelos vereadores que concorreram a deputado. Verificou-se que apenas 19 deles conseguiram se eleger, correspondentes a 5,5% e que houve mais casos de sucesso dentre os pretendentes a deputado estadual (15) do que a federal (quatro).

A partir desse ponto, procurou-se, identificar mais detalhadamente as características dos eleitos e dos não eleitos. No caso dos bem sucedidos, além das variáveis usadas pelo trabalho, foram agregadas informações sobre o perfil de carreira e a trajetória política de cada um. Verificou-se uma importante associação entre tamanho do município e eleição do vereador, uma vez que 76,5% dos eleitos cumpriam mandatos em municípios com mais de 100 mil votantes e nenhum vereador de municípios com menos de 50 mil. De outra forma, foi impossível estabelecer uma ligação inequívoca entre partido e sucesso eleitoral. No que tange

a: posicionamento na lista quando se elegeu vereador, quantidade de mandatos e o fato de já ter concorrido ao cargo de deputado, destacam-se o fato de ter melhor posicionamento (52,6%), estar no início de carreira (52,6%) e ter experiência anterior em concorrer ao cargo (46,7%).

No caso dos não eleitos, a atenção principal foi a de dimensionar o que produziu esse resultado e os indícios apontaram fortemente para um desempenho pessoal pouco destacado nas urnas, o que foi medido por diversos indicadores (condição pela votação; posicionamento na lista; posicionamento na suplência). Logo, a não eleição não dependeu do partido pelo qual cada um concorreu ou das peculiaridades do sistema eleitoral, até porque, diante das votações obtidas, essas variáveis não tiveram força para alçá-los à titularidade ou a prejudicá-los nessa tentativa.

Estabelecido que a intenção de concorrer a deputado se mostrou um fracasso para a ampla maioria dos vereadores, o trabalho passou a inquirir as razões pelas quais esses que fracassaram de modo tão contundente empreenderam tal tentativa. No capítulo 4 deu-se a verificação empírica da segunda parte da hipótese do trabalho, qual seja, a de que parcela de vereadores concorre a deputado mesmo sabendo que não tem condições de se eleger com o intuito garantir a divulgação dos seus nomes com vistas à futura eleição para vereador e a tentativa de renovar o mandato.

Como resultado, em primeiro lugar, a afirmação de que grande parte dos vereadores tem como ambição continuar no mesmo cargo toda a carreira política se confirmou, uma vez que 71,6% dos que voltaram a seus cargos concorreram à reeleição. Dos vereadores que restaram: 8,5% concorreram a prefeito, 9,1% concorreram a vice-prefeito e 10,7% não concorreram.

Mas somente a constatação de que esses atores tentam a reeleição não esgota a questão. O sucesso dessa empreitada também indica o desempenho eleitoral desses candidatos. Aqui, três caminhos podiam ser percorridos pelos vereadores que não se elegeram deputados. A primeira opção era a de tentar validar seu cargo e concorrer à reeleição, o segundo caminho que poderia ser traçado dava conta de concorrer ao cargo executivo do município- como Prefeito ou Vice-Prefeito, a última opção era não concorrer a nenhum cargo.

Para os vereadores que em vez de tentarem a reeleição, concorreram aos cargos executivos (18,3% do total), 31% saiu vitorioso das urnas. Quanto àqueles que concorreram ao cargo de vereador novamente, do total de 235 (71,6% do universo), 57% se reelegeram para mais um mandato.

Se adicionarmos os 10,7% dos vereadores que não concorreram a nenhum cargo, uma parcela não desprezível das personagens dessa dissertação, correspondente a pouco mais de um quarto do total (27,4%), passados dois anos da tentativa de ascender na carreira, estavam sem mandato: não conseguiram se eleger deputado, interromperam a carreira, e tentaram chegar ao executivo local ou simplesmente renovar o mandato legislativo, mas não obtiveram sucesso. Outra parcela, correspondente a 26,2% também estava sem mandato, embora alguns deles pudessem vir a tomar posse no cargo. Desse percentual de suplentes, 57% se posicionaram nas duas primeiras posições entre os suplentes. Ainda que não seja totalmente indicador de posse do cargo devido a fatores expostos anteriormente, torna esse cenário um pouco mais provável.

Como mencionado anteriormente, 235 vereadores concorreram novamente ao cargo de vereador, após saírem derrotados nas eleições para deputado. Desse total 134 se reelegeu, 86 ficou na suplência (36,6%) e 6,4% (15) não se reelegeu. Ainda que o número de vagas disponíveis tenha oscilado no período (em 2004, os vereadores eleitos concorreram a 482 cadeiras, enquanto a oferta em 2000 era de 744 (35% maior); em 2012, de outra forma, houve um aumento no número de vagas ofertadas para os reeleitos, 433 em 2008, 573 em 2012 (aumento de 32%) ao comparar os três pleitos não se confirmou a expectativa de que em 2004 o índice de reeleição seja menor, pois diminuiu a quantidade de vagas disponíveis, em 2012 seja maior, pois a oferta aumentou, e que 2008 esteja no meio, pois foi o único dos pleitos em questão em que o número se manteve idêntico ao da eleição anterior na ampla maioria dos municípios.

No entanto, não é isso o que se observa: o pleito de 2012 de fato é o que apresenta a mais alta taxa de reeleição (62,3%), mas aquelas apresentadas por 2008 e por 2004 são praticamente idênticas. Aliás, ao contrário do esperado, a de 2008 é menor do que a de 2004 (55,4% e 54,1%).

No que se refere ao posicionamento na lista, entre os 73 vereadores que conquistaram a primeira posição 84,9% se reelegeram. Entre os que ficaram na suplência, 68,4% ficaram na segunda colocação de suas listas. Entre os reeleitos,

46,3% ficaram na primeira posição de suas listas, enquanto 28,4% asseguraram a segunda colocação.

Em relação ao pleito anterior nota-se uma diminuição na votação. Apesar disso, os eleitos ampliaram a votação mais do que os que ficaram como suplentes ou os que não se elegeram (59,7% a 29,1% e 21,4%, respectivamente); e o inverso ocorre no caso dos que perderam votos: 40,3% se elegeram, 70,9% ficou como suplentes e 78,6% não se elegeram. Mais do que isso, dos 108 candidatos que ampliaram a votação em comparação ao pleito anterior, 80 ou 74% conseguiram se eleger e um quarto não o conseguiu (ficou na suplência ou simplesmente não se elegeram). Logo, ampliar a votação é um elemento importante para viabilizar a reeleição. No entanto, reduzir a votação não tem o mesmo significado: dos 126 que tiveram esse desempenho, 42,9% ou 54 conseguiram se reeleger, enquanto para 57,1% ou 72 casos isso significou ficar na suplência ou não se eleger.

Quanto ao posicionamento na lista, em relação à eleição anterior, daqueles que se reelegeram, 46,2% conquistou a mesma posição ou melhorou. Ainda que o percentual daqueles que pioraram sua posição entre um pleito e outro seja maior (53,8%) no que diz respeito aos eleitos, 64,9% subiu na classificação, enquanto 35,1% experimentou queda no posicionamento.

No que diz respeito à experiência política, o sucesso dos candidatos à reeleição é maior conforme cresce a experiência. Logo, 51% dos vereadores em primeiro mandato se reelegeram, índice que sobe para 59,7% se ele está no segundo mandato e chega a 63,1% se tem três ou mais mandatos. Esta é uma informação importante e parece apontar para a progressiva consolidação da carreira dos vereadores. Assim, ao compor três mandatos, esse ator passa a ter o reconhecimento do eleitorado, uma vez que já foram testados, aprovados e, por isso, cultivaram um contingente significativo de eleitores que garantem a eles a reeleição. Os que estão em segundo mandato caminham para esse ponto, razão pela qual um percentual menor – mas ainda significativo – obtém a reeleição. Por fim, aqueles que estão em primeiro mandato estão mais sujeitos do que os demais a sofrerem revezes, apesar de mais da metade deles se reelegerem.

Quanto a os outros dois fatores, o tamanho do município e o partido político, nota-se ao cruzar as variáveis “tamanho do município” e “resultado obtido” pelos vereadores candidatos a deputado que concorreram à reeleição verifica-se que não há diferenças importantes entre os municípios grandes (mais de 100 mil votantes) e

médios (de 50 a 100 mil votantes), pois se elegeram de 65,5% a 61,2% dos pretendentes e ficaram como suplente de 27,3% a 32,7%. O cenário é diverso, no entanto, nos municípios menores (até 50 mil votantes), nos quais somente 42,1% se elegeram e 52,6% dos candidatos ficaram como suplente.

Quanto aos partidos políticos, estes podem ser distinguidos em dois grandes grupos: os que elegeram metade ou mais dos vereadores que pleiteavam a reeleição e os que elegeram menos da metade. Com exceção de PSOL, PRB, PSD, PHS e PTdoB, descartados por terem apenas um caso para analisar, o grupo dos de maior sucesso é formado por sete legendas (PMDB, PT, PDT, PSDB, PPB/PP, PPS e PL), o dos com mais fracassos por cinco (PTB, PSB, PFL/DEM, PCdoB e PV).

De forma geral para o recorte temporal adotado pelo trabalho, deve-se ponderar a especulação de que os vereadores concorrem ao cargo de deputado com vistas a ganhos futuros em vez da conquista da cadeira na Assembleia Legislativa ou na Câmara dos deputados, uma vez que para a maioria (53,6%), concorrer a deputado não trouxe vantagens imediatas – 27,4% ficou sem mandato dois anos após a tentativa de ascender na carreira seja por não conseguir se eleger deputado, se reeleger vereador, ou ser eleito ao executivo seja por simplesmente interromper a carreira. O restante daqueles que não conseguiram ganhar cargos políticos após a candidatura aos cargos de deputados, corresponde a 26,2%. Esse contingente diz respeito aos vereadores que mesmo sem mandato, poderiam vir a tomar posse no cargo por terem conquistado a suplência na eleição posterior.

Referências

ALERGS (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL). **Deputados**. 2013b. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/deputados/>>. Acesso em 28 mar. 2013.

ALERGS (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL). Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. **Ex-deputados**. 2013a. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/ExDeputados/tabid/3544/Default.aspx>>. Acesso em 22 mar. 2013.

ALEXANDRE LINDENMAYER. **Biografia**. 2012. Disponível em: <<http://www.alexandre13.com.br/index.php/biografia?start=1>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

ALTMANN, Cristina. **Política local e seleção de candidato a vereador: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008**. 2010. 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

ÁLVARES, Maria Luzia. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, v.51, n.4, 2008, p.895-939.

ANA AFONSO. **Trajetória**. 2013. Disponível em: <<http://www.anaafonso.com.br/p/trajetoria.html>>. Acesso em 23 mar. 2013.

ANASTASIA, Fátima; CORREA, Izabela; NUNES, Felipe. Caminhos, veredas e atalhos: legislativos estaduais e trajetórias políticas. In: MENEGHELLO, Rachel (Org.). **O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública**. Brasília: Senado Federal; Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

BARRETO, Alvaro. Reeleição para a Câmara dos Deputados brasileira em 2006 e as incertezas do sistema eleitoral. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v.10, n.19, out. 2011, p.167-198.

BARRETO, Alvaro. Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). **Opinião Pública**, Campinas, v.14, n.1, 2008, p.123-148.

BENTO, Juliane Sant'Ana. **Motivações e significados políticos da Candidatura Nata conforme os poderes Legislativo e Judiciário federais.** 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

BOURDIEU. Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político In: Idem. **O Poder simbólico.** Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDOUKAN, Adla Y. Trajetórias de Carreira e Arenas Políticas. **5º Encontro da ABCP.** Belo Horizonte, 2006.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organização partidária e seleção de candidatos no estado de SP. **Opinião Pública,** Campinas, v.14, n.2, nov., 2008, p.454-485.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PRAÇA, Sergio. Recrutamento partidário: seleção de candidatos à Câmara paulistana. In: KINZO, Maria D'Alva / BRAGA, Maria do Socorro (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil.** São Paulo: Humanitas; CNPq, 2007.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes. Eleições 2008: por quem e como são selecionadas as listas partidárias às Câmaras de Vereadores de três capitais brasileiras. **33º Encontro Anual da Anpocs.** Caxambu, 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, v.24, n.70, jun, 2009, p.123-142.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **A História da Câmara dos Deputados. Ibsen Pinheiro.** 2013f. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/ibsen.html>. Acesso em 15 jan. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados. Ana Corso.** 2013h. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=100887&tipo=0>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados. Assis Melo.** 2013g. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=189145&tipo=0>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados. Claudio Diaz.** 2013a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=163362&tipo=0>. Acesso em 06 fev. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados. Dr. Basegio.** 2013b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=165999&tipo=0>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados. Geraldinho.** 2013c. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=186780&tipo=0>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados. Luiz Noé.** 2013e. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=193041&tipo=0>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados. Maurício Dziedricki.** 2013d. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=193053&tipo=0>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conheça os deputados. Ronaldo Nogueira.** 2013i. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=193090&tipo=0>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Pronasci. **Ronaldo Teixeira da Silva.** 2013. Disponível: < <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={71CAC4C6-F2A5-4FF9-90AC-D4F49C17B3BD}&BrowserType=IE&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7B55D43F6B-E5C1-4C95-A61E-DFBF73ED7354%7D%3B&UIPartUID=%7BF05AE9D-AD96-4A34-A927-9DF80C11DFB7%7D>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BUSATO, Luiz Carlos. **Vida pública – Perfil.** 2013. Disponível em: <<http://www.deputadobusato.com.br/busato/vida-publica.php>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CÁCERES, Anelise. **Marcelo Moraes é empossado deputado estadual.** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 31 jan. 2011. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/marcelomoraes/Imprensa/DetalhesdaNot%C3%ADcia/tabid/4657/IdOrigem/1/IdMateria/255875/Default.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Ver. Paulo Brum PTB.** 2013. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CARNEIRO, Andrea Rodrigues. **Processo de seleção de candidatos ao Cargo de deputado federal no estado do Rio de Janeiro - organizando as “peças” do “quebra-cabeça”.** 2009. 197f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CARNEIRO, Leandro Piquet; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, 51 (2), 2008, p.403-432.

CASSIA CARPES. **Deputado Cassiá Carpes. Perfil. Trajetória de um líder.** 2013. Disponível em: <http://www.cassiacarpes.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=26>. Acesso em: 23 mar. 2013.

CONGRESSO EM FOCO. **Veja o perfil dos deputados premiados**. 08 set. 2010. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/veja-os-perfis-dos-deputados-premiados/#header>>. Acesso em 16 jan. 2013.

CORADINI, Odaci L. **Em Nome de quem?** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

COSTA, Luiz Domingos. **Os Representantes dos estados no Congresso: composição social e carreira política dos Senadores brasileiros (1987-2007)**. 2010. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DESPOSATO, Scott. Reforma política brasileira: o que precisa ser consertado, o que não precisa e o que fazer In: NICOLAU, Jairo; POWER, Timothy (Org.). **Instituições representativas no Brasil: balanço e reforma**. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

DIAP (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR). **Eleições 2010: Câmara renova 44%; novos ficam abaixo da média histórica**. 4 out. 2010. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14588&Itemid=233>. Acesso em 29 mar. 2013.

DIAP (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR); CONGRESSO EM FOCO. **O Que Esperar do novo Congresso**: perfil e agenda da legislatura 2007/2001. Brasília : DIAP / Congresso em Foco, 2007.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Eles estarão fora da Câmara em 2013**. 24 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/dsm/rs/imprensa/4,43,3991068,21062>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

DR. DIÓGENES BASEGIO. **Quem sou eu**. 2013. Disponível em: <<http://diogenesbasegio.blogspot.com.br/2006/09/basegio-um-homem-de-trabalho.html>>. Acesso em 23 mar. 2013.

EDWARDS, Santiago. Jugando a perdedor: candidatos con improbables posibilidades de triunfo en elecciones parlamentarias en Chile en 2005. In: NAVIA, Patricio; MORALES, Mauricio; BRICEÑO ESPINOZA, Renato (Ed.). **El Genoma electoral chileno: dibujando el mapa genético de las preferencias políticas en Chile**. Santiago de Chile: Diego Portales, 2009.

FABIANO PEREIRA. **Trajetória**. Disponível em: <<http://fabianopereira.com.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

FERREIRA, Geison da Cunha. **Recrutamento à representação político-partidária: o caso das eleições de 2010 no Rio Grande do Sul**. 2012. 343f. Mestrado (Dissertação em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária. **Dados**, Rio de Janeiro, v.45, n.2, 2002, p.303-342.

FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. **A Relação dos PC's com o MDB-PMDB no cenário da transição e as eleições de 1982 no RS**. 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pelotas.

FLEISCHER, David. Renovação política – Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do ‘Pacote de Abril’. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v.23, n.2, 1980.

FLORENTINO, Renata. **Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006)**. 2009. 134f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília.

FOLHA DE QUARAÍ. **Claudiomiro tem mandato de vereador cassado**. 03 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.folhadequarai.com.br/fotos.php?id=1124>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

GRILL, Igor. As Bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.10, n.2, ago. 2004.

GUARNIERI, Fernando. **Partidos, seleção de candidatos e comportamento político**. 2004. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

HEREDIA, Beatriz M. Alasia. Luta entre iguais: as disputas no interior de uma facção política In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (Org.). **Política no Brasil – visões antropológicas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Estilac Xavier anuncia sua desfiliação do PT**. 12 dez. 2011. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=81203>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opin. Publica**, 11 (2), out., 2005, p.337-365.

KLEIN, Cristian. **O Desafio da reforma política** – conseqüências dos sistemas eleitorais de lista aberta e fechada. Rio de Janeiro: Mauad X, 1997.

LAUX, Constance. “Legislo em causa própria”, afirma Paulo Brum. **Editorial J**. Disponível em: <<http://www.eusoufamecos.net/editorialj/legislo-em-causa-propria-afirma-paulo-brum/>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

LEAL, Carine de Souza. **Quem faz a política no município? Perfil social e político dos vereadores do Rio Grande do Sul (2004-2008)**. 2010. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v.9, n.1, 2003, p.44-67.

LUPION, Bruno. Número de vereadores em todo o país crescerá 10% em 2013. Radar Político. **Estado de São Paulo**. 02 jul. 2012. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2012/07/02/numero-de-vereadores-em-todo-o-pais-crescera-10-em-2013/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

MAIA, Francis. **Educação é a prioridade da deputada Juliana Brizola.** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 31 jan. 2011 Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/julianabrizola/Imprensa/DetalhesdaNot%C3%ADcia/tabid/4759/IdOrigem/1/IdMateria/255552/Default.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparada. **Novos Estudos**, São Paulo, n.29, mar. 1991, p.34-58.

MAINWARING, Scott. Sistemas partidários em novas democracias – o caso do Brasil. Rio de Janeiro; Porto Alegre: Fundação Getúlio Vargas; Mercado Aberto, 2001.

MALUF, Rui Tavares. **A Carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP).** 2006. 180f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

MALUF, Rui Tavares. Carreiras políticas no Brasil: amadores e passagem nas Câmaras Municipais de SP e RJ. **Ideias**, Campinas, v.2, n.1, 2 sem. 2010, p.121-149.

MARCHAND, Jussara. **A Trajetória de um político e seu trabalho pela ciência.** ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 20 abr. 2007. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/172305/languag e/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

MARENCO DOS SANTOS, André. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998].** 2000. 257f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MARENCO, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo no Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.22, n.64, jun. 2007, p.93-113.

MARQUES, José Elias Domingos. **Na Busca dos novos líderes: o processo de construção de candidaturas ao legislativo municipal aspectos teóricos e um estudo de caso.** 2007. 197f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MELO, Carlos Ranulfo. **Retirando as cadeiras do lugar.** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n.20, jun. 2003, p.115-134.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **“Farra” resulta em sete vereadores denunciados.** 27 set. 2009. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/dirhum/noticias/id12140.htm>>. Acesso em: 29 mar. 2013.

MIRIAM MARRONI. **Biografia.** 2013. Disponível em: <<http://www.miriammarroni.com.br/biografia.php>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM. **Secretaria de Meio Ambiente. Secretário.** 2013. Disponível em: <<http://novo.campobom.rs.gov.br/secretarias/secretaria-de-meio-ambiente>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

NELSINHO METALÚRGICO. **Trajetória.** 2013. Disponível em: <<http://www.nelsinhometalurgicopt.blogspot.com.br/p/curriculo.html>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

NH. **Vingança pode ter motivado assassinato de ex-vereador.** 1 ab. 2010. Disponível em: <<http://www.jornalnh.com.br/policia/251349/vinganca-pode-ter-motivado-assassinato-de-ex-vereador.html>>. Acesso em 28 mar. 2013.

NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v.49, n.4, 2006, p.689-720.

NOLL, Maria Izabel; LEAL, Carine de Souza. A política local na construção da carreira política: o caso dos vereadores (São Paulo, Fortaleza e Porto Alegre). **6º Encontro da ABCP**. Campinas, 2008.

OLIVEIRA, Mayla di Martino Ferreira. **A Política como profissão. Uma análise de circulação parlamentar na Câmara de Deputados (1946-2007).** 2009. 141p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORTEGA, Carmen. **Los Sistemas de voto preferencial: un estudio de 16 democracias.** Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Siglo XXI, 2004.

PAULO ODONE. **Biografia.** 2013 Disponível em: <<http://www.pauloodone.com.br/biografia/>>. Acesso em 23 mar. 2013.

PEGURIER, Fabiano José Horcades. **Carreiras políticas e a Câmara de Deputados brasileira.** 2009. 124f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.27, n.4, out.-dez. 2007, p.664-683.

PERISSINOTTO, Renato; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados**, Rio de Janeiro, v.52, n.2, 2009, p.301-333.

PINTO, Céli Regina Jardim. Afinal, o que querem as mulheres na política? (Candidatas à Câmara Municipal em Porto Alegre). In: BARREIRA, Irlis e PALMEIRA, Moacir. (Org.). **Candidatos e candidaturas (enredos da campanha eleitoral no Brasil).** São Paulo: Annablume, 1998.

PINTO, Simone Cuber Araújo. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. **36º Encontro Anual da Anpocs.** São Paulo, 2012.

PODER ON LINE. Deputado **Ibsen diz que não tolera mais o sistema eleitoral brasileiro**. 28 out. 2010. Disponível em: <<http://colunistas.ig.com.br/poderonline/2010/10/28/deputado-ibsen-pinheiro-diz-que-nao-tolera-mais-o-sistema-eleitoral-brasileiro/>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

POYASTRO, Mirella. **Novos deputados tomam posse dia 3 de janeiro**. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 29 dez. 2004. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/noticias/ExibeNoticia/tabid/5374/IdMateria/92523/language/pt-BR/Default.aspx>>. Acesso em 22 mar. 2013.

PR (PARTIDO DA REPÚBLICA). **PL e Prono promovem fusão**. 2013. Disponível em: <http://www.partidodarepublica.org.br/partido/historia_do_pr.html>. Acesso em 22 mar. 2013.

PRB (PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO). **História do PRB**. 2013. Disponível em: <<http://www.prb.org.br/>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PREFEITURA DE GRAMADO. **Gramadense Jorge Drumm é o novo Secretário de Turismo do Rio Grande do Sul**. 28 out. 2010. Disponível em: <<http://www.gramado.rs.gov.br/index.php/Turismo/Gramadense-Jorge-Drumm-e-o-novo-secretario-de-Turismo-do-Rio-Grande-do-Sul.html>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI. **Vice-prefeito Antonio Facchinelli**. 2013. Disponível em: <<http://www.garibaldi.rs.gov.br/prefeitura/vice-prefeito-antonio-fachinelli/>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA. **Paula Parolli assume a prefeitura**. 10 set. 2012. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/Noticias/2012/20120911_paula_parolli/index.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍBA. **Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação**. 2013. Disponível em: <http://www.guaiba.rs.gov.br/Sec_Planejamento/>. Acesso em: 23 mar. 2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS DE MAIO. **Empossados prefeito, vice e vereadores tresmaenses**. 2 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.pmtresdemaio.com.br/Publico/PVisualizaNoticia.aspx?id=1037>>. Acesso em 23 mar. 2013.

PSOL (PARTIDO SOCIALISMO E LIBERADADE). **História**. 2013. Disponível em: <<http://psol50.org.br/site/paginas/1/nossa-historia>>. Acesso em 22 mar. 2013.

RAUL CARRION. **Deputado Estadual**. Disponível em: <<http://www.raulcarrion.com.br/>>. Acesso em 23 mar. 2013.

REDE SUL DE RÁDIO. **Prefeito anuncia nesta segunda ou terça-feira novos secretários que integrarão o governo**. 9 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.redesul.am.br/rsradios/Noticias/Geral/09/04/2012/Prefeito-anuncia-nesta-segunda-ou-terca-feira-novos-secretarios-que-integrarao-governo/98767/>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

RITTER, Denise. **Ana Afonso é empossada deputada estadual**. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. 01 fev. 2011. Disponível em:

<<http://www2.al.rs.gov.br/anaafonso/Imprensa/DetalhesdaNot%C3%ADcia/tabid/4106/IdOrigem/1/IdMateria/255611/Default.aspx>>. Acesso em 23 mar. 2013.

ROTTA, Arthur Augusto. **Exclusão e inclusão de votos nas eleições para a Câmara Municipal de Pelotas (RS) no período 1988-2008**. 2012. 225f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SAMUELS, David. Ambition and competition: Explaining Legislative turnover in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v.25, n.3, 2000, p.481-497.

SAMUELS, David. **Ambition, federalism, and legislative politics in Brazil**. New York: Cambridge University Press, 2003.

SANTANA, Luciana. Perfil, trajetórias e ambição política dos legisladores na construção de suas carreiras: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, v.16, n.2, jul.-dez. 2008, p.130-155.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999 In: BOSCHI, Renato; DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Fabiano. Câmara dos Deputados e estrutura de oportunidades políticas no Brasil – alguns apontados sobre a eleição de 2010. **Cadernos Aslegis**, Brasília, (40), maio-ago. 2010, p.109-126.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos (Org.). **Votos e partidos. Almanaque de dados eleitorais: Brasil e outros países**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

SEPLAG (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ). **Atlas Econômico do Rio Grande do Sul. População. Distribuição da população**. 2013. Disponível em: <http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=806&cod_menu=805&tipo_menu=POPULA&cod_conteudo=1388>. Acesso em 23 mar. 2013.

SILVA, Rodrigo Santos da. **Casa de senhores? Os Perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990 e 2006**. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TAVARES, José Giusti. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

TEIXEIRA, Carla Costa. **A Honra da política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

TERRA. **Enéas elege mais cinco deputados federais pelo Prona**. 7 out. 2002. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/eleicoes/interna/0,,OI58702-EI685,00.html>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

TRE-RS (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL). **Eleições. Resultados**. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br/index.php?nodo=278>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **Eleições**. Disponível em: <tse.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2013.

TSEBELLIS, George. **Jogos ocultos**. São Paulo: Edusp, 1998.

UOL. **Notícias. Políticos do Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>>. Acesso em 23 mar. 2013.

WIKIPEDIA. **Luiz Carlos Ghiozzi Busato**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Carlos_Ghiorzzi_Busato>. Acesso em: 23 mar. 2013.

ZACHIA, Luiz Fernando. **Záchia**. Disponível em: <<http://zachia.com/>>. Acesso em: 23 mar. 2013.

ZERO HORA. **Morre o prefeito de Alegrete**. 18 ago. 2008. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2008/08/morre-o-prefeito-de-alegrete-2127051.html>>. Acesso em 29 mar. 2013.

ZERO HORA. **Vereador Elias Vidal deixa o PPS e fica impedido de concorrer à reeleição**. 23 abr. 2012. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/eleicoes-2012/noticia/2012/04/vereador-elias-vidal-deixa-o-pps-e-fica-impedido-de-concorrer-a-reeleicao-3736094.html>>. Acesso em: 29 mar. 2013.